Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal

José Carlos Albino

As Estórias da Animar
nas Comemorações do **10º** Aniversário

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
10 anos a animar

ficha técnica

Título	Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal
Autor	José carlos Albino
Fotografia	??????????
Revisão	Miguel Velez
Design & Produção	IDEIAS em baú, Comunicação Marketing Lda
Impressão e Acabamento	?????????
Edição	ANIMAR Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local Rua Antero de Quental Edifício Ninho de empresas Bairro Olival de Fora 2625-640 Vialonga Telefone 21 9526012 Fax 21 9526012 Email animar@animar-dl.pt Homepage http://animar-dl.pt
Data da Edição	???????
Depósito Legal	????????
ISBN	?????

índice

Capítulo I — pág. 7
Á Descoberta das Iniciativas de Desenvolvimento Local

1.0.1 Processos Sociais antecedentes do DL 09

1.0.2 Influências Importantes no Nascimento das OIDL 10

I.1. Das Experiência Pioneiras de Iniciativas de Desenvolvimento Local 11

I.2. Dos principais Encontros-Intercâmbios entre processos com vista ao DL 14

Capítulo II — pág. 21
O Encontro do Mezio

II.1. O Encontro do Mezio 23

II.2. O "Grupo dos 10" - 1 ano de trabalheiras 23

II.3. Constituição da Animar 25

II.4 Documentos de Referência 37

Capítulo III — pág. 53
Da Afirmação da Animar à sua Estruturação como Rede e Interlocutora Institucional

III.1. Dos 2ºs Órgãos Sociais à Manifesta de Amarante 55

III.2 Da Manifesta de Tavira aos Novos Órgãos Sociais 67

III.3 Documentos de Referência 76

Capítulo IV — pág. 103
Dos Presentes ao Futuro da Animar

IV.1. Os Novos Projectos da Animar 105

IV.2. As Tarefas da Animar em 2000/2003 107

IV.3 Documentos de Referência 121

agradecimentos

Para que este livro fosse possível foi indispensável a colaboração do Gabinete Técnico da animar, principalmente do António Barata, e da Esdime, através da Laura Leão. Mas, foram mais aqueles que me deram a sua colaboração, quer com informações, quer com propostas e contributos. Pela sua importância, aqui apresento os meus agradecimentos aos seguintes companheiros:

- Acácio Catarino
- Alberto Melo
- Artur Cristóvão
- David Machado
- João Cordovil
- Joaquim Amado
- Jorge Wemans
- José Brás
- José João Rodrigues
- José Manuel Henriques
- José Portela
- Luís Moreno
- Miguel Torres
- Miguel Velez
- Nelson Dias
- Paula Monteiro
- Rogério Roque Amaro
- Rui d'Espiney

algumas palavras de introdução

É bem verdade que dez anos são pouco na vida de uma pessoa ou, como seja neste caso, na vida de uma organização Assim sendo, e utilizando a linguagem comum " os primeiros dez é que custam…" ou ainda a sabedoria popular " de pequenino é que se torce o pepino " chegamos a estes Dez Anos da Animar que reflectem e consolidam um trabalho de rede de muitas entidades, pessoas colectivas e individuais, e que foram imaginativos, afectivos, interessantes, muitas vezes difíceis, muitas outras gratificantes e que produziram, no final de contas, as raízes que a animar lançou na terra e que estão sólidas, permitem o florescer dos ramos e o consolidar do tronco, enfim o atingir da idade jovem, pronta e com força para continuar.

Pondo de lado as imagens a animar aí está e, se podemos pensar em tudo o que tocou e não se desenvolveu, não podemos deixar de pensar em todos os caminhos ou pistas que abriu.
É portanto uma óptima altura para assentar os pés na terra, olhar para este passado recente e pensar um pouco no que aí virá.

O texto que aqui apresentamos é uma abordagem feita por alguém que acompanhou e conhece bem a animar e os seus antecedentes e que, através da forma peculiar de dizer as coisas nos dá um panorâmica geral destes dez anos. Não é um texto neutro, como não poderia ser, a opção foi por este estilo em detrimento de uma narrativa mais formal. Aqui e ali ela foi pontuada por intervenções de antigos e actuais directores da animar e profusamente ilustrada com documentos ou textos da altura.
Sem termos a pretensão de esgotar os assuntos ou de ter fontes de informação completas aqui está este contributo para a história do desenvolvimento local e de alguns movimentos sociais em Portugal, mas sobretudo para a história da animar, tendo a consciência que ainda haverá mais para dizer.
(Que nos desculpem os erros, as omissões e os enganos, estamos dispostos a corrigi-los.)

Num tempo em que as mudanças sociais são muito rápidas, dez anos que são pouco, acabam por ser muito, e ao olhamos o passado vimos que alguma coisa mudou de há dez anos para cá. O DL organizou-se, em meio rural e em meio urbano, as associações profissionalizaram-se ou institucionalizaram-se, o sector associativo está diferente, mas vive ainda de muito voluntarismo e dedicação. As relações com o poder estão continuamente a mudar, mas não chegam nunca a estabilizar. As associações que trabalham com financiamentos e projectos são obrigadas a cada vez mais burocracia sobretudo financeira, as outras associações dependem somente da dedicação, envolvimento e apoio dos seus sócios.
Os estrangulamentos são cada vez maiores, os projectos continuam a ser avaliados sobretudo quantitativamente mais do que em qualidade. As novas tecnologias tem cada vez um papel mais fundamental e importante, mas vão criando os info-excluídos. As regiões do interior continuam a sua desertificação imparável e, apesar de boas práticas e de casos bem sucedidos, a ser marginalizadas. O ambiente e a biodiversidade, património e riqueza de todos nós, vão desaparecendo em frente aos nossos olhos.
Restam as pessoas e a sua qualidade e disponibilidade para fazer mais e melhor e, assim sendo, as associações concentram-se cada vez mais na capacitação das pessoas, na criação de cidadãos intervenientes e participantes e na procura de alternativas económicas viáveis para as suas comunidades.
O futuro constrói-se dia a dia, passo a passo. Com empenhamento, com vontade.
Este olhar para o passado que aqui trazemos tem como objectivo situarmo-nos e levar-nos a nós e a vós a pensar, a reflectir, a agir.

Miguel Velez
Animar

capítulo I

À Descoberta das Iniciativas de Desenvolvimento Local

I.0.1 Processos Sociais antecedentes do DL

Nada nasce do zero, enquanto símbolo da não existência. Tudo tem antecedentes! E tudo isto tem dado cabo das cabeças e corações de muitos milhares de humanos que procuram o nascimento.

E nesta história do Desenvolvimento Local, que rompe pelos anos 80, as coisas não poderiam ser diferentes. Existem embriões dos processos que tentaram iniciar o DL que é preciso identificar e assimilar! Aqueles que começaram a trabalhar e a sentir que a noção de Desenvolvimento Local era atractiva, não terão dúvidas que houve muita iniciativa, projectos e movimentos que criaram o caldo em que podiam nascer.

E neste caldo convivem várias intervenções que virão dos anos 60, mas que só desabrocharam nos anos 70.

E nesta procura dos antecedentes, do fio da história, surgem-nos em primeiro tempo as iniciativas comunitárias (de comunidade local) que foram realizadas em vários pontos do país rural, em que se fizeram as primeiras experiências de superar a visão exclusivamente agrícola das comunidades rurais e de responder à emigração crescente e à perda de actividades económicas que pudessem sustentar o presente e o futuro dessas zonas, na base da aposta na educação, reflexão e animação.

Mas não nos podemos esquecer das acções, particularmente no seio dos bairros de lata e das comunidades suburbanas densamente povoadas por operários das cinturas industriais das Metrópoles e Cidades em crescendo, que um punhado de animadores sócio-culturais foi realizando de forma subterrânea. Aqui o papel de difusão dos direitos dos cidadãos e o trabalho de educação e animação sócio-cultural foi claramente dominante.

Tentando especificar referimos algumas acções. Falamos de algumas iniciativas levadas a cabo por grupos de cidadãos que, integrados em Movimentos Cristãos (caso da JOC – Juventude Operária Católica e JARC – Juventude Agrária e Rural Católica e LOC – Liga Operária Católica, CCO – Centro de Cultura Operária e Acção Católica Rural), em Associações de carácter cultural, a nível de freguesia ou de bairro (colectividades locais), em Organizações partidárias ou de carácter político, ou político sindical e cooperativo, levavam a cabo iniciativas, não muito formais, no sentido da consciencialização dos cidadãos e do seu envolvimento em pequenos projectos de desenvolvimento das comunidades, forjando a autonomia e capacidade de empreender das pessoas, das populações. Todo este trabalho realizado de forma oculta, dado que se vivia num regime ditatorial, veio a surgir à luz do dia e com toda a sua pujança depois do 25 de Abril, sendo a base, o suporte e a dinâmica da criação de Cooperativas de Produção Agrícola e Operária, Culturais, de Habitação; Associações Sócio-Culturais, de Desenvolvimento, ONGD - Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

Entre os antepassados do recente "desenvolvimento local" são particularmente relevantes a concepção e as experiências de "desenvolvimento comunitário" levadas a efeito nos anos 60 do século passado, tal como já referimos. Foi decisiva neste impulso a actividade lúcida e pioneira da Prof.ª Manuela Silva e das equipas por si dinamizadas; tanto a equipa central, integrada numa direcção de serviços do Ministério da Saúde da altura, como as equipas locais.

Entre as experiências de desenvolvimento comunitário, justifica porventura uma especial referência, até a título exemplificativo, a da freguesia da Benedita (Concelho de Alcobaça). Nela se constituíram várias comissões sectoriais, através das quais a população local tomou consciência dos seus diferentes problemas, formulou propostas e assumiu responsabilidades. Ainda nos anos 60 foi criada uma cooperativa de ensino e cultura que hoje tem mais de mil alunos até ao 12º ano. Surgiram as primeiras sociedades comerciais, abriram-se novas perspectivas urbanísticas e

iniciou-se a electrificação da freguesia, participando a população no respectivo financiamento. Hoje em dia, eleva-se a mais de 400 o número de empresas, numa população da ordem dos 8000 habitantes em que se acham consideravelmente desenvolvidos os sectores secundário e terciário, e o movimento associativo já se encontra enraizado nas diferentes zonas da freguesia.

O Pós-25 de Abril

Nesta procura, é impossível não referenciar o "25 de Abril" e tudo o que foram os processos e iniciativas sociais que partiram da cultura, do emprego, da casa/barraca, da educação básica da nossa população, mas sempre numa perspectiva de despertar as pessoas, os cidadãos, e as comunidades para as suas necessidades, direitos, obrigações e capacidades próprias, numa lógica de emancipação social, económica e política.

Foi, efectivamente, um período em que muitas experiências e projectos assumiram a participação intrinsecamente motivada dos interessados na resolução das suas necessidades.

Neste quadro do Pós-25 Abril é de salientar a luta das Cooperativas de Produção pelo emprego, a luta por uma habitação digna das Comissões de Moradores e das Cooperativas de Habitação Económica, a luta dos Agricultores por Cooperativas democráticas, funcionais e úteis, a luta por melhorias nos serviços comerciais das Cooperativas de Consumidores, a luta de várias mãos cheias de novos/velhos Animadores Sócio-Culturais que realizaram um trabalho de reanimação e criação de novas e melhores colectividades, tanto pelas zonas rurais adentro como, também, nas periferias das nossas metrópoles, de Norte a Sul e Ilhas.

Mas cruzando, um pouco, todos estes processos, que vinham, desde os anos 60/70 do século passado, iam germinando iniciativas de combate ao analfabetismo reinante, usando a metodologia pragmática e participativa de Paulo Freire. Isto gerou uma participação local muito alargada, particularmente das pessoas menos jovens das comunidades rurais e urbanas que, generalizadamente, queriam aprender a ter acesso à informação.

Toda esta malha de intervenções e alguns projectos salientavam, pelo menos, três aspectos que vieram a ser essenciais na conceptualização do DL: 1) a participação e emancipação social; 2) a incidência privilegiada no local de vivência; 3) a preocupação de contribuir para a melhoria geral das condições de vida das Comunidades Locais.

I.0.2. Influências importantes no nascimento das Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal

Discorrendo sobre o princípio da história do Desenvolvimento Local (DL) também temos que ir pôr os olhos nos contributos, teóricos e práticos, que vieram do Estrangeiro.

Nesta aventura é possível identificar Conceitos e Projectos que, mesmo sem delimitações precisas no tempo, podem permitir-nos arrumá-los em três matérias, a saber:

- O conceito e as iniciativas que se desenrolaram debaixo da denominação de Desenvolvimento Comunitário ou Rural, em que militantes diversos, nomeadamente, da Extensão Rural, tiveram um papel preponderante, e que se foram realizando pelos anos 50/60/70 por essa Europa e pelos Países pobres;
- O conceito de Agente de Desenvolvimento, ligado à aceitação de que cada Local é um território com vida própria, o qual, por via das Instituições ligadas à ONU e ao aprofundamento da CEE, se foi divulgando por esse mundo fora;
- O Programa LEDA, um processo de acção-investigação visando a criação de emprego a nível local, num contexto de desenvolvimento integrado e territorializado, que decorreu entre 1988 e 1996, com apoio da DGV. Em Portugal, estabeleceu contactos privilegiados com o Nordeste Alentejano, Marinha Grande, Covilhã, Chaves e Setúbal.

Sobre estas hipóteses de arrumação das influências internacionais, sempre discutível, queremos

deixar-vos com a referência ao Livro publicado e da responsabilidade da Universidade das Nações Unidas, em 1990, com a denominação "Global Challenge and Global Response - Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe". Neste Livro, talvez pela primeira vez, se faça uma síntese do conhecimento, na altura, sobre as abordagens europeias à volta do termo Desenvolvimento Local e se problematize a questão da inovação nas Comunidades Locais.

I.1. Das experiências Pioneiras de Iniciativas de Desenvolvimento Local

Neste ponto, em que vos queremos deixar registo das iniciativas que se desenvolveram nos primeiros tempos da época dos princípios do Desenvolvimento Local, é difícil sermos completamente exaustivos e seguros na cronologia dos seus acontecimentos, embora tenhamos buscado informação por diversos canais.

Assim, vamos deixar-vos, sem preocupação de precisão cronológica, um conjunto de Iniciativas que se poderão chamar as pioneiras do pró-DL.

Pensamos que as primeiras iniciativas em Portugal que tiveram como referência o desenvolvimento de zonas geográficas marginalizadas, são as que vamos referenciar e que se constituíram até 1990. (fonte: Guias das OIDL, da animar):

>Cooperativa de Serviços "Mais Além" - Centro - 1976;
>Movimento de Águeda - Centro - 1976;
>Fundação Fernão Mendes Pinto - Centro - 1977
>Associação para a Defesa do Património de Mértola (ADPM) - Alentejo - 1980;
>Centro Social e Paroquial de Vilar de Perdizes - Norte - 1980;
>Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social - SEIES - Lisboa e Vale do Tejo - 1980;
>ACERT - Associação Cultural e Recreativa de Tondela - Centro - 1980;
>Projecto "Cooperativa Alternativa"/Instituto das Comunidades Educativas - Lisboa e Vale do Tejo - 1980-1992;
>Centro de Desenvolvimento Comunitário N2 de Chelas - SCML - Lisboa e Vale do Tejo - 1981;
>ICA - Instituto dos Assuntos Culturais - Castro Daire - Centro - 1982;
>Projecto Comunitário de Miranda do Corvo - Centro - 1982;
>Movimento de Solidariedade Rural - MSR - Lisboa e Vale do Tejo - 1983;
>Rancho Folclórico de Chãos - Centro - 1984;
>Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário - SOLIDÁRIOS - Centro - 1985;
>Projecto "Radial"/Associação "IN LOCO" - Algarve - 1985/88;
>Associação Regional para a Democracia e o Desenvolvimento - ABRIL - Lisboa e Vale do Tejo, 1986;
>Projecto Educação para o Desenvolvimento - S. Torcato
>Cooperativa de Ocupação de Tempos Livres - "Trote Gerês" - Norte - 1987;
>Centro de Apoio aos Desempregados - CAD - Lisboa e Vale do Tejo - 1987;
>Associação Cultural "Moinho da Juventude" - Lisboa e Vale do Tejo - 1987;
>ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (Projecto de Formação para o Desenvolvimento Comunitário de Messejana) - Alentejo - 1987/89
>Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz - ADIM - Alentejo - 1988;
>Associação para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR - Norte - 1988;
>Intercooperação e Desenvolvimento - INDE - Lisboa e Vale do Tejo - 1988;
>Grupo Aprender em Festa - Centro - 1988-1992;
>Associação de Desenvolvimento - Centro - 1989;
>Associação para o Desenvolvimento de Leiria - ADLEI - Centro - 1989;
>Associação de Desenvolvimento e Apoio Regional - ADAR - Lisboa e Vale do Tejo - 1989;
>Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho - "ADERE - Minho" - Norte - 1990;

>Instituto para o Desenvolvimento Agrário do Centro - IDARC - Centro - 1990;
>Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém - ADSCS - Lisboa e Vale do Tejo - 1990;
>Associação de Telecentros Rurais - TC/Portugal - Lisboa e Vale do Tejo - 1990;
>Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega - ADRAT - Norte - 1990;
>Fundação para o Desenvolvimento Histórico do Porto - FDHP - Norte - 1990;
>ALCANCE - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Alcoutim - Algarve - 1990

Esta listagem, certamente incompleta, mostra a diversidade na origem das organizações que nos primórdios se assumiram no seio do Desenvolvimento Local, mas é interessante notar que se desenvolvem em todas as regiões do Continente. De notar, ainda, que encontramos OIDL que assim se afirmam desde a sua fundação e outras que resultam do alargamento de perspectivas e acções de organizações até aí temáticas, nomeadamente ligadas às questões sociais, patrimoniais e ambientais.

Agentes de Desenvolvimento e sua formação

Quase coincidindo com a Integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986), os serviços da Comissão lançaram o desafio de serem formados e colocados no terreno Agentes de Desenvolvimento. De uma forma linear, diremos que a CEE queria experimentar como seria possível criar Agentes de Desenvolvimento, ou seja, Cidadãos que, na base duma profissionalização voluntarista, gerassem uma superação dos saudosismos, em prol de uma visão de *auto-construção de iniciativas em cada localidade e zona geográfica.*

Foram vários os Projectos de Formação desta natureza liderados por diversas Entidades, a partir de 1986. Lembramos os que nos chegaram ao conhecimento:
>Projectos das Federações de_Cooperativas;
>Projectos da Cáritas de Coimbra;
>Projectos de Câmaras Municipais, em cooperação;
>Projectos das CCRs (Norte, Centro e Algarve) - Programa JADE.

Falemos resumidamente de dois Projectos. O Programa JADE realizado em 1987/89, assente nas Comissões de Coordenação Regional do Norte, Centro e Algarve, foi de iniciativa do Bureau Internacional de Trabalho e recebeu apoio financeiro por parte do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).
No que respeita aos Projectos de Federações de Cooperativas (FINCOOP e FECOOPSERV), que tiveram duas edições (1987 e 1988), estes foram financiados pelo Fundo Social Europeu e em cooperação com a SEIES e que tinham uma duração de aproximadamente um ano, em que se apostou na participação de desempregados que tivessem uma Entidade em que estivessem ancorados.
Nestes Projectos, se o objectivo era comum - transformar os participantes em Cidadãos envolvidos em dinâmicas de motivação das Populações - muito diferentes foram as metodologias e os destinatários.
Houve quem procurasse qualificar funcionários de Entidades Locais; houve quem procurasse quadros técnicos com ligações a Autarquias e Associações Cívicas; houve quem apostasse em licenciados ou bacharéis para que em três anos se tornassem "licenciados" em Desenvolvimento Local. Mas todos tiveram curricula formativos em que a capacidade de diagnosticar e de delinear perspectivas de futuro foram traços comuns e marcantes e sempre numa lógica territorial e participativa.
Mas é indispensável reconhecer o papel que muitos destes jovens formandos como Agentes de Desenvolvimento vieram a ter na criação e profissionalização de muitas OIDL, onde em

vários casos os levou a desempenhar funções de gestão e liderança, tendo no caso dos JADE, que foi também apoiado pela DG X, este contributo tido particular importância nas ADL criadas com o Programa LEADER I (1991-94).

O papel do Diploma das ILE (Iniciativas Locais de Emprego)

Em 1979, através do então Secretário de Estado da População e Emprego, Dr. Acácio Catarino, no quadro do Ministério do Trabalho e Segurança Social, foi aprovado o Despacho Normativo 46/86 que permitia, através do IEFP (Centros de Emprego) e mediante apoios financeiros, que desempregados pudessem criar o seu próprio emprego, de forma individual ou colectiva e, ainda, que organizações da sociedade se candidatassem a ILE de Apoio, ou seja, entidades fomentadoras de mais ILE e que lhes pudessem dar apoio técnico no seu arranque e primeiros passos.

É de salientar que este mecanismo das ILE foi de relevante importância para que houvesse uma resposta ao desemprego que partia dos próprios desempregados (auto-emprego), a qual quase sempre assentou numa aposta nas dinâmicas locais. E no que respeita a apoios financeiros a Organizações que, na base da animação local e na promoção do empreendedorismo, tacteavam os princípios do DL, há que dizer que as ILE DE APOIO constituíram, talvez, o primeiro mecanismo de apoio às OIDL nascentes, que subvencionou duas dezenas de associações e organizações.

Papel das Autarquias Locais

No que respeita aos primórdios do DL, não podemos esquecer o papel das Autarquias Locais Democráticas que emergiram com o 25 de Abril de 1974. Duma forma ou doutra o Poder Local Democrático (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) desempenhou um papel relevante na resolução das necessidades básicas das populações locais. Com maior ou menor apelo à efectiva participação das comunidades locais, o que é um facto é que as Autarquias se constituíram nas primeiras entidades que recebiam e tentavam responder às reivindicações dos locais (embora sejam órgãos da Administração Pública/Estado).

Desta acção das Câmaras e Juntas face à informação recolhida, há que destacar duas experiências autárquicas que mostraram o seu carácter inovador, e que são os casos das Câmaras de Castelo de Vide e de Castanheira de Pêra, que conceberam nos inícios da década de 80 o "Programa de Desenvolvimento Regional (Castelo de Vide - 1981/85)" e o "Plano de Desenvolvimento Integrado em Castanheira de Pêra". Poderemos dizer, sinteticamente, que as inovações introduzidas passaram pelo seguinte: assunção das questões do desenvolvimento como competências dos Municípios; abordagem territorial; apelo, integração e promoção das organizações associativas locais; criação de parcerias que melhor defendessem junto dos Poderes as necessidades locais. (Para melhor elucidação consultar "Os Municípios e a Promoção do Desenvolvimento: Reforço da Integração "Funcional" ou "Territorial" - José Manuel Henriques - ISE - 1987).

Todas estas iniciativas, também tendo em conta as relações que os seus protagonistas já tinham estabelecido por via de processos anteriores, foram propiciando relações entre quem tentava descobrir nos finais de 80 o que era uma visão e postura de Desenvolvimento Local. São estes encontros que trataremos em momento próprio.

A Medida das "Associações de Desenvolvimento"

Embora mais tardio, há que salientar a Medida do IEFP, através do PO 2 - Programa Operacional de Desenvolvimento e Apoio às Estruturas do Emprego e de Formação, no seu Sub-Programa Desenvolvimento e Emprego, que permitia o apoio à criação ou promoção de Associações que se propunham promover o desenvolvimento nos seus territórios. Nestes anos de 1990/91 este mecanismo permitiu que várias ADL dessem os seus primeiros passos numa via profissional, através de apoios financeiros à organização e equipamento, ao funcionamento corrente e à realização de estudos.

Programa CPC - Conservação do Património Cultural

Este Programa, da responsabilidade do IEFP, embora centrado nas questões globais da Conservação do Património Cultural, tinha um dispositivo virado para a formação nos mais variados domínios, em que se incentivava a criação de micro-empresas ou negócios pelos formandos entretanto seleccionados e enquadrados, e que em diversas zonas constituiu um forte incentivo ao empreendedorismo provindo do local. Algumas OIDL centravam o seu trabalho inicial na organização destes cursos de Formação para o Desenvolvimento, em alguns casos fazendo seguir as iniciativas de CPC por actividades de sustentação das empresas recém-criadas (como as EAT, ou "Entidades de Apoio Técnico").

I.2. Dos principais encontros-intercâmbios entre Processos com vista ao Desenvolvimento Local

Nesta tentativa de relato dos primeiros encontros teremos, certamente, falhas, pois essas trocas de impressões eram, muitas vezes, marcadas por uma grande informalidade. Mas tal não nos deve impedir de registar aqueles a que tivemos acesso. Vamos a isso.

- Embora ainda na pré-história do DL, há que salientar os vários encontros que mais de uma centena de animadores sócio-culturais realizaram durante os anos 70/80 do século XX e que levaram, entre outras coisas, à criação duma Revista de ligação e divulgação - "INTERVENÇÃO"- e actividades em cooperação regular entre diferentes processos;
- Um Encontro Nacional de Animadores Culturais em Santarém, do qual é curioso assinalar que foram profissionais da animação cultural que então tinham dado forte contributo à organização do Encontro Nacional, que mais tarde (em 1994), através do respectivo Município, prestaram apoio logístico significativo à organização da 1ª MANIFesta;
- Registemos o Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento em formação, que se realizou em Braga, em 1987, com a participação de mais de uma centena de agentes;

- O Encontro de Estudos Locais, com alargada participação e comunicações, organizado pela ESE de Setúbal;
- Outro encontro que se realizou em 1989 resultou da vinda de responsáveis do Projecto RADIAL e da Associação In Loco ao Projecto de Messejana, para confrontar metodologias e apurar quais as que mais importava privilegiar;
- Em 1989 um conjunto de cerca de vinte e tal dirigentes associativos e agentes de desenvolvimento encontrou-se em Castelo de Vide e debateu quer os muitos jargões em voga - endógeno, integrado, autocentrado, micro-escala, ... - quer as coisas que uns e outros iam fazendo, quer procurando alternativas a privilegiar;
- Em Outubro de 1990 a In Loco, com o apoio do IEFP e do Programa ERGO (Combate ao Desemprego de Longa Duração, da CEE), realizou em Loulé o Encontro Nacional de Projectos Locais de Desenvolvimento em Meio Rural com uma participação muito expressiva de projectos/organizações (50/60), em que já foi possível identificar semelhanças, diferenças e contradições. Pela sua importância quantitativa e qualitativa citamos textos curiosos que vos poderão elucidar sobre o debatido.

Neste quadro há ainda que salientar os Fóruns de Projectos, que tiveram a sua primeira edição em Janeiro/91, no "Chapitô" (Lisboa), e que tiveram como objectivos a partilha de experiências entre Projectos Alternativos nas áreas da educação e animação. Este Encontro, a que se seguiram outras edições (Gouveia/93, Meadela/94 e Águeda/99) e que contou com a apresentação de 26 projectos, que abordaram o desenvolvimento local, o profissional, o escolar e o tecnológico,

à volta de duas problemáticas: - o Prazer de Aprender; - a Capacidade de Reformar ou Criar. Os vários encontros, com a mesma linha e com a mesma metodologia, aprofundaram as matérias referidas, nomeadamente no que respeita à criação de redes inter-projectos e ao perspectivar do Desenvolvimento Comunitário no futuro.

■ De referir o Instituto das Comunidades Educativas (ICE), nasceu em 1992 da confluência de dinâmicas e projectos de autoformação e/ou animação comunitária e sócio-educativa: do Projecto ECO, organizado em 1986 e orientado para a recriação das relações escola-comunidade; da Rede de Pólos de acção Educativa, malha de núcleos de comunidades educativas do Distrito de Setúbal estruturada a partir de 1987; e do Projecto de Escolas Rurais concebido em 1990 com o objectivo de combater o isolamento das escolas e comunidades rurais por via de um trabalho em rede e de animação sócio-cultural das localidades de inserção das escolas.

Na raiz da constituição do ICE vai estar, também, a experiência – que herda e incorpora – de uma cooperativa de Educação e cultura que funcionou no Algarve entre 1979 e 1982 e a reflexão produzida em torno da organização, por uma vasta parceria, da I Semana Cultural do Algoz (1985).

Com um âmbito nacional e uma presença directa – ou mediada por instituições com que coopera – em 85 concelhos de 17 dos 18 distritos de Continente português, o ICE tendeu a transformar-se numa rede de processos de base territorial desenvolvidos em torno de iniciativas locais - pólos de desenvolvimento e, ou, projectos comunitários – onde a escola intervém como dinamizador e espaço de aprendizagem que se quer comunitário.

Da sua dinâmica resultaram várias iniciativas permanentes em funcionamento de que se citam a título de exemplo, o Museu Rural de Alpalhão (Nisa), a Quinta de Educação e Ambiente da Lagoa de Stº André (Santiago do Cacém), a Casa Rural de Poceirão-Marateca (Palmela), o Museu da Vinha e do Vinho de Colares (Sintra) ou o Projecto Local do Lorvão (Penacova).

Entre os Projectos de âmbito nacional ou regional que anima e/ou animou refiram-se para além dos já mencionados o Projecto de Escolas Rurais e Rede de Pólos de Acção Educativa.

Mas, outras, muito diversas iniciativas foram realizadas; a saber: o Projecto De Longe Fazer Perto de âmbito nacional; a iniciativa Educação de Infância Itinerante, com forte componente de apoio domiciliário; Feto Rai Timor entre 1998/2003; o Projecto Jovens -Educação em Meio Rural; o Projecto Nómada, dirigido a população cigana; e, por último, a Rede de Centros de Recursos a funcionar em 4 distritos.

■ Em 22/23 de Novembro de 1991 realizou-se, no Porto, o "1º Encontro Nacional sobre as ILE e o Desenvolvimento Local", da responsabilidade do IEFP (Dep. Nac. ILE) em que muitos protagonistas das iniciativas referidas se encontraram, integrando os actores essenciais, os criadores da sua própria actividade económica e emprego, através do instrumento legal de apoio a Iniciativas

ENCONTRO NACIONAL
"Projectos locais de desenvolvimento em Meio Rural" - Loulé 1990

"O desenvolvimento local pode ser uma plataforma privilegiada de comunicação e entendimento. O que interessa é uma colaboração aberta e trabalho. Não exclui ninguém e permite colaborações francas entre as pessoas, independentemente daquilo que elas pensam em termos ideológicos, filosóficos ou religiosos.

Também isto faz do desenvolvimento local uma plataforma ideal para reforço da sociedade civil."

(da Sessão de Abertura)

NOTAS CONCLUSIVAS

"ESTRATÉGIAS

Face à situação e aos problemas a ela inerentes, esboçou-se uma estratégia centrada em três fases de três anos cada.

FASE 1 - SUBVERSIVA

Objectivo geral: divulgação cultural, sensibilização, captação e atracção de pessoas e colectivos para a actividade cultural.

Objectivo estratégico: forçar a abertura regular das associações.

Período: 1984- 1986

Acção tipo: circulação de espectáculos pelo maior número possível de locais do Concelho, como forma privilegiada de captar interessados, numa primeira fase em ver, numa segunda fase em fazer.

Produtos divulgados; música, teatro para crianças e adultos, folclore, cinema, desporto, circo e jogos tradicionais.

PORQUÊ A DIVULGAÇÃO CULTURAL?

Era a forma mais atraente para as associações, e por isso aquela através da qual se poderia entrar na sua esfera de interesses. No entanto apesar disso, veio de facto a caracterizar-se como fase subversiva no sentido real do termo. Em muitos espectáculos os grupos artísticos, vestidos e caracterizados, desfilavam pelas aldeias à procura do público que não estava na sala; noutros, avisadas as escolas e os párocos, os espectáculos decorreram à porta (fechada) da Associação, porque a respectiva direcção se tinha esquecido de o organizar.

Mas esta persistência deu os seus frutos, e, de algum modo, se não se criaram hábitos de fruição cultural, pelo menos despertou-se a curiosidade das populações, e por via destas materializou-se alguma "pressão" no sentido da continuação senão mesmo do aumento do número de sessões organizadas.

FASE 2 - DA AFIRMAÇÃO

Objectivo geral: criação disseminada pelo concelho de núcleos locais de produção/apresentação de produtos culturais.

Objectivo estratégico: criação de interacções da comunidade em relação à Associação e desta para a comunidade.

Período: 1987-1989

Acção-tipo: mantendo-se a divulgação cultural prevista na fase 1, a tónica nesta fase deveria cair na formação cultural a diversos níveis: dirigentes associativos, teatro, folclore, desporto, criando sessões nas associações (Unidades de Infância), para crianças dos 6 aos 14 anos.

Notas Conclusivas (continuação)

FASE 3 - EMANCIPAÇÃO
Objectivo geral: alargamento à esfera sócio-económica.
Objectivo estratégico: colocar a associação no centro da vida da comunidade local.
Período: 1990-1992
Acção-tipo: mantendo-se a actividade prosseguida nas fases anteriores - divulgação e formação - inclui a abertura a actividades e campos diversificados consoante a associação, partindo já da análise de projectos comuns e comummente financiados."
(A Rede para o Desenvolvimento Local, Fev. 1991, pp. 24-30)

Locais de Emprego, que concluíram pela bondade do instrumento, embora com a necessidade de introduzir alterações que levassem em conta as diferentes realidades sociais e territoriais.

- Tendo em conta o seu carácter único no País, há que salientar a criação da IDEIA ALENTEJO, enquanto Associação Regional de OIDL, que teve como causa do seu nascimento a elaboração e apresentação dum Projecto ("Alentejo GloCal") a uma Subvenção Global para o Alentejo que, com altos e baixos, tem vindo a criar um hábito de reflexão e acção conjunta ao nível regional.

Manual Metodológico do Agente de Desenvolvimento Local (INDE)

Desde 1992/93 que a INDE iniciou, através da realização de vários Encontros Regionais, diversificadamente participados, a saber, Loulé (Algarve), Alvito (Alentejo), Guarda (Centro), Chaves (Norte), Madeira e Açores, a concepção e produção dum instrumento que se queria pedagógico para quem andava nas lides do DL. O produto foi o Manual ACORDAR, que constituiu, pensamos, a primeira edição com estas características, e que contou com o financiamento da DGXIV da CE.

O papel dos Professores e Universidades na gestação do M.D.L.

No que a esta matéria diz respeito, pensamos que as Universidades, ou, melhor, alguns Departamentos e Professores, acompanharam em cima da situação o que ia sendo produzido ao nível de conceitos, projectos e programas através, nomeadamente, de várias Instâncias Internacionais - ONU/PNUD; CEE; UNESCO; Redes; Universidades.

Tanto quanto conseguimos apurar várias foram as Universidades que se assinalaram no pioneirismo e arranque da noção do Desenvolvimento Local. Sem sabermos as falhas que cometeremos, vamos citar aquelas que nos chegaram ao conhecimento: UTAD/DES, ISCTE/Secção Economia, Universidade do Algarve, Universidade de Évora/DES, Universidade de Coimbra/Departamento de Economia, Universidade da Beira Interior, Faculdade de Letras - Departamento de Geografia, Universidade Lusófona (Departamento de Geografia), ISSS e alguns Institutos Politécnicos e Escolas Superiores de Educação e Escolas Agrárias.

Embora devamos ser sucintos há que referir alguns casos concretos nestas Instituições do Ensino Superior. Comecemos pela UTAD/DES. No campo pedagógico tal se iniciou com a cadeira de "Extensão Rural - Desenvolvimento Rural" em que se integrava a educação de adultos, os saberes locais e as inovações tecnológicas. Tal levou a que nos finais de 80 se tenha criado um Mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural. No campo prático há que salientar que foi o DES/UTAD que organizou o Encontro do Mezio que lançou os caminhos para a criação da animar, bem como, o Projecto "Design Methods for Endogenous Rural Development", que apoiado pela U.E. em inícios de 90, problematizou caminhos alternativos ligados ao DL, sem deixar de realçar o apoio de secretariado, durante vários anos, à animar.

Passemos para o ISCTE/Secção Autónoma de Economia, que foi integrando a problemática do Desenvolvimento Local em várias cadeiras e que levou à criação do Curso de Economia e Desenvolvimento Regional. Neste quadro é de salientar, ainda, o Estudo, coordenado pelo Professor Roque Amaro, sobre "Iniciativas de Desenvolvimento Local - caracterização de alguns exemplos", realizado em 1991, sem esquecer o apoio logístico prestado à I MANIFesta e às primeiras etapas da vida da animar.

No que respeita ao ISSS (Instituto Superior de Serviço Social) é de salientar a sua intervenção no movimento dos Animadores Sócio-Culturais, bem como, um conjunto de cadeiras que destacavam o papel da animação local. A propósito referimos os artigos de Orlando Garcia na Revista Crítica de Ciências Sociais (nºs. 18, 19 e 20).

Embora tenha sido uma edição duma ADL (Esdime), considera-se que o livro Desenvolver Desenvolvendo, que contou com a participação de Universitários, é de salientar pelo seu carácter inovador enquanto instrumento pedagógico para os técnicos do DL.

Mas, embora seja uma decisão de 2004, não queremos deixar de referir a recente criação da Licenciatura em Desenvolvimento Local e Regional, da Universidade Católica em Braga.

Que Políticas de Apoio?

Julgamos não pecar pelo exagero ou pelo negativismo ao considerarmos que em Portugal se deixou andar o barco do desenvolvimento em águas que faziam esvanecer a relação e a cooperação entre a Província e as Metrópoles nascentes... O barco foi para o seu sítio natural - para o MAR! E a angústia dos agentes e trabalhadores agrários pelos anos 60 era forte, porque as perspectivas eram sempre as mesmas, o que significava, das duas uma: fome até aos dentes; ou vida de subsistência onde se encontravam proprietários com alguma responsabilidade social.

Em síntese: entre 1950 e 1974 não houve qualquer medida política do Estado Português no sentido de gerar alguma alternativa para o dito Mundo Rural e Interior que se tinha esvaziado e continuava a despovoar aceleradamente e num quadro de pobreza. Embora, verdade seja dita, a falta duma estratégia racional para um sustentado ordenamento do território nacional como um todo, é algo que continua por acontecer.

Houve, certamente, vários técnicos que, no seio do Ministério da Agricultura e em Associações Sócio-Profissionais ou Cooperativas, debaixo do chapéu da Extensão Rural, realizaram iniciativas conjuntas que certamente deixaram algumas importantes sementes.
Mas, embora tal só quase tenha atingido o Sul do Tejo e com grandes conflitualidades, não podemos, nestas matérias, esquecer o que foi a chamada Reforma Agrária (1974-78) e aquilo que as inerentes experiências deixaram, ou seja, o contributo para que as pessoas passassem a acreditar mais nas possibilidades próprias... para responderem ao desemprego generalizado.
Mas, não podemos continuar neste interessantíssimo exercício de vermos o passado todo. Fiquemo-nos por notas e registos.

A Iniciativa Comunitária LEADER (1991/93)

Se as já referidas medidas e políticas Europeias ligadas às ILE e aos CPE, medidas de apoio à criação do seu próprio emprego, geridos pelo IEFP e aos Agentes de Desenvolvimento constituíram um primeiro ciclo de opções minimamente adequadas às zonas rurais marginalizadas, o que é de salientar é que a criação da Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural - enquanto Subvenção Global), em 1991, respondeu a um conjunto de propostas e reivindicações que, ao nível Europeu, os dirigentes das primeiras Intervenções de Desenvolvimento Local/Rural/Integrado vinham a fazer chegar aos Quadros e Políticos da U.E. e que levou, nomeadamente, a DG VI a elaborar o documento "Que Futuro para o Mundo Rural". É bom que se saiba que não foi uma ideia nascida no seio do funcionalismo da, então, CEE. O que não significa que não tenha tido aí aliados e interlocutores que foram, significativamente, importantes.
Quais as grandes inovações deste Programa LEADER? Em breves palavras diremos:
>O Programa e o financiamento seriam e foram dirigidos por Organizações motivadas pelo Desenvolvimento Rural e que tivessem capacidade de elaborar um Projecto para um Território - em palavras simples, quem mandava um pouco nos financiamentos passaria a ser, também, a sociedade civil organizada;
>Para além das Pessoas e das Organizações que já tinham iniciado uns primeiros passos numa lógica de intervir no global das Comunidades e Territórios, muitas novas Pessoas, Associações Socio-Profissionais, Autarquias e Associações Socio-Culturais despertaram para a possibilidade de conceber, planear, dirigir e avaliar um conjunto de iniciativas e incentivos que fizessem sentido num determinado território, sem esquecer os recursos humanos com qualificação técnica que foi possível destacar para intervir no terreno.

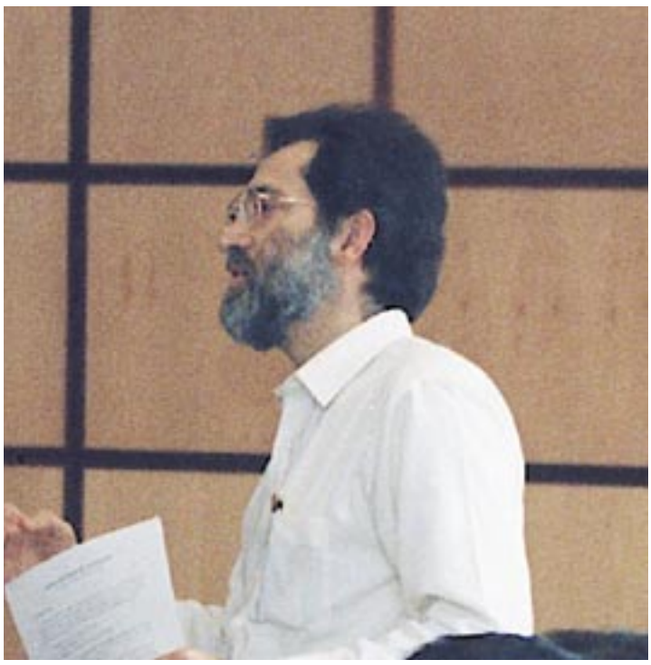
Em 1991/92, foram seleccionadas 20 Entidades LEADER, de norte a sul, incluindo a Ilha_da Madeira, o que provocou o 1º boom na constituição de Associações de Desenvolvimento Local no nosso País.

Significa isto, sem pretensão de abordar a Questão LEADER, que em 1992 e 1993 um conjunto muito diversificado de Associações de Desenvolvimento vieram a juntar-se aos Projectos e Organizações que tinham começado, de forma tímida, a esgravatar os métodos e princípios do DL.

.../...

Para encerrar este capítulo inicial deixaríamos, em síntese, a mensagem que as Iniciativas de Desenvolvimento Local tiveram mentores pessoais e organizacionais que vêm de longe... e, ainda, que as pessoas e organizações pioneiras nesta descoberta do D.L. foram capazes de existir e persistir numa intervenção com caminhos muito pedregosos, sem esquecer que algumas Iniciativas Institucionais ou Legislativas foram balões de oxigénio razoavelmente relevantes. Mas é necessário referir que na proposta de negociação do I QCA (1988-92) os decisores políticos não deram qualquer reconhecimento às práticas em curso, nem ao conceito de Desenvolvimento Local, o que os levou a praticar inúmeros e graves disfuncionamentos, causados por regulamentos definidos de forma rígida, à escala nacional, quando não à escala europeia. Mas é de sublinhar que nessa altura o Governo Português afirmava que não havia sociedade civil organizada, ao contrário de opções diferentes de outros Países da U.E.. Todavia, em 1993/94, 12 Agrupamentos Territoriais apresentaram em Bruxelas candidaturas para Planos Locais de Investimento e Desenvolvimento. Este processo de mobilização da sociedade civil desencadeou-se após a organização pela DG XVI de Seminários Regionais em Alvito, Chaves, Guarda, Loulé, entre outros, mas que foi liminarmente vetado pelo Governo Português.

E de seguida, para fechar este capítulo, deixamo-vos com o testemunho do primeiro Presidente da Direcção da animar, José Gandra Portela.



"Evo-canção" da animar

José Portela

Sócio fundador da animar[1]

É tempo — é sempre tempo — de apreciação serena e crítica do passado, bem como de celebração festiva do caminho feito-a-passo, a pulso. Isto para que rede-senhemos com alegria o futuro, o individual e o colectivo. E é tempo — é sempre tempo — de registo da vida vivida, que tanto nos alimenta o ser, como espelha os seus limites e fraquezas. Assim, aqui verto trechos guardados na memória dos afectos.

Vivi, com paixão adolescente, a pré-história e a história inicial da animar. Fi-lo em boa e sempre-interpeladora companhia. Por isto mesmo, a condição de primus inter pares — sendo estes os fundadores e os primeiros directores — é privilégio grato. Sinto

[1] Texto escrito em Vila Real, a 29 de Junho de 2004, para ser incluído em obra evocativa dos 10 Anos da animar.

maniFestamente que Santarém 94 e Tondela 96 foram explosões sublimes — e ainda hoje cantantes — de re-encontros animados, de dons trocados sem peso nem medida, e de ocasionais desencontros menores. Mas, bem vistas as coisas, a fusão de percursos pessoais e associativos vem de longe, de muito longe. Agora, porém, basta evocar as sextas e sábados vividos no Portugal-local do Mezio, Alcáçovas, Casal do Lobo, S. Torcato, Messejana, Vidago e Venda de Galizes. Basta recordar a vivacidade dos debates constituintes e, sobretudo, o acolhimento caloroso dos animados e outros actores locais. Como não re-viver os seus espaços e atmosferas de trabalho, mais as refeições e convívios que revitalizavam a vontade geral de mudar o mundo a partir do chão? Militâncias antigas, vontades de então, mais sonhos para logo depois, no dia seguinte, tocavam-nos fundo e exigiam impossíveis.
Com o sentir renovado de que o que faz falta é animar a malta, prossigo esta "evo-canção" da animar juntando três interpelações que radicam na sua memória funda. Tomo a ideia velha de que ela deveria lutar, sem vacilar, por se constituir numa associação-rede em que os nós seriam tanto os membros colectivos como os individuais. Admitia-se, então, que entre estes se poderiam achar os semeadores de associações locais, mais os observadores-participantes, os quais contribuiriam para que a animar animasse Portugal-rural. Face-a-face com os demais sócios, os individuais poderiam vir a ser elos críticos, co-constructores da reflexão e acção colectiva. A sua participação e recursos, mesmo tão só os simbólicos, seriam como cordas de reforço da rede. Hoje e amanhã, que papéis e missões poderão ter, e terão, os associados individuais?

A segunda interpelação diz respeito a uma folhinha A4, de sua graça Vez e Voz. O conceito e o nome foram apresentados num encontro em Messejana, dia 2 ou 3 de Abril de 1993. E logo aí surgiu a aprovação do Grupo dos 10. O número-ensaio, o zero, irrompeu, como surpresa, logo no início da reunião seguinte, em Vidago. Mais precisamente, a 28 de Maio de 1993. O grupo gostou do tom do boletim e logo nessa ocasião sublinhou que ele aspiraria a ser divertido, imaginativo, humilde, natural e criativo. Acrescentou-se ainda que tentaria ser epistolar, com a participação de todos quantos nos locais remotos do país desejassem enviar desabafos, notícias, pedidos de socorro e notas diversas. Os leitores seriam mais os "de dentro" do que os "de fora" e a missão primeira dessa folha copiável seria a congregação das associações e pessoas, por via dos fluxos de informação e estímulos relativos a utopias e projectos colectivos. Na era da sobre-informação e do lixo electrónico, coisas que nos embaraçam e desgastam, que vocação poderá ter, e terá, o Vez e Voz?

É sabido que a animar começou por centrar o seu olhar no meio rural. Sem querer perder de vista as gentes e terras desses locais interiores, desfavorecidos e esquecidos, a associação-rede ampliou o horizonte do pensamento e do trabalho. Sem dúvida, amiúde é fora que está a solução para o que é de dentro; é acima que se acha o problema que é definido como sendo de baixo; é na compreensão da informalidade que se desfaz a exigência formal e impossível. Importa, pois, ver longe e reparar perto. É mister pensar no global e agir no local. Ora, neste quadro, hoje e amanhã, indaguemos: sem as agriculturas (regionais e locais) portuguesas é possível o desenvolvimento? Sem diálogo entre as associações dos agricultores e as dos desenvolvimentistas locais é possível o desenvolvimento?

Por mim respondo, não, não é possível. E com a palavra bela e sábia de Vitorino Nemésio concluo a "evo-canção": "É preciso ir ao campo para ver no álamo nu e na regueira monumental da quelha a alma do Inverno, no carrapiteiro em flor a Primavera que viça, nas palhas o ardor do Verão, nos estendais da fruta o Outono que pinta os poentes".

capítulo II

O Encontro do Mezio

II.1. O Encontro do Mezio

Ora vamos lá entrar na história da "animar - Associação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural", que já conseguiu superar a barreira dos 10 Anos.

Para sermos exactos, o 1º PASSO que levou ao nascimento da animar foi a carta/convite que José Gandra Portela, enquanto membro da TERN (Trans European Rural Network), enviou a umas dezenas de pessoas e organizações que andavam a intervir na procura de se afirmarem como Associações de Desenvolvimento Local nas mais diversas zonas rurais do nosso PORTUGAL - TODO, para se encontrarem no MEZIO (Castro Daire), Serra de Montemuro, Distrito de Viseu, através da organização do ICA, de forma a se darem a conhecer e saber da possibilidade de se forjar uma rede de relações que pusesse pessoas e organizações a conhecerem-se umas às outras podendo, assim, aprender novas metodologias e criar contributos em comum que pudessem ser colocados ao Poder Político. Tendo no final decidido criar um grupo de trabalho - baptizado por "Grupo dos 10", para dar andamento às conclusões tomadas.

Mas, para testemunhar este arranque, nada melhor que apresentamos na lateral os documentos que vos elucidarão sobre o que foi o ENCONTRO DO MEZIO.

No final do Capítulo transcrevemos na íntegra a Acta da Reunião do Mezio (Doc. II. A.), mas desde já passamos a referir as pessoas e organizações que constituíram o Grupo dos 10, que foi deliberado constituir, com vista a levar em frente as conclusões aprovadas:

José Portela (UTAD-DES/Vila Real); Ana Maria Braga da Cruz (Porto); Fernando Miguel (Guimarães); ICA - Instituto dos Assuntos Culturais (Castro Daire); João de Figueiredo Rodrigues (S. Pedro do Sul); SOLIDÁRIOS - José Brás e Vilma Silva (Oliveira do Bairro); Manuel Taborda (Lisboa/Beira Interior); CEARTE - Ulisses Monteiro (Coimbra); ESDIME - Christine Guerreiro e José Albino (Messejana); Almargem - Vincent Gourdin (Algarve).

II.2. O "Grupo dos 10" - 1 ano de trabalheiras

Como consequência das Conclusões do Mezio, as tarefas que o Grupo dos 10 teria que realizar, sem pressas, nem demoras, era estudar e perspectivar como é que uma rede para o desenvolvimento local em Meio Rural se deveria organizar - com que estatutos, com que associados, com que objectivos, com que metas mais imediatas e com que meios. Mais concretamente, dar andamento aos seguintes 4 pontos: 1) fazer um inventário das pessoas, grupos, associações e projectos locais envolvidos em acções de desenvolvimento rural; 2) discutir e preparar uma proposta de Estatutos; 3) propor um Programa de Acção e 4) preparar a Assembleia Constituinte da rede.

Mas este período de Novembro de 1992 até Setembro de 1993, ano em que a animar foi dada à luz, foi de grande riqueza no inter-conhecimento entre vários protagonistas e entre realidades rurais muito diversificadas, pois o Grupo dos 10 quase fez a volta a Portugal (sem Ilhas, porque as finanças não permitiam).

Para que melhor se apercebam sobre o que se passou nesse ano de 1992/93 para criar a animar, nada melhor que vos deixarmos com a referência a algumas reuniões realizadas no Mezio (Out./92), em Coimbra (Dez./92), em Guimarães (Fev./93), em Messejana (Abr./93), em Vidago (Mai./93), em Oliveira do Hospital (Jul./93), em que se foram limando arestas e, depois de muitas propostas e debates, se aprovou que a rede se deveria chamar animar e que a folha a publicar se chamaria Vez e Voz.

Será fácil perceber que os debates, vivos e animados, se centraram na questão de que tipo de

Carta

"Mezio, 23 de Agosto de 1992

Exmo. Senhor(a)
Supomos que pelo final de Julho terá recebido uma carta em nome da rede europeia TERN, na qual era convidado a participar num seminário a ter lugar na aldeia de Mezio nos dias 25 e 26 de Setembro de 1992. Junto anexamos informação adicional e muito gratos ficaríamos se pudesse confirmar a sua participação até ao dia 15 de Setembro. Por favor, envie o seu boletim de participação para:

José Portela
UTAD
5000 Vila Real

Lista das Presenças

ALBINO José Carlos - ESDIME
BRAGA DA CRUZ Ana Maria - Comissão para Igualdade e Direitos da Mulher
BRÁS José C. – SOLIDÁRIOS
BRÁS Vilma - SOLIDÁRIOS
CAL Carlos Alberto - ICA
COLLINS Mary - TERN
COSTA Manuel S. - Câmara Municipal de Loulé
CRISTOVÃO Artur - UTAD
FELIX Henriqueta - Grupo Capuchinhas do Montemuro
FREITAS SOARES M. Adelaide - Centro Social e Paroquial de Covide
GASPAR DA SILVA Gracinda - Projecto Educação para o Desenvolvimento
GODINHO José - Alcáçovas
GONÇALVES Maria Helena - Cooperativa Combate ao Frio
GRIMSON Dermott - TERN
KOEHNEN Timothy L. - UTAD
LAJES Mª Alice - Projecto Educação para o Desenvolvimento
McADAM John - ICA
MIGUEL Femando Manuel C. - Projecto Educação para o Desenvolvimento
MIGUEL VELEZ – In Loco
MONTEIRO Femanda - Cooperativa Combate ao Frio
MONTEIRQ Ulisses - CEARTE
NOBRIGA Cláudio - Alcáçovas - Terras Dentro
PEREIRA Manuel Taborda - Projecto Turismo Rural do Monte da Touca, Fundão PINHEIRO SILVA Conceição - Aliança Artesanal
PIRES Paulo Henrique M. - Trote Gerês
PORTEIA José - UTAD
PROVIDÊNCIA Catarina - Centro Regional de Artes Tradicionais
PULLEYN Graeme - ICA
RODRIGUES João F. - Mais Além - Cooperativa de Serviços
SALGADO Mª Joaquina M. - Projecto Educação para o Desenvolvimento

(continuação)

SALAZAR José Maria S. - Projecto Educação para o Desenvolvimento
VAZ José Antunes - Centro de Acolhimento e Integração Social

Os objectivos do Seminário

O objectivo do Seminário é reunir diferentes grupos locais trabalhando no meio rural para discutir a possibilidade de constituir e consolidar uma rede a nível nacional em Portugal. Junto se envia o programa provisório com os tópicos a serem discutidos.
A participação no Seminário não pressupõe qualquer despesa de inscrição e a rede TERN pode oferecer-lhe a experiência de ficar alojado uma ou duas noites em quartos de residentes da própria aldeia do Mezio. Como pode esperar, as condições são sóbrias, não havendo casas de banho individuais. Poderá ser necessário partilhar o quarto com algum outro(a) participante. Os participantes tem evidentemente ainda a opção de tratar directamente do seu alojamento em Lamego (18 km) e Castro de Aire (12km). A oferta de transportes públicos a partir destas localidades é, contudo, escassa e eventualmente obrigará à procura de soluções alternativas. Para os participantes que fiquem alojados no Mezio será fornecido o pequeno almoço. Para todos os participantes serão fornecidas as restantes refeições (almoços de sexta-feira e sábado e jantar de sexta-feira). "

Programa Preliminar

Seminário no Mezio nos dias 25 e 26 de Setembro de 1992

I.Introdução
1.1. Origens da Rede TERN
- objectivos
- trabalho realizado
- perspectivas futuras
1.2. Políticas europeias de desenvolvimento rural: informação geral
1.3. Desenvolvimento da Rede a nível nacional
- princípios de "networking"
- funções de grupos de base comunitária e de uma rede rural
- a importância de desenvolver redes nos países do sul da Europa
2. Discussões, em grupos de trabalho, em tomo dos três temas seguintes
2.1. Necessidades específicas dos grupos do meio rural português
- Descrição do trabalho de cada participante
- Tipos de projectos a desenvolver a nível local, regional e nacional
- Outros assuntos
2.2. Estabelecimento de uma rede em Portugal
- Tipo de estrutura (formal/informal)
- Identificação de prioridades
- Distribuição de tarefas
- Recursos

organização se pretendia criar: - Sócios colectivos e sócios individuais?; - Modelo organizativo ligeiro e diversificado?; - Papel activo para animar as organizações e protagonistas principais a estabelecerem acordos metodológicos, compromissos reivindicativos e acordos sobre o questionamento profundo do Ordenamento do Território que o País, de olhos fechados, ia seguindo? Pensamos que estas interrogações sintetizam o essencial do debate.

Neste percurso de germinação consideramos necessário salientar a 1ª edição do VEZ e VOZ, em Junho de 1993, enquanto folha de ligação entre quem nos mais variados e isolados locais trabalhava na divulgação de ideias, programas e incentivos.
Passamos, assim, a transcrever na íntegra este 1º número.

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural

VEZ&VOZ

boletim da rede animar — nº 1, julho, 1993

Palavra, VEZ e VOZ

Há quem tenha muito a dizer e não abra a boca. Por não ser sequer alguém que ouça. Ou por não haver ninguém com ouvidos prontos, na hora certa. Ou por dar conta que os ouvidos, embora presentes, não escutariam nada. Isto é, há pessoas que não têm VEZ de dizerem o que pensam e o que lhes vai na alma. Ora, isto é indesejável e deve ser combatido.

Há quem tenha muito a dizer e não diga nada. Por não ser encorajado a falar. Por não ter meios de produzir e transmitir a Palavra. Por sentir certo embaraço ao expressar-se. Por recear surpreender os outros. Por temer ser incompreendido. Por se amedrontar com eventuais reacções de quem tem poder e é capaz de o usar mal. Isto é, há pessoas que não têm VOZ para dizerem o que pensam e o que lhes vai na alma. Ora, isto é indesejável e deve ser combatido.

Tudo isto, que se passa com as pessoas, também sucede com pequenos grupos e associações locais, vivendo e trabalhando no meio rural. Não comunicam entre si, ou se o fazem é irregularmente. Não sendo "parceiros sociais" e não estando na "concertação social" não têm VOZ pública. Os serviços oficiais e os partidos, no geral, não os conhecem. Pessoas, grupos e associações locais, vivendo e trabalhando no meio rural, sem VEZ, nem VOZ, é algo de mau. De muito mau, mesmo. Por isso, surge esta folha A4. Que se deseja divertida, epistolar, imaginativa, humilde, natural, criativa. Para servir todos os que vivendo e trabalhando no meio rural não tem, ainda, nem VEZ, nem VOZ. Todos os que desejem influenciar a política local, municipal, nacional, supra-nacional, internacional, no sentido de verem em atenção os problemas e as potencialidades dos que optaram por viver e/ou trabalhar no meio rural.

E. Pereira

"O desenvolvimento só faz sentido em termos concretos, reais, embora quantificáveis apenas nalguns dos seus aspectos: só faz sentido em função das pessoas, e em função das pessoas onde elas vivem"

A. Simões Lopes, 1983, in "Desenvolvimento Regional. O Estado da Arte em Portugal ou a Política de Ausência de Política" Revista Estudos de Economia. Vol. III, nº2

"Mais do que autoritarismo do Governo, os silêncios do Estado são a passividade das Universidades, a subserviência das organizações sociais, a cerimoniosa seriedade dos jornais e a dependência reverencial das empresas. Mais do que insegurança do Governo e da Administração, os silêncios do regime são a domesticação do Parlamento, a neutralidade do Presidente da República, a cumplicidade das autarquias e o silêncio de tantos que se refugiam numa curiosa noção de independência, como se esta fosse sinónimo de abstenção. Mais do que despotismo do Governo, o silêncio do regime é conformismo"

António Barreto (1992)
Os Silêncios do Regime, Lisboa: Editorial Estampa, p. 24

PALAVRA BEM DITA

"A grande fome que as pessoas têm é a de serem escutadas, de serem olhadas, de serem gostadas. Dizem-me com frequência: nós sabemos que o senhor não pode resolver os nossos problemas, mas ao menos ouve-nos sempre e isso já é importante! Andamos aí a bater às portas e ninguém nos responde, ninguém nos recebe, é uma coisa que eu não compreendo essa de os responsáveis, sobretudo a nível do governo, não responderem às pessoas. Há tanta gente que quer gritar através de mim, e eu sem poder fazê-lo. Um dos grandes factores de pobreza e nascer e morrer sem oportunidade de ser ouvido. Há imensa gente que vai para o hospital nasce e morre sem ser atendida."

D. Manuel Martins, bispo de Setúbal (o sublinhado é nosso)
in Público Magazine, 11.4.93, p. 26

Recebemos um Mandato...

... está meio caminho andado

No Mezio (25-26/92), o Grupo dos 10 recebeu um mandato com 4 pontos: 1) fazer um inventário das pessoas, grupos, associações e projectos locais envolvidos em acções de desenvolvimento rural; 2) discutir e preparar uma proposta de estatutos; 3) propor um Programa de Acção e 4) preparar a Assembleia Constituinte da rede. Para se alcançarem estas metas, em 1992, reunimo-nos no Mezio (15-16, Outubro) e em Coimbra (4-5, Dezembro). Em 93, Guimarães (5-6, Fevereiro), Messejana (Abril) e Vidago (Maio). O padrão habitual é o seguinte: jantar conjunto numa 6ºfeira e trabalho no sábado, rodando no espaço os locais das reuniões.

No 1º Encontro do Mezio dividiram-se pelouros. No Encontro de Coimbra discutiram-se objecti-vos da rede, critérios de filiação e algo sobre financiamento. Nesta data, J. Portela propôs o nome ANIMAR para a rede, pois, "o que faz falta é animar a malta". Depois, na Cimeira de Guima-rães "esqueceu-se" tal nome porque pensámos que ANIMAR era sigla que jogava bem com a ideia duma Associação Nacional, mas não batia certo com a de Associação Portuguesa, e esta seria prefe-rível àquela. Avançaram-se então outros três nomes: Vez e Voz (quem vive e/ou trabalha no meio rural precisa de ter vez e voz, 14 pontos), Raízes Vivas (os grupos e associações locais são como raízes vivas, 12 pontos), Terra de Gente (o nosso meio rural não é, nem pode ser, terra de ninguém...10 pontos). Mas antes de chegarmos a esta selecção, sugerimos conjuntamente muitos nomes, que abai-xo se apresentam, para que conste na história da rede/associação. Em Guimarães apontou-se para a realização da Assembleia Constituinte em Setembro de 93. Tratou-se ainda do ponto 1 do mandato. No Encontro Inesquecível de Messejana voltámos ao termo ANIMAR. A designação Vez e Voz foi escolhida para o boletim. Neste Encontro discuti-ram-se sobretudo os pontos 1, 3 e 4. No Encontro Termal em Vidago, os Estatutos. O que se concluirá na reunião em Oliveira do Hospital (2-3 Julho). Aqui o ponto principal é o financiamento do ANIMAR. Isto é, teremos de encontrar estratégias de vida plena, não só estratégias de sobrevivência. Em carta datada de 16/6/93 a Vilma e o José Brás anunciavam que a Associação tem o nome que escolhemos em primeiro lugar: ANIMAR. O cartão Provisório de Identificação de Pessoa Colectiva e Entidade Equiparada tem o número 972469621.

****

DO NOME DA REDE

* enrolar * *inquietar* * sonhar (in)formar *edificar *(re)vitalizar * * imaginar * **avançar** **saltar* * erguer * **arribar** *fundar * alicerçar agir * interiorizar * **ousar ficar** * *terra de gente* * elos da terra *germinar * desassossegar * raiz do crer * unir a gente * raizes vivas * ligar a gente * * crer na terra * terra viva * *ficar agindo* * crer (na gente) para ver * terra nova * nova gente * ficar agindo * gostar de estar * ficar local * **animar**

Eurostat recebe membro de Grupo de Desenvolvimento Local

COMENTÁRIO BIBLIOGRÁFICO PELA NOSSA CORRESPONDENTE FRANCO-ALENTEJANA

Um livro lindo, a ler imperativamente antes de comer o seu próximo bife!! Chama-se "Beyond Beef" de Jeremy Rifkin (Rodeans Plume). Pleno de actualidade, na onda das vacas loucas... na linha do Soltado que sugere que quem é louco não são as vacas !! Números e factos para reflectir um pouco sobre nós mesmos... Um debate sobre as civilizações herbívoras e vegetarianas (em vias de extinção) que tem todo o seu sentido agora, que está a ser analisado o futuro da agricultura portuguesa no seio da CE !! O Outro disse: "Somos o que comemos!" Rifkin diz muito mais !!

Christine Guerreiro, Praia de Messejana, 23.6. 93

VEZ E VOZ, folha A4 (mensal) da ANIMAR
Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local em Meio Rural

Coordenador do Grupo Promotor: J. Portela, DES-UTAD, 5000 Vila Real, Tel. [illegible]

página 2 - VezeVoz - 1 de Julho de 1993

(continuação)

2.3. O papel do secretariado da Rede TERN em Bruxelas
- Tipo de serviço que a Rede gostaria de receber
- Contributos e respostas dos grupos portugueses
3. Conclusões das discussões em grupos de trabalho
4. Síntese do seminário e perspectivas futuras da Rede TERN em Portugal
5. Assembleia Geral e Seminário da Rede TERN em Portugal (Outubro de 1992)
- Informação geral
- Participação portuguesa

II.3. Constituição da animar

As reuniões do Grupo dos 10 iam acontecendo e as questões vinham, pouco a pouco, a clarificar-se. Todavia, por precaução ou dúvida, o salto para termos uma Rede que fosse uma Organização que funcionasse nos mínimos que são exigidos para que se tirem resultados, foi sendo adiado. Até que se consensualizou que já éramos os suficientes em quantidade e com uma boa reflexão que permitia estabelecer um Plano de Acção para 3 anos.

E assim, em 17 de Setembro de 1993, no Cartório Notarial de Aljustrel, realizou-se a Escritura que fez nascer no universo associativo a 1ª Organização Nacional, com carácter de rede, de promoção do Desenvolvimento Local - a animar!

Para que conste referimos os outorgantes da Escritura: José Francisco Gandra Portela (Vila Real), Manuel Taborda Pereira (Lisboa), José Cardoso Brás (SOLIDÁRIOS), John McAdam (ICA, Portugal), Vincent François Gourdin (Almargem), José Carlos Albino e Christine Guerreiro (ESDIME).

Mas se a Escritura, no plano legal, foi um passo essencial, não podemos deixar de dar maior importância à 1ª Assembleia Geral de Fundadores, que se realizou, também no mesmo dia e também em Aljustrel, com uma presença significativa de pessoas e Organizações. Para vos elucidar do acontecido, no final

do Capítulo deixamo-vos com a Escritura de Constituição e com a Lista de Presenças na Assembleia Geral de Fundação (Docs. II. B.) e de imediato, ao lado, com a Comissão Instaladora eleita nesta 1ª A.G..

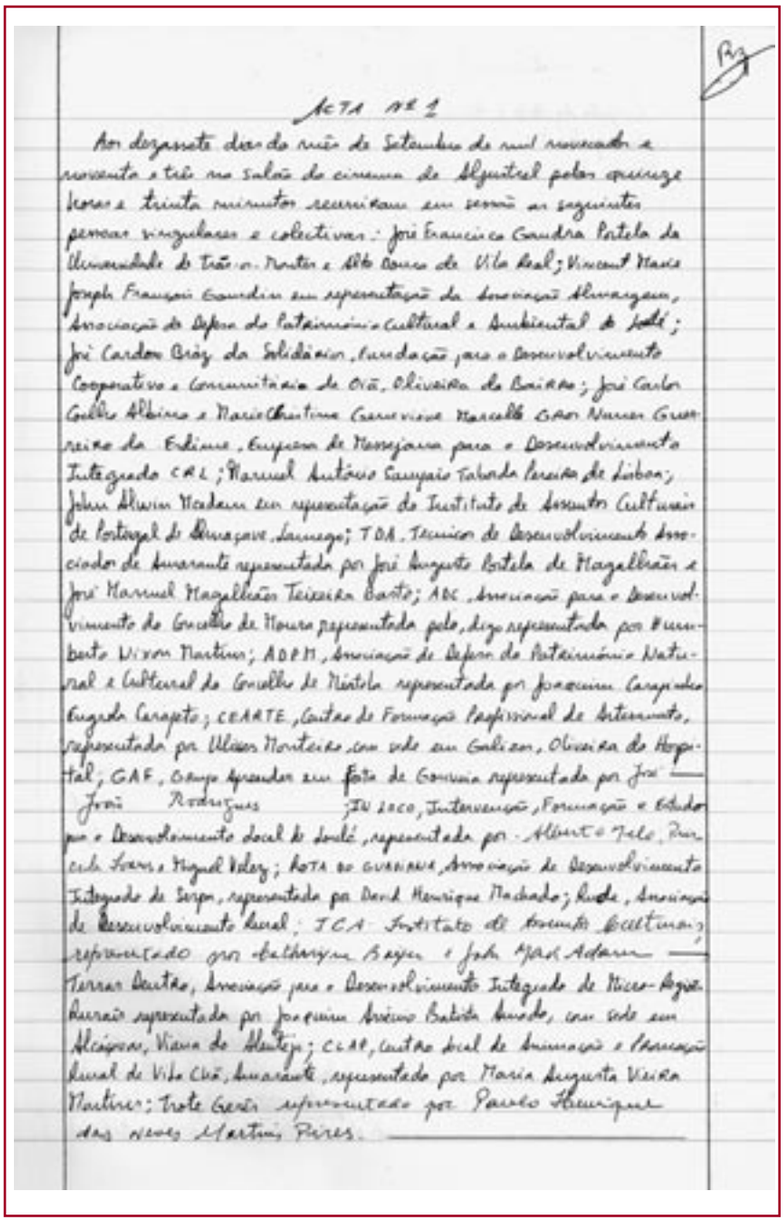
Fruto deste acto memorável, houve que estabelecer como se iria funcionar, na medida em que não havia qualquer espaço próprio ou equipa profissionalizada que pudesse dar sustentação aos intentos estabelecidos. E foi assim que a animar passou a ter três centros de atracção, secretariado e divulgação, a partir da boa vontade e entusiasmo do DES/UTAD, da Esdime e da Solidários, sem esquecer o apoio da Secção de Economia do ISCTE.

Verdade seja dita que, por essas alturas, o "Vez e Voz" foi, mensalmente, o principal e palpável sinal de que a animar existia.

E neste quadro chegamos à Assembleia Geral pós-fundação, realizada em 11 de Dezembro de 1993, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que dá lugar a uma metodologia: aliar Encontros e Debates às Assembleias Gerais, a fim de motivar mais gente e organizações a associar-se à vida da animar. Pensamos, sem presunção, que não se poderia ter sido mais feliz do que através da Conferência que se realizou em Coimbra a anteceder esta A.G.. De facto, a palavra do Prof. Simões Lopes foi duma lucidez e riqueza que conquistou todos os que a ouviram.

Por isso, passamos a referenciar, na íntegra, as palavras proferidas que vieram a dar origem à 1ª edição da Colecção animar - Palavra Oportuna, que se intitula "O PDR e o desenvolvimento local", e que constitui o Doc. II. C., que tem como subtítulo "O PDR e o desenvolvimento local: da integração de princípio à quase dissolução de facto".

Mas se a Conferência foi estimulante ao ponto de fazer pensar os trilhos que o nosso desenvolvimento ia levando, não há que esquecer as deliberações da Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 1993, em que se decidiram coisas da maior importânciapara a vida da animar, nomeadamente a eleição dos Primeiros Órgãos Sociais da animar, para o 1º Triénio, a qual aprovou a Lista que de seguida apresentamos lateralmente.


ACTA Nº 1

Aos dezassete dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e três no salão do cinema de Alpiarça pelas quinze horas e trinta minutos reuniram em sessão as seguintes pessoas singulares e colectivas: José Francisco Gandra Portela da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de Vila Real; Vincent Marie Joseph François Gourdin em representação da Associação Almargem, Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental de Sobral; José Cardoso Brás da Solidários, Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário de Ovar, Oliveira de Bairro; José Carlos Gomes Albino e Maria Christina Genevieve Marcelle GAF Nunes Guerreiro da Esdime, Empresa de Massejana para o Desenvolvimento Integrado CRL; Manuel António Campaio Tabanda Pereira de Lisboa; John Alwin Nedam em representação do Instituto de Assuntos Culturais de Portugal de Bragança, Lamego; TDA, Técnicos de Desenvolvimento Associados de Amarante representada por José Augusto Portela de Magalhães e José Manuel Magalhães Teixeira Barata; ADC, Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Mouro representada pelo, digo representada por Humberto Vivian Martins; ADPM, Associação de Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola representada por Joaquim Carapeto Augusto Carapeto; CEARTE, Centro de Formação Profissional de Setúbal, representada por Ulisses Monteiro com sede em Galiza, Oliveira do Hospital; GAF, Grupo Aprender em Foto de Gouveia representada por José Rodrigues; IN LOCO, Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento Local de Sobral, representada por Alberto Melo, Rui Cruz Soares e Miguel Valez; ROTA DO GUADIANA, Associação de Desenvolvimento Integrado de Serpa, representada por David Henrique Machado; Rude, Associação de Desenvolvimento Local; ICA Instituto de Assuntos Culturais, representado por Catherine Bazin e John Mac Adam; Terras Dentro, Associação para o Desenvolvimento Integrado de Nisa-Arronches representada por Joaquim António Batista Amado, com sede em Alcáçovas, Viana do Alentejo; CLAP, Centro Local de Animação e Promoção Rural de Vila Chã, Amarante, representado por Maria Augusta Vieira Martins; Trote Gerês representado por Paulo Henrique das Neves Martins Peres.

Comissão Instaladora eleita na 1ª Assembleia Geral da ANIMAR

José Portela
Ana Maria Braga da Cruz
Solidários (José Brás)
ICA (John Mac Adam
CEARTE (Ulisses Monteiro)
ESDIME (Christine Guerreiro)
CAR (Fernando Miguel)
In Loco (Alberto Melo)
Trote Gerês (José Morgado)
Manuel Taborda
Almargem (Vincent Gourdin)
Rogério Roque Amaro
Terras Dentro (Joaquim Amado)
João Rodrigues
Joaquim Nobre
ADPM (Joaquim Carapeto)
Margarida Cartaxo
Franklin Melo

Primeiros Corpos Sociais

Mesa da Assembleia Geral
Presidente – Rogério Roque Amaro
Secretário – APDM
Secretário – CEARTE

Direcção
Presidente – José Francisco Gandra Portela
Vice-Presidente – ESDIME
Secretário – In Loco
Tesoureiro – Solidários
Vogal – CAR
Suplente – ICA
Suplente – Almargem
Suplente – Trote Gerês
Suplente – João Rodrigues
Suplente – Terras Dentro

Conselho Fiscal
Presidente – TDA
– GAF
– GRAD

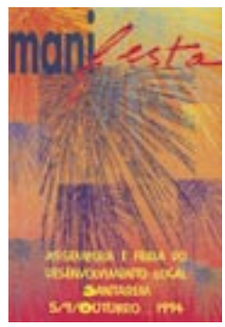
... dos Estados Gerais às Manifestas

Mas em simultâneo com este processo de criação da Rede animar, desenrolou-se uma iniciativa que veio dar um salto qualitativo na vida dos militantes, profissionais e voluntários do movimento do DL, em gestação.
De facto, em Outubro de 1993 através duma carta e convite dirigido a uma quase meia centena de pessoas ligadas a Projectos de Intervenção Local ou Micro-Regional e à Investigação nestes domínios, reuniram-se em Santarém, em Novembro, um conjunto de trinta e tal pessoas que respondiam à chamada para preparar "Os Estados Gerais do Desenvolvimento Local" em Portugal. Os convocadores desta reunião foram os companheiros Alberto Melo, Acácio Catarino, José Manuel Henriques e José Portela.

A reunião de Santarém foi, de facto, um primeiro momento de debate sobre o que era necessário privilegiar e conjugar, face ao que já se ia fazendo. E este debate, muito diversificado em opiniões e posturas, em que desde logo saltaram ao de cima diferentes visões sobre as prioridades que deveriam animar o DL, foi contudo conclusivo no que respeita à necessidade de realizar um EVENTO que ampliásse a reflexão e a visibilidade das OIDL, através duma multiplicidade de acções que congregassem Assembleia, Feira e Festa, sem esquecer a necessária interpelação à Sociedade e aos Poderes que iam comandando o nosso país.
No que respeita à designação do Evento, para além de algumas reservas postas ao nome do evento, circunstâncias desconhecidas levaram a que a designação Estados Gerais fosse utilizada por um Partido (PS) para realizar uma iniciativa de grande impacto, o que obrigou a que, na segunda reunião, já realizada em Janeiro de 1994, se tivesse que decidir uma nova designação do Evento Múltiplo que se perspectivava; o consenso sobre o nome, proposto por Christine Guerreiro da Esdime, levou a que esse passasse a ser designado de MANIFesta - Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local.
Desde então, os Promotores assumiram que se realizaria a MANIFesta em Santarém (talvez a cidade mais central do país), no mês de Outubro, e que integraria as componentes de Exposição-Feira, de Debate e de Animação Cultural.

MANIFesta/94 - Santarém

A MANIFesta de Santarém, de 5 a 8 de Outubro, face aos escassos meios financeiros que se conseguiram reunir, e à inexperiência de muitos, constituiu certamente o primeiro fôlego para que o DL fosse em frente, pois as centenas de pessoas presentes entenderam que não estavam sozinhas. E, ainda, que já tinham uma base de reflexão comum, bem como, já eram capazes de em conjunto e em rede organizarem eventos eficazes e inovadores, nomeadamente ao nível dos debates e da animação cultural permanentes. A MANIFesta de Santarém em 1994 pode ter sido o ponto de partida para que o D.L. viesse a ser um Movimento.



Para uma melhor elucidação, no final do Capítulo poderão ler Excertos do Livro que foi produzido por muitos e que se intitula "TESTEMUNHO da MANIFesta de Santarém". (Doc. II. D.) Todavia, há que salientar a capacidade organizativa na realização das suas várias componentes e o ambiente festivo e de animação cultural permanente, que foi concebido por Grupos e Organizações de todo o País. De referir, que no final das conclusões e avaliações deste Evento, face ao já aventado,

"RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO DA ANIMAR RESPEITANTE AO PERÍODO ENTRE MARÇO DE 1997 E MARÇO DE 1998

(...) Esta intensificação da actividade só foi possível devido ao reforço da componente executiva da ANIMAR e consequentemente ao aumento dos custos de funcionamento, não obstante continuarmos a viver apenas do empenho dum conjunto de associados, com quotizações baixas e sem apoio das entidades públicas, o que condicionou até este momento, quer a celeridade, quer a própria concretização de muitas daquelas ambições. (...)

III - Consolidação e regularização de funcionamento da rede (...)

- foram criadas as Folhas de Ligação...

- intensificou-se a participação dos associados no Vez e Voz (...)

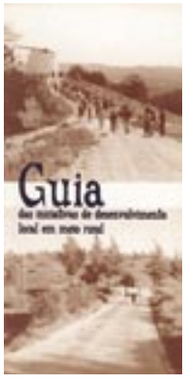
Para aumentar, reforçar e melhorar a estrutura de funcionamento da rede:
- concretizou-se a criação de um Secretariado Executivo da Direcção...
- operacionalizou-se o Conselho Consultivo, que reuniu duas vezes...
a ANIMAR aumentou um total de 29 sócios (+23%), sendo 8 colectivos (+17%) e 21 individuais (+26%) (...)

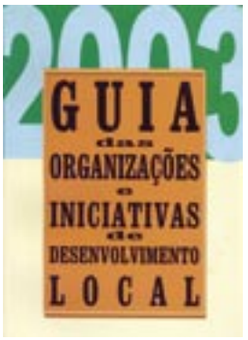
IV - Divulgação, reafirmação, reforço e alargamento do relacionamento e de representação da rede
Esta linha de força da actuação da Direcção dirigiu-se em três direcções:

a) junto dos Poderes Públicos, reforçando a intervenção institucional de representação e promoção do Desenvolvimento Local (...)

b) junto das ADL's e outras entidades do sector solidário com o objectivo de robustecer o associativismo. O trabalho em parceria e em rede e difundir e intensificar as potencialidades do Desenvolvimento Local (...)
- Foi o caso das reuniões com os agrupamentos LEADER donde saiu a posição conjunta apresentada em Bruxelas e no último encontro Europeu LEADER, ou o apelo à participação das ADL's nos Processos IQADE e Rendimento Mínimo Garantido (RMG). (...)

c) junto da comunicação social no sentido de estimular o aumento da visibilidade pública da ANIMAR. (...)"





foi decidido que se realizariam novas Manifestas e se concluía que a animar deveria passar a ser a Organização promotora dos próximos eventos.

... voltando à animar

Depois desta interrupção para apresentar a MANIFesta, devemos voltar ao que foi a vida da animar nos seus três primeiros anos de vida. Nesta fase de infância, o principal assunto que envolveu a Direcção, entretanto eleita, para além do papel tido na MANIFesta, foi o de definir que prioridades e que posturas face ao boom na criação de ADL, em grande parte decorrente do Programa LEADER.

De salientar que nestes primeiros três anos de vida da animar, os primeiros Órgãos Sociais Eleitos, e particularmente a sua Direcção, tiveram que acumular o nascimento com a preparação de duas Manifestas e de vários Encontros Nacionais, quando se vivia sem qualquer estrutura profissionalizada. Para melhor elucidação do que foram os primeiros tempos da animar, aconselhamos a leitura do 1º Relatório de Actividades, referente ao período 11/12/93 a 31/12/94, enquanto DOC. II. E., e com o título "Só já falta fazer quase tudo".

Mas, neste quadro, deixamo-vos de imediato com transcrições de 1997/98, enquanto síntese do que foram sendo as múltiplas actividades realizadas em prol das OIDL de todo o País.

...Encontro de PENAMACOR

No seio de tantas pequenas tarefas e conversas, a animar propôs-se realizar um Encontro Nacional em Penamacor com o apoio local da ADRACES que, incluindo a 5ª Assembleia Geral da animar, foi um momento relevante de maturação de algumas ideias, propostas e princípios para o DL dos Interiores de Portugal.

Por tal, deixamo-vos no final do capítulo (Doc. II. F.) com as principais Conclusões deste Encontro realizado em Julho de 1995, que terá contado com mais de uma centena de participantes e que teve como tema: "As Interioridades e o Desenvolvimento Local". Mas, desde já, vos deixamos com o Índice da Carta de Penamacor:

- As pequenas iniciativas empresariais no espaço rural
- Cooperação Transfronteiriça e Desenvolvimento Local
- A Igreja e o Desenvolvimento Local
- Associações de Desenvolvimento Local e seu Financiamento.

Telecentros Rurais

Embora tenha sido uma iniciativa semi-estatal da Associação de Telecentros Rurais, é de salientar a importância que este Programa teve numas dezenas de OIDL, que reforçaram a importância das Novas Tecnologias no DL e particularmente na comunicação e trabalho conjunto, o que levou à criação duma rede que teve efeitos qualificadores das Associações directamente envolvidas.

Encontro "A Regionalização e o DL"

Este Encontro, realizado em Abril de 1998 e que, mais uma vez, antecipou uma Assembleia Geral da animar, teve uma boa participação e, na base das Intervenções de João Ferrão e Américo Mendes, permitiu um avanço na clarificação da posição da animar e de muitos activistas do DL sobre esta importante matéria para quem trabalha para a Coesão Territorial, privilegiando as políticas e iniciativas de baixo para cima.

Nas Teses de Amarante é possível ver o consenso que se conquistou na defesa duma Regionalização Participada.

Guias do DL e Números das OIDL

Desde cedo na vida da animar que foi vista como prioritária a edição duma lista telefónica das

OIDL que permitisse facilitar o inter-conhecimento e as relações entre os dirigentes e agentes que iam trabalhando nesta causa do DL. A primeira edição data de 1995 e teve uma excelente recepção, tendo em conta que era a primeira vez que havia um livro que dava a conhecer uns aos outros e facilitava os contactos, as análises e reflexões que se iam fazendo.

Deixamos, agora, os números que em síntese ressaltam deste primeiro Guia do DL:

- 230 Iniciativas e Organizações foram contactadas (todas referenciadas);
- tendo respondido 100, as quais são identificadas com uma ficha por organização.

Mas, em 1998, conseguia-se publicar um novo Guia das IDL, actualizado e mais informativo quer de números globais, quer de análises diversificadas. Na base do "Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local - 1998" elaborado e editado pela animar, vamos de forma resumida deixar-vos com números e dados sobre a realidade global das OIDL que intervinham em Portugal em 1997/98.

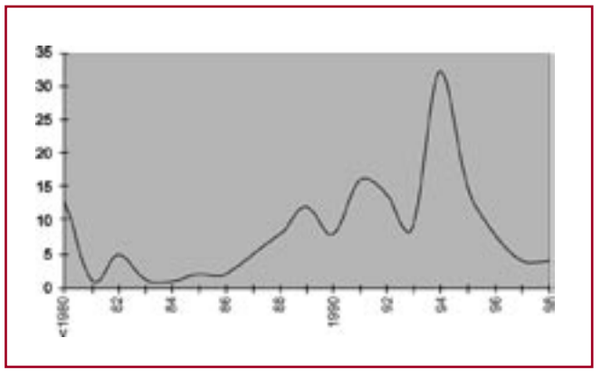
No início dos trabalhos de inquirição foram contactadas 400 organizações e iniciativas, tendo respondido 164; assim, será na base destas que passamos a dar-vos informações.

Distribuição do Número de Iniciativas de Desenvolvimento Local por Região

Região	Nº Associações	%
Norte	44	27
Centro	51	31
Lisboa e Vale do Tejo	32	20
Alentejo	22	13
Algarve	10	6
Ilhas	5	3
Total	164	100

Distribuição Geográfica das IDL´s por Portugal Continental

Evolução Cronológica das IDL



Pessoas e entidades constituintes das Iniciativas de desenvolvimento Local (actualmente reunidas)

	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	Ilhas	Total	%
Pessoas singulares	9	15	13	4	4	1	55	34
Pessoas singulares +Entidades colectivas	12	16	8	6	3	2	47	29
Entidades colectivas a)	16	14	8	2	3	2	45	27
Municípios (exclusivamente)	6	3					9	5,2
Outros	1	3	3		1		8	4,8

a) Entidades colectivas: Municípios, Freguesias, Associações de DL, Cooperativas, Ass. Agricultores, Ass. Comercial, Bancos, CCR's, IPSS, IEFP, Reservas Naturais, Centros de Saúde, Instituições religiosas,…

Recursos Humanos

	Dirigentes	Quadros técnicos	Administrativos	Outros*	TOTAL
Tempo inteiro					
c/ vínculo	67	578	258	611	1514
s/ vínculo	72	262	811	93	608
Total	139	840	1069	804	2122
Nº médio pessoas p/ Entidade	1	5	2	5	13
Tempo Parcial					
c/vínculo	29	52	10	10	101
s/vínculo	162	271	20	308	761
Total	191	323	30	318	862
Nº médio p/ Entidade	1	2		2	5
Total Pessoas / Entidade	**330**	**1163**	**369**	**1122**	**2984**
Nº médio pessoas /Entidade	2	7	2	7	18

*Outros: Estagiários, formadores, animadores, pessoal auxiliar, serviços de contabilidade e informática,…

Para concluir esta referência deixamo-vos com um pequeno excerto das Conclusões, sobre as virtudes importantes do DL.

"Finalmente, sublinha-se a importância das seguintes virtudes:

1) A relação entre o Desenvolvimento Local e a promoção da auto-estima das populações.
2) A conexão entre o Desenvolvimento Local e a Solidariedade.
3) O Desenvolvimento Local como espaço de cooperação entre os actores locais e a administração.
4) O Desenvolvimento Local como instrumento de luta contra o êxodo e a desertificação.
5) A possibilidade de pensar a solução dos problemas económicos na perspectiva de novas formas de organização social e de novos modos de vida."

Para terminar este ponto gostaríamos de dizer que se só agora falamos, com algum detalhe, na base do MDL, é óbvio que todas as iniciativas da animar e de outras organizações que foram e serão referidas tiveram sempre como pano de fundo, a vida e a luta pelas OIDL - a luta da animar!.

Encontro do Mundo Rural - via LEADER I/II - em Braga em 1994

Sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Gestão do LEADER, liderada pelo Eng.º Goulart Carrinho, realizou-se um evento de debate e exposição, que estava programado para a passagem do LEADER I para o LEADER II, em que foram muitas organizações, dirigentes e activistas que marcaram presença.

Não tendo sido um encontro com conclusões claras e muito precisas sobre o que seria o LEADER II foi, contudo, certamente, um momento importante de intercâmbio e festa entre muitos dirigentes e activistas do DL, em meio rural.

Conferência Europeia - "Desenvolvimento Local e Coesão Social"

Em Novembro de 1995 realizou-se em Serpa, organizada pela "IDEIA-Alentejo" e pela "Terras Dentro", a Conferência Europeia (financiada pela DG XVI da Comissão Europeia) sobre o tema: "O DL e a Coesão Social e Económica da UE - Contributo do Desenvolvimento Local para a coesão social e económica nas Regiões de Objectivo 1 e entre estas e as outras Regiões da União Europeia".

Esta Conferência que contou com muitos participantes, de quase todos os países da UE, foi preparada através de sete reuniões preparatórias - na Suécia, Alemanha, Itália, Irlanda, França, Galiza e Andaluzia - que tendo envolvido muitas centenas de participantes permitiu uma dinamização para que os trabalhos finais fossem conclusivos. A Conferência debateu e concluiu sobre o DL e a Cidadania Activa, a Coesão Social Intra e Inter-regional, a perseverança e valorização do ambiente e das identidades culturais e, por último, a questão da construção de uma alternativa civilizacional.

… MANIFesta.96, a segunda

Em conformidade com o consensualizado pelo Conselho Promotor da MANIFesta de Santarém que, em sessão plenária, realizou uma avaliação e perspectivação das necessidades futuras do

DL, deliberou-se que a MANIFesta não podia parar e que a animar, deveria assumir um papel de responsável pelo evento, desde que coadjuvada por um Conselho Alargado e que tivesse um Parceiro Local credibilizado socio-culturalmente e logisticamente.

Pelo finais de 1995 surgiu uma proposta, por iniciativa da ACERT - Associação Cultural e Recreativa de Tondela, para que segunda MANIFesta se realizasse em Tondela, na base duma parceria da animar,com essa entidade local. Acertaram-se agulhas e começou-se a trabalhar, sendo que a ACERT, no seu turbilhão de ideias e propostas, levou a que a animar, quase como um todo, se abraçasse ao grande desafio da II MANIFesta. Tinha-se a consciência que, depois do "milagre" de Santarém, a multiplicação e amadurecimento de várias ADL e os benefícios da dúvida de estarmos perante um NOVO GOVERNO, não se poderia falhar. Andava um menino nos braços a quem se deveria dar pernas para andar. Significa isto que a vida da animar entre Janeiro e Novembro foi mobilizada nas suas maiores valências para uma MANIFesta da Credibilização.
E não se falhou, no fundamental, nas vontades e expectativas criadas. A MANIFesta de Tondela em 1996 foi de facto um momento marcante, quer para quem vivia ou se aproximava do DL, quer para múltiplas Associações, Instituições e Órgãos do Estado que nela participaram. Sem menosprezar todas as componentes, nomeadamente edições de várias publicações e os vários debates, que foram realizados com a participação activa de pessoas e organizações, queremos salientar as componentes de animação, feira e espectáculos que, com grande protagonismo da ACERT, demonstraram que se podia fazer outra festa.

No que respeita ao diálogo com o Poder Político há que salientar a Presença e Intervenção do Senhor Presidente da República - Dr. Jorge Sampaio, bem como a presença de diversos governantes: Ministro do Trabalho e Solidariedade (Dr. Ferro Rodrigues), Secretário de Estado da Cultura (Dr. Rui Nery) e Secretário de Estado da Administração Pública (Dr. Fausto Correia).

Com vista a ilustrar esta componente mais política e propositiva, transcrevemos o Discurso do Senhor Presidente da República (Doc. II. G.) e de imediato a "Declaração de Tondela".

... intervalando com a animar, para além da MANIFesta'96

Nesta fase de 1994/96, embora a MANIFesta dominasse as atenções, foi-se trabalhando noutras frentes de intervenção. Destas, salientamos todo o trabalho e a reflexão que foi dedicado à questão da Célula de Animação LEADER II.

A animar, na altura, considerava-se a organização com a melhor parceria e o mais maduro curriculum para realizar o necessário trabalho de animação, que se desejava para Portugal, para que tivesse êxito e, assim, acreditava-se nas fortes probabilidades de ser a Entidade que viria a ganhar o Concurso cuja abertura se aguardava.

Nessa altura a INDE, Intercooperação e Desenvolvimento, CRL, associada da animar, considerou-se como uma entidade técnica profissionalizada com grande vontade de intervir activamente na produção e realização dos trabalhos da Célula LEADER II e considerou que tal só poderia ter

DECLARAÇÃO DE TONDELA

Contra as promessas do crescimento e do progresso, vemos acentuar-se, dia a dia, a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, a delapidação ou abandono dos recursos naturais, a massificação cultural; e debatemo-nos com a permanência ou ameaça de autoritarismos administrativos e políticos.

Esta situação é determinada pelo domínio crescente de grandes interesses financeiros e económicos que transformam em reféns a grande maioria das populações.

Neste contexto, os cidadãos têm o direito e o dever de resistir e de construir alternativas, que possibilitem estruturar de forma integrada o económico, o social, o cultural, o ambiental e o político. Ou seja, de lançar as sementes de uma sociedade à escala humana, que coloque decididamente a vida, designadamente a dos seres humanos, como princípio e fim de todas as instituições sociais, e em especial da economia.

O Desenvolvimento Local torna possível está integração ao nível de cada território, quer urbano quer rural, e é por isso capaz de gerar uma alternativa de sociedade, mais democrática, mais participada. Como os centros de decisão ficam mais próximos e os problemas concretos a enfrentar se tomam mais perceptíveis e solucionáveis, os cidadãos podem apropriar-se da gestão colectiva das suas comunidades.

E a participação das pessoas no local, prepara-as para o exercício da cidadania activa a todos os outros níveis da vida social e política.

O Desenvolvimento Local tem:
- de ultrapassar as lógicas sectoriais numa perspectiva de abordagem interdisciplinar, que remeta para a criação de parcerias alargadas,
- e de romper com o isolamento de pessoas, de iniciativas, de territórios, num processo de construção de novas solidariedades, expressas no estabelecimento de redes inter-locais.

No caso concreto do mundo, rural, o seu futuro passa hoje por uma crescente diversificação de actividades, que terão de ser articuladas entre si. Tal diversificação deve emergir do mundo rural de hoje e partir da sua cultura e modos de vida.

Nesta realidade, a agricultura, especialmente a de pequena dimensão, é indispensável como suporte e como complemento da diversificação da base económica de cada território.

A PAC pode contribuir para a diversificação de actividades, para a criação de emprego e para a fixação de populações se for alterada, nomeadamente fixando-se um limite máximo de subsídio por exploração, ponderado pelo grau de incorporação do factor trabalho, pelo cuidado com a saúde do consumidor e pela preocupação com o ambiente e as paisagens.

consistência se se baseasse numa Parceria com a animar.

Este processo foi complexo e conflituoso no que respeita às propostas e argumentações das duas entidades - animar e INDE; tudo se fez para um Acordo Justo e tecnicamente suportado, mas que não podia deixar de dar à animar o papel de decisor de última instância, face à sua história e representatividade.

Este processo, primeiro porque é verdadeiro e, também, porque mobilizou vastos recursos humanos das duas organizações, levou a que as duas propostas tivessem uma espinha dorsal semelhante e mostra-nos hoje que, quando não é possível ultrapassar os sectarismos, sai a perder a causa do Desenvolvimento Local, nomeadamente no contexto do processo de afirmação e reconhecimento no seio dos Parceiros Sociais e das Entidades Governamentais.

Mas não foi, de facto, possível congregar os diferentes agentes que se confrontavam com diferentes posturas e propostas; pelo que apresentadas duas propostas, a DGD Rural tivesse seleccionado a INDE, através de critérios que na altura a animar contestou.

Para a animar, o processo pretendido corresponderia a uma linha que privilegiasse as relações entre as O.I.D.L. com vista a conceber e perspectivar financiamento para processos de encontro e intercâmbio entre quem pensava e ia fazendo o desenvolvimento local, fosse ao abrigo de que programas fosse (não só as Entidades LEADER).

Iremos no próximo capítulo, face ao exposto, tentar ver como se passou dum sonho e encontro à trabalheira que significava pôr a animar com um corpo técnico e profissionalizado. Mais uma vez, aprendendo com o que os factos positivos e os erros cometidos interpelam, só havia uma lógica - prosseguir na linha definida pelos objectivos de partida, tendo em conta a sua consensualidade e actualidade!

E, por falar destas matérias, nada melhor que vos deixar com as palavras de José Brás que, enquanto representante da Solidários, pertenceu a todas as Direcções da animar, até hoje, e que desempenhou funções relevantes.

DECLARAÇÃO DE TONDELA (continuação)

A valorização dos produtos de pequena escala é essencial numa óptica de diversificação económica e de emergência de pequenas unidades produtivas, explorando as potencialidades da pluriactividade em termos de criação de emprego e de viabilização das comunidades locais.

Importa encontrar soluções flexíveis para assegurar, simultaneamente, a qualidade dos produtos, em termos de salvaguarda da saúde pública, e a manutenção da produção em moldes artesanais ou mesmo familiares.

Para ultrapassar a inexistência de circuitos especializados, terão de ser criadas novas entidades, de economia social, que assegurem a promoção e comercialização dos produtos locais, apostando na sua territorialização: os produtos locais têm uma pátria.

Outro instrumento de diversificação em meio rural é o turismo, mas toma-se fundamental distinguir entre Turismo Rural e Turismo em Espaço Rural.

O conceito de Turismo Rural deverá ser reservado para as actividades turísticas que constituem uma componente da pluriactividade das explorações familiares ou se inscrevem numa lógica de desenvolvimento integrado dos territórios.

Será de considerar a possibilidade do enquadramento destas duas formas de turismo ficarem a cargo de entidades diferentes: cabendo o Turismo Rural ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas, uma vez que deve ser concebido, regulamentado e apoiado no quadro do desenvolvimento local em meio rural.

A diversificação económica implica ainda a criação de um estatuto fiscal específico para os pluriactivos.

No que se refere a grupos sociais mais vulneráveis ou a zonas deprimidas, a criação de emprego no quadro de iniciativas locais deve ser apoiada, entre outros mecanismos, através da isenção do pagamento das contribuições à Segurança Social no período de arranque.

Esta forma de apoio deverá ser igualmente acessível aos próprios colaboradores remunerados das associações sem fins lucrativos, de natureza cívica e solidária.

Relativamente ao sistema educativo, constata-se que a escola dominante é centralizadora, burocratizada, criadora de exclusão social e que a Educação de Adultos se encontra praticamente reduzida ao ensino recorrente.
Esta situação terá de ser alterada radicalmente: a Escola e a Educação de Adultos têm um papel essencial a desempenhar na promoção do espírito empreendedor e na formação para a cidadania activa e solidária.

A vontade de estarmos juntos

José Brás

Representante da Solidários

Integrando a Direcção da Animar de 1993 a 2004

Animando utopias

A história da Animar é uma história de vidas entrelaçadas de pessoas e organizações que, depois de terem mergulhado no mar da realidade local, rural ou urbana, descobriram a importância de se organizarem, partilhando "o pouco de muitos", de forma desinteressada e voluntária.

Os primeiros tempos de construção da Animar são tempos de sonho, de descoberta do que é possível fazer, de respostas que se procuram, de juntar recursos, de viver de forma partilhada e intensa os momentos da criação conjunta de algo que se procurava há muito tempo.

O grupo dos dez, chamado assim de forma mítica, porque na realidade nunca eram apenas dez, traziam consigo a força de muitas pessoas e organizações que também desejavam a construção de uma Rede que os "animasse", que lhes desse vez e voz, os tirasse do anonimato, e lhes dissesse que noutros cantos do país, no Minho ou no Algarve, em Trás os Montes e nas Beiras, no Norte ou no Sul, no litoral ou no Oeste, no continente ou nas ilhas, muitos companheiros e companheiras quotidianamente trabalhavam em prol do desenvolvimento das suas comunidades e territórios, de um desenvolvimento humano, sustentável, fraterno, promotor da inclusão social e da igualdade de oportunidades.

Ao longo dos anos, construir a Animar, mais do que criar uma Organização a nível Nacional, foi constituir "Nós" de uma Rede que em cada dia passado se sentia mais forte e fecunda, porque promissora de grandes e bons frutos. De certo modo, podemos dizer que a Animar é fruto de uma utopia desejada e construída de forma abnegada, voluntária e gratuita. Cada um dava o que possuía e pensava que poderia tornar-se útil quando colocado em comum ao serviço de muitos, atitude que foi arrastando outros para entrar no barco que foi sendo construído e viajado num mar de tempestades e bonanças.

A comunicação entre os que participaram no processo criativo da Animar constituiu um dos seus pontos chave, materializado através da publicação mensal do elo de ligação

DECLARAÇÃO DE TONDELA (continuação)

A formação profissional em zonas desfavorecidas ou com públicos vulneráveis deve partir do diagnóstico das necessidades locais e deve integrar sempre uma componente de formação para o desenvolvimento.

Os respectivos programas terão, pois, de ser definidos ao nível local e adaptados às características de cada processo de intervenção.

Como dinâmica integradora e mobilizadora das diferentes intervenções sectoriais, o Desenvolvimento Local requer uma parceria genuína entre as entidades associativas e o Estado, num processo permanente de cooperação conflitual. Mas essa parceria só existe se houver reconhecimento efectivo das associações e do seu papel central na animação do Desenvolvimento Local.

Tal reconhecimento terá de assentar numa reformulação da legislação para o sector associativo, que tenha em conta as necessidades e a multifuncionalidade das estruturas existentes.

Neste contexto, propomos a criação de uma comissão mista – administração e associações – que elabore, a breve prazo, um livro branco sobre o relacionamento entre o Estado e as Associações.

A afirmação e consolidação do Desenvolvimento Local a nível nacional tem a ganhar com a criação de uma plataforma multi-sectorial, de Economia Social e de Cidadania Activa, que funcione como um fórum comum de auscultação, de reflexão e de proposição.

A diversidade dos problemas, das necessidades e dos contextos exige a flexibilização dos programas, de modo a permitir respostas diferenciadas, criativas e, simultaneamente, integradoras.

A figura de contrato-programa pluri-anual será uma forma privilegiada de canalização de recursos para projectos integrados geridos por parcerias locais.

Mas é necessário garantir que as associações não sejam penalizadas com os atrasos dos pagamentos efectuados pelo Estado e pela Comissão Europeia, relativos à gestão de programas e projectos. Para o efeito, deverá ser criado um fundo que permita às estruturas associativas recorrer a empréstimos sem juros para realizar, na globalidade e sem sobressaltos, os programas contratados. O mesmo mecanismo poderá servir para evitar atrasos no lançamento de programas e projectos, e interrupções no decorrer das acções, prevenindo situações de descalabro financeiro como as que hoje vivem tantas associações.

"Vez & Voz" e de muitos encontros de Associações realizados em todo o país. A Direcção da Animar , então legalizada, circulava pelo território para realizar as suas reuniões , sendo cada reunião um ponto de encontro, troca e estabelecimento de relações entre as Associações de diferentes pontos de Portugal.

Santarém - "Primeiro porto de abrigo"

Santarém, com a Manifesta de 1994, representa o primeiro porto de atracagem que acolheu de forma visível, palpável e sentida , todos os que há muito procuravam um encontro de verdade, de cumplicidades, de desafios, de histórias para contar e de história para construir. Santarém é face visível de tudo o que poderia vir a acontecer "se todos quisessem" e, de facto, muitos quiseram e a Manifesta aconteceu, não pelos enormes recursos financeiros e técnicos que seria necessário mobilizar sem os quais nada poderia fazer-se, mas com vontade e persistência que apontaram o caminho do que é possível fazer, mesmo com recursos escassos ou inexistentes. E assim começou a viver-se de forma abrangente o sentimento da partilha do trabalho cívico e solidário que, que ao longo de anos, muitas pessoas vinham fazendo acontecer nos seus locais, aldeias, freguesias, concelhos e regiões.

O encontro em Santarém representa a memória de estarmos juntos numa caminhada de trabalho, com dificuldades é certo, mas com enormes alegrias para partilhar . É a prova "provada" de que quem actua no desenvolvimento local não mais está sozinho esteja onde estiver. A partir dali todos sabíamos que noutros cantos do país outros iguais a nós viviam as mesmas dificuldades, o mesmo sonho, a mesma vontade de prosseguir, construindo um futuro para as suas terras , para as suas gentes.

A afirmação de uma existência colectiva já não é uma palavra vã, é uma realidade e está corporizada na Animar.

Com Santarém a Animar e a Manifesta tornam-se indissociáveis pelo que constituem de materialização de um momento de encontro e de uma cadeia de solidariedade entrelaçada em rede, de homens e mulheres sintonizados pela mesma vontade de levar por diante um projecto de cidadania responsável, enraizado num local e numa comunidade. A I Manifesta acontece em Outubro de 2004, pouco depois da criação da Animar, que tinha sido constituída em Setembro de 2003 e dá esse sinal de crença, do vivenciar um sonho possível – a construção de uma "Rede de Nós", grandes e pequenos, fracos e fortes, juntos e entrelaçados e que muitos "sonharam" com grande futuro.

Com os primeiros passos a visibilidade aconteceu

A visibilidade do Movimento acontece com Tondela, estamos em 1996. Em pouco tempo , tudo muda muito rapidamente. Dois anos passaram depois de Santarém e outros se juntaram para engrossar a corrente dos "Nós" que foram fortalecendo e dos "Nós" que se foram multiplicando. Para alguns o "salto" foi demasiado grande, pois parecia que a energia possuída não aguentava tanto balanço. Os recursos continuavam escassos, para que a Animar pudesse responder às expectativas criadas muito havia a realizar e o que "sobrava" das boas vontades dos associados não parecia suficiente. Foram os primeiros anos seu ideal, as suas virtualidades, as potencialidades, os objectivos, as propostas. Foi um passar à prática, tentando concretizar as esperanças que o nascimento da Animar trazia consigo. Aconteceram os primeiro encontros de Associações, aquando da realização da Assembleia Geral que reunia os associados de todo o país e agregava a si de forma especial as associações e entidades de uma dada região. No entanto, era a Manifesta que continuava a fazer acontecer Animar, o que aos olhos dos que a viram nascer, parecia obra de um "milagre" porque estava viva, forte, alegre, dinâmica, com uma energia irradiante que contagiava os que foram aderindo ao projecto.

Com a II Manifesta, em Tondela , é evidente pela primeira vez a visibilidade das Organizações e do Movimento de Desenvolvimento Local, as suas potencialidades, as experiências e fragilidades. O número de presenças de Organizações, promotores e agentes de desenvolvimento local, investigadores, professores ultrapassa as expectativas, e as Instituições Oficiais também quiseram participar. Pela primeira vez o Senhor Presidente da República visita um espaço de encontro das Associações de Desenvolvimento Local.

A Tondela chegam milhares de pessoas vindas de todo o país, a Animar e a Manifesta saem do anonimato, surgem nos jornais, na praça pública, a Animar edita publicações. Uma visibilidade evidente, palpável, mas responsabilizante, geradora de dúvidas sobre o caminho a seguir, sobretudo porque a expectativa tinha crescido bastante.

Por isso , gerir o melhor possível o "pouco de muitos" continuou sendo o maior desafio da Animar. A colaboração de alguns associados, disponibilizando recursos humanos, instalações, competências, permitiu assegurar durante muito tempo tarefas relacionadas com o seu funcionamento, sem o correspondente pagamento.

Animar a REDE, construir um pensamento sobre D.L.

Surge o desafio da Animação da Rede. Para além da realização da Manifesta de dois em dois anos torna-se evidente a necessidade de animar o movimento de desenvolvimento local, realizando encontros, actividades, projectos que pudessem envolver outros agentes em diversos pontos do país. A Manifesta começa a ser entendida não apenas como um acontecimento, mas sim como um processo participativo, mobilizador, capaz de produzir uma reflexão sobre as práticas e um pensamento sobre as dimensões da actuação das Organizações de Desenvolvimento Local. Ousávamos passar a uma fase mais crítica e propositiva junto dos poderes públicos, no sentido de desenvolver um conceito de parceria que reconhecesse o papel do Movimento de D. L. na construção de uma sociedade mais igualitária, mais inclusiva e uma prática de desenvolvimento local mais consentânea com as aspirações das pessoas e a sustentabilidade dos territórios.

A euforia dos primeiros tempos, o entusiasmo e sonho são postos à prova, para responder aos desafios que a Animar enfrenta. À boa vontade manifestada era necessário acrescentar engenho e arte para ultrapassar algumas fragilidades: falta de uma sede própria, incapacidade de assegurar um corpo técnico mínimo e recursos financeiros insuficientes para levar à prática novas iniciativas.

Apesar das limitações a Animar desenvolve-se como organização, promove actividades junto dos seus associados e do Movimento de Desenvolvimento Local. A realização da Manifesta de Amarante é um marco decisivo na vida da Animar e do Movimento em geral, proporcionando mais uma vez o encontro e a partilha de experiências entre milhares de actores e agentes de desenvolvimento local. Tendo como base um processo participativo iniciado com a realização de Assembleias Regionais, a Manifesta produziu e publicou as Teses e a Carta de Amarante, dois documentos publicados em livro, que constituem uma fonte de orientação para as Organizações de Desenvolvimento Local e uma afirmação pública do seu modo de pensar e de agir. O Movimento de Desenvolvimento Local entrava numa fase de amadurecimento e consolidação pelo que, através da Carta de Amarante, foi reivindicado o reconhecimento de bem público dos serviços que as Associações prestam à comunidade. Este reconhecimento deveria ser traduzido numa Carta de Relacionamento entre as Organizações Cívicas, Solidárias e de Desenvolvimento Local e o Estado, reivindicação que se mantém viva até aos nossos dias sem que se tenha obtido uma resposta positiva dos poderes políticos.

Uma nova dimensão - Inter agir com outros actores

Para além de "animar" a Rede, intensifica-se agora uma relação com Organizações de carácter Cívico e Solidário, com quem é possível trilhar caminhos de cooperação, através de iniciativas de intervenção junto do poder político (caso da interpelação ao Poder Político, iniciativa da Animar, subscrita por muitas Organizações). Esta estratégia de cooperação aliada à intensificação de projectos que envolvem e mobilizam associados , contribuem de forma evidente para reforçar a capacidade de intervenção e visibilidade pública da Animar .

Trata-se pois de um novo patamar de organização da Animar, na medida em que é imperioso conjugar o melhor possível as acções que envolvem mais directamente os seus associados e as iniciativas que mobilizam Organizações e Movimentos de natureza e vocação diversificadas.

A Manifesta, enquanto Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local, considerada um património valioso da Animar, é a iniciativa mais importante em termos de afirmação pública e espaço de encontro de Associações e Agentes de todo o território, exigindo uma atenção especial por parte dos associados e e órgãos sociais da Animar. Um processo de formação de Dinamizadores da Manifesta é iniciado, através de um programa de formação – acção, com o objectivo de capacitar um maior número de Técnicos e Agentes para a promoção de grande eventos de desenvolvimento local, tornando-se este grupo um dos pilares de apoio da preparação e da realização da Manifesta.

Animar a Rede e organizar a Manifesta, são dois vectores chave da intervenção da Animar, com o objectivo capacitar e qualificar as Associações de Desenvolvimento, em especial as mais jovens e de menor dimensão e criar um espaço de encontro, reflexão, visibilidade e afirmação do Movimento de Desenvolvimento Local.

Ao final de 10 anos de existência encontramos uma Animar mais madura e experiente, capaz de responder aos desafios da realidade em mudança e às expectativas que nela foram depositadas, importa prestarmos atenção ao caminho percorrido, tentando perceber qual foi o nosso ponto de partida e qual o ponto em que nos encontramos. Importa compreender que a dinâmica oculta das Organizações, enquanto estruturas constituídas por pessoas, se torna difícil de percepcionar e exige um trabalho apurado e atenção redobrada para que em cada momento seja possível encontrar o caminho a seguir.

Olhamos em frente - Orientados pelos valores, princípios e práticas

Dez anos de história representam uma longa caminhada percorrida por animadores, técnicos e associações que viram um projecto nascer, crescer, desenvolver-se e consolidar-se.

Por isso avaliar o tempo passado, nesta fase da sua história, ajuda-nos a compreender como em cada momento foi possível ultrapassar barreiras, dificuldades, dúvidas, incertezas. Porque quanto maior for a nossa capacidade de olhar para trás, maior será a nossa capacidade de olhar em frente e projectar o futuro.

As motivações iniciais da criação da Animar foram os esteios de suporte dos seus 10 anos de existência. Só uma reflexão lúcida e esclarecedora sobre essa vivência permitirá aos continuadores do projecto encontrar novas razões e renovadas energias para construir futuros novos para a Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

Abrem-se novas janelas de oportunidades neste novo ciclo de vida que estamos a construir e que a Animar deverá aproveitar. Ganhar capacidades para organizar os associados a nível regional, construindo aí uma Animar forte, expressão de uma Animar nacional activa, reconhecida e com capacidade actuação. Afirmar os princípios e valores do desenvolvimento local e reivindicar os recursos, as políticas e os instrumentos que possam facilitar o desenvolvimento das comunidades e dos territórios.

Para comemorar os dez anos de vida da Animar, visualizemos o sonho para mais dez anos de vida de uma Animar congregadora dos interesses e objectivos dos seus associados, capaz de continuar a dar a Vez e a Voz a todos os que trabalham em prol do futuro das suas comunidades e dos territórios locais.

Se as vontades se reunirem e as energias se multiplicarem, a Animar continuará a ser aquele espaço onde sentimos e reconhecemos que não estamos cada um para seu lado, mas acompanhados por outros que partilham um projecto com futuro para o local. Um projecto com pessoas felizes, aberto ao mundo e à mudança em favor de uma humanidade mais solidária consigo e com a natureza de que faz parte.

Mais dez anos com futuro "animando" este projecto comum são os nossos votos.

Que as utopias de ontem alimentem o sonho de hoje para todos os "Nós" da Rede que somos "Animar".

II. 4. Documentos de Referência

Doc. II. A. - Acta da Reunião TERN - Mezio
Doc. II. B. - Constituição da Associação animar
Doc. II. C. - "O PDR e o desenvolvimento local"
Doc. II. D. - "TESTEMUNHO" - MANIFesta de Santarém
Doc. II. E. - "Só já falta fazer quase tudo" - Relatório de Actividades da Direcção de 93 a 94
Doc. II. F. - Carta de Penamacor - Encontro Nacional da animar (1995)
Doc. II. G. - Discurso de Sua Excelência o Presidente da República (NA MANIFesta 96 - II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local) - "Os Caminhos do Desenvolvimento Local"

DOC. II. A.
Acta da Reunião TERN - Mezio

José Portela, UTAD – Vila Real, abriu a reunião (25-26 de Setembro de 1992) estabelecendo a agenda para os dois dias de reunião. Foi discutida uma proposta sobre os objectivos da reunião:
iniciar a discussão entre instituições e animadores locais para informação sobre a rede Transnational European Rural Network (TERN)
e criar uma rede nacional com a participação de grupos locais envolvidos no desenvolvimento rural.
Note-se que a comunidade rural do Mezio foi seleccionada como local da reunião para salientar simbolicamente que o meio rural é a preocupação da rede TERN. O local reflectiu também a realidade do ambiente em que vivem ou trabalham os participantes. Este local foi também refrescantemente distinto dos locais de conferência habituais, em universidades ou grandes cidades. Partilharam-se salas, quartos, refeições e ideias, o que permitiu criar em pouco tempo um excelente espírito de grupo. O grupo concentrou-se no trabalho.

Após a apresentação, José Portela apresentou Mary Collins e Dermott Grimson ao grupo e explicou o interesse e objectivos dá sua participação na iniciativa. Mary é a representante da TERN em Bruxelas and Dermott participou no estabelecimento da TERN na Escócia e Irlanda. Estiveram presentes para partilhar as suas experiências com o grupo de Mezio e apontar pontos relevantes e modelos alternativos de implantação da TERN em Portugal.

José Portela sugeriu ainda que os três grupos de trabalho a formar na sessão da tarde considerassem três temas para discussão:
1. Necessidades específicas dos grupos do meio rural português.
2. Estabelecimento de uma rede em Portugal.
3. O papel do secretariado da rede TERN em Bruxelas.

Ainda antes do intervalo para café os participantes apresentaram a sua organização e o papel que desempenham no processo de desenvolvimento rural. Em resumo e em termos gerais, os aspectos considerados pelos participantes foram:
- programas de educação ao nível local para jovens dos 14 aos 19 anos;
- animação para o desenvolvimento;
- formação profissional ligada com a alfabetização;
- formação profissional na área do artesanato;
- formação profissional para mulheres;
- fomento de associações e cooperativas de mulheres (artesanato);
- promoção do turismo rural;
- programas de emprego e trabalho por conta própria ao nível local, tais como carpintaria, materiais audio-visuais, restauração de monumentos, hotelaria, agricultura, etc.;
- arquitectura rural relacionada com o turismo;
- grupos de acção social;
- criação de creches e infantários para filhos de mulheres trabalhadoras;
- comercialização de artesanato através de associações e cooperativas;
- programa integrado de produção, transformação, confecção e comercialização do linho;
- programas culturais tais como teatro local.

O intervalo de café que se seguiu permitiu um relacionamento informal entre os membros do grupo que facilitou o conhecimento mútuo e permitiu uma maior coesão do grupo para levarem a cabo os objectivos da reunião.

A comunicação de Mary Collins incluiu os seguintes temas:
- informação sobre o TERN e os princípios do trabalho em rede;
- assuntos europeus

A comunicação incluiu ainda uma breve discussão sobre a origem da TERN como uma associação internacional sem fins lucrativos cuja origem remonta a programas de combate à pobreza. No passado o programa comunitário de combate à pobreza fez uma avaliação de 13 acções locais de forma a melhor conhecer aquelas iniciativas. De forma a consolidar e integrar estas iniciativas locais de combate à pobreza foi criado em 1991 o TERN. Este constitui-se como uma rede representante das comunidades locais e como grupo de pressão para influenciara as políticas

de desenvolvimento sócio-económico e de combate às situações de desfavor dos residentes em meio rural. Foi enfatizado o facto da TERN não dar qualquer assistência financeira para projectos locais de desenvolvimento, mas antes o de actuar como lobby transnacional junto das instituições da CEE.

A comunicação também salientou e identificou os aspectos comuns a outras iniciativas europeias de âmbito local. Os aspectos referidos foram:
- desemprego e baixos salários;
- imigração rural;
- acesso a serviços públicos;
- problemática das mulheres rurais e as suas necessidades específicas relacionadas com as crianças e a reentrada no mercado de trabalho;
- ambiente.

Estes aspectos mostram a situação global do desenvolvimento rural e os esforços para reduzir o êxodo rural e promover a diversificação e integração das iniciativas locais no processo de desenvolvimento.
O principal desafio do grupo de trabalho é melhorara o trabalho em rede e constituir-se como uma força que emerge da base para o topo e não do topo para a base:
- uma forte rede nacional/local com ligações transnacionais;
- uma rede que exerce pressão sobre as po l íticas de desenvolvimento rural.

A comunicação suscitou várias questões:
1. Que papel desempenhou a TERN na criação do programa LEADER? Nenhum.
2. Existe coordenação entre a TERN e o LEADER para evitar a duplicação de papéis? Sim, muitos projectos LEADER na Irlanda, Escócia e Bélgica relacionam-se com a TERN e esta rede assegurará o envolvimento de iniciativas locais na segunda fase daquele.

A discussão informal continuou durante o intervalo para o almoço.

Antes de se iniciar a agenda do período da tarde, surgiram outras questões relacionadas com a comunicação da manhã. Estas questões centraram-se nos estrangulamentos e preocupações dos grupos de iniciativa local, tais como, por exemplo, programas de formação e requerimentos burocráticos associados a projectos. Este período serviu para os participantes, através das suas perguntas, confirmarem o papel que a TERN pode desempenhar como grupo de pressão junto dos decisores políticos em Bruxelas, comunicando as necessidades locais. Por exemplo, um dos aspectos a considerar seria pressionar Bruxelas para a alteração das regras burocráticas relativas à formação profissional, de modo a que o grupo-alvo inclua os mais velhos. Existe o sentimento de que os adultos, em alguns casos, poderiam aproveitar melhor os cursos, pois os jovens, por vezes, apenas pretendem obter o subsídio e emigrar após a sua conclusão. A maioria das perguntas pretendia identificar as áreas de negociação para melhorar as orientações políticas e os aspectos burocráticos, os quais são aspectos-chave para os grupos locais.

Dermott Grimson – Na sua comunicação descreveu a situação ocorrida na Irlanda e Escócia durante o planeamento e implementação da TERN nestes países. Os dois modelos foram descritos para permitir que os participantes estabeleçam a TERN em Portugal, aproveitando o que é possível de experiências já testadas, sendo perfeitamente possível o estabelecimento dum modelo específico para Portugal. Constatou-se que existem três aspectos-chave envolvendo a TERN no apoio às instituições locais e ao processo de desenvolvimento:
1. Facilitar a participação das populações na identificação das suas necessidades de desenvolvimento;
2. Facilitar a formulação de políticas para a satisfação daquelas necessidades;
3. Facilitar a execução daquelas políticas.

Estes foram os principais princípios que orientaram o estabelecimento da TERN na Escócia e na Irlanda.
Que pode a TERN fazer pelos participantes na rede?
1. Ser um interface para a troca de informação;
2. Melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de informação;
3. Promover uma fonte alternativa de poder;
4. Criar mecanismos para executar as aspirações, objectivos e políticas da rede.

Na comunicação foi referida a experiência da Rural Fórum - Escócia. Esta associação foi estabelecida há dez anos e tem actualmente cerca de 1200 membros:
- o membro típico é um grupo local e não um projecto da CEE;
- os membros ajudam na troca de informação e promovem projectos de investigação e demonstração, por exemplo, a edição de uma revista ou a avaliação do impacto de programas comunitários em áreas rurais da Escócia;
- os principais resultados da actividade destes grupos servem para persuadir os governos quanto à necessidade de incluir as necessidades das comunidades locais na sua agenda ou medidas de política.
- procuram um desenvolvimento rural integrado.

Na comunicação foi referida a experiência da Irish Rural Link (estabelecida em 1991). Está ainda no período inicial de crescimento.
- é uma rede de associações similares às presentes na reunião;
- a Irlanda possui já 115 grupos locais, os quais estão referenciados numa brochura contendo o nome, morada e informação adicional, tal como, os seus objectivos, embora nem todos pertençam ao IRL;
- existem actualmente 32 grupos e os perspectivas de alargamento até aos 60 no curto prazo.

As principais etapas na constituição de ambos as organizações são:
- reunir os líderes funcionais e não os líderes “cerimoniais”;
- definir objectivos comuns e métodos operacionais;

- decidir sobre a forma de organização: um fórum ou simplesmente uma organização promocional ;
- após a criação da entidade é, então, possível recolher os recursos financeiros necessários.

Foram mencionadas duas dificuldades:
- as novas organizações podem ser manipuladas por elites locais ou grupos já estabelecidos;
- necessidade de identificar o líder actual dos grupos locais.

As redes foram estabelecidas e são já vistas como legítimas representantes das iniciativas locais. Estas redes estão relacionadas com a rede global do Reino Unido, a qual representa interesses locais em Bruxelas. Estes modelos poderão ter características com interesse para Portugal.
A comunicação levantou algumas questões que contribuíram para a discussão que se seguiu. Assim, foi pedido que se descrevesse o tipo de associações pertencentes à rede irlandesa. Foram, então, referidos, por exemplo, centros de educação ambiental, associações de gestão municipal, associações de promoção de emprego em turismo rural, agências não-governamentais.
Foi também questionada a possibilidade das associações locais promoverem produtos de qualidade e simultaneamente participarem na rede. A resposta foi sim, desde que não usem a rede para promover comercialmente esses produtos. Foi ainda questionado se não havendo ainda uma associação local, será necessário criá-la para que o local possa estar representado. Foi respondido que, através de reuniões de trabalho ou concelhos, é possível mobilizar a população de forma a que os interesses locais estejam representados na rede nacional. Outras perguntas centradas na organização da rede permitiram clarificar a ideia de que o modelo instituído num país poderá não servir para outro. Como é estabelecido o orçamento foi outra pergunta formulada. A estrutura administrativa pode consistir num conselho administrativo que está representado ao nível local. O conselho pode empregar investigadores para projectos de curto prazo e pessoal administrativo. Numa dada situação, 25% dos fundos provêm do governo central, 25% são garantidos pelos membros e o restante através da venda de publicações. Como podem os líderes comunicar as suas preocupações aos membros da rede? A rede está envolvida na troca de informação com os seus membros através de circulares, periódicos, relatórios de conferências, programas de rádio ou vídeos.

Os participantes formularam os seguintes comentários:
A TERN complementa sinergicamente as organizações autónomas locais e não está preocupada em controlar as iniciativas locais.
É necessário ter uma voz forte que defenda a cultura local e não uma agricultura industrial que polua o solo, a água e o ambiente em geral.
A situação em Portugal é diferente da do Reino Unido. O peso sócio-económico do sector agrário em Portugal é muito maior. É necessário integrar a política agrária com a política de desenvolvimento rural. Deixem-nos evitar que se criem barreiras entre os vários sectores nas áreas rurais.

Antes da troca de ideias, foram formados os três grupos de trabalho para discutirem os temas estabelecidos na agenda:
1. Necessidades específicas dos grupos do meio rural português.
2.Estabelecimento de uma rede em Portugal.
3. O papel do secretariado da rede TERN em Bruxelas.

A síntese das questões tratadas pelos grupos de trabalho é feita de forma genérica sem atender ao grupo que as abordou.

- há uma escassez de informação do governo central sobre os projectos e o processo burocrático que não facilita a elaboração das propostas, e ninguém compreende a duplicação de documentos necessários ou a complexidade dos formulários;
- os diferentes grupos locais estão isolados e desarticulados, sem ligações entre si ou com o governo central;
- para melhorar a situação actual no curto prazo é necessário criar entidades ao nível micro-regional para dar assistência aos grupos locais na elaboração de propostas;
- a médio prazo devem ser integrados os vários grupos locais de cada micro-região para melhorar a taxa de aprovação das propostas;
- deve ser desenvolvida a TERN em Portugal para trocar informação, criar grupos de pressão ao nível regional, nacional e internacional;
- este deverá ser um processo aberto e não deverá limitar o acesso de qualquer grupo local de forma a haver o máximo de participação. Nesta linha, será necessário identificar as associações ou grupos locais em Portugal de maneira a termos uma rede representativa;
- A TERN deve ter três objectivos: 1) defender os interesses dos grupos locais na CEE; 2) preparar informação útil para as organizações locais; 3) organizar debates e conferências de forma a melhorar as capacidades de elaboração de propostas e identificação de fontes de financiamento.

Mary Collins e Dermott Grimson formularam as seguintes conclusões/sugestões para que o grupo desenvolva a TERN:
Estabelecer grupos de trabalho
Definir um calendário incluindo:
- levantamento de outros grupos locais portugueses (inventário)
- preparar uma proposta de estatutos;
- estabelecer o programa de trabalho;
- organizar a assembleia de nível nacional (1993);
- preparar uma nota informativa sobre a TERN destinada aos mass-media.
Vários elementos do grupo ratificaram os passos propostos. Mary tentará obter fundos financeiros para a constituição da assembleia nacional. Foram seleccionados os membros do grupo de trabalho, o qual será constituído por dez elementos e cada uma das "regiões" do país estará representada. José afirmou que, após esta fase, a liderança nacional do processo deverá ser assumida por um membro a ser eleito pelas organizações locais. Foi estabelecida a data de 15 de Outubro para a próxima reunião que deverá dar os passos seguintes em direcção à implantação da TERN em Portugal.

Docs. II. B.
CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO animar

Escritura de Constituição

No dia dezassete de Setembro de mil novecentos e noventa e três, no cartório notarial de Aljustrel, perante mim, Lic. José João da Silva Guerreiro, notário do cartório, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO
JOSÉ FRANCISCO GANDRA PORTELA, …
SEGUNDO
Manuel António Sampaio Taborda Pereira, …,
TERCEIRO
José Cardoso Brás, … em representação, com poderes para o acto, da Fundação denominada "SOLIDÁRIOS - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO E COMUNITARIO", Pessoa Colectiva número 501 612 564, …
QUARTO
John Awin Mcadam, …em representação da Associação denominada "INSTITUTO DE ASSUNTOS CULTURAIS DE PORTUGAL", …
QUINTO
Vincent Marie Joseph François Gourdin, … em representação, com poderes para o acto, da Associação denominada "ALMARGEM - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL" , …
SEXTO
José Carlos Coelho Albino, …e Marie Christine Genevieve Marcelle Gros Nunes Guerreiro, …em representação da Cooperativa denominada "ESDIME - EMPRESA DE MESSEJANA PARA O DESENVDLVIMENTO INTEGRADO, C.R.L.", …
Verifiquei a identidade dos outorgantes por declaração dos abonadores adiante indicados; a qualidade em que outorgam e os poderes para o acto, verifiquei-os através das fotocópias autenticadas das actas que arquivo.
E por eles foi declarado que, pela presente escritura, constituem uma Associação denominada "ANIMAR - ASSOCIAÇAO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MEIO RURAL", a qual tem a sua sede na Rua do Engenho, número dez, na indicada vila e freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel, cujos Estatutos constam do documento complementar elaborado nos termos do número 2 do artigo 78º do Código do Notariado, que fica arquivado sob o número 128 , como parte integrante desta escritura.
Assim o disseram e outorgaram.
Foi-me exibido um certificado de admissibilidade de firma ou denominação emitido em 4-6-93 pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas e ficam arquivadas sob os números 128 a 134, o mencionado documento complementar e seis fotocópias autenticadas de actas a que se fez referência.
Esta escritura, bem como o documento complementar, foram lidos aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo em voz alta e na presença simultânea de todos eles e dos abonadores Fernando Manuel da Silva Capela Miguel, casado, residente na Av. D. Afonso Henriques, nº 927 – 1º, em Guimarães e Luís Manuel Fino Gil Barreiros, solteiro, maior, residente na Rua Ferreira de Castro, nº 4 r/c, na Covilhã.

Presenças

TDA – Técnicos de Desenvolvimento Associados de Amarante
ADC – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura
ADPM – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Mértola
CEART – Centro de Formação Profissional de Artesanato, Galizes, Oliveira do Hospital
GAF – Grupo Aprender em Festa de Gouveia
In Loco – Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento de Local
Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado de Serpa
RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural
ICA – Instituto de assuntos Culturais, Lamego
Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais de Alcáçovas
CLAP – Centro Local de Animação e Promoção Rural, Vila Chã de Amarante
Trote Gerês – Cooperativa de Ocupação de Tempos Livres, CRL
CAR – Centro de Arte e Recreio de Guimarães
Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental de Loulé
Solidários – Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário, Oiã, Oliveira do Bairro
ESDIME – Empresa de Messejana para o Desenvolvimento Integrado, CRL, Messejana
ADFAT – Associação de Desenvolvimento e Promoção da Formação da terra Fria, Bragança
ADRAT – Associação de Desenvolvimento da região do Alto Tâmega, Chaves
Aliança Artesanal – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, Vila Verde
GRAD – Gabinete Regional de Apoio ao desenvolvimento, Lda., Avelar
ProBasto – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto
Vicentina – Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Algarve Sudoeste, Lagos
Margarida Cartaxo, Viana do Alentejo
Maria Conceição Moura, Santa Comba Dão

João Rodrigues, S. Pedro do Sul
Joaquim Nobre, Messejana
José Francisco Gandra Portela, Vila Real
Manuel António Sampaio Taborda Pereira, Lisboa

DOC. II. C.
Conferência do Prof. Simões Lopes, em Coimbra/93
"O PDR e o desenvolvimento local"

O Programa de Desenvolvimento Regional e o Desenvolvimento Local: da integração de princípio à quase dissolução de facto

Quando há dias voz amiga me fazia chegar o convite para estar convosco nesta Conferência, lembrando-me os objectivos da ANIMAR e a Faculdade de Economia como local onde se realizaria o encontro, dei comigo a relembrar o I Colóquio de Estudos Rurais de há uma dúzia de anos, organizado precisamente pela Faculdade, sobre matéria que para mim havia de ter muitos pontos de contacto com os objectivos da ANIMAR e, necessariamente, com a minha forma de abordar o tema sobre que era convidado a debruçar-me.
Não escondo a relutância com que em regra me entrego a esses exercícios recordatórios que normalmente deixam em mim larga margem de insatisfação, porque sempre concluo ter sido incompleta e imperfeita a abordagem e porque sempre lhe encontro insuficiências ao menos determinadas pela evolução do pensamento. Contudo, para além da insatisfação própria (e saudável) de quem sabe nunca conseguir a perfeição que persegue, esses exercícios de recordatória são-no em princípio também de auto-flagelação, porque a regra aponta para a permanência – se não agravamento – dos problemas diagnosticados, no mínimo para a fundamentada necessidade de manter pontos de vista anteriores; o que quer dizer que revelámos incapacidades, porque ou não fomos claros na expressão das ideias, na mensagem, ou não fomos suficientemente convincentes, coerentes ou realistas designadamente quanto a soluções e alternativas; ou ficámos pelo discurso, quiçá canhestro, à espera que outros, sensibilizados, tomassem a acção; ou, agravo dos agravos, nós que desejamos a crítica e a praticamos, teremos beneficiado do aplauso simpático em banho de complacência hipócrita dos que se dizem connosco nas ideias, mas só enquanto das ideias não se avança para a realização prática.

Compreenda-se, pois, a relutância da entrega aos exercícios recordatórios, visto recusar o estilo mórbido de quem em tom mais ou menos plangente se lamenta de não ter sido entendido ou ouvido; como recuso, ainda com mais vigor, se possível, a auto-flagelação própria dos sentimentos masoquistas. Continuemos, por isso, na via positiva e persistente da denúncia dos problemas, a prosseguir, sem desvios, no traçado dos caminhos para as soluções necessárias; e não deixemos de teimosamente lembrar, com clareza suficiente para eliminar ambiguidades, os objectivos e os valores que norteiam o nosso quadro de pensamento para a acção. E se, nesta linha, as palavras do passado se nos revelarem adequadas e justas, nada nos diminuirá retomá-las, por muito que a inibição nos assista para as repetências que possam identificar-se com o espírito plangente da recordatória, que rejeito.
Deixemos no entanto os prolegómenos e entremos no tema. O Plano de Desenvolvimento Regional e o Desenvolvimento Local: da integração de princípio à quase dissociação de facto.
Ninguém de boa fé poderia dizer que o Desenvolvimento Local não é preocupação do PDR; mas o Desenvolvimento Local não é seu objectivo explícito, não é seu objectivo dominante, não é seu objectivo prioritário. O próprio Desenvolvimento Regional não o é. E a designação Desenvolvimento Regional de que o PDR se apropria só não pode ser considerada incorrecta e ilegítima porque a ambiguidade do termo região, sem conceito de base bem definido que lhe dê suporte, lhe dá cobertura. Com efeito, não vingou até hoje a tentação de definir "região" numa perspectiva quantitativa, pelo que tanto a Europa é uma região como a Península Ibérica o é, como o é Portugal, como o é o Baixo-Mondego, como o será sempre qualquer espaço territorial parte de um todo e por referência a ele.
Simplesmente, o mais elementar bom senso tem levado a privilegiar o uso do termo "Desenvolvimento Regional" quando a óptica de abordagem e o enfoque se fazem "para dentro" do espaço que consideramos e não "para fora". Falar do desenvolvimento regional português é falar da organização espacial da sociedade portuguesa, ou da organização sócio-económica vigente no território português, num quadro de análise que tome por base as unidades espaciais internas mais adequadas para esse fim. Falar do Desenvolvimento Regional é falar dos objectivos de desenvolvimento do país na ordem interna, é falar da interacção espacial, das relações de interdependência de base regional, dos desequilíbrios ou as simetrias, das sinergias territoriais existentes, a criar e a explorar, das diferenças e complementaridades, do seu aproveitamento com vista à melhoria do todo num quadro de valores em que o alcance dos objectivos globais não aconteça à custa da exploração dos desequilíbrios e, portanto, à custa do sacrifício de algumas das partes, em regra das que menos margem possuem para se sacrificar. O Desenvolvimento Regional, com efeito, só faz sentido quando é visto das partes para o todo.

Claro que Portugal é uma região da Europa; mas um plano de desenvolvimento regional fundamentalmente determinado por preocupações de redução dos desequilíbrios dentro da Europa, por preocupações de coesão económica e social dentro da União Europeia, seria um plano de desenvolvimento regional europeu muito mais do que um plano de desenvolvimento regional português. No entanto, a orientação determinante no nosso PDR cuja vigência termina, como naquele que vai vigorar, não é a de partir dos problemas internos de base regional para passar ao desenvolvimento do país; é antes a de procurar que o país se aproxime dos seus parceiros da União, embora exprimindo como que um "grito de alma" no sentido de procurar reduzir os desequilíbrios internos. E aí não há qualquer ambiguidade no PDR 89-93 como no próximo: a convergência face à "Europa" é o objectivo prioritário, quase se esperando que o desenvolvimento regional venha "por acréscimo",

em consequência.
Será nestes termos abusiva a designação de Plano de Desenvolvimento Regional? Em termos conceptuais, sem dúvida, embora ambiguidades associáveis ao conceito de "região" possam ser invocadas para a legitimar!
Respeitará o PDR, ao menos, o conceito estabelecido de desenvolvimento?
Novas ambiguidades se pode dizer que a este respeito sustentam o uso da expressão "desenvolvimento". Mas ao nível da explicitação o "desenvolvimento" não é objectivo do Plano, a menos que ainda houvesse hoje quem o confundisse com "crescimento". Atente-se na estratégia de desenvolvimento regional definida no PDR 89-93, a pp. 82: "Assume assim particular relevância o objectivo de assegurar o crescimento da economia e do nível de vida a ritmos superiores às médias comunitárias, em particular, no que respeita à produção e ao emprego, por forma a viabilizar o aumento do rendimento; este crescimento acelerado da economia... associa-se assim estreitamente, à prossecução de objectivos com consequências qualitativas, em que são prioritárias a superação dos estrangulamentos ao desenvolvimento existentes e a promoção da convergência real entre as economias portuguesa e comunitária".
Atente-se nos objectivos e na estratégia do "novo" PDR (pp. 9-10 do PDR 94-99):
"... foram delineadas três Opções Estratégicas que visam preparar Portugal para o novo contexto europeu (1ª opção), para a competição numa economia global (2ª opção) e para uma vida de mais qualidade (3ª opção).
O Plano de Desenvolvimento Regional, sendo restringido às acções e investimentos co-financiados pela Comunidade, corporiza, no essencial, a segunda e terceira opções, ainda que seja necessariamente enquadrado pelos grandes desígnios geopolíticos e geoeconómicos da primeira opção.
Daqui decorre a definição de uma estratégia própria do PDR que decorre das Opções Estratégicas e que assenta nas duas orientações de fundo que já estavam presentes no anterior Plano:

- reduzir o diferencial de desenvolvimento económico e social face aos países da Comunidade, mediante um crescimento mais acelerado do que a média comunitária;
- reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento.

No contexto mais exigente da próxima década, a estratégia do PDR para concretizar estas orientações de fundo assenta em dois pressupostos:
- a necessidade de basear o crescimento sustentado numa mudança na estrutura da economia e do emprego, mais compatível com a evolução nos mercados internacionais;
- a necessidade de incluir uma vertente mais significativa de acções dirigidas à melhoria da qualidade de vida e que se concretizem em paralelo com as mudanças que assegurem a competitividade da economia."

Não se dirá que o "desenvolvimento" não esteja nas preocupações expressas; mas é inquestionavelmente o "crescimento", a convergência dentro da União Europeia, a redução do "diferencial" ainda que se lhe chame de desenvolvimento sócio-económico que surgem como objectivos. Quando se vai tentar a concretização, serão ainda as velhas e limitadoras grandezas do PIB, das suas capitações, que servem as comparações, que objectivam os projectos; sempre, indicadores de crescimento.
E mesmo aceitando a atitude simplista de que o "crescimento", a convergência face aos outros, seriam de privilegiar, porque por essa via se atingiria a coesão interna, mesmo menosprezando os custos sociais inerentes a esse processo, pode perguntar-se do realismo no alcance desses objectivos de convergência. Em anos recentes a economia portuguesa tem crescido a taxas superiores às taxas médias dos países da Comunidade, condição necessária de convergência; mas ela não é condição suficiente, até porque taxas de crescimento portuguesas mais elevadas podem ainda assim gerar "divergência", aumento do diferencial, aumento da distância que nos separa dos "outros".
Utilizando dados disponíveis sobre a capitação do produto em Portugal, na Espanha e na Alemanha, pode demonstrar-se que a convergência só acontece em relação à Espanha se a nossa taxa de crescimento da capitação do produto for sistematicamente o dobro da taxa espanhola; e só acontece face à Alemanha se for 5 vezes superior; o que, se não é utopia, tem toda a configuração para sê-lo. Mesmo com hipóteses de trabalho muito optimistas de um diferencial de crescimento a nosso favor, permanente, de 3 %, não seria de admitir como necessários menos de 20 e menos de 50 anos para que a convergência pudesse verificar-se em relação à Espanha e à Alemanha, respectivamente, tomando para referência as taxas de crescimento do último decénio.

E não me alongo sobre esta matéria, até porque poderia levar quem me não conheça a admitir que atribuo mais relevância do que a devida aos indicadores de crescimento; e, sobretudo, porque não os quero para definir objectivos de desenvolvimento. Não que não considere o "crescimento" necessário ao "desenvolvimento"; mas porque entendo o "crescimento" exclusivamente instrumental, como a própria economia o deve ser, e não como objectivo em si. Não é qualquer "crescimento" que serve ao "desenvolvimento"; não é o crescimento em qualquer lado ou de qualquer forma, muito menos a qualquer preço. Um enquadramento de "valores" torna-se assim essencial, tal como uma atitude crítica sistemática quanto à concorrência sem peias e sem regras, quanto ao apego obsessivo às economias de escala, quanto à pretensa neutralidade dos técnicos e das técnicas; em suma, quanto à coerência das políticas.
Com tudo isto, quero dizer que mantenho muitas das preocupações que exprimia aqui, na Faculdade de Economia, há doze anos, quando do já referido I Colóquio sobre Estudos Rurais[2].

No que à economia respeita, volto a sentir necessidade de invocar Schumacher para com ele me identificar na relativa insatisfação por muitos aspectos da teoria económica, no desprezo pelo uso de técnicas avançadas como objecto em si, na convicção de que a Economia existe e se deve desenvolver para servir o homem, no desejo, portanto, de não isolar os aspectos económicos da vida dos outros aspectos sociais e muito menos de os privilegiar; na intenção de não aceitar que as acções decorram na perspectiva da optimização do individual face ao colectivo, ao geral; no convencimento de que não é legítimo nem coerente procurar ter tudo hoje, sobretudo se o preço tiver de ser pago por outros, amanhã; na certeza de que o "bolo", por mais que se queira aumentá-lo, será sempre finito; e na verdade elementar de que, sendo desiguais as fatias, haverá quem tenha de contentar-se com menos quando alguns fazem por locupletar-se com mais.
No que toca aos "valores", apetece-me deter-me sobre a crise profunda da sociedade de hoje, a traduzir-se num privilegiar de objectivos, concepções e atitudes de validade humana discutível, se não condenável. Os valores adoptados põem já em causa a coerência, que devia ser atributo da espécie, e os princípios básicos de comportamento nalgum tempo tidos por nobres, mas que são apenas básicos, de justiça, de

dignidade, de liberdade. A sua aceitação, mesmo que inconsciente ou passiva, é ponto de partida para a aceitação de processos, de acções, de políticas que não são pré-avaliadas nos seus efeitos nem postas em causa na sua legitimidade. A sociedade em que nos é dado viver fixou a abundância como objectivo, mas a abundância pelo seu atributo mais pobre, mais primário, mais baixo, no seu significado mais restrito, o da "abundância quantitativa"; de tal forma que as questões da qualidade, quando as considera, é em regra apenas para delas tirar partido em favor da quantidade. É efectivamente na sua variante mais primária, mais pobre, mais reles, que a abundância é perspectivada, porque lhe é de todo indiferente a forma como a repartição se opere e até da má repartição se permite tirar vantagens para se intumescer. Que outra coisa se advoga com as teorias do crescimento desequilibrado? O absurdo verifica-se então, porque, no pequeno rincão em que todos vivemos, a abundância de hoje de alguns só pode existir à custa dos outros, sejam eles os nossos vizinhos do lado ou os locatários de amanhã. Claro que, como se esperaria – e não se dirá que aí haja algo de incoerente ou de absurdo – os profetas da abundância são os seus beneficiários, instalando-se nas fases do circuito económico que lhes permitam a apropriação do excedente, tudo fazendo para que o seu clã não se distenda.

Os mecanismos utilizados são liminarmente simples. Não se eduque o homem a ser feliz com a igualdade nem se permita, portanto, que a igualdade tendencial se lhe ponha como objectivo a atingir; cultive-se, explore-se mesmo, o sentimento primário de querer ser superior ao seu companheiro-homem, base do processo de emulação que determina a competição por tantos defendida como insígnia de progresso, como estímulo à grandeza crescente do próprio homem, e associe-se a isso o termo bem-estar, que pode ajudar psicologicamente a reduzir a propensão para que do acto resulte mal-estar; trate-se de convencê-lo de que os verdadeiros sinais de superioridade e de grandeza, os únicos que efectivamente importam, são os que se vêem, os que se ostentam ou podem ostentar, os objectiváveis – portanto os objectos, que se podem consumir, que têm de ser produzidos. Depois é apenas esperar que o processo se auto-regule, provocando estímulos activos convenientes (ou passivos, se os activos não forem viáveis) no ciclo delineado, com vista à auto-sustentação: tudo fazer para impedir que algo se faça no sentido de atenuar o instinto primário de competição para a grandeza e superioridade que a posse das coisas exprime; aguçar esse instinto naqueles que no processo estão do lado do consumo. Da arte de produzir estímulos veio a nascer uma actividade nova e fascinante, a publicidade, da qual obviamente se retirará lucros. A manipulação cuidada da formação cultural do indivíduo, a sua delimitação e controlo, nomeadamente, para produzir a formação conveniente; acções de estímulo para que consuma mais, justamente daquilo que se quer produzir. É tudo!

E a tudo isto vem juntar-se a obsessão na defesa das chamadas economias de escala com base na simples intenção de redução dos custos, à partida e apenas em princípio proporcionadoras de vantagens sobre o nível dos preços, sem curar de discutir sobre o tipo de produtos que se pretende originar e, portanto, sobre as necessidades que se pretende satisfazer, ou sobre aquelas que se pretende manter, incentivar ou criar. A questão da escala tomou-se de facto numa obsessão generalizada, de tal modo que a ela passou a associar-se a ideia de viabilidade – e viabilidade económica – que tem levado alguns a apontarem para as grandes unidades de produção, para as grandes comunidades (para tudo quanto é grande) como formas desejáveis de organização, como se o indivíduo pudesse sair menos rico, menos realizado como homem em comunidades mais pequenas, por isso mesmo mais coesas, mais comunidades, como se em unidades de produção pequenas não pudessem atingir-se tão bem ou melhor do que nas grandes os objectivos sociais e humanos mais fundamentais, que não são certamente traduzíveis – e sobretudo não o serão indiscriminadamente – por maiores disponibilidades de bens de consumo.

Produzir, produzir mais, produzir sempre, converte-se então também em alvo a atingir. O objectivo social que o produto final possa realizar não é considerado, a menos que a partir dele se possam tirar vantagens publicitárias fomentadoras de aumentos da procura. As preocupações de ordem social que deviam mover a própria actividade produtiva não são tidas em conta, podem ser mesmo sacrificadas, como é evidente já hoje quando se toma manifesta a falta de coragem para argumentar em favor de processos que façam uso intensivo de mão-de-obra em situações de desemprego só porque não tomarão as produções competitivas pelo custo (pouco se usa a qualidade e a diversificação para esse fim). A panóplia fica convenientemente armada quando, a culminar todo o edifício, se passa a avaliar do progresso do país pela produção total que nele se origina e pelo ritmo de crescimento dessa produção, o qual, ninguém o negará, apesar de todas as críticas que lhe vêm sendo formuladas, continua a ser o indicador mais frequentemente utilizado, por vezes despudoradamente referido como indicador de desenvolvimento. Que desenvolvimento, se não importa o que se produz, como se produz, onde se produz, para quem se produz, com que consequências? A que concepção de desenvolvimento desejará fazer-se referência? Obviamente, apenas se está a fazer uma utilização abusiva do termo.
Finalmente, não resisto à tentação de retomar, como o fazia há doze anos, a questão da pretensa neutralidade dos técnicos e das técnicas, com a chamada de atenção para o aproveitamento que fazemos e outros tendem a fazer de conceitos e de técnicas que tantas vezes usamos acriticamente e, também, descuidadamente.

Referi-me já ao crescimento e ao desenvolvimento como designações associadas a conceitos marcadamente diferentes, e até hierarquizáveis, cuja utilização incorrecta é frequente. Mas adiantarei outros dois para exemplos, de entre os que admito mais usados na perspectiva do desenvolvimento local, quase sempre no entanto de forma dicotómica expressa ou implícita, já que incidem sobre realidade incontroversamente dualista: o moderno e o tradicional; o urbano e o rural. Que carga qualitativa aceitamos que impenda sobre eles?
Confesso-me preocupado com o simplismo com que os vejo utilizados, simplismo perigoso que por vezes deixa em aberto a possibilidade de admitir uma maior importância, um maior interesse, um grau qualitativo mais elevado de um deles face ao dual; e (o que, devo dizer, me deixa enormemente apreensivo) essa tendência para a dosagem qualitativa leva em regra a pretender que o moderno seja mais evoluído que o tradicional, tal como a associar-se o urbano a formas organizativas mais avançadas do que o rural. Talvez não haja muitas dúvidas sobre que os processos organizativos sociais e espaciais têm evoluído em desfavor do meio rural, frequentemente até sem vantagens para o meio urbano, mas quase sempre, e só, em benefício de alguns a quem sempre sobrarão as opções; nenhum de nós estará intelectualmente disponível para considerar o homem urbano superior ao homem rural; mas teremos nós tomado sempre todas as cautelas, já não digo para defender a organização do rural como superior, por mais sedimentada, mas ao menos para não aceitar a sua degradação quando ele sai sempre preterido face ao urbano no acesso a infra-estruturas e demais equipamentos que hão-de permitir a satisfação das suas necessidades básicas, das realmente básicas? Que poderosa organização do meio rural não é essa que conseguiu, apesar de tudo, não se desintegrar totalmente? Que organização urbana "superior" será a que impõe que, generalizadamente, os problemas urbanos se considerem hoje dos problemas maiores do nosso tempo? Mas teremos, apesar de tudo, sido capazes sempre, ao usar os nossos termos, de salvaguardar que o cidadão rural não seja tomado como uma espécie de cidadão de segunda?

É entretanto altura de regressar ao tema, feita a argumentação de que o conceito de desenvolvimento não deveria merecer os tratamentos ambíguos e deformatórios a que tem sido submetido, nem que a coberto das dificuldades operativas que se lhe levantam se justificaria alguma vez que fosse representado por indicadores de crescimento. E ao regressar importa deixar claro que "desenvolvimento", "desenvolvimento regional", "desenvolvimento local" não são conceitos diferenciáveis na essência pelo que, embora no PDR o enfoque seja outro, nele o desenvolvimento local e o desenvolvimento regional deveriam aparecer como formas de expressar os objectivos dominantes; e isto porque o desenvolvimento só faz sentido dirigindo-se às pessoas, onde vivem (em "locais", em "regiões"), contrariando-se a tendência para terem de ser apenas as pessoas a deslocar-se a procurá-lo.

O desenvolvimento permanecerá como abstracção enquanto não se identificar com desenvolvimento regional, enquanto não se identificar com desenvolvimento local. O desenvolvimento só pode aproximar-se da realidade através do desenvolvimento regional; ele só acontece, de facto, na base do desenvolvimento local. É desta forma, de resto, que ele assumirá o seu conteúdo mais objectivo, mais concreto, menos controverso; só pela via do "local" ele se aproximará das pessoas, a quem se destina. Será estranha e arriscada uma estratégia de desenvolvimento virada "para fora", que tome os resultados sobre as pessoas como acontecendo por acréscimo, ou em consequência. Toda a estratégia, ao contrário, deveria partir das pessoas, para o "local", para o "regional", resultando então em consequência o desenvolvimento global.
Isto me leva de novo às questões da "escala" e às obsessões doentias do "gigantismo", para críticas adicionais. Sendo o desenvolvimento a aproximação às pessoas, qualquer estratégia coerente deveria partir das "pequenas escalas" e defendê-las; e deveria assentar pesadamente no respeito e nas potencialidades do mundo rural.

Dizia eu no I Colóquio de Estudos Rurais que seria bom escrutinar e criticar as tendências para privilegiar o que é grande, como se aí pudessem repousar as garantias de viabilidade económica futura de qualquer empreendimento. Há países em que as concepções de vida tidas por prevalecentes têm de tal modo conduzido à obsessão megalómana e ela se encontra de tal forma enraizada na cultura, que parece que importa apenas que o que se faça seja maior, sem que interesse discutir propriamente quão grande: os objectos que se possuem, as casas em que se habita, as organizações, os locais de trabalho, as cidades... e como ninguém se preocupa com estabelecer o que deva entender-se por grande, passa-se a admitir, simplesmente, que quanto maior melhor[3].

Terão sido o meio rural e as actividades que nele decorrem, pela sua tradição, pela sua estabilidade, pela sua solidez, os que mais têm resistido à questão da escala; mas mesmo o meio rural só pode resistir quando verdadeiramente estruturado e moldado por uma formação social e um processo histórico consistentes. Nos Estados Unidos começou a preferir-se para a actividade agrícola o termo "agribusiness" em vez de "agricultura", com evidente preocupação de associar a preferência a certa concepção de progresso e, obviamente, ao dimensionamento e formas de exploração. Manteve-se o "agro", por enquanto; "business" vai substituindo "culture". Sinais dos tempos. Nos últimos quatro decénios terão desaparecido alguns milhões de explorações agrícolas farniliares[4].

Os Estados Unidos são, de resto, um vasto laboratório onde vale a pena analisar as experiências e o sucesso delas; um laboratório que não pode ser considerado inteiramente responsável pelo facto de muitos países pretenderem utilizar os seus métodos sem curar de os avaliar previamente de forma crítica, ao menos em termos da sua adequação a realidades diferentes. E já se disse, em relação a esse vasto laboratório, que a concentração da terra em explorações cada vez maiores e num número de mãos cada vez menor, com a consequência lógica de fazer aumentar os encargos de exploração, o recurso a empréstimos e a dependência de máquinas, é questão extremamente complexa cuja análise e consequências impõem que se ultrapasse o campo estrito da actividade agrícola para se avançar sobre o seu significado cultural. Ela leva a uma transformação profunda na mentalidade do agricultor, porque com o aumento do investimento em terra e máquinas ele é conduzido a abandonar os valores tradicionais da agricultura como actividade económica e social e a assumir os da finança e da tecnologia; o seu pensamento passa a ser determinado cada vez menos pela sua responsabilidade de agricultor e cada vez mais pela contabilidade financeira das suas máquinas; torna-se para ele progressivamente menos importante saber de onde vem o seu dinheiro e muito mais preocupante para onde tem de ir; os seus interesses e energia vão sendo sucessivamente menos absorvidos pelo solo agrícola; a moeda instala-se definitivamente e a economia monetária subverte a economia da natureza, da energia e do espírito humano, até que ele se transforme numa máquina de consumo (Berry, 1977).
Esta foi a tendência nos Estados Unidos nos últimos 50 anos, tendência que o aparelho estatal reforçou, apesar de todos os aparentes esforços para defender a exploração agrícola familiar como "espinha dorsal" da nação[5]; tendência que o ditame popular reproduziria na expressão "cresce ou desaparece"[6]. Na realidade, retomando Berry (1977, p. 43) "os que não puderam expandir-se retiraram-se simplesmente, não apenas na minha comunidade, mas em comunidades agrícolas por todo o país". Como objectivo, o gigantismo é, além do mais, totalitário e impõe uma tendência irreversível para a concentração única, naturalmente a maior possível; muitos conseguirão crescer para se manter; mas virão a ser afastados por outros que se tomarão maiores.

E quanto ao nosso tema, que concluir? Não pode dizer-se que Plano de Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Local se tenham ignorado mutuamente; mas embora identificando por vezes a necessidade de actuar sobre o "local" e explicitando exemplos disso, o PDR está longe de partir das pessoas e portanto longe de ter procurado a estruturação do processo de desenvolvimento numa base territorial; quase poderia dizer-se que se serve, tão somente, do "local", como se serve das pessoas, para procurar garantir o alcance de objectivos macroeconómicos de convergência no quadro da União Europeia.

Alternativa válida de aproximação ao desenvolvimento?

Não a considero assim, porque lhe subjaz um quadro de vida, uma filosofia, um quadro de valores que não posso aceitar como meus.
A questão mais relevante, no entanto, é a de saber se os tempos que correm a elegem como alternativa preferida da sociedade que somos; sendo certo que na democracia em que vivemos os nossos eleitos estão, por nós, a fazer a opção.
Sinto falta de uma regionalização que ao menos sensibilize e organize para estas questões fundamentais o próprio Poder Local.
Quero apostar em organizações sociais e cívicas como a ANIMAR para o debate, a tomada de posição e a força de pressão para as inflexões necessárias.

Referências

(1)BERRY,W. The Unsetting of America. Sierra Club, 1977.
(2) LOPES, A. S. "A pequena Agricultura no desenvolvimento regional". In Revista Crítica de Ciências Sociais, n° 7/8, Coimbra, 1981.
(3) SALE, K. Human Scale. Secker & Warburg, Londres, 1980.

Notas

1 A utilização do tendo Plano de Desenvolvimento Regional fica contudo um tanto desresponsabilizada nos próprios textos que o consubstanciam. Por exemplo, o parágrafo 86 das "Opções Estratégicas" para o Século XXI define o Plano como sendo "a proposta a apresentar à Comissão das Comunidades Europeias para negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), documento contratual que consagrará a aplicação do conjunto de fundos estruturais em Portugal no período 1994-1999... cujo conteúdo está naturalmente limitado às acções susceptíveis de financiamento através dos Fundos estruturais…".
Estaremos, assim, a querer ver no PDR mais do que ele se propõe; mas com legitimidade, esperamos, visto não se conhecer qualquer outro Plano de Desenvolvimento que enquadre o PDR.
2 Releve-se a extensão das transcrições de LOPES (1981).
3 "Bigness may have its place here or there, but it is the pervasiveness of it that is so alarming. Because bigness is by now so rooted in our culture, we have not really ever come to grips with the questions of sire, of quantity, of extent, for our individual possessions or dwellings, for our organizations and workplaces, for our cities and systems. Because we do not really know how much is enough, we assume that bigger is better" (Sale, 1980, p. 71).
4 "Because high-chemical, high-energy farming is most congenial to large industrialized farms, particularly those operated by large corporations, they have been best able to take advantage of the new pattern of American agriculture – which has come to be called, interestingly, agribusiness, with the culture part of it discarded. Large farms have increased by 500 percent over the last thirty years, while more than 2,5 million one-family farms have gone out of business" (Sale, 1980, p. 230).
5 Tomou-se de certo modo corrente imprimir em muitos documentos a enviar ao agricultor, nomeadamente em facturas, a conhecida frase: "family farm as lhe backbone of the nation" (Sale, 1980).
6 "Get big or get out".

Doc. II. D.
"TESTEMUNHO" - MANIFesta de Santarém

Nota de Apresentação

Começou por ser o sonho de 1 ou 2. Que mobilizou rapidamente mais 3 ou 4 e depois mais 30.
Foi assim que nasceu a ideia de realizar um Encontro de Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal.
Ganhou entusiasmo, o rio engrossou, novos afluentes vieram juntar-se-lhe, até desaguar em Santarém, entre 5 e 9 de Outubro de 1994.
Esteve para ser "Estados Gerais do Desenvolvimento Local em Portugal", para se reivindicar da herança do tempo em que os "homens bons" de cada concelho (de cada local) se faziam ouvir, mesmo não pertencendo nem tendo acesso aos poderes central e regional dessa época, que estava nas mãos da nobreza e do clero. Tal como agora, com nomes diferentes. Também agora os cidadãos activos, que recusam esgotar a sua participação na escolha de quem os... vai representar no poder e nas decisões que a todos dizem respeito, querem fazer ouvir a sua voz e ter a sua vez.
Era esse o sentido dos "Estados Gerais do Desenvolvimento Local". Foi esse o sentido, desde o início, da MANIFesta - Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local em Portugal.

MANIFesta se chamou, porque Estados Gerais foi designação que entretanto tinha sido apropriada por outra realização. E em boa hora MANIFesta ficou, porque de uma MANIFESTAÇÃO em FESTA se tratou.

Tivemos de remar contra ventos e marés, porque de um grupo de cidadãos, tão somente cidadãos activos nos locais onde vivem e lutam pelo Desenvolvimento, não se espera que organizem manifestações de âmbito nacional deste género.
Ainda se estivessem ligados a algum partido ou associação ou instituição estabelecida e reconhecida!
Apoios foram reduzidos e sobretudo de quem muito não podia. Visibilidade mediática foi dificilmente conquistada, palmo a palmo, e quase sempre nas "páginas" secundárias. Mas, apesar de tudo, a MANIFesta foi uma FESTA, que mostrou a vitalidade do Desenvolvimento Local em Portugal.
Pelos apoios que não teve e pelo que conseguiu realizar, apesar disso, na base do esforço de muitos de todos os pontos do país.
Pela mobilização de associações, projectos, iniciativas, instituições, alguns (poucos) responsáveis políticos, cidadãos, etc.
Pelas discussões e conversas (sempre) inacabadas que proporcionou.
Pelas trocas de experiências que permitiu. Pelos produtos, serviços e actividades que mostrou.
Pelos desafios que despertou.
Pelos ecos que, pelo tempo fora, foram ressoando, um pouco por todo o país. E até no estrangeiro.
A MANIFesta 94 foi um marco.
Que não pode ficar esquecido, até pela luta e persistência que representou a sua realização.
É para que o testemunho da MANIFesta perdure que publicamos alguns dos dados que a simbolizam:
- o cartaz que foi a sua imagem pública;

- o manifesto que congregou os seus promotores;
- o programa dos 5 dias em que ela decorreu;
- a lista dos participantes, dos projectos que estiveram em exposição e dos grupos ou associações que integraram a animação cultural;
- as pistas de reflexão deixadas pelas conversas inacabadas;
- a avaliação possível a partir de um inquérito aos participantes;
- as despesas efectuadas e os apoios financeiros que se obtiveram.

Ficam como testemunho de um acontecimento que é parte importante da história do Desenvolvimento Local em Portugal.
E como incentivo à próxima MANIFesta, que se deverá realizar em 1996.

MANIFESTO

MANIFesta o QUE É?

Palavras velhas não servem a coisas novas. Assim, a MANIFesta é, como o nome sugere, o inédito duma manifestação em festa. Que, aliás, já começou tempos atrás, humilde e recatadamente, aqui e ali, no local. Onde o país começa. Os pontos de partida e os caminhos feitos em cada espaço de pertença e de práticas autónomas foram e serão diversos. Mas para todos os andarilhos há pausas e paragens revigorantes. E também encruzilhadas. As próprias e as comuns. A MANIFesta é uma destas encruzilhadas de todos, onde a alegria e a razão do ajuntamento reforça a certeza da marcha a fazer adiante. É um reencontro e uma manifestação, portanto.

Manifestação, porque há uma afirmação de vitalidade, por parte de cidadãos, grupos e associações que são animadores e protagonistas de iniciativas de desenvolvimento local. Manifestação, também, porque esta é sempre um desafio. Manifestação, ainda, porque há também nela uma interpelação vigorosa e uma reivindicação oportuna, dirigida à sociedade portuguesa, no geral, e aos poderes políticos, em particular.
Aqui, como em tantas outras coisas, o fim deve ser o princípio. Atentemos, pois, nos termos local e desenvolvimento. Há que reconhecer a identidade e o potencial do que é local e regional. Sem peias, mas também sem tréguas aos localismos e regionalismos. Faz falta entender que o local é núcleo de reacções, solidariedades e protagonismos indesmentíveis. Mesmo que invisíveis para quem é de fora. É igualmente indispensável perceber que nem Portugal é Lisboa, mesmo em 1994, nem todo o resto é só paisagem. É também necessário apreender que o macro (do GATT à UEM) inunda os poucos espaços que há e os tempos que não há: na escola, na TV diária, na retórica de ocasião, na análise económico-financeira corrente, etc.; que o desenvolvimento não é crescimento, muito menos a curto prazo; que a economia não é tudo, que a economia ou é social ou não é nada e que aquilo que é cooperativo e associativo não é irremediavelmente complicação e negação da capacidade de empreender; que a política é muito mais do que líderes, votos e que o próprio poder local pode reproduzir vícios centrais de antanho; que a democracia não se esgota nos partidos, é (e será sempre) obra de cultura, inacabada, que, entre nós, está apenas iniciada; que o micro é expressivo, por aqui se abrindo o entendimento da realidade, até da universal; que o que é pequeno, não sendo sempre bonito, não é forçosamente mau, e pode até ser melhor.

Por estranho que pareça, toda a afirmação, desafio e reivindicação se fará em festa. Não epidérmica, mas da que nasce duma infinita esperança interior de realizar o que urge. E muitíssimo é, no campo vasto ou retalhado, na serra ou na montanha, nas zonas de cidade abandonadas e degradadas.
À política e à economia que originam e reforçam assimetrias, novas fronteiras e desertificação dizemos não. À política e à economia que redistribuem o muito a poucos e o pouco a muitos, gerando e reproduzindo pobreza e exclusão de pessoas, dizemos não. Frontalmente. Para que a justiça e a solidariedade se realizem e a dignidade de todos se retome.
A esperança que temos é sólida, porque está enraizada no saber e nas realizações que o passado nos legou. A festa resulta ainda do contentamento natural e legítimo, embora sempre insatisfeito, com o que já foi alcançado. Alcançado com inconformismo e brio. Com trabalho canseiroso, mas quase sempre gostoso.

MANIFesta - PARA QUEM É?

A MANIFesta é para toda a gente; para todas as pessoas que queiram e possam aparecer e ficar a saborear o prazer do momento. Há espaços e tempos para todos: crianças ou jovens, adultos ou idosos. Não há VIP's ou convidados especiais, ou melhor, todos o são.
Mais especificamente, quem esperamos acolher? Para além dos protagonistas e animadores (profissionais e voluntários), de iniciativas locais de desenvolvimento (no campo e nas cidades), são bem-vindos os autarcas, das Juntas às Câmaras, governantes, parlamentares e administradores de serviços públicos, bem como universitários. O mesmo se diz com relação aos professores e estudantes, bem como aos jornalistas. E, por fim, esperamos acolher todas as pessoas – ainda sem projecto nem espaço de realização social – que se sintam insatisfeitas e queiram recusar o reduzidíssimo estatuto de "consumidor passivo" para que se vêem hoje empurradas.
Na MANIFesta encontrarão, assim o esperamos, não um deserto de ideais e de ideias, ou o mero propósito de gerir a crise, mas sim fontes de criatividade, inovação e dinamismo. Acharão, por certo, gente com garra de empreender e de partilhar.

MANIFesta - FEIRA E FESTA

A MANIFesta terá a cor viva, a luz brilhante e o som alegre da feira, onde se vai para ver, ouvir e mostrar. Para aproximar, mexer, sondar, negociar e mercar também. Para conversar, contar, rir, talvez chorar, e conviver. Haverá tempo para parar e para deambular pelo espaço, com espaço; para brincar e pular com as crianças, desafiar os jovens para um jogo tradicional português, ver uma habilidade e até mesmo participar numa cena imprevista, num coro forte, numa dança de roda extenuante; para conversar com tempo, sobre tudo e nada; para folhear e comprar livros, apreciar documentos; para comer e beber com gosto especialidades locais; para ouvir uma boa história, uma melhor anedota, ou uma excelente exposição sobre o grupo A, a cooperativa B, a associação C, para colher informação, fazer planos de férias na serra, apreciar e adquirir artesanato de qualidade, etc., etc., pois a surpresa sempre fez parte da feira. E da festa.

MANIFesta - ASSEMBLEIA E MANIFESTAÇÃO

A MANIFesta será ainda um forum aberto, um tempo intenso de comunicação e de assembleia que será precedida por muitas outras reuniões de reflexão e análise sobre o local. Isto sempre que haja um animador, grupo, ou associação que inicie a tertúlia. Em tempos distintos, mas culminando a conversação directa e simples na própria MANIFesta. Não será, portanto, mais um seminário pomposo e maçudo, com mais prelecção do que discussão. De modo nenhum. Buscamos a participação viva, plural, com fins precisos.

Antes de mais, impõe-se a todos o esforço de ouvir atentamente. Escutarmos bem os outros. Não estamos treinados a fazê-lo, reconheçamo-lo. Agarramo-nos ao pouco que vemos à pressa, às imagens que não passam da soleira do olhar. Apegamo-nos aos estereótipos, e opiniões. Temos sempre uma ou mais e sobre qualquer matéria. Urge, pois, iniciar a reaprendizagem do ouvir. Do ouvir sobretudo os que não têm nem vez, nem voz. Gente sem interlocutores há muita. Ouvindo, descobriremos o que não estando escondido jaz ainda na sombra: a iniciativa rica, mas silenciosa e hostilizada, aqui; o projecto benéfico, mas ignorado e maltratado, acolá. Note-se que mesmo o que nos é familiar não é necessariamente conhecido.

A assembleia será uma ocasião para balanços dos esforços e do trabalho feito; para pesagens dos erros cometidos e dos êxitos alcançados e para contagens de portas fechadas e abertas. Será, ,portanto, um tempo para o exame pertinente, saudável. Para o elogio certeiro, também. Incluem-se as críticas e os bons juízos que devemos a nós próprios, é claro. Os práticos desafiarão os teóricos, e estes confrontarão aqueles. Reaprender a: ouvir é preciso. A democracia exige-o. Mas urge também fazer as perguntas directas, inesperadas e incómodas. Tal como é indispensável reconhecer o benefício da dúvida, a importância dela ser suscitada, hoje e amanhã. Vital é também apreciar o valor da crítica e o desvalor do conformismo. A democracia e o exercício da cidadania reclamam tudo isto.
Assim se cimentará o que já existe de bom e promissor. Assim se contribuirá para aperfeiçoar a acção futura. Assim se propiciará ainda a redescoberta das riquezas e fragilidades dos participantes, dos possíveis e impossíveis laços de cooperação e solidariedade. Entre associações, cooperativas, grupos e animadores, sejam vizinhos ou distantes. Entre estes e muitos outros parceiros: fundações, empresas, instituições religiosas, organizações da administração pública, centros de formação, unidades de investigação, e por aí adiante. Assim se poderão achar, reforçar e acelerar sinergias e movimentos de interligação. Em resumo, com tudo isto, ganharemos todos maior consciência da solidez das redes de iniciativas de desenvolvimento local.

Tendo os protagonistas da causa visto claramente a vez e voz que têm, o querer comum, o poder que são, o que não são, e o que poderão vir a ser, é altura para interpelar, alto e bom som. É ocasião oportuna para exercer a cidadania, que não se pede, nem tão pouco se concede. É hora de apresentar "a quem de direito" (e são sempre muitos os receptores), mensagens várias. É, afinal, tempo para a reivindicação na respublica. Assim, é mais do que certo que a MANIFesta expressará:
- perplexidades, para que os seguros e cheios de si se surpreendam, se forem capazes;
- sugestões, para que os homens do leme hesitem e ponderem maduramente os rumos a tomar;
- recomendações claras e realizáveis sobre a adequação local e regional das políticas, estratégias e instrumentos de desenvolvimento, para que os hesitantes actuem. Já.

Em poucas palavras, a MANIFesta, enquanto conversação, encontro convocado e assembleia mandante buscará novos rumos para velhos caminhos do desenvolvimento de Portugal. Serena e humilde, mas também festiva e, talvez, desconcertantemente. Recordemos, a propósito e para terminar, que foi a liberdade ingénua e o destemor infantil que estilhaçou a cegueira geral e a ostentação balofa dum rei desnudado.

CONVERSAS INACABADAS
CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ...

As Conversas Inacabadas foram verdadeiros espaços de debate aberto, onde a partilha de saberes e experiências aconteceu, onde muitos estiveram, falaram, ouviram e, por certo, aprenderam algo.
Foram doze os temas propostos, mas muito mais os debatidos:
- o exercício da cidadania
- os amores e ódios na relação Estado-Actores locais
- as políticas e instrumentos de desenvolvimento local
- os cifrões no desenvolvimento local
- as metodologias
- os sucessos e insucessos
- a avaliação
- a cultura no desenvolvimento local
- a escola, a formação e o emprego
- o papel das Universidades
- o desenvolvimento local no espaço rural
- o desenvolvimento local nas zonas urbanas desfavorecidas
- as mulheres, os idosos, os jovens
- os grupos étnicos minoritários no desenvolvimento local

De cada debate resultaram constatações, recomendações (pistas) e muitas interrogações, que exprimem a forma de sentir e pensar das muitas dezenas de participantes, assim como a sua experiência. São constatações, recomendações e interrogações de conversas inacabadas!
Aqui ficam as principais linhas de força, na síntese possível, que fica à espera dos comentários críticos de todos os que participaram nos dois dias de intenso debate!

CONSTATAÇÃO 1

O desenvolvimento local não é uma nova ideologia, é uma afirmação de diversidade, é o esforço para impedir que a sociedade se feche a partir das lógicas economicistas.

O desenvolvimento local não pode ser entendido e praticado como alternativa para a auto-desresponsabilização do Estado, e este não pode deixar de investir em políticas – sociais, de desenvolvimento interior, etc. –, nomeadamente na situação em que há uma percentagem crescente de desempregados, em que uma elevada percentagem de idosos têm pensões baixas, que não permitem uma vida digna, em que se verifica um crescente declínio populacional do interior.

CONSTATAÇÃO 2

Vive-se hoje num contexto de mundialização da economia, de crescimento sem emprego, de desenvolvimento em que alguns não cabem, de crise do Estado-Providência, em que o estado tende a ser menos social e mais económico, em que a competição e o mercado imperam e não existem mecanismos ajustados de justiça social. Em zonas rurais ou urbanas trabalha-se, em cada vez mais situações, com "quem sobra".

CONSTATAÇÃO 3

As iniciativas de desenvolvimento local, em meio rural ou urbano, multiplicaram-se nos últimos anos, sem que haja um conhecimento pleno das diferentes Associações, Grupos, projectos espalhados por todo o país, no continente e ilhas.

RECOMENDAÇÃO

Há que promover mecanismos de troca de saberes, informações e experiência, bem como de pressão e intervenção mais global, de articulação e cooperação.

CONSTATAÇÃO 4

A avaliação do desenvolvimento local é essencial e representa o assumir da responsabilidade de prestar contas perante os diferentes actores e a sociedade em geral.

RECOMENDAÇOES

A avaliação não deve ser uma mera enumeração de actividades realizadas nem referendar-se exclusivamente a objectivos definidos no início do projecto ou acção. A avaliação deve ser entendida de forma dinâmica, constituindo-se como um mecanismo de reflexão permanente sobre o que está a acontecer e as mudanças produzidas.

A avaliação deve ser realizada em todos os processos e em todos os sectores em que sejam aplicadas verbas públicas.

CONSTATAÇÃO 5

Hoje, a possibilidade de acesso a fundos de apoio consideráveis, por vezes desproporcionados face às necessidades e/ou capacidades da sua utilização, pode resultar no aparecimento de Associações de Desenvolvimento Local (ADL) de origem, propósitos ou resultados questionáveis. Anteriormente, salvo raras excepções, as ADL não tinham o reconhecimento devido por parte das autarquias que, contudo, constituíam a via privilegiada de acesso a financiamentos e outros apoios.

RECOMENDAÇÃO

É necessário encontrar formas de relacionamentos equilibrados entre ADL e autarquias.

CONSTATAÇÃO 6

A participação deve ser um elemento central na prática de desenvolvimento local, o que implica:

- reconhecer que há diversas formas de participar, algumas muito subtis e desvalorizadas, como as redes de comunicação e de relação entre pessoas (ou entre pessoas e instituições, ...);
- entender que há diferenças de poder e capacidades entre os diferentes actores;
- perceber que a participação é um processo em movimento, que requer análise permanente, construção e reconstrução de formas apropriadas de envolvimento;
- perceber que o desenvolvimento local envolve negociação entre redes de poder, bem como conflitos, e requer tempo.

RECOMENDAÇÃO

Há que inovar permanentemente as práticas de desenvolvimento local:

- questionando e subvertendo as maneiras de pensar e agir, nossas e dos outros;
- centrando a atenção nas pessoas, e não no cimento e nos cifrões, a partir da sua identidade cultural, factor essencial da cidadania;
- construindo projectos com os cidadãos;
- organizando;
- estimulando crescimentos, em auto-estima, autoconfiança e autonomia.

CONSTATAÇÃO 7

O exercício da cidadania vai além do voto e não se esgota no poder local, na democracia representativa. O cidadão não pode ser visto apenas como um delegante de poderes absolutos através do voto, para que os eleitos, entre votações, se arroguem a legitimidade de tudo decidir sem os consultar. Mais do que isso, os cidadãos podem e devem encontrar formas de exercício da cidadania, individual e colectivamente, através de grupos, associações, cooperativas, redes, partenariados, projectos, ...

CONSTATAÇÃO 8

A cultura do poder, em Portugal, é ainda pouco democrática. Cidadania e participação enchem o discurso político-institucional, mas o cinismo impera e o funcionamento das instituições vai frequentemente no sentido de restringir o direito da cidadania, e os mecanismos de participação criados não atraem os cidadãos, não fomentam a partilha do poder, sobretudo na tomada de decisões.

RECOMENDAÇÃO

Há que promover o exercício activo da cidadania e encontrar novos modelos e formas de democracia. O local é um bom sítio de aprendizagem e o desenvolvimento local um elemento importante neste processo, pela prática quotidiana de trabalho com os cidadãos, na base, pela sua capacidade de, no dia a dia, espalhar sementes e acabar com apatias e acomodações, e de formar as pessoas para que conheçam os seus direitos e a maneira de os exercer efectivamente.

CONSTATAÇÃO 9

Ao pensar o desenvolvimento a nível micro, beneficia-se do conhecimento profundo que os actores locais possuem do meio onde actuam. Porém, isto, por si só é insuficiente, dado que conduziria a uma perspectiva redutora.
Pensar o desenvolvimento a nível macro é uma atitude conducente ao estabelecimento de receituários – políticas, instrumentos, por norma pouco adequadas às necessidades específicas do local.

RECOMENDAÇÃO

Como ambos os níveis apresentam fraquezas, a solução parece residir na definição de uma estratégia pensada em comum; a nível macro deverão ser definidas estratégias-quadro, cujos contornos e conteúdos melhor se definirão à medida que se aproximam do micro, do local, através nomeadamente de contratos-programa.

CONSTATAÇÃO 10

A cultura não tem estatuto, ou é secundarizada ou instrumentalizada. É usada como instrumento de negócio, por exemplo, pela via do turismo, ou como instrumento ou símbolo de poder/prestígio (por exemplo, pela monumentalidade).
Por outro lado, não há uma integração/coordenação entre o central e o local, mas antes uma atitude de obstrução/não obstrução, dependendo da sobreposição ou não das esferas de actuação.

RECOMENDAÇÕES

O estatuto da cultura no planeamento do desenvolvimento tem de ser valorizado.
A(s) cultura(s) têm de ser alvo de debate e as culturas alternativas à dominante têm de ser valorizadas, de forma a permitir a liberdade de escolha.

CONSTATAÇÃO 11

Existem limitações ao encontro entre a escola, a formação, o emprego e o desenvolvimento local:
- As comunidades não assumem as escolas como pertença sua;
- As autarquias vêem as escolas como edifícios;
- A colocação de professores impede a concretização de políticas de educação para o desenvolvimento local;
- O poder central limita a acção educativa local;
- A formação profissional é desarticulada das necessidades;
- A formação promove a fuga dos jovens;
- A formação é vista como emprego e cria falsas expectativas.

RECOMENDAÇÕES

A educação itinerante oferece oportunidades que devem ser exploradas no desenvolvimento local.
A cultura escolar deve dialogar com as culturas locais. Os jovens devem ter mais oportunidades para aprender com a comunidade, para a descobrirem e para crescerem (globalmente).

CONSTATAÇÃO 12

O envolvimento das universidades no local é insignificante e existe uma descrença grande e generalizada na vontade e capacidade da Universidade participar em projectos e acções de desenvolvimento local. A Universidade e vista como a torre de marfim que, em geral, ainda não deixou de ser.

RECOMENDAÇÃO

Há que estimular a mudança desta situação, pois as Universidades são centros de um saber de que o desenvolvimento local pode beneficiar. A sociedade em geral, e os agentes de desenvolvimento local em particular devem desafiar as Universidades e os seus docentes e investigadores, solicitando o seu apoio, estimulando o seu compromisso em projectos.

CONSTATAÇÃO 13

Mulheres, idosos e grupos étnicos minoritários constituem o conjunto mais desfavorecido, mais destituído, mais desvalido da sociedade. A sua participação no desenvolvimento local é marcada por condicionalismos vários (preconceitos, divisão sexual do trabalho, inadequação de estruturas e desajustamento entre discurso e prática) e obstáculos acrescidos (burocráticos, administrativos, etc.). Os projectos vivem a base de voluntariado (que desculpabiliza instâncias que deveriam intervir) e têm difícil sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES
Os projectos de desenvolvimento local referentes a mulheres devem orientar-se para a sua conscientização e envolver as famílias;
Há que promover a integração de grupos minoritários na sociedade;
As organizações de desenvolvimento local não podem ser apenas "gestoras da miséria", devem procurar ser contra poder, rompendo ciclos de subserviência com o poder instituído.

CONSTATAÇÃO 14
A superação da crise do meio rural exige inovação. É preciso recriar a partir da identidade cultural de cada local. Fiar, tecer, moldar, produzir alimentos genuínos, são actividades e saberes desde sempre existentes. Novos são o "design" e as formas diferentes de apresentar e vender os produtos.

RECOMENDAÇÃO
É preciso encontrar complementaridades entre as diferentes actividades em meio rural. A agricultura, contudo, não pode ser vista como um "adorno" do desenvolvimento local em meio rural. Deve ser "corpo"! Afinal o linho tecido nos teares é cultivado nos campos, assim como o é o cereal com que é fabricado o pão. Até a paisagem que o turista aprecia é fruto da acção do homem e da mulher enquanto agricultores.

TEMAS DOS DEBATES E CONVERSAS INACABADA

5ª Feira - 6 Outubro
9h30 – 12h30
- Sim à cidadania! Como se organizam os cidadãos para o DL?
- Políticas e instrumentos de DL: (des)ajustamentos e (des)integrações
- Abundância e penúria no DL: a questão dos cifrões

14h30 – 17h30
- Estado e actores locais: Amores & Ódios
- Histórias de DL: Vamos comparar metodologias?
- Maiorias esquecidas e minorias oprimidas: mulheres, idosos e grupos étnicos no DL
6ª Feira - 7 Outubro
9h30 – 12h30
- DL: pela cultura, com a cultura ou contra a cultura?
- Casos de DL: vamos partilhar (in)sucessos?
- Escola, formação e emprego: encontro no local ou desencontro colossal?

14h30 – 17h30
- Universidades: (des)envolvimento no local?
- Que DL em meio rural?
- Que DL em áreas urbanas marginais?

Algumas impressões à laia de avaliação

O café no meio. Tascas e vendas em corredores feitos de pavilhões. O salpicão sem conservantes e o vinho a saber a produtor. "T-shirts" e pandeiretas que adolescentes forçavam as mães a comprar. A diferença de opções que ali se achara por bem trazer.
Com espaços escolhidos à medida de cada vontade, na liberdade de mostrar o que se quer e se tem, mais de 50 associações amimaram-se sem atropelo num espaço que ocupam sem conhecer previamente.
Juntando-se, transformara-se a iniciativa e a imaginação vivida em cada recanto, num acontecimento de todos nós e onde talvez o grande ausente tenha sido precisamente Santarém, as suas gentes demasiado rotinadas nestas coisas e festas. O conjunto resulta: 68,4% dos visitantes inquiridos confessam-se satisfeitos nas suas expectativas.
Nem todo o país está ali. Nem tudo o que cada um faz se mostra. Nem tudo o que se vê será só qualidade. Mas percebe-se – mesmo nas intervenções musicais e teatrais que se tentam – a riqueza do que se esconde e se luta nesses lugares para onde o centro (a cidade) não olha.
O 1º objectivo da MANIFesta – "dar visibilidade ao local e mostrar que o nacional pode ser construído a partir do loca!" – estava atingido.

Entre o ir e o vir das iniciativas, cruzavam-se os tus e os sorrisos de cumplicidade e entendimento de quem se desconhecia na véspera de chegar.
Na boa disposição que pairava, não se distinguiam as marcas das noites mal dormidas que as menos boas instalações proporcionaram. Na

unidade e eficácia da equipa que nos recebe e ampara nada faz supor, a diversidade de origens, de hábitos e de estilos que a compõem. Nem tão pouco as diferenças de estar e de conceber que as conversas inacabadas deixaram entrever.
De entre todas é com efeito a dimensão convívio que os participantes inquiridos sublinham (83,2%).
Na verdade, para que o 2º objectivo da MANIFesta – "ser um espaço aberto onde o Desenvolvimento Local se conforta, reforça e anima" – fosse plenamente atingido bastaria, talvez, que a carga de realizações formais fosse aligeirada.

Nos debates, algum peso do já dito, do princípio e da cara conhecida. Pouco espaço para o quotidiano que o questiona e se quer questionado. O silêncio ou a ausência do "terreno", talvez retido em casa por afazeres a que o trabalho obriga e a que o horário escolhido não atendeu… Em especial o grande espaço, o grande debate sobre que 64,5% dos visitantes preferiu não se pronunciar.
Mas ali estavam as mil conversas de corredor para nos (ressituar nas sãs incertezas e na sã modéstia de quem procura caminhos para o sucesso do DL que se deseja.

Os cartões trocados, as promessas de visitas futuras não eram só sinais de reconhecimento mútuo do que cada local tinha para dar e receber, mas a afirmação da qualidade que já existe mas que urge sistematizar e aprofundar.
E desta forma, embora mais pelo informal do que pelos espaços para tal criados, também o 3º objectivo da MANIFesta – "demonstrar a capacidade de realização e afirmar a qualidade local" – se concretizou.
E o Poder Central, como respondeu ele à vida que pulsou nestes 5 dias de manifestação? Com a parcimónia com que nos habituou na sua preparação: algumas presenças, por vezes tensas, que não soubemos distender…
Notícia pontualmente dada em página interior por jornalista conquistado a título individual, a MANIFesta pão se prefigurou como um acontecimento a reconhecer e muito menos a apadrinhar. E, na ignorância ou dúvida, apesar do ano ser de eleições, o Poder Central ficou em casa.

Mas não todo o Centro nem todo o Poder se alheou... como bem o mostram os autocarros e os suportes com que as autarquias viabilizaram muitas das participações... os vários rostos conhecidos da Academia com que cruzámos ou que vimos debruçados sobre folhetos e livros... Ou as páginas que os jornais apesar de tudo nos dedicaram, ainda que à posteriori.
Em absoluto não se atingiu o 4º objectivo da MANIFesta: – "afirmar a força do local criando um espaço de reivindicação/diálogo com o Poder Central". Mas ao contrário do que receamos em Setembro – quando, reunidos, nos apercebemos das promessas de apoio quebradas – a MANIFesta mostrou que pode ser essa força.
Outro não é o significado do desejo de a repetir expresso por 90,5% dos participantes!

capítulo III

Da afirmação à estruturação

Pelas apreciações que ouvimos, pela forma organizada e imaginativa dos fazedores da MANIFesta/96 e pelo reconhecimento institucional que se sentiu em vários patamares, nomeadamente com a presença do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, e de vários Governantes; pelas disponibilidades oferecidas e a capacidade de verificar que havia já muita gente que abraçava esta Nova Utopia do Desenvolvimento Local, diremos, em linguagem politicamente correcta, que, no fim de contas, viu-se que não era só um pequeno grupo algo marginalizado, mas que os obreiros do Desenvolvimento Local nascente eram apenas e só um largo conjunto de pessoas empenhadas em conseguir que os "seus" maiores ou menores territórios podiam sair do fatalismo e conseguir, através da audição e convite aos mais variados parceiros locais e regionais que se mostrassem disponíveis, criar uma hipótese de caminho ou projecto de reanimação das aldeias, vilas e gentes que se agrupem como um território vivo, mesmo que com grandes debilidades.

III.1. Dos 2ºs Órgãos Sociais à Manifesta de Amarante

Neste capítulo vamos apresentar as várias iniciativas e tarefas que provocaram uma mudança substancial na vida da animar, de forma cronológica. Assim, vamos, agora, partir do processo que levou à Eleição dos 2ºs Órgãos Sociais da animar até à realização e balanço da Manifesta de Amarante.

Tudo o que se pode chamar do ÊXITO da MANIFesta de Tondela criava obrigações à animar enquanto a organização e rede do Desenvolvimento Local. Sobre tal ninguém tinha as menores dúvidas... mas a Direcção que tinha conduzido os destinos até a esta fase, com tantas e complexas iniciativas e face ao desgaste que tal provocou, considerou-se sem condições para liderar uma Proposta de Lista da sua responsabilidade, pelo que apelou a que os sócios se mobilizassem para trabalhar numa ou mais Listas para os Órgãos Sociais da animar de 1996 a 1999.

Por razões factuais que virão a ser conhecidas, apenas quando já tiver passado o tempo mínimo para tentar fazer História, o que aconteceu pela primeira vez na sua vida associativa foi o surgimento de duas Listas Alternativas para a eleição dos próximos Órgãos Sociais da animar.

Gerou-se, naturalmente, uma nova situação a que era necessário dar resposta política e administrativa. O Processo foi lançado de forma clara e atempada, tendo sido possível que os sócios da animar tivessem conhecimento, quer das Listas, quer dos seus princípios e propósitos.

A Assembleia Geral decorreu com algumas escaramuças jurídicas, mas foi possível a clara apresentação e defesa das listas concorrentes e o Acto Eleitoral decorreu normalmente, tendo um membro de cada lista presenciado e conferido as votações.

Os resultados foram os seguintes: 36 votos para a Lista A - Reforçar as bases do D.L. em Meio Rural, com uma Rede forte, interveniente, densa e imaginativa - "Por uma Liderança Participada" e 20 votos para a Lista B - "Afirmada a Associação, é necessário consolidá-la, construindo a Rede animar".

Deixamo-vos agora de imediato a transcrição das Listas e no final do Capítulo alguns excertos das Propostas que as suportavam. (Doc. III. A.)

Todavia, não podemos deixar de salientar que esta Assembleia Geral, que foi realizada no Fundão, foi antecedida por um Debate sobre "A Comunicação Social e o Desenvolvimento Local", tendo tido como conferencistas Diana Adringa, Óscar Mascarenhas e do Presidente da Direcção - José Portela - com a coordenação de António Paulouro, do Jornal do Fundão. Significa isto que a nossa capacidade de mediatização dos nossos feitos e acontecimentos era já claramente posta em causa, para que se descobrissem novos caminhos e prioridades.

Estavam, assim, colocados grandes desafios às ADL, aos seus processos e à animar. No que

Lista A

Direcção
Presidente - ESDIME, José Carlos Albino
Vice-Presidente - Solidários, José Cardoso Brás
Tesoureiro - Probarroso, Paulo Henriques das Neves Martins Pires
Vogal - Associação In Loco, Alberto Eduardo da Silva Melo
Vogal - Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes
Suplente - Associação Terras Dentro, Joaquim Pulga Vilhena
Suplente - Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão
Suplente - ADIRN, Jorge Rodrigues
Suplente - António José Guimarães Castela Fernandes
Suplente - Associação de Desenvolvimento de Góis, José Cabeças

Mesa da Assembleia-Geral
Presidente - Rogério Roque Amaro
Secretário - CEARTE, Ana Cristina Mendes
Secretário - Augusto Santos Silva

Conselho Fiscal
Presidente - MSR, Tília Fonseca
Secretário - ADPM, Jorge José Revez
Secretário - Vítor Lopes Esteves

Lista B

Assembleia Geral
Presidente: IDARC, António dos Santos Veloso
Secretário: Centro de Acolhimento de Vilar Formoso, Padre José Vaz
Secretário: Artur da Rosa Pires

Conselho Fiscal
Presidente: António Manuel Montalvão Machado
Vogal: ACERT, José Rui
Vogal: Vicentina, Joaquim Marreiros

Direcção
Efectivos:
Camilo Mortágua
ADRAT, António Medeiros
ADRACES, Francisco Abreu
Rota do Guadiana, David Machado
Adriano Rangel

Suplentes:
Ana Maria Braga da Cruz
Regina Pinto Lopes
Trote Gerês, Paulo Pires
Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões, Maria do Carmo Bica
Associação Desportiva e Cultural da Juventude Almodovarense, Carlos Rosa

respeita à animar, os Órgãos Sociais Eleitos e, particularmente, a Direcção definiram como vectores principais dos seus trabalhos aqueles que foram aprovados em Assembleia Geral de Março de 1997, de que transcrevemos no final do Capítulo o essencial do programado (Doc. III. B.).

Relações Internacionais da animar

Se, por um lado, foi uma rede internacional - a TERN - que albergou a animar para arrancar para sermos uma rede nacional, o que é um facto é que as grandes carências financeiras impediram de ter uma política activa no domínio internacional.

A animar foi sócia da TERN, embora tenha havido uma participação sofrível, pois a nossa comunicação passava, fundamentalmente, por contributos escritos ou delegados.

Passou-se, também, a ser associados da Rede VIRGILIO, que se confirmou quando esta rede integrou a TERN e a EDEN (Rede Europeia para Novos Empregos). Mas, verdade seja dita, continuou a não se conseguir fazer representar e influenciar condignamente estas redes. O problema financeiro foi castrador dum maior relacionamento internacional, que fragilizou a animar, talvez, também, por alguma falta de ousadia.

Todavia, por via de alguns associados membros dos Órgãos Sociais, foi possível afirmar a animar no seio de organizações internacionais, sem esquecer as Associações, que também são animar, e que deram ecos do que se ia passando na construção do Movimento do Desenvolvimento Local em Portugal.

.../...

DECLARAÇÃO DE AMARANTE

Desenvolvimento Local: uma oportunidade de Futuro!

1. O movimento do Desenvolvimento Local moldou-se na diversidade de iniciativas de cidadãos, grupos, entidades e comunidades, que conduziram a uma renovada prática de cidadania na sociedade portuguesa. Trata-se de uma alternativa positiva, no contexto de uma globalização dominada pela óptica neo-liberal, que busca a conciliação da abertura ao mundo com a satisfação local das necessidades.

Contra ventos e marés, com perseverança e criatividade, o movimento do Desenvolvimento Local, apesar da sua tenra idade, é hoje um movimento consolidado, constituindo já – no nosso pequeno país – um universo de mais de 300 associações e 4000 agentes diversificados. Tem revelado, assim, um novo vigor da sociedade civil, em que as dinâmicas próprias dos cidadãos e das associações abriram perspectivas de construção de alternativas de desenvolvimento, enquanto sínteses criativas e críticas entre o global e o local.

Esta inovadora forma de encarar a realidade, num quadro de interesse geral, cimentou dinamismos e iniciativas locais estimulantes, conferindo à actividade associativa em prol do Desenvolvimento Local um carácter de serviço público, insubstituível na sociedade portuguesa. Essa diferente postura como contributo de transformação da realidade é hoje bem visível na rede de entidades não governamentais que, mobilizando um novo tipo de intervenção cívica, constituem, no Portugal continental e insular, a

No quadro da vida da animar nos anos de 1997/98 há que dizer que pela primeira vez a animar teve duas obras de grande exigência como foram a preparação, concepção e realização da MANIFesta.98 e, ainda, uma participação activa e autónoma no quadro da Expo.98. De facto, considerou-se que a animar não se podia alhear das possibilidades de mediatização que a Exposição Universal em Lisboa potenciava. Sem esquecer que, no entretanto, também foi concebido e realizado um Programa Global Estratégico que, embora não tivesse tido aceitação institucional, permitiu Projectos parcelares em que se enquadram as Manifestas e outros projectos que se candidataram individualizadamente.

MANIFesta.98 – Amarante

Neste processo de arranque da III MANIFesta, que se tinha consensualizado ser um Evento Bienal, aconteceu que, pela primeira vez, apareceram duas candidaturas de Associações sócias da animar: uma da IDEIA Alentejo (Associação das ADL do Alentejo) e outra da ADESCO (Associação para o Desenvolvimento Comunitário) para que o evento tivesse lugar em Amarante.

O Conselho da MANIFesta analisou as duas propostas, mas a IDEIA Alentejo, tendo em conta uma apresentação mais desenvolvida da ADESCO, retirou a sua candidatura. Foi, assim, decidido que a MANIFesta.98 se realizaria em Amarante em Outubro, tendo como parceiro local responsável pela sua implantação local e regional a ADESCO. Acontece que quando se consensualizaram as datas para Outubro tendo em conta vários factores, nomeadamente logísticos e climatéricos, a Direcção foi confrontada em Setembro com o facto da Convocação do Referendo sobre a Regionalização pelo Senhor Presidente da República ter sido marcado para a data prevista. Assim, houve que rever a decisão tomada. Ainda se pôs a hipótese de transferir a 3ª edição para a Primavera de 1999, mas a vontade de cumprir com o já acordado e com o já realizado levou (animar e ADESCO) a marcar o evento para 26 e 29 de Novembro.

Com muitas dificuldades operacionais e financeiras levou-se a cabo a convocação, preparação e realização da MANIFesta em Amarante, que contou com um total de 319 organizações e entidades participantes, através de exposição, mostra ou vendas, sendo que 140 eram

Associações, 65 instituições oficiais e dezenas de produtores e artesãos, bem como, diversas associações de animação cultural e de espectáculos, o que significou superar a 2ª Edição.
Embora o evento tenha sido prejudicado pelas condições climatéricas, associadas aos espaços escolhidos para a sua realização nas duas Escolas Secundárias de Amarante, há que salientar três novidades que se revelaram apostas acertadas:

1ª) A componente ASSEMBLEIA foi organizada à volta dum Projecto de Teses da responsabilidade da Direcção da animar, o qual foi amplamente divulgado e motivou a realização de Reuniões Regionais. Assim, foi possível apresentar na ASSEMBLEIA Final um Documento de Teses já com muitas alterações e adendas, tendo em conta os contributos que foram chegando até ao início da MANIFesta.
Na Assembleia Final, com a presença de mais de uma centena de activistas ligados ao Desenvolvimento Local, foi ainda possível um debate que levou a que novas alterações fossem consensualizadas, o que permitiu a aprovação dum Documento de Teses bastante clarificador do presente e futuro das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local.

2ª) Foi possível incorporar, através duma estreita cooperação com o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), a participação duma Delegação de Companheiros de diversas Organizações Cívicas dos vários países da CPLP, o que permitiu debates mais ou menos formais e ao início de relações e vontades de cooperação, tendo também em conta que a referida delegação presente teve a oportunidade de visitar várias Associações de Desenvolvimento Local de Norte a Sul do País na semana que se seguiu ao encerramento da MANIFesta.

3ª) Realizou-se um grande número de Debates sobre questões específicas, tendo todas elas contado com a presença de muitas pessoas. Passamos a citar os Debates havidos: Comércio Justo e Solidário, em cooperação com o CIDAC; Ciência, Investigação e D.L.; Cooperativismo e D. L., em cooperação com o INSCOOP; Desenvolvimento Educativo Local; Mulheres e D. L., em cooperação com a UMAR; Desenvolvimento e Poder Local nos Países da CPLP.

Nestas matérias, há que salientar, ainda, a realização dum "Encontro Internacional sobre Desenvolvimento Local", da responsabilidade do ICE, que trouxe à Manifesta várias delegações estrangeiras e reputados actores e autores do DL nos seus países (ex: Bernard Collot e António Gaudoy).

De referir, ainda, que esta IIIª Edição da MANIFesta contou com a presença de Membros do Governo, nomeadamente na Inauguração com o Secretário de Estado do Trabalho e Emprego - Dr. Paulo Pedroso, na Sessão de Encerramento, pela Secretária de Estado da Educação - Dr.ª Ana Benavente, e com a visita prolongada da Dr.ª Maria José Rita, em representação do Senhor Presidente da República.

Deixamo-vos de imediato com a "Declaração de Amarante", mas deixamos também o conjunto das TESES de Amarante para o final do Capítulo (Doc. III. C.), embora apresentemos de seguida o Índice das Teses:

I.Donde vimos, o que somos, o que queremos;
II.Como queremos que seja o Aprofundamento do nosso Sistema Democrático;
III.Como queremos que seja a nossa Política de Desenvolvimento.

DECLARAÇÃO DE AMARANTE
(continuação)

semente solidária do desenvolvimento, sobretudo em meios social e economicamente deprimidos, tanto em zonas rurais como em espaços urbanos, no litoral ou no interior.
O Desenvolvimento Local é, assim, um processo plural que integra as componentes económica, social, cultural, ambiental e política. Mas essa pluralidade só poderá materializar-se através de uma actuação ao nível de cada território, onde vivem os actores e destinatários do desenvolvimento, estimulando as suas capacidades criadoras e empreendedoras.

Para uma construção mais consistente do Desenvolvimento Local defendemos:
- O reforço de uma prática que renove e fortaleça os valores da cidadania, justiça e solidariedade, incentivando o diálogo intergeracional essencial a um porvir sustentável, na perspectiva de que a utopia e o futuro se alicerçam numa identificação cada vez mais forte com a cultura de um território, que envolva os sentimentos de proximidade e de pertença a uma comunidade e, ao mesmo tempo, virtualize os seus saberes e a inovação;
- O reforço do próprio movimento, melhorando o funcionamento da(s) "rede(s)" e cimentando as interacções entre Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDLs), num espírito de debate de ideias, intercâmbio de experiências e saberes, construção de parcerias e projectos e fomento da investigação, experimentação e inovação, que permita agilizar e renovar permanentemente as suas práticas e metodologias.

2. O aprofundamento da Democracia é objectivo e requisito do Desenvolvimento Local.
O desenvolvimento só se realiza plenamente quando contempla a participação activa das pessoas e organizações, em torno dos seus problemas específicos do conjunto de valores onde radica a sua identidade.
A nossa actuação diária, no sentido de promover a intervenção das pessoas e das organizações locais nas decisões que têm que ver com o desenvolvimento do seu território, faz-nos naturalmente defensores de um caminho de aprofundamento da Democracia.
Para o aprofundamento da Democracia, cruzando as suas vertentes Representativa e Participativa, propomos que se avance significativamente em três direcções essenciais e complementares:
- Mais e melhor participação dos cidadãos na construção do futuro dos seus territórios, nomeadamente assegurando condições para reforçar o trabalho das OIDLs – cada vez mais entendidas como "escolas de cidadania e de associativismo local" – e potenciando as suas capacidades de empreender e de cooperar a nível local e regional;
- Mais e melhor desconcentração dos organismos da administração central, criando, racionalizando e coordenando serviços regionais dos vários Ministérios e compatibilizando os seus mapas;

DECLARAÇÃO DE AMARANTE
(continuação)

- Mais e melhor descentralização da administração pública, para facilitar a intervenção dos cidadãos na definição de políticas, possibilitando a real concretização do princípio da subsidiariedade, e legitimar democraticamente a sua capacidade de empreender e cooperar a nível local e regional, já que não confundimos descentralização com desconcentração.

3. Políticas e instrumentos adequados são uma exigência! Só assim poderá desabrochar todo o potencial do Desenvolvimento Local.
A diversidade dos serviços prestados pelas Associações de Desenvolvimento Local, designadamente num trabalho contínuo de qualificação de recursos humanos, no apoio técnico e organizativo, na promoção e estabelecimento de formas de cooperação e parcerias, coloca, como questão ética e de elementar justiça, uma exigência retributiva do Estado, sem a qual o Desenvolvimento Local viverá sempre num clima de incerteza e insegurança.
Esta é uma questão crítica, sobretudo num contexto em que o financiamento do Desenvolvimento Local se confronta com múltiplas deficiências, quer relativamente à insuficiência dos programas existentes, quer face à sua ineficácia, descontinuidade e, principalmente, à falta de equidade no acesso aos apoios públicos.
Num contexto mundial, em que o domínio de políticas neo-liberais favorece a crescente concentração de riqueza e a consequente marginalização de territórios e grupos e, particularmente em Portugal, onde são convergentes os diagnósticos da exclusão social e territorial, decorrentes das assimetrias e desigualdades, a batalha do Desenvolvimento Local é decisiva. Trata-se de suster, e mesmo inverter, a persistente exclusão de vastos e diferenciados grupos e territórios.

Neste sentido, reivindicamos a necessidade imperiosa de:
- Criação de um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Local, que financie de forma estável, mediante contratos-programa plurianuais, as actividades imprescindíveis das Associações de Desenvolvimento Local em prol do reforço da capacidade empreendedora das comunidades locais;
- Apoio público às iniciativas privadas de pequena dimensão, nomeadamente através da garantia pública do crédito às micro-empresas e de medidas fiscais que incentivem as contribuições voluntárias dos cidadãos e das empresas para o Desenvolvimento Local, através da possibilidade do seu abatimento ao rendimento colectável em sede de IRS ou IRC;
- Formulação de um quadro flexível e aberto de programas nacionais, sectoriais e temáticos, que possibilite o acesso, com equidade, dos diversos grupos e territórios que o todo nacional comporta;

Nova Denominação e Novos Estatutos

No entretanto, e face a várias propostas e críticas de sócios e companheiros da animar, houve um debate alargado sobre que Novos Estatutos haveria que defender. As questões principais prendiam-se com as seguintes matérias: - alargamento da animar às OIDL que vinham brotando nas regiões urbanas e sub-urbanas, o que implicava a alteração do nome; clarificação do objecto social, através duma mais detalhada explicitação de objectivos e propósitos; alteração do peso relativo em votos dos sócios colectivos e individuais; alargamento da Direcção a mais membros. Passamos a transcrever os extractos sobre as matérias que sofreram alterações

CAPÍTULO I
Artigo 1º
Denominação, Duração e Sede da Associação
É constituída a associação privada sem fins lucrativos "ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local", por tempo indeterminado, com início nesta data e sede na Rua do Engenho, Nº.10, freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel, Distrito de Beja, que poderá ser transferida para outro local por deliberação da Assembleia Geral.
Por deliberação da Direcção poderão ser abertas delegações ou outras formas de representação da associação no país ou no estrangeiro.
Artigo 2º
Objectivo Geral
A associação tem por objectivo geral a promoção da igualdade de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida das populações do todo nacional dinamizando a congregação de esforços e apoios à actuação em rede das acções de instituições, grupos e indivíduos em prol do desenvolvimento local.
Este objectivo exige uma actuação predominante de apoio às organizações dos territórios dominantemente rurais, que promovam o desenvolvimento rural e uma intervenção especializada e forte junto das iniciativas que actuam nas comunidades urbanas e suburbanas com fortes factores de exclusão social.
Artigo 3º
Objectivos Específicos
Para a realização do seu objectivo geral a associação propõe-se, entre outros, os seguintes objectivos específicos:
a) Promover acções de carácter geral, bem como acções específicas quer para o desenvolvimento local em meio rural, quer em meio urbano.
b) Representar e defender as propostas dos associados em geral e das organizações de desenvolvimento local em especial.
c) Contribuir para a criação, reforço ou adequação de programas específicos para as zonas carenciadas, visando a melhor redistribuição de recursos a favor da população que aí reside designadamente daqueles que se achem em situações de evidente desigualdade de oportunidades.
d) Identificar e difundir iniciativas de desenvolvimento local em meio urbano e/ou rural.
e) Estimular e patrocinar a troca de informações, experiências e formas de actuação em rede entre agentes de desenvolvimento local actuando em meio rural e urbano.
f) Promover directa e indirectamente a investigação e o ensaio de ideias relativas ao desenvolvimento local.
g) Promover directa ou indirectamente a avaliação de iniciativas de desenvolvimento local.
h) Prestar apoio informativo, técnico e financeiro a iniciativas, agências e redes de desenvolvimento local.
i) Divulgar as potencialidades do meio rural valorizando a sua diversidade e qualidade.
j) Contribuir activamente para a formulação e consolidação de políticas nacionais e comunitárias no âmbito do desenvolvimento local em meio urbano e meio rural.
Artigo 4º
Áreas de actuação
Para a prossecução dos seus objectivos, a associação actuará através de intervenções em rede e de forma descentralizada, desenvolvendo nomeadamente, as seguintes acções:
a) Examinar e comunicar aos órgãos nacionais e comunitários e aos agentes de desenvolvimento local as implicações que afectem as suas áreas de intervenção;
b) Promover, realizar e participar em conferências, seminários, colóquios, debates e outras actividades;
c) Organizar, elaborar e editar informação, documentação e publicações;
d) Promover acções de formação e apoio a candidatura e a projectos e/ou programas relevantes para o fim que persegue.
e) Promover a criação de plataformas e/ou Grupos de Trabalho que funcionando com grande autonomia, respondam a necessidades de intervenções temáticas e/ou programáticas.
Artigo 23º
Votações
1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes salvo

quando haja três ou mais propostas funcionando aí a regra da maioria simples.
2. Nos casos da alínea c), i), j), l) e m) do artigo 18º. a votação deverá ser por escrutínio secreto, sendo necessário o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos associados presentes.
3. As deliberações sobre a dissolução da Associação exigem voto favorável de pelo menos três quartos dos associados.
4. As deliberações sobre alterações dos presentes estatutos exigem o voto favorável de três quartos dos associados presentes.
5. É permitido o voto via postal sendo necessário o envio do mesmo em correio registado com aviso de recepção sempre que se trate de eleição de órgãos sociais.
6. Para o efeito de toda e qualquer votação o voto dos associados pessoas colectivas contará por três.
7. É permitido o voto por delegação mas cada sócio só poderá representar no máximo dois associados.

Secção III

Da Direcção

Artigo 24º

Composição

1. A Direcção é constituída por nove membros efectivos e três membros suplentes.
2. A Direcção Efectiva é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Tesoureiro, um Secretário e quatro Vogais.
3. O conjunto dos membros efectivos e suplentes será sempre composto maioritariamente por representantes de associados colectivos.

Participação da animar na Expo.98

Como já referimos, a Direcção da animar eleita em finais de 1996, desde logo considerou que o Movimento do Desenvolvimento Local e a sua rede animar não poderiam deixar de ter a melhor e maior participação possível na EXPO.98, mesmo sabendo que tal iria exigir esforços redobrados pois iria coincidir com a difícil preparação duma MANIFesta.

Por via de propostas e projectos apresentados ao PPDR/DGD Regional foi possível que se realizassem diversas iniciativas no quadro da Expo.98 e através de cooperações diversas das quais queremos salientar o facto de se ter conseguido que existisse o "Dia do Desenvolvimento Local" que, albergado no Pavilhão do Território, permitiu que a realidade do DL em Portugal fosse transmitida a muitos milhares de visitantes, quer por via do audiovisual, da música e cultura e também duma parte institucional e oficial que foi presidida pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Dr. Capoulas Santos, e com a presença de altos representantes de vários Ministérios, para além de mais de uma centena de activistas do DL em Portugal. De seguida vamos referir as acções programadas pela animar, que no essencial foram realizadas.

Programa Global de Intervenção

De salientar, agora, a elaboração, em 1995/96, dum Documento Global Estratégico que fundamentou as candidaturas para que a animar se afirmasse e estruturasse

DECLARAÇÃO DE AMARANTE
(continuação)

- Promoção de Programas Integrados de Desenvolvimento de Base Territorial, com geometria variável, de carácter pluri-sectorial e temático, assentes em parcerias regionais ou locais credíveis e geridos de forma descentralizada;
- Concretização de medidas de discriminação positiva de grupos e territórios fragilizados, menos desenvolvidos e "abandonados";
- Valorização dos investimentos imateriais, dirigidos à formação de quadros técnicos, à qualificação profissional e cívica, à animação sócio-cultural local e à dinamização da capacidade empresarial local;
- Reconhecimento do estatuto de parceiro social para o movimento de Desenvolvimento Local, estando a ANIMAR disponível para assumir responsabilidades nesse sentido.

4. O Desenvolvimento Local é uma irrecusável oportunidade de futuro, pela exigência de cidadania que comporta, pela solidariedade que desfaz os nós da indiferença e pelas perspectivas de felicidade que semeia.
Essa oportunidade só se cumprirá se soubermos aprofundar o nosso sistema democrático e conquistar novas políticas e instrumentos de desenvolvimento.
Será nesse sentido que trabalharemos com entusiasmo, empenho, perseverança e profissionalismo:
- Tendo em conta as aspirações e potencialidades das comunidades locais que, entrelaçadas, construirão um Portugal desenvolvido, solidário e sustentável, melhor capacitado para afirmar as suas seculares particularidades à escala global;
- Promovendo a cooperação inter-local para o desenvolvimento, numa perspectiva de mundialização solidária e sustentável, para que seja concretizada a superação das desigualdades à escala global e garantida a salvaguarda do planeta. Nesta perspectiva, destacamos a participação e empenhamento na MANIFesta 98 de iniciativas de Desenvolvimento Local da generalidade dos países e territórios de língua portuguesa, mesmo dos que se encontram em situações críticas, como Angola, Guiné-Bissau e Timor Leste.
Declaramos, pois, o firme compromisso de batalharmos, dia a dia, a partir dos "nossos" territórios, para que todo o Portugal viva e, no local, se construa o DESENVOLVIMENTO GLOBAL!

Amarante, 30 de Novembro de 1998

DIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Exposição de Projectos de intervenção territorial e para as comunidades, serviços e produtos postos à disposição pela ANIMAR, pelas associações suas associadas e Iniciativas de Desenvolvimento Local por elas apoiadas.
Esta mostra, que dará particular relevo à informação sobre as duas anteriores edições da MANIFESTA e à divulgação da MAMIFesta98, constará de:
a) uma selecção criteriosa de edições (escritas, sonoras e videográficas) da responsabilidade da ANIMAR e das suas associadas;
b) uma exibição de cartazes, fotos, pequenos textos e arranjos gráficos evocativos de algumas iniciativas da ANIMAR e perspectivando acções e projectos futuros inovadores;
c) um vídeo, curto, com elementos Promocionais, dinâmicos, e prospectivos de curto e médio prazo do Desenvolvimento Local, da ANIMAR e da MANIFesta98;
d) alguns elementos "tridimensionais" evocativos do Património monumental, cultural e artístico, mais e menos popular, da área de acolhimento da MANIFesta98, Amarante, e da região envolvente. O objectivo é apresentar o património, não só como elemento estético, mas também como factor de desenvolvimento futuro, nomeadamente no que diz respeito ao seu potencial de atracção cultural e turístico. Dar-se-á particular relevo à divulgação de alguns expoentes da cultura portuguesa originários ou com ligações à região (p.e. Amadeo de Sousa-Cardoso), e aos pontos de visita ali possíveis para um maior conhecimento desses autores, da sua obra e percursos. Para este particular, contamos com o apoio de entidades locais e regionais.

2 - Sessão de apresentacão pública do "Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local", publicação de divulgação de mais de uma centena entidades do Desenvolvimento Local e seus recursos humanos, técnicos e logísticos. Para esta sessão serão convidados, entre outros, representantes de instituições públicas de relevância para o Desenvolvimento Local, com realce para as financiadoras desta edição – PPDR - Programa Operacional "Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional" / Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, das Associações de Desenvolvimento Local e da Imprensa Nacional e Local. Com grande probabilidade a apresentação pública será acompanhada com uma Prova e Degustação de Produtos tradicionais regionais.

3 - Será possível ocorrer durante o Dia do Desenvolvimento Local, diversos momentos de Animação (musical, teatral, etc.) com o objectivo de atrair os visitantes até ao Pavilhão do Território.
…
A ANIMAR vai estar presente na EXPO'98. Em dois momentos distintos: na Nave do Território do Pavilhão do Território no dia 14 de Agosto, em que organiza o DIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, e no Pavilhão do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, onde, de 22 a 28 de Agosto, organiza a semana dos PODERES LOCAIS E REGIONAIS.

enquanto Rede Activa do DL e Interlocutora Institucional com capacidade de proposta e reivindicação. Mas, há que constatar que este Documento, enquanto Projecto Global para a acção da animar, foi candidatado ao PPDR, não tendo sido considerado como um todo, tendo a animar sido aconselhada a apresentar projectos parcelares. Mais uma vez, constatou-se que as Instituições Estatais continuavam avessas a contratualizar Projectos de Médio-Prazo e com um fio comum, e preferir a entrega de migalhas de pequenas fatias do bolo.
Todavia, há que salientar como pequena excepção o Programa de Recuperação de Centros Rurais, em que foi dado um papel influente às ADL.
Tendo, contudo, em conta a importância do Documento referido enquanto, talvez, a primeira tentativa de criar um real e activo Movimento do Desenvolvimento Local com um saudável relação com o Estado, passamos a transcrever algumas citações do projecto "Animação do Desenvolvimento Local em Portugal" (1995-1999) que se candidatou ao "Sub-Programa 1 - Desenvolvimento Rural e Local" do PPDR.

Animação do Desenvolvimento Local em Portugal 1995-1999 Candidatura ANIMAR ao PPDR (Sub-Programa 1 – Desenvolvimento Rural e Local)

I. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Uma intervenção com a abrangência e diversidade do Programa de Iniciativas de Desenvolvimento Local requer, em simultâneo, capacidades de visão global e capacidades de acompanhamento ao nível mais próximo possível do terreno.
Neste sentido, torna-se evidente a vantagem de uma estrutura organizada numa base nacional mas articulada em rede, tal como a associação animar. O valor acrescentado que a ANIMAR irá gerar no âmbito do PPDR, resulta fundamentalmente da mobilização dos seus associados, colectivos e individuais, cuja implantação por todo o espaço nacional, facultará o apoio, adequado e regular, às agências e projectos mais próximos, e menos experimentadas ou capacitadas.
Através deste tipo de estrutura e de funcionamento, será possível garantir um impacto, a nível local como a nível nacional, muito superior ao de uma simples equipa técnica, por mais competente e dedicada, numa relação bilateral de assistência e de acompanhamento com os vários intervenientes locais. Só uma organização-rede, como a animar, é susceptível de capitalizar a rica experiência acumulada ao longo de vários anos pelas mais antigas e activas Associações de Desenvolvimento Local portuguesas, canalizando-a para melhor ajudar a organizar as que se iniciam nestas lides e, assim, integrá-las nas intenções estabelecidas pelo PPDR.
Para caracterizar a intervenção da rede animar no apoio às Associações de Desenvolvimento Local, passaremos a apresentar a abordagem adoptada assim como os principais conteúdos da acção prevista.
Relativamente à abordagem a adoptar pela rede animar, será fundamentalmente um vaivém permanente entre equipas técnicas, as ADL's associadas e as demais associações e agências envolvidas em projectos do PPDR. Este processo visa, em primeiro lugar, fazer o levantamento das necessidades concretas de cada uma das estruturas locais, tanto imediatas como a prazo, e simultaneamente, das contribuições que cada uma poderá também dar para enriquecer a dinâmica em curso. Como ponto de partida, portanto, os pontos fracos e fortes de cada ADL participante.
Esta implantação será assente num determinado número de princípios gerais, presentes desde o processo de constituição da animar, em 1992/93, que conduzem necessariamente a um funcionamento permanentemente "em rede".

II. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO - EIXOS E ACÇÕES

As acções a realizar pela ANIMAR, para animação das estruturas e dos projectos de Desenvolvimento Local em Portugal, irão referir-se fundamentalmente a 3 grandes eixos de actuação. Em primeiro

lugar, o contacto directo com as estruturas e os processo locais, através de equipas técnicas regionais e das ADL's associadas, para "levar e trazer" (informações, diagnósticos, análises, instrumentos de intervenção, etc.). Trata-se do eixo "Animação, Consultadoria e Sensibilização".
Na base deste trabalho proceder-se-á a tratamento de informação e à produção de materiais: eis o segundo eixo "Informação, Divulgação e Estudos".
Paralelamente, serão organizados eventos agregando, a nível regional, nacional e internacional, agências e agentes de Desenvolvimento Local, e igualmente intercâmbios entre experiências locais a fim de facilitar e reforçar as transferências de "know-how" e de evidenciar as sinergias inter-locais. Configura-se assim o terceiro eixo "Promoção, Intercâmbios e Cooperações".

II. I. Quadro Sinóptico de Eixos e Acções

Eixo A. Animação, Consultadoria e Sensibilização

Acção A.I. Círculos Regionais de Informação e Animação - CRIA's

Acção A.2. Núcleo de Documentação e Consultadoria

Acção A.3. Posto Móvel de Exposição

Acção A.4. Acções de Sensibilização

Eixo B. Informação, Divulgação e Estudos

Acção B.I. Brochura Promocional

Acção B.2. Guia das IDL's - actualização e ampliação

Acção B.3. Comunicação e Base de Dados Electrónica

Acção B.4. Folha Informativa e Pedagógica

Acção B.5. Revista de Promoção de Projectos de DL

Acção B.6. Estudos e Cadernos Temáticos

Eixo C. Promoção, Intercâmbios e Cooperações

Acção C.I. Colóquios e Mostras Regionais

Acção C.2. MANIFesta - Encontro/FeiraNacional

Acção C.3. Seminário de Cooperação Internacional

Acção C.4. Visitas de Intercâmbio e Cooperação

A ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito)

A criação desta Associação, motivada por experiências externas, particularmente no Terceiro Mundo, foi uma iniciativa que marcou a criação de micro-negócios e micro-créditos dos mais variados estilos e em diversas conjunturas sócio-locais. Criada em 1998, na base do voluntarismo de trabalho e de capital, e entretanto associada da animar, conseguiram a partir de 1999, através de Protocolos com o IEFP e o Banco Nova Rede realizar um trabalho efectivo, em cooperação com OIDL e outras Associações e Instituições, que levou a que no final de 2003 já tivesse provido o investimento de 1,2 milhões de euros em 302 iniciativas empresariais.

"Os Novos Valores do DL"

Este Projecto, enquanto candidatura parcelar ao PPDR - Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional -, foi aprovado e permitiu que a animar entre 1997 e 1998 o realizasse de Norte a Sul do País com vista a debater, formar, intercambiar e melhor integrar os novos quadros e dirigentes que se envolveram nas ADL pós 1992/95 e que constituíam uma 2ª fornada de activistas no seio das OIDL e do movimento em gestação.

A metodologia utilizada assentou em vários princípios: autonomia e abertura na coordenação nacional; processo o mais territorializado que fosse possível (no mínimo, Norte, Centro e Sul); debates auto-organizados e com animação e convívio; tentar estabelecer

DIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
(cntinuação)

A intervenção em cada pavilhão será diferenciada, não só pelo número de dias, como pelos objectivos a que se propõe cada Pavilhão. Enquanto o primeiro se propõe mostrar as intervenções e as perspectivas de desenvolvimento para Portugal, o segundo destina-se à promoção das iniciativas de Cooperação Norte-Sul.

Assim, enquanto no Pavilhão do Território a ANIMAR centrará a sua intervenção na divulgação das realizações e perspectivas do Desenvolvimento Local, da rede ANIMAR, e na promoção da Manifesta'98 no seu todo, no Pavilhão do Conselho da Europa, com um carácter mais restrito, será dado particular relevo às iniciativas de cooperação entre ADL portuguesas e dos Países do sul, nomeadamente da CPLP, sobretudo no que diz respeito ao apoio ao associativismo, à participação da sociedade civil na construção do Desenvolvimento a partir da base e à efectivação de parceria e contratualização com os diversos intervenientes ao nível Local e Regional.

Neste contexto, privilegiar-se-á a divulgação das acções e iniciativas com os parceiros da CPLP a realizar no âmbito da Manifesta (participação na feira, visitas e contactos com ADL da região de Amarante, estabelecimento de relações de troca, Debate sobre "Comércio Justo", etc..

De momento, estamos numa fase de consensualização da programação com as exigências técnicas e formais específicas de cada pavilhão e da EXPO em si. De realçar, para já a realização de um curto filme (10 minutos) a projectar em vídeowall sobre o Desenvolvimento Local, a rede ANIMAR e a Manifesta '98.

Embora não tenha sido uma iniciativa da animar, consideramos indispensável referenciar a Iniciativa da "Próregiões - Promoção de Regiões, Lda." que montou as condições para que o Varino Castro Júnior, denominado de "Barco do Mundo Rural", fizesse viagens pelo Tejo até à Expo, com a possibilidade de os viajantes desfrutarem da cultura e dos produtos genuínos das mais diversas regiões de Portugal. De referir que 25 Associações de Desenvolvimento Local realizaram, através da sua organização, esta viagem de forma a que chegados à Expo pudessem mostrar algo das suas actividades e que permitiram a centenas de actores do desenvolvimento local deste país-todo conhecerem e dar-se a conhecer na Exposição Universal de 1998.

NOVOS VALORES

A presente edição visa apresentar de uma forma sintética os resultados do projecto "Novos Valores do Desenvolvimento Local", nomeadamente o processo vivido, e as conclusões e as recomendações saídas do conjunto dos encontros realizados nas regiões norte, centro, sul e no encontro nacional.
A concretização do projecto permitiu constatar quão importante tem sido o papel dos jovens técnicos das Associações e Entidades que intervêm no Desenvolvimento Local, embora muitas vezes esse reconhecimento não seja visível e evidenciado.
Neste aspecto o projecto "Novos Valores" enquanto espaço de partilha de dificuldades, reflexões e experiências, constituiu uma oportunidade para a afirmação da identidade dos jovens animadores e técnicos das Associações, bem como para a clarificação e consensualização de posturas e formas de actuar.
A eficiência e a eficácia da actuação das Associações de Desenvolvimento Local passará pelo contributo conjugado de todas as gerações que nelas trabalham, e associar o saber acumulado da geração dos primeiros protagonistas do Desenvolvimento Local, que deram corpo à grande maioria das Associações existentes, à energia, criatividade, competência e iniciativa das novas gerações que chegaram ao Movimento nos últimos anos, é o segredo.
Com os resultados deste projecto a ANIMAR espera ter dado um contributo positivo para o reforço das competências dos técnicos e animadores das ADL's e, através destas, para uma maior eficácia e visibilidade da sua intervenção.
O Movimento de Desenvolvimento Local será cada vez mais forte se formos capazes de, em cada Associação criar espaços acessíveis de diálogo, de convivência, de decisão e de fortalecer a Rede das Associações e Animadores através do estreitamento de relações de cooperação e de solidariedade.

Avaliação
6.1, Externa (participantes)
6.1.1, Pontos fortes
a) Potenciou o convívio, a reflexão e a partilha de experiências;
b) Valorizou a figura do animador enquanto pessoa e profissional, contribuindo para a promoção do seu auto-desenvolvimento;
c) Os temas apresentados nos CC foram interessantes;
d) Existiu uma dinâmica mais activa, diferente da estratégia de abordagem clássica;
e) O encontro foi um primeiro passo para uma possível formação de uma rede
6.1.1, Pontos fracos
a) O espaço do salão utilizado para os CC foi inadequado, uma vez que o barulho era demasiado forte;
b) A reduzida participação de animadores, tendo em conta que se tratava de um encontro nacional;
c) No almoço do segundo dia, que foi tardio, a separação entre participantes e elementos da organização;
d) A inexistência de estratégias e compromissos definidos para o futuro

conclusões e medidas claras. Sem mais, porque foi produzido pelos vários intervenientes um livro que sintetiza o principal do que se passou, passamos a transcrever, ao lado, algumas citações do mesmo.

de novo... de volta à vida diária da animar

Conforme com as deliberações das Assembleias Gerais e da Direcção, o dia-a-dia da vida da animar passou a ter uma exigência e multiplicidade de funções e relações que ultrapassa claramente as exigências dos tempos de arranque e afirmação. Se em inícios de 1999 já íamos no nº 68 do "Vez e Voz", é de assinalar que esta folha de ligação que inicialmente era um A4 de duas páginas, era agora uma publicação com 8 páginas e com um reforço de tratamento de matérias ligadas às necessidades informativas das OIDL e seus activistas, que passaram também a ser divulgadas por via da Internet. E já que veio à baila o "Vez e Voz" deixamo-vos com referências ao comemorativo nº 50.
Desta edição de 12 páginas, em que se reúnem várias rubricas, a saber, - Relatos, Vamos Conhecer, Opiniões, Modos de Ver, Agenda, Legislação Nacional e, por último uma página de Participar é Preciso, de EuroLocais e da MANIFesta.98/Amarante, acabamos por vos deixar com a 1ª e última páginas deste comemorativo nº 50.

Vez e Voz
fevereiro/março 98
50
animar
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural
Edições pelo Desenvolvimento Local

Ponto de voz

Recebi da Direcção da *animar* um convite irrecusável: escrever este editorial.
Tocou-me o gesto.
E julguei que seria fácil responder ao convite, mas julguei mal. Chegada a hora da resposta, o que dizer?
A tentar fazer alguma coisa, perdi-me a rever, a reler, ao acaso, o Vez e Voz, uma simples A4, depois A3. Da visita a esta fonte da nossa memória colectiva conclui que tem sido tamanha e rica a (in)formação e a animação gerada aqui e ali, em cada local.
A revisita aos boletins aponta ainda outra conclusão: o Vez e Voz, ele mesmo, é prova de sustentação e de desenvolvimento. Duma ideia inicial, exposta num encontro do Grupo dos 10 em Vidago, aí por Maio de 93, e da sua fundação imediata, logo em Julho de 93, chegamos hoje ao nº50.
O itinerário é já longo, mas importa, sobretudo, sublinhar a sua regularidade, ou seja, a fidelidade ao compromisso assumido à partida. Não vivemos nós dias cheios de conversas escorregadias, acordos etéreos, com mais indivíduos-imagem do que homens-de-palavra? Não é quase tudo só *em princípio*?
Num tempo em que se faz uma barulheira infernal por coisa nenhuma, o passado do Vez e Voz conduz-nos a uma alegria serena, a uma festa verdadeira, enraizadas lá no fundo de nós.
Partilhemos, pois, o nosso enternecimento, a nossa animação, que quem andou, mais tem que andar. Mas, antes de mais, ouçamos a voz de Agostinho da Silva.
" Não se cuide que isto se fará falando ou escrevendo; isto se fará fazendo".
José Portela

Voz & Vos — Fevereiro/Março 98

Da animar

Audiência com o Secretário de Estado do Emprego e Formação

No passado 10 de Março, a Direção da Animar foi recebida pelo SEEF, Dr. Paulo Pedroso, em representação do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade.
Face às posições apresentadas no que respeita às políticas de Emprego e Formação, que acentuam na necessidade de flexibilidade e de descriminação positiva para os "territórios excluídos e/ou marginalizados", houve boa receptividade por parte do SEEF, tendo este informado que, quanto ao sector Emprego ainda este ano serão apresentados novos instrumentos, mas ao nível da Formação a grande aposta será "substituir os circuitos" de forma a cumprir o actualmente legislado.
O SE mostrou-se ainda de acordo com a necessidade de consulta à Animar sobre questões relevantes para o Desenvolvimento Local. A integração da Rede na Comissão do Mercado Social do Emprego será analisada no quadro do próximo alargamento da mesma.
No que respeita a contratualizações com a Animar, que levem ao reforço da intervenção conjugada das ADL's pelo emprego e contra a exclusão social, o SE ficou receptivo à análise de projectos de acção concreta e devidamente fundamentados.
Por último, foi francamente positiva a receptividade do SE à realização da III Manifesta, afirmando que o apoio a conder pelos os organismos do Ministério deverá, no mínimo, ser equivalente ao concedido em 1996.

Audiência com a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional

Em resposta à solicitação formulada, a Dra. Maria José Constâncio, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional recebeu no próximo 25 de Março a Direção da animar. Serão apresentadas as reivindicações de curto prazo e os pontos de vista do Desenvolvimento Local no que respeita ao QCA III e ao Plano de Desenvolvimento Socio-Económico 2000-2006, que lhe dará suporte.

Rede VIRGILIO - Conselho Geral em Portugal (Ribatejo)

Entre 5 e 8 de Março realizou-se um encontro da VIRGILIO - Rede Rural Europeia - em Portugal, da responsabilidade da animar e da sua associada ADRN.
Este encontro, que teve como local de trabalho Fátima, reuniu perto de 30 agentes europeus pelo Desenvolvimento Local/Rural, diversificou-se em várias iniciativas.
Permitiu um melhor conhecimento da animar e particularmente das acções de promoção do desenvolvimento local no Ribatejo Norte, o que passou por exposições orais, visitas a "iniciativas rurais" e pelo debate alargado.
No sábado, 7/Março, dia de trabalho mais intenso, estabeleceram-se projectos de parcerias entre os presentes, analisaram-se os projectos VIRGILIO e definiram-se orientações para o futuro da rede.
De salientar, sinteticamente, as seguintes orientações tomadas:
- realizar o Seminário "O Emprego e do Desenvolvimento Local" em Bruxelas no início de 99, havendo um 1º debate alargado aquando da Manifesta;
- reestruturar o boletim "Virgilio-Info" para o tornar mais eficaz e operacional, mas também promotor dos debates necessários;
- dar continuidade à reunião convocada pela VIRGILIO de juntar as várias redes europeias ligadas ao Desenvolvimento Local e Rural, com vista ao estabelecimento de articulações regulares e acções conjuntas que façam dar força, nas instituições europeias, ao movimento do Desenvolvimento Local. A animar, enquanto associada, foi voto para que os laços se estreitem o mais possível.
Por último, reuniu-se o Conselho de Administração que trouxe de forma participada na avaliação, financiamento e metodologias de funcionamento da Rede.
Esperamos ter dado um contributo positivo a estas Jornadas Europeias do DL.

José Carlos Albino

NOVOS VALORES do DL - uma confirmação!

Lançado pela Direção da animar há seis meses, um conjunto alargado de quadros técnicos e agentes duma "nova geração" abraçaram a organização de Encontros dos "novos valores" do DL, começando a trabalhar, ao nível nacional e regional, acreditando a aposta que os meios seriam conquistados.
Neste momento as candidaturas dos três Encontros Regionais foram aprovadas pela Unidade de Gestão do PPDR (sub-Programa 1), em que a Direção da animar foi convidada a participar, tendo salientado a necessidade de os projectos de fomento do intercâmbio inter-ADLs, que exigem suportes regulares, virem a ser devidamente considerados na execução do PPDR.
O Encontro do Sul em Beja, a 25 de Março, inaugura o processo de intercâmbio alargado e diversificado, a que se seguirão em Abril/Maio os Encontros do Centro e Norte.
De referir que as expectativas face aos contributos, que surgirão destes encontros e finalmente do Encontro Nacional, têm vindo a aumentar na medida em que mais instituições se aproveitaram da actualidade da iniciativa.

"Na certeza do futuro pelo PRESENTE" (autor desconhecido).

José Carlos Albino

Propriedade / Redação / Administração: animar

Projecto "Plataforma 2000"

Por proposta da Associação "In Loco" a animar passou a ser parceiro activo neste projecto, que integrou também o CIES e que foi financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia; este projecto tinha como objectivo principal o Estudo sobre o Enquadramento Legal, Institucional e Financeiro das Relações entre o Estado Português e as Entidades Privadas e Solidárias de Serviço Públic, o Terceiro Sector. Aqui deixamos algumas conclusões que transcrevemos do Relatório elaborado.

.../...

Continuando ...

Mas voltando às novas funções e relações da animar, queremos salientar duas vertentes: uma ligada ao reforço da relação e do papel de mediador inter-projectos das OIDL; outra referente ao trabalho de relação institucional junto do Poder Político, em vários Ministérios que, face às nossas propostas decorrentes das Teses da MANIFesta.98, exigiram um trabalho constante de elaboração de documentos e projectos e da sua defesa junto de vários Governantes.

Para ilustrar a primeira vertente, passamos a referir-vos as múltiplas iniciativas para que a animar pudesse assegurar um debate e definição de iniciativas que eram específicas às ADL que geriam

NOVOS VALORES (continuação)

6.2, Interna (comissão executiva)

6.2.1. Para o objectivo

... Intercâmbio e convívio / participação activa …

Os resultados satisfizeram cerca de 80% dos participantes.

6.2.2. Para o objectivo

... Reforços de competências individuais e das entidades …

Os resultados satisfizeram cerca de 50% dos participantes.

6.1.3. Para o objectivo

... Cativar os animadores para uma reflexão individual e colectiva …

Os resultados satisfizeram cerca de 50% dos participantes.

6.1.4. Para o objectivo

… Motivar uma mudança para o aumento da eficácia e do reconhecimento …

Os resultados satisfizeram cerca de 60% dos participantes.

Pistas conclusivas

a) Dificuldade em se sentir reconhecido devido ao animador conciliar uma atitude militante e voluntária com uma postura profissional;

b) Necessidade de valorização do trabalho através da atribuição de mais responsabilidades e autonomia;

c) A criação de estratégias para o reconhecimento das Iniciativas de Desenvolvimento Local;

d) Potenciação das estruturas (recursos) já existentes, criação de centros de informação e observatórios, promoção dos intercâmbios e das trocas de experiências. Realização de diagnósticos de potencial/divulgação de oportunidades.

e) Falta de pessoal devido à falta de recursos financeiros, o que provoca excesso de trabalho, uma vez que o animador tem de ser polivalente;

f) As parcerias podem servir para preparar parcerias;

g) Criação da ideia de marketing humano – intervenção social. Como forma de promover as identidades locais.

RELATÓRIO DAS RELAÇÕES COM O ESTADO

…estes são os aspectos mais determinantes do balanço actual, resultante da análise atrás apresentada, sobre a situação das relações com o Estado:

>Necessidade de visibilidade e reconhecimento público do papel do sector e das contribuição que a sua acção tem tido na melhoria das condições de vida da população;

>Necessidade de integração de redes locais em projectos de desenvolvimento local, de modo a garantir o envolvimento dos grupos sociais representados por essas organizações;

>Necessidade de acreditação dos trabalhos

RELATÓRIO DAS RELAÇÕES COM O ESTADO (continuação)

desenvolvidos por essas organizações, com a correspondente transferência de competências na gestão e execução de programas de financiamento de projectos locais;

>Necessidade de reconhecimento, quantificação e valorização do trabalho dos voluntários, desempenhado quer a nível da gestão, quer da intervenção pontual;

>Necessidade de avaliação da eficácia dos modelos de organização existentes e do desempenho na execução de programas e projectos respeitando a autonomia e independência destas estruturas;

>Necessidade de formação adequada e apoio técnico, quando necessário, ao desempenho das funções de gestão de projectos e negociação e participação na decisão política, através nomeadamente das agências de educação permanente e formação profissional;

>Necessidade de capacitação das organizações para o desenvolvimento de estudos e o exercício de auto-avaliação sobre o seu trabalho, de forma a maximizar os seus recursos e a consolidar uma imagem positiva, no sentido da valorização da auto-imagem das populações envolvidas;

>Necessidade de reforço dos processos, horizontais e verticais de parcerias locais, identificando interesses comuns e criando condições para uma maior autonomia do sector;

>Necessidade de maior articulação e maior eficiência nas relações com serviços estatais a nível local e regional, desconcentrando e descentralizando funções;

>Necessidade de promover apoios estatais aos canais de informação e divulgação das acções do sector, de forma a rentabilizar o trabalho desenvolvido e a disseminar princípios e práticas de cidadania participativa junto do público em geral e dos jovens e da comunidade educativa, em particular.

o Programa LEADER II, através da criação dum departamento autónomo que saísse da vontade exclusiva das ADL que se debatiam com os problemas gerados pela execução do LEADER II. Destas iniciativas salientamos um Encontro na FIL em Lisboa, bem como, uma Reunião realizada em Tomar, que teve como anfitriã a ADIRN (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte). Todavia estes esforços não criaram raízes, por razões que ultrapassam os protagonistas da animar, mas que provavelmente se prenderão com questões de protagonismos e de diferentes visões sobre as obrigações e prioridades do DL, o que foi, eventualmente, uma causa que mais tarde levou à criação da Federação das Organizações LEADER II, que surgiu em 15/Fev./2000, na Batalha, com a denominação de "Minha Terra, Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local" e que veio a associar a maioria das Entidades Gestoras do Programa LEADER II e que hoje continua a funcionar.

Para referenciar a segunda vertente - a das relações institucionais - queremos salientar o trabalho persistente que a animar realizou junto de vários Ministérios para que o III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia referente a Portugal levasse em consideração as grandes disparidades que o País vive e a necessidade de optar por políticas de discriminação positiva para os territórios há largas décadas deixados ao abandono (ver Teses de Amarante). Mas, ainda neste domínio institucional, é necessário referir as diversas propostas e reuniões com vários Governantes no sentido de que as ADL fossem reconhecidas como prestadoras de serviços de bem público e que, como tal, deveria levar a que fossem financiadas pelo Orçamento do Estado no que respeita às suas funções e actividades básicas junto das populações, debaixo de contratualizações claras e rigorosas, que permitissem uma avaliação e controle por parte das Entidades Financiadoras. No fim de contas, queria-se conquistar um modelo semelhante àquele que há muito está em vigor no que se refere aos serviços de apoio aos idosos e crianças que as IPSS e as Misericórdias realizam, com resultados generalizadamente reconhecidos como mais eficientes, mais económicos e, ainda, como factores que contribuem para reforçar a participação cívica das pessoas e grupos das mais diversas Comunidades Territoriais. Todavia, os organismos oficiais e governamentais continuaram a ter dificuldade em dar a real importância ao trabalho imaterial, o qual à vista desarmada é invisível, porque não palpável, nem inaugurável, como as infraestruturas.
Para elucidar mais detalhadamente este período, no final do Capítulo transcrevemos o Plano de Actividades da Direcção para 2002, que foi aprovado em Assembleia Geral. (Doc. III. D.)

Projecto Jovens/Educação em Meio Rural

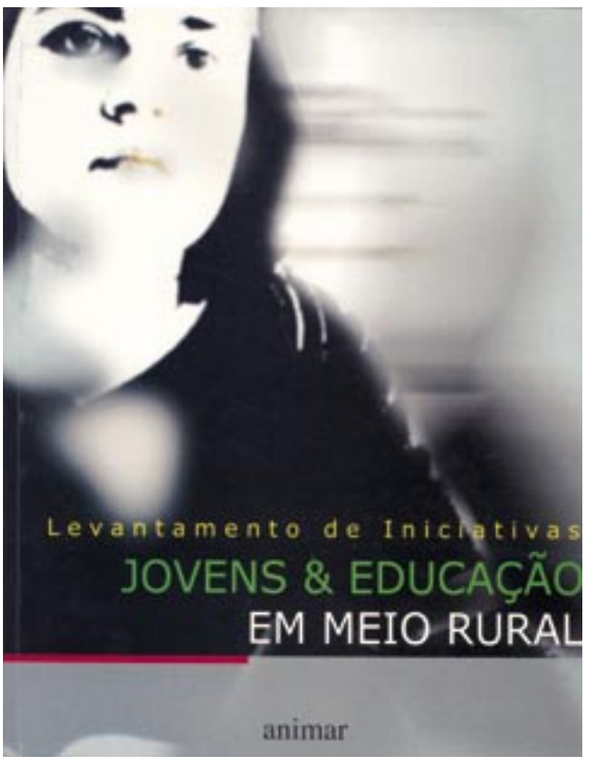
(animar - ICE)

Nesta referência ao que foi o progressivo aumento de solicitações e responsabilidades da animar, enquanto rede com uma organização suficiente, há que referenciar e destacar o Projecto de Intervenção que a animar desenvolveu durante três anos e que foi o Projecto Jovens/Educação em Meio Rural, que desde a sua concepção contou com o ICE (Instituto das Comunidades Educativas) como Parceiro de corpo inteiro. Em síntese, este Projecto, candidatado e financiado pela medida B.2 do Programa LEADER II, tinha as seguintes finalidades:
- contribuir para a visibilidade do local assegurando as condições de intercomunicação entre locais e a criação de laços permanentes de cooperação: numa síntese, o combate ao isolamento dando voz e protagonismo aos "isolados";
- contribuir para o reforço e consolidação do desenvolvimento local integrado em meio rural, associando-lhe e potencializando uma dimensão educativa na perspectiva do envolvimento e promoção dos sujeitos do acto educativo, nomeadamente das crianças e jovens.
Neste quadro, podemos referir os seguintes objectivos gerais e específicos: - redimensionar os espaços formais de aprendizagem; - combater o isolamento promovendo visibilidades; - promover e valorizar os espaços e processos de desenvolvimento educativo e cultural; - inventariar e alargar

a acção das OIDL no âmbito dos jovens/educação; - gerar uma rede de malha curta e permanente de base informal/soft/ligeira entre as OIDL e seus agentes e quadros que trabalham particularmente nesta temática.

Embora nos estejamos a antecipar à cronologia dos acontecimentos, pois o Projecto só terminou em 2001/2002, achamos por bem deixar-vos já com os principais resultados e acções que foram conseguidos e realizados. Fruto dum trabalho de mobilização junto das OIDL foi possível pôr um conjunto duma vintena de organizações através de vários activistas jovens a iniciar a construção duma rede de intercâmbios. Em termos quantitativos, este projecto deslocou perto de mil jovens, para além dos milhares de crianças mobilizadas, sobretudo, perlos projectos educativos do ICE e das suas instituições parceiras. Esta dinâmica resultou das seguintes actividades:

- Dinamização do designado "Jogo da Berlinda", actividades em que os jovens e as crianças foram os protagonistas, promovendo o intercâmbio de vivências. Deslocaram-se mais de 250 jovens e envolveram-se outros tantos, num total de cerca de 550 jovens e crianças.
- Realização de programa de visitas interprojectos, espaço de encontro entre técnicos e animadores, de carácter formativo na base do fomento da permuta de experiências e metodologias, e que permitiu trocas entre 80 técnicos das associações aderentes;
- Realização de nove reuniões Inter-Equipas, de pilotagem e de redefinição do projecto, com base na vintena de associações;
- Edição de três folhas de ligação, designadas a "Janela da Rede", entre as OIDL, com carácter informativo/pedagógico;
- Publicação de vários artigos no Vez e Voz e no ICEinfor;
- Comunicação regular via Internet;
- Publicação de três Suplementos, no Jornal Público, que permitiu a difusão das experiências e reflexões a um público não familiarizado com estas questões;
- Publicação do Livro sobre o "Levantamento de Iniciativas Juvenis", de OIDL;
- Realização de três foruns, com suporte nos três grupos regionais criados, e com diferentes temáticas e Agentes Educativos; Exposição Itinerante e tertúlia, na Região Norte (Aldeia de Deão, Paredes de Coura, S. Torcato, Vila Chã - Amarante, Montalegre , Braga); o Papel dos Jovens no Desenvolvimento, na Região Sul em Avis; InFórum das Iniciativas Juvenis da Região Centro, no Couto Mineiro das Minas da Panasqueira em Silvares/Fundão. Em síntese, tentou-se ceder espaço ao protagonismo dos jovens, invertendo a visão instalada, de que estes têm falta de interesse, que não participam;
- Organização de três Acções de Formação (Oficina Teatral e de Animadores Juvenis), dirigidos a jovens e orientados para a indução de processos de educação formais e não formais;



- Reforço de iniciativas com carácter permanente orientadas para a valorização e promoção do património local, na perspectiva da sua visibilidade externa, nomeadamente através de "Quintas da Educação" e Feiras de produtos educativos locais, das quais destacamos as Quintas de Educação de Montesinho e da Lagoa de Santo André, que passou a ser palco de visitas semanais, intensificando a realização de momentos de encontro entre crianças.

Este processo levou à realização dum Espaço Jovem Autónomo na MANIFesta de Tavira, que mobilizou cerca de duas centenas de jovens de todo o País Rural envolvidos no Projecto Jovens/ Educação em Meio Rural, e que fizeram a "Manifesta Jovem". Com grande dinamismo, e comprometidos com o slogan "Todos juntos somos mais fortes" realizou-se o Fórum Final sobre o tema "Novos Jovens/Novas Ruralidades".

Mas o que pensamos ser mais significativo é o facto de esta rede de organizações já após o final do Projecto, se ter reunido, por sua conta e risco, em 2002, já sem qualquer apoio financeiro e tenha decidido continuar a trabalhar em conjunto devido ao muito que tinham aprendido e ao muito mais que queriam fazer em conjunto, com um alargamento do número de Associações e Jovens envolvidos.

Toda esta dinâmica, permitiu a produção de um conjunto de documentos, aprovados e difundidos, dos quais deixaremos extractos no final do Capítulo (Doc III. E.), mas que de imediato deixamos uma tentativa de síntese: - Querer, mais do que consumir as ofertas - que são poucas -, assumir um papel de dinamização e desenvolvimento pessoal e social; - Preocupar-se com o seu futuro e o da comunidade; - Perseguir o direito à felicidade; - Precisar de espaço físico e social e de apoios financeiro, organizacional, logístico e formativo; - Necessitar de mais tempo livre das aprendizagens em contexto formal; - Reclamar maior disponibilidade da Família; - Defender a educação, através das dinâmicas afectivas, em vez da instrução; - Desejar poder assumir responsabilidades e acolher desafios; - Respeitar a Natureza e a diversidade do património humano; - Requerer/exigir visibilidade e reconhecimento.
Mas deixamo-vos, desde já, com os títulos dos três documentos que são os seguintes: - "Continuar, continuando o Projecto Nacional Jovens/Educação em Meio Rural"; "Documento Síntese do Fórum Final; - "Carta Aberta aos Pais".
.../...
Neste período de 1997 a 2000, pensamos ser necessário dar relevância ao reforço da ligação da animar com os seus associados e com um largo e diversificado leque de entidades, organizações e actores locais e regionais. Para além do "Vez e Voz", que continuou a ser um elo fundamental de ligação e fomento da informação e de debate entre muitos dos interessados nas causas do MDL, quer a via postal, quer, principalmente, por via de portas que a Internet abriu foi, desde logo, considerada uma prioridade a utilização e promoção da comunicação por esta via e a produção de uma página e um Site da animar. Conseguiu-se, assim, desde meados de 2001, ter um serviço diário de circulação de informação, por mailing list, e um site da Animar desde Dezembro de 2000. Consideramos, assim, que o fluxo de comunicação, elemento básico numa rede de cidadãos e organizações, foi largamente ampliada em quantidade e qualidade.

"DLR - desenvolvimento local em rede"

Embora com ligações pessoais e logísticas à animar, desenvolveu-se no seio da UTAD/DES, por iniciativa de Pedro Ferrão, a criação duma rede de informação, de circulação e debate que, enquanto uma mailing list que foi agregando muitos sócios, tem vindo a servir para que todos possam saber do máximo de informações e opiniões e, assim, utilizá-la como considerarem mais conveniente. Pensamos, assim, que a DLR tem constituído e constitui uma relevante iniciativa em prol da qualificação e clarificação do Desenvolvimento Local.

Das Cooperações Multifacetadas

Neste domínio da comunicação, não se podia menosprezar o trabalho de informação, intercâmbio e cooperação com as Organizações que são aliadas da animar, enquanto entidades que se reclamam da Economia Social. A animar reforçou de forma clara e actuante esta vertente, considerada estratégica, pelo que, sem a certeza de que nada fica de fora, poderemos referir as principais iniciativas de cooperação e intercâmbio bi e multi-laterais que a animar promoveu ou em que participou.

>Conselho de Cooperação para a MANIFesta.98

>Conselho Económico e Social

>Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural

>Comissão Nacional do PPART
>Comissão Nacional de Acompanhamento do POEFDS
>Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa Agros
>Cooperações no quadro da Expo.98
>Cooperação com "Intervenção Radical"
>Cooperações no quadro de Órgãos de Consulta do Estado
>Cooperação ICE/ animar
>Cooperação animar/ARP
>Cooperação ANIMAR / CIEJD
>Cooperação ANIMAR / Universidade de Évora
>Cooperação ANIMAR / IDHRa
>Cooperação com o INSCOOP
>Cooperação com FSM/FSE/FSP

Os Conselhos Consultivos da animar

Deixámos para esta altura a explicitação duma realidade que existiu e funcionou (com altos e baixos), tal como previsto nos Estatutos, que foram os vários Conselhos Consultivos com os quais a Direcção da animar foi contando ao longo de toda a sua vida. Este Órgão, de nomeação de cada Direcção, embora sem nunca ter atingido o papel que se desejava, foi um incentivo a mais profundas reflexões sobre o caminho a realizar, quer através de reuniões formais, quer por colaborações pontuais de vários dos seus Membros.

Para que conste deixamo-vos com um conjunto de sócios que se foram assumindo como membros dos Conselhos Consultivos. A saber: Ana Maria Braga da Cruz, António Santos Veloso, Camilo Mortágua, Idalina Abade, João Cordovil, Jorge Wemans, José Portela, Lucília Salgado, Maria João Simões, Peixoto Lima, Rui D'Espiney, Christine Guerreiro, Pedro Ferrão, João Ferrão, Regina Lopes, Eduardo Figueira, Priscila Soares, Vilma Silva, Manuela Neves, Artur Cristóvão, António Palma, ...

III.2. Da Manifesta de Tavira aos Novos Órgãos Sociais

Neste sub-capítulo vamos referenciar o processo e as consequências da Manifesta de Tavira, enquanto outros processos aconteciam, na base dos 3ºs Órgãos Sociais da animar que foram eleitos a 1 de Abril de 2000.

MANIFesta.2001 – Tavira

No processo de preparação da 4ª edição da MANIFesta, a Direcção da animar foi obrigada a levar várias questões em consideração: o processo de encerramento da MANIFesta de Amarante que foi prolongado e complexo; o consenso que se tinha gerado no sentido de as Manifestas passarem a realizar-se na Primavera, por razões climatéricas e logísticas; a vontade de fazer desta 4ª edição uma demonstração da real força, diversidade e capacidade dum activo Movimento do Desenvolvimento Local.

Perante este quadro e face à apresentação duma só candidatura da responsabilidade da IN LOCO, que propunha Tavira como cidade anfitriã e apresentava um programa suficientemente detalhado e fundamentado, o Conselho da MANIFesta considerou que a IV Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local se realizaria em Tavira de 27 a 30 de Abril de 2001 na base duma parceria e contratualização da animar, enquanto organização global, e a IN LOCO, enquanto entidade responsável local e regionalmente.

... entretanto Novos Órgãos Sociais

De referir que antecedendo a Assembleia Geral se realizou uma Conferência sobre "Organização do

DL e Medidas do QCA III para o Desenvolvimento Rural", a qual contou com a presença de Angel de Prado da Federação LEADER de Espanha, que deu a conhecer os avanços que se fizeram nas políticas de Desenvolvimento Rural no seu País, bem como, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Eng.º Victor Barros, que proferiu palavras de esperança para o III QCA, face ao DL Rural.

Conforme com os Estatutos, era necessário que no 1º trimestre de 2000 se realizasse uma Assembleia Geral que elegesse Novos Órgãos Sociais da animar. Perante este cenário, a Direcção em exercício assumiu a responsabilidade de apresentar uma Candidatura de Lista, com a explicitação que outras Candidaturas seriam bem-vindas subscritas por um conjunto de Sócios. A Direcção endereçou ao conjunto dos associados uma consulta sobre nomes e propostas e, após vários debates, realizou reuniões com o conjunto dos Sócios que se propunham vir a dirigir os destinos da animar.

A Assembleia Geral Ordinária, com poderes eleitorais, realizou-se a 1 de Abril em Peniche, tendo havido um debate vivo e diversificado sobre o passado, presente e futuro da animar, a que se seguiu a Eleição da Lista Proposta com o seu Programa Eleitoral. De imediato a referência aos novos dirigentes e no final do Capítulo a transcrição do seu Programa Eleitoral. (Doc. III. F.)

Esta nova Direcção, que alterou suficientemente a sua composição com novas Organizações e protagonistas, dedicou os primeiros meses a consensualizar a operacionalização das linhas mestras deliberadas pela Assembleia Geral. Contudo, e por iniciativa de terceiros, há que reconhecer que o processo dos denominados 2os Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local a realizar em Portugal, através duma candidatura assumida por um grupo de personalidades e organizações (Delos, Inde, Minha Terra, ...) foi algo que atravessou vários debates animados no seio da Direcção da animar. No rescaldo deste debate, a posição deliberada foi que a animar devia centrar as suas capacidades na realização da MANIFesta de 2001, o que, acrescido ao facto de ter sido sempre colocada perante projectos já pré-definidos e de grande monta financeira, levou a que na medida das suas reais disponibilidades pudesse vir a integrar um Conselho Consultivo, mas sem qualquer responsabilidade organizativa.

E, de seguida transcrevemos o artigo de opinião que o Presidente entretanto eleito, Alberto Melo, nos fez chegar.

Órgãos sociais eleitos em 2000

Mesa da Assembleia Geral
Presidente – Rogério Roque Amaro
Vice Presidente – Terras Dentro
Secretário – CEARTE

Direcção
Presidente – Alberto Melo
Vice Presidente – Solidários
Vice Presidente – ESDIME
Tesoureiro – António Castela
Vogais – ADER-Sousa
Vogais – Beira Serra
Vogais – Artur Cristóvão
Vogais – Rota do Guadiana
Vogais – Luís Moreno
Suplentes – Américo Mendes
Suplente – ACERT
Suplentes – ADEPE

Conselho Fiscal
Presidente – MSR
Secretário – Probarroso
Vogal – ADPM
Suplente – Gaspar de Oliveira

Considerações em torno de um percurso pessoal pela animar

Alberto Melo

Abril de 2004

A Associação "In Loco" esteve entre as entidades que partilharam, desde o início (em 1992), o processo de construção da rede-associação "animar". Tanto para as organizações como para as pessoas singulares que contribuíram para esta realização, os cerca de 12 meses de trabalhos preparatórios, através de encontros realizados nos mais diversos pontos do país, foram um pesado investimento, em tempo como em dinheiro. Foram, da mesma forma, reflexo do forte interesse que todos sentiam na concretização de uma plataforma de articulação, reflexão, informação e intercâmbio entre pessoas e entidades vocacionadas para a intervenção cívica e solidária numa base territorial.

Esta ligação em rede entre pessoas e entidades, partilhando uma visão e estratégias comuns para a melhoria e o progresso da sociedade portuguesa, é a meu ver um dos grandes traços distintivos da "animar", que não é nem nunca pretendeu ser um "sindicato" ou "corporação" de organizações de um certo sector, mas visou sempre um trabalho interventivo numa perspectiva mais abrangente, tendo em consideração todo o conjunto dos agentes e agências da sociedade civil organizada. O primeiro "pontapé de saída" fora dado por um professor da UTAD, a título individual, que veio a ser o primeiro Presidente de Direcção e criador e grande animador do "Vez e Voz". A ele se juntaram muitos outros interventores e protagonistas do DL, tais como formadores, docentes, jornalistas, investigadores, agentes de desenvolvimento, em número que cedo ultrapassou a centena. Paralelamente, a "animar" conseguiu agregar várias dezenas de organizações do DL, o que cedo lhe deu capacidade representativa deste sector em Portugal.

Pessoalmente, a minha participação inicial na "animar" foi por inerência de cargo, como Presidente da Direcção da "In Loco", entidade que estivera no processo preparatório e que integrara a sua primeira Direcção. Foi uma experiência deveras enriquecedora, onde aprendemos, por exemplo, que dirigir uma "animar" era muito diferente de dirigir uma qualquer associação local, pois a rede em construção não tinha praticamente um centro físico – nem sede própria nem pessoal permanente, e só dispunha de um orçamento simbólico, derivado das parcas quotizações dos associados (quando eventualmente as pagavam). A Direcção estava (como continua a estar) espalhada pelos quatro cantos do país, conseguindo reunir, em regra, de 2 em 2 meses, para se ocupar formalmente de certos "dossiers" e tratando-se as urgências por via telefónica. Esta precariedade, fragilidade mesmo, era sobejamente compensada pelo forte espírito de fraternidade, cumplicidade até, que se estabelecera entre os diferentes elementos, decididos que estavam em fazer das fraquezas força a fim de levar adiante o projecto de colocar as ADL, em particular, e em geral o 3º Sector, no mapa institucional e cívico da sociedade portuguesa. Para além disso, a "animar" retirava a sua grande força da capacidade em mobilizar os associados individuais e colectivos para tornar realidade produtos e acontecimentos da maior relevância para a situação do DL no nosso país.

Por questões profissionais, estive relativamente desligado do mundo do DL entre 1998 e 2000, embora algumas das iniciativas na área da Educação e Formação de Adultos, que então consegui arquitectar, visassem igualmente as próprias ADL: o Concurso Nacional de Boas Práticas, os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, os Cursos EFA ou as Acções SABER+. E, no início de 2000, tendo regressado da "missão de serviço" na capital, fui então desafiado a aceitar o cargo de Presidente de Direcção da "animar" para o mandato 2000-2003. Depois de 10 anos a dirigir uma associação e outros dois a forçar o "parto" algo doloroso da ANEFA, não era exactamente aquilo de que mais necessitava para recuperar o fôlego e retemperar energias... Depois de muita resistência, acabei por aceitar, numa posição de Presidente de uma direcção que se queria não-presidencialista, e ciente do enorme apoio já garantido por outros directores mais "permanentes" e com enormes responsabilidades de gestão.

Procurou-se então, por um lado, assegurar uma base logística mais satisfatória, em termos de instalações, equipamentos e antes de mais colaboradores permanentes e profissionalizados. E, por outro, reforçar a posição institucional do Movimento do DL, através da participação da "animar" em diferentes órgãos consultivos ou de acompanhamento de programas. E ainda manter, fortalecer e consolidar a rede de associados e assegurar uma edição da MANIFESTA que afirmasse definitivamente as ADL e outras expressões da cidadania activa em Portugal, aos seus próprios olhos e igualmente junto dos decisores públicos e da população em geral. Objectivos deveras ambiciosos, mas necessários e urgentes, e em parte realizados, apesar dos inevitáveis escolhos e resistências com que sempre depara, dentro da conservadora sociedade portuguesa, quem pretende mexer com as rotinas e interesses estabelecidos.
A "animar" passou então a partilhar a "triste sorte" dos seus próprios associados colectivos. Para garantir uma base logística minimamente operacional, e na falta de um "financiamento estratégico" (anualmente previsto no Orçamento de Estado ou oficialmente assegurado por outras fontes, como sucede para organizações com grande peso corporatista), teve que recorrer a programas e medidas em vigor, com co-financiamentos europeus, cujos regulamentos de natureza "estranguladora" lhe retiraram a leveza de acção e a disponibilidade para reflexão e debate de ideias, que tinham sido o seu apanágio nos primeiros anos de vida.

Face à indiferença dos poderes públicos relativamente à elaboração em Portugal de um enquadramento legal e institucional mais favorável ao 3º Sector, e principalmente ao 3º Sector de criação mais recente como é o caso das organizações de DL, a "animar" fez contactos vários a nível governamental, parlamentar e da administração pública. Até à data sem efeitos visíveis. Uma então Secretária de Estado até nos aconselhou simpaticamente a centrar as actividades das ADL exclusivamente na animação cultural, deixando as questões económicas às empresas e aos decisores públicos... E, para cúmulo, quando se concebeu há uns anos atrás um programa de apoio ao DL, em lugar de trabalhar com as existentes ADL que muitos e relevantes serviços já vinham prestando aos territórios de intervenção, decidiram inventar as ADR, sem qualquer tradição, nem base social nem experiência prévia. O destino trágico-cómico do programa de formação e assistência técnica para estas ADR é espelho fiel da imbecilidade de tal decisão.
Não há dúvida que muitos mais passos Portugal terá que dar, após 30 anos de Liberdade, para se consolidar como democracia. A cidadania activa que se exprime pelo trabalho de organização, de animação, de concepção, de mediação e de execução, por parte das ADL – e pelo esforço de articulação interna e de interpelação e representação externas que o Movimento do DL desenvolve por intermédio da "animar" – é essencial nesse caminho em direcção a uma sociedade mais aberta, mais democrática, mais criativa e inovadora, estimulante e mobilizadora das energias dos seus cidadãos.

...voltando à MANIFesta de Tavira

Embora acumulando com o trabalho diário da rede animar, o projecto Jovens/Educação e com uma intensa participação em órgãos de parceria Estado/Sociedade Civil, de que se salienta a nossa participação como Membro Efectivo do CES (Conselho Económico e Social) desde Setembro de 1998, o processo de concepção e preparação foi de grande exigência para a parceria animar/In Loco, pois pretendia-se e desejava-se que esta Manifesta pudesse ser uma síntese do melhor que tinha sido realizado, com a introdução de inovações que tornassem mais rico o processo e o evento. De referir que a opção de fazer a IV Assembleia, Festa e Feira do DL na Primavera e no Sul permitiu perspectivar um evento em que o ar livre fosse dominante, pois seria de esperar um clima ameno e com luz.

Pretendeu-se, assim, recriar o vigor e experimentalismo da I MANIFesta, reafirmar a festa e a capacidade de relação institucional e com os media, que aconteceu em Tondela, e reforçar o processo de preparação da Assembleia e multiplicar os Debates da III MANIFesta, sem esquecer as tais inovações que, no essencial, foram as seguintes:

- Realizar uma Acção de Formação aberta a quadros de ADL de vários pontos do país, com vista a qualificarem-se na realização de eventos multifacetados e a constituírem uma rede regionalizada de Dinamizadores da Manifesta;
- Conseguir albergar o maior número de Organizações, Activistas e Instituições
- Integrar um Espaço JOVEM autónomo, que seria o culminar do Projecto Jovens/Educação em Meio Rural;
- Conseguir alguns Compromissos com o Poder Político que respondessem a já velhas propostas

(continua página 73)

PROGRAMA DA ASSEMBLEIA E DEBATES

>Abertura da Assembleia da Manifesta – Museu do Lagar
>Iniciativa Equal – Debate com a gestora do programa Dra. Ana Vale (Gicea) – Caixa de Crédito Agrícola
>Debate "O Cooperativismo como Factor de Desenvolvimento Local", promovido pelo INSCOOP em parceria com a ANIMAR - Caixa de Crédito Agrícola
>Debate "Agricultura Biológica e Desenvolvimento Sustentável" promovido pela AGROBIO -Caixa de Crédito Agrícola
> Debate "Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto – Um Balanço para o Desenvolvimento", promovido pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR) – Ginásio Clube de Tavira
> "A Educação e Formação de Adultos nas dinâmicas do Desenvolvimento Local" (Anefa) – debate com a Dra. Márcia Trigo – Museu do Lagar
> Debate "A Globalização na Mira do DL: Globalizar Solidariedades e Resistências", promovido pela Associação para a Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC) – Ginásio Clube de Tavira
> Debate "O Inatel: Associativismo, Cultura e Desenvolvimento", promovido pelo INATEL – Caixa de Crédito Agrícola
> Debate "Microcrédito: Um Instrumento de Luta Contra o Desemprego e a Pobreza", promovido pela Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) – Caixa de Crédito Agrícola
>Palestra "Ano Internacional dos Voluntários" promovido pela Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários – Clube de Tavira
>Debate "As Comunidades Portuguesas e o Desenvolvimento Local", promovido pela ANIMAR - Museu do Lagar
>Debate "Educação Ambiental como Forma de Cidadania Activa", promovido pela Associação de Mães de Rabo de Peixe – Crescer em Confiança – Ginásio Clube de Tavira
> Debate "A imigração e o desenvolvimento", promovido pelo CIDAC – Ginásio Clube de Tavira
09h30 / 11h00: Debate "Artes e Ofícios Tradicionais no Novo Milénio", promovido pelo Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART) – Caixa de Crédito Agrícola
>Sessão de encerramento da Assembleia da MANIFesta – Declaração de Tavira – Museu do Lagar

DECLARAÇÃO DE TAVIRA
O DESAFIO DE UM PORTUGAL FUTURO

1. A fecunda inquietação de todos os dias

Eis a casa do desenvolvimento local. Pedra a pedra edificada com as mãos de gente comum, foi sonhada lugar de futuro e projectada no espaço e no tempo como matriz da solidariedade e felicidade possível.

A nossa casa rasgou janelas de horizontes largos em Santarém e Tondela. Consolidou-se como vector de esperança em Amarante.

Em Tavira o movimento abriu portas de cidadania para todos os dias, à escala de um país. Tem sido um processo de diversidades, que legitima a esperança e converge na transformação da realidade para as pessoas. Que são a medida de todas as coisas.

A multiplicidade dos projectos em que nos empenhámos revalorizou territórios e potenciou a cidadania das gentes que os habitam, num país que não queremos anestesiado pela indiferença e individualismo.

Achamos que o DL já se assumiu como movimento amplo e global que pensa e pratica o desenvolvimento como vector da nossa actualidade. Em Portugal.

Recusamos o país desequilibrado e assimétrico que temos. Defendemos um milagre nos tempos que correm. Defendemos uma economia de sentido humanista.

Connosco as pessoas são participantes activos do processo de desenvolvimento económico e social. Connosco as pessoas são o sujeito de uma revolução que pelo empenhamento social as transforma em actores do seu destino. Agora, em lugares rurais, e urbanos, antes marcados pelo abandono ou pela programada desatenção dos poderes, fizemos nascer, e acompanhámos, processos de desenvolvimento que com mais ou menos ousadia recriaram vontades de afirmar a cidadania.

Conversámos e discutimos, revelámos angústias e muitas esperanças, continuando a construir a casa comum do desenvolvimento. Com a noção exacta dos nossos limites e do espaço que nos vão querendo deixar. Com a compreensão profunda dos problemas e com o desenho rigoroso das insuficiências.

Com a mesma vontade e a idêntica rebeldia do primeiro dia.

O desafio do "Portugal Futuro", dizia Rui Belo, é a fecunda inquietação de todos os dias.

2. A crescer desde Amarante

O movimento de DL ganhou novo alento em Amarante. Desde aí cresceu e afirmou-se.

Reconheceram-nos o estatuto de Parceiro Social com a representação no Conselho Económico e Social, no Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e nas Comissões de Acompanhamento de vários Programas Nacionais com financiamento comunitário e as Associações de Desenvolvimento Local participam, hoje, nas Comissões dos Programas Regionais.

Entre nós, no quadro da ANIMAR, reforçámos o trabalho descentralizado e a cooperação interlocal, apoiando grupos territoriais e promovendo encontros regionais. Recorremos

(continuação)

às novas tecnologias da comunicação para intensificar a troca de ideias e informações.
Apostámos em força no trabalho dos e com os jovens. São eles que, já hoje, asseguram a sustentabilidade dos processos.
Ficámos aquém na troca de experiências e saberes com os nossos naturais parceiros nos outros países de língua portuguesa.
Desde Amarante, em finais de 1998, marcámos passo nalguns aspectos, mas progredimos aqui e ali. Conquistámos novos aliados e lançámos sementes de cooperação.
Amadurecemos ideias e propostas.
Continuamos a interrogar-nos e a interpelar os outros.

3. De nós para nós

Em Tavira voltámos a recusar intervenções domesticadas ao serviço exclusivo de estratégias de crescimento económico.
Assumimos o desenvolvimento local como forma de resistência e de construção de alternativas face às tendências de exclusão e massificação geradas pela globalização controlada pelos potentados financeiros.
E, de nós para nós, porque urge fazer mais e melhor, em Tavira defendemos e reafirmámos:
-- a importância de continuar a tecer com esmero a rede do DL, do local para o regional e também do nacional para o transnacional;
-- a contínua exigência de uma regular e sistemática avaliação da nossa acção;
-- a importância do reforço do diálogo e intercâmbio entre Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDLs) de Portugal e de outros países, com destaque para os de língua portuguesa;
-- a necessidade de qualificar dirigentes e técnicos ao longo da vida.
Em Tavira reafirmámos a nossa participação empenhada nos movimentos e iniciativas que vão tecendo, à escala global, laços de solidariedade e acção para a salvaguarda e vivificação do planeta.

4. De nós para todos

Que aprendizagem longa ainda temos pela frente, a partir de histórias de êxito e de insucesso, de tantos projectos realizados com tantos parceiros!
Em Tavira comprometemo-nos com a recriação da identidade local em todas as suas dimensões e com a procura da sintonia entre o discurso e a prática.
Com os jovens temos vindo a recolher memórias do passado. São eles os parceiros mais influentes nos processo de Desenvolvimento Local.
Somos um fermento e queremos a participação activa dos cidadãos. Para nós o trabalho voluntário tem de ser reconhecido e valorado.
Donos da riqueza dos valores que defendemos, comprometemo-nos com estratégias de comunicação que promovem a eficiência social do nosso trabalho.
Em Portugal, e numa escala transnacional, o DL precisa de desenvolver interacções e criar parcerias com outras inteligências e capacidades. Alojadas em instituições como as escolas de ensino superior e centros de investigação.

UMA PANORÂMICA DA MANIFESTA 2001

A MANIFesta 2001 envolveu integralmente a cidade de Tavira e áreas limítrofes. O modelo escolhido para a organização do evento implicou a distribuição dos diferentes espaços e actividades pela cidade, com o primeiro objectivo de não isolar o movimento de Desenvolvimento Local da comunidade, onde aqui se mostrava e manifestava. Visitar todos os quadrantes da MANIFesta era assim também um pretexto para passear, respirar o ar e usufruir dos encantos da cidade. Esta quarta edição da MANIFesta foi organizada em torno de diversos espaços, distribuídos por zonas geográficas da cidade.

Mostra de Projectos

Na margem esquerda do Rio Gilão, no Largo do Carmo, estava localizado o espaço de Mostra de Projectos. Os corredores por onde as pessoas circulavam permitiam aceder aos espaços dinamizados por associações e entidades, onde se demonstravam os processos e projectos de variadas temáticas do desenvolvimento local. Dentro desta mostra houve também um espaço específico para a troca de saberes, onde se faziam demonstrações ao vivo, workshops, provas...

Feira de produtos

Ao longo do Jardim do Coreto, junto à margem esquerda do Gilão, a Feira de Produtos enchia as ruas de gente incitada pelas cores e cheiros dos artesanatos e produtos de todas as regiões do país, continente e ilhas, e pelo exotismo das representações do Norte de África. À Beira Rio continuaram a mostrar-se os produtos e artesanatos do nosso universo e aqui era também o espaço de presença de algumas cooperativas do DL.Os curiosos e brincalhões tinham aqui um espaço privilegiado para os jogos tradicionais.

Mostra de Agricultura Biológica

Ainda à Beira Rio, comercializavam-se produtos certificados de agricultura biológica, onde estavam representadas associações de produtores e produtores individuais, que no nosso país se têm dedicado a esta área da agricultura em clara expansão no mercado português.

Tascas regionais

Junto ao Rio Gilão, as pessoas eram convidadas a saborear os bons petiscos tradicionais das tascas presentes.

Espaço jovem

Ao longo dos dias de sábado, domingo e segunda-feira, realizaram-se ateliers de: pinturas faciais, setas humanas, artes circenses, pintura, percussão, bandas, barco mensageiro, carroças e palmitos, padrão da solidariedade azul, gostar de criar, graffiti, fala por si. Depois do jantar era tempo do Corredor Espectacular, seguir nas Utopias, subir ao céu nocturno e terminar no Beijo à Madrugada. A Manifesta foi também um espaço e momento para estas dezenas de jovens participarem na assembleia do Projecto Nacional Jovens Educação em Meio Rural, a rede que levou a cabo todas estas actividades do espaço jovem da MANIFesta 2001.

Espaço Infantil

A criançada e os adultos, tinham o seu cantinho de diversão no Largo de São Brás, na margem esquerda do Gilão, não muito afastado da Mostra de Projectos. Durante os dias da Manifesta este espaço esteve preenchido de manhã à noite com actividades preparadas por uma equipa de profissionais da animação infantil.

Espectáculos e animação de rua

Animação foi o que não faltou nesta edição da MANIFesta. Ao longo dos quatro dias foram decorrendo espectáculos nos diversos espaços que componham a MANIFesta de Tavira, desde música, dança, teatro, animação de rua e desfiles de moda.
A Animação de rua aconteceu nos principais espaços da cidade onde acontecia a MANIFesta ao longo dos quatro dias, sendo protagonizada pelos vários grupos do continente e ilhas.

Exposições

Dezasseis exposições estiveram patentes em seis espaços de Tavira, de propósito para o evento MANIFesta.
"Paraísos imaginados" ; "Dia de flores" – fotografias de Luís Cruz; "Usos da Natureza na cultura popular das beiras" – fotografias de António Campos e Aleksandra Berg; "Montes esquecidos de Mértola, aldeia e gentes da Mesquita" - fotografias de Fernando Mendes; Exposição da Colecção Contradições "Ganhões" - Fotografia a Preto e Branco de Pedro Barros; "Imagens da Serra" – exposição internacional; "Vivências serranas" Exposição de Brinquedos tradicionais da Guarda; Pintura colectiva das escolas do concelho de Tavira; "Associativismo e cidadania" – fotografias de Telma Veríssimo; Escultura em pedra e madeira de Udo Ulrich; Recolha Fotográfica de Artesanato da Cova da Beira - Fotografia: João Lourenço; Andarilho Pedaleiro, o Pirata que roubava histórias. Texto: Filipa Canhestro; Ilustrações: João Lourenço; Acerca da Feira. Exposição de trabalhos de jovens vencedores do concurso. Técnica mista.

Moda na Manifesta

A moda constituiu sem dúvida um marco nesta IV edição da MANIFesta. Foi criada uma colecção, como o nome MANIFesta, de propósito para este evento, que aliada à colecção "Contradições" veio mostrar em Tavira de que forma as artes e ofícios tradicionais de norte a sul do país se ligam à moda.
Três momentos marcaram a moda na MANIFesta.
A iniciativa moda na Manifesta foi patrocinada pelo PPART e contou com os contributos de algumas associações e produtores locais.

Em conjunto com a autarquia estimou-se em cerca de 40000 as pessoas que visitaram Tavira por alturas da Manifesta, embora não tenha sido possível fazer um registo mais rigoroso.
As entidades presentes foram aproximadamente 300, de todos os tipos, serviram-se cerca de 7000 refeições e as dormidas espalhadas por todos os locais rondaram as 2000.

do MDL, o que teve algum êxito com a visita do Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, e com a presença do Senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade, Dr. Paulo Pedroso, em representação do Senhor Primeiro Ministro, que anunciou um novo Programa que, com dinheiros públicos, poderia vir a suportar o trabalho básico das ADL e tendo como figurino o PIPPLEA (Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo) e a avaliação realizada sobre a sua execução no terreno.

Sem mais, embora sem esquecer a animação cultural permanente e os espectáculos realizados e a riqueza da participação de milhares de cidadãos, passaremos a transcrever alguns documentos que melhor vos elucidarão do que lá se passou ao nível nacional, mas que não conseguirão explicitar a festa, convívio e cavaqueio que aconteceram informalmente e de formas multidiversificadas. Assim, passamos de imediato à transcrição da Declaração de Tavira e do Programa das Assembleias e Debates, e no final do Capítulo as Teses aprovadas, com o título: "Caminhos Novos do Desenvolvimento Local - Avaliar - Afirmar - Reforçar - Desafiar" (Doc. III.G.)

Conferência Internacional

"Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social"

Noutro registo gostaríamos de dar o devido relevo à Conferência Internacional que foi realizada em 2000, no âmbito da Presidência Europeia da U.E., por iniciativa do Ministério do Trabalho e Solidariedade, e que contou com a animar na Comissão Organizadora enquanto representante das OIDL, e que possibilitou que com os outros Parceiros - IEFP, INSCOOP, INATEL - se pudesse ter realizado um Debate que foi, generalizadamente, reconhecido como bem organizado e com pistas e conclusões pertinentes.

Pela dimensão e diversidade desta Conferência, que juntou Instituições e Organizações Civis de todos os Países da U.E., damos a conhecer os sub-temas que estiveram em debate: - Economia Social e Desenvolvimento Local; Economia Social e Cidadania; Economia Social e Desenvolvimento Local - mecanismos de financiamento; Economia Social e Desenvolvimento Local - formas institucionais; mas, para vossa melhor elucidação vamos referir os títulos das Conferências que os membros da Comissão Científica proferiram sobre os temas referidos; a saber: - Economia Social, comunidades locais e transferibilidade de informação, conhecimentos e soluções (João Ferrão); - A Inserção Económica de populações desfavorecidas, factor de Cidadania (Rogério Roque Amaro); - Para uma relação virtuosa entre a economia social e D. L.; - Processos e Sustentabilidade (A. Oliveira das Neves); Economia Social e Cidadania: uma abordagem institucional (Albino Lopes).

Não podendo desenvolver estas matérias e desafios, passaremos a referir no final do Capítulo o Documento "Reflexões de Base e Actuações Recomendáveis". (Doc. III.H.)

Mas, para dar mais cores ao descrito, deixo-vos agora o Contributo de Rogério Roque Amaro, Presidente da Mesa da Assembleia Geral desde a Fundação.

(continuação)

Queremos forjar uma plataforma alargada, visível e interveniente, integradora de teorias e práticas, congregando o "3º Sector" - a Economia Social.

5. De nós para o poder político (... e vice versa)

Apesar dos avanços conseguidos com programas experimentais de desenvolvimento de base territorial, de carácter integrado, os progressos têm sido lentos neste domínio.

Por isso nos propomos e sentimos com o direito de exigir medidas de curto, médio e longo prazo. Em Tavira, uma vez mais, manifestámos as virtualidades da acção das OIDLs e demais organizações cívicas e solidárias, que não trabalham para benefício próprio.

Deixámos novamente o alerta: o poder político continua a privilegiar políticas de carácter macro-económico e de endeusamento do mercado. Em prejuízo de intervenções de base local, organizadas em rede e de baixo para cima, assentes na pequena escala, na troca solidária e na diversidade.

Voltámos a reafirmar a necessidade de definir bases para o relacionamento com o Estado. Queremos subscrever uma "Carta de Relacionamento" com os poderes públicos, flexível e gradualista, e uma "Declaração de Direitos e Deveres das OIDLs", socialmente justa e economicamente transparente.

Com o Poder Local queremos estabelecer parcerias democráticas. Parcerias que respeitem a autonomia das iniciativas dos cidadãos, mobilizadoras das energias sociais e territoriais.

Defendemos a importância e o reconhecimento de estruturas em rede e de plataformas de mediação, como a ANIMAR.

Manifestamo-nos também disponíveis para participar num "Programa de Promoção do Desenvolvimento Local", dotado de instrumentos eficazes, transparentes, articulados e claramente orientados para um desenvolvimento justo e sustentável.

6. As portas que Tavira abriu

Em Tavira demos a conhecer um movimento maduro.

A MANIFesta 2001 abriu portas para uma acção de DL independente, socialmente responsável e provocadora, capaz de gerar e criar inovação. Capaz de consolidar e fazer crescer, passo a passo, um movimento sólido em favor do progresso dos cidadãos e da revitalização dos territórios e suas culturas.

Porque o desenvolvimento local é parte do futuro, apostamos num Estado-Parceiro eficiente, mais aberto e democrático.

Apostamos numa representação pública, flexível e dialogante, para connosco agir no e para o Desenvolvimento Local.

Na procura e construção da nossa emancipação, reafirmamo-nos como uma incontornável oportunidade de futuro.

Tavira, 30 de Abril de 2001

A ANIMAR NOS CAMINHOS E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL

Rogério Roque Amaro

Julho de 2004

Em primeiro lugar convém explicitar que, por Desenvolvimento Local, entendo:

- todo o processo de mudança;
- de base comunitária (considerando-se "comunidade", um grupo humano territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade activa para resolver problemas);
- que se desencadeia a partir da constatação de que há problemas/necessidades fundamentais, na comunidade ou em certos grupos específicos, por resolver;
- para os quais a comunidade, ou alguns dos seus membros, mobiliza(m) as suas capacidades (endógenas);
- o que pressupõe uma pedagogia e uma dinâmica de participação;
- reconhecendo-se, no entanto, que os recursos endógenos serão sempre insuficientes para satisfazer as referidas necessidades, sendo fundamental recorrer a capacidades exógenas (humanas/técnicas, financeiras, informativas, materiais, etc.), desde que fertilizem e não inibam ou substituam, aqueles;
- numa perspectiva multidimensional e integrada;
- o que exige uma lógica de trabalho em parceria e de partilha de perspectivas e recursos;
- com impacto tendencial em toda a comunidade;
- e segundo uma grande diversidade de protagonistas, processos, caminhos e resultados.

Forma processos de mudança, tendencialmente deste género que, a partir dos anos 80 [2] se multiplicaram em Portugal, contribuindo para o aparecimento de dinâmicas e iniciativas, com origem na sociedade civil e/ou nos serviços públicos desconcentrados (escolas, centros de saúde, serviços locais de Segurança Social, centros de emprego, etc,) e/ou nas autarquias locais, em articulação com as comunidades locais, tendo como objectivo principal a resposta a problemas e necessidades fundamentais daquelas.
A bem dizer, estes processos de mudança e de respostas locais tinham já tido um antecedente histórico importante nas experiências de Desenvolvimento Comunitário que, a partir de meados dos anos 60, e com base em referências e propostas provenientes de técnicos e equipas de terreno (nos países do Terceiro Mundo) da O.N.U., desencantados com os "kits" de desenvolvimento de que eram portadores, a partir dos modelos europeus e norte-americano de desenvolvimento, assente no crescimento económico, na industrialização e na urbanização, alguns técnicos e serviços de Acção Social [3] procuraram concretizar em Portugal [4], em diversas localidades, como a Benedita (o caso mais emblemático e a partir das forças locais), na Serra da Luz, junto a Lisboa (com o apoio do Governador Civil de Lisboa), na Serra do Sicó e nas zonas serranas/interiores do distrito de Coimbra, no Alto Minho, nas vilas do Porto, nos Mosteiros (S. Miguel) e até na Guiné

---

[2] E não a partir da Cimeira de Corfu na Grécia, em 1993, quando o Governo português de Cavaco Silva apresentou esse tema à consideração dos seus congéneres europeus, como alguns dos seus assessores ainda hoje querem fazer crer. O Desenvolvimento Local é anterior em Portugal e resultou de dinâmicas de base e não de programas governamentais. Aliás, já em 1992, eu coordenei o estudo encomendado pelo IEFP sobre "Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal" (1992; ISCTE – IEFP, 194 págs.) e antes já o economista José Manuel Henriques escrevia artigos e um livro ("Municípios e Desenvolvimento", Ed. Escher, Lisboa, 1990) sobre esse tema.
Também na União Europeia já se falava de Desenvolvimento Local desde pelo menos o II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, mas sobretudo com o III Programa

[3] Na altura designados "da Assistência (à Família)".

[4] Sobre os métodos inerentes ao Desenvolvimento Comunitário (nomeadamente: auscultação da população, mobilização das suas capacidades e adopção de soluções integradas), ver os artigos de Manuela Silva publicados na Revista "Análise Social", em 1963 (Vol. I, nº 4, p. 538-558/ e em 1964 (Vol. II, nº 7-8, p. 498-510).

do tempo colonial, com o General Spínola [5], no âmbito muitas vezes de Programas denominados de Promoção Comunitária.

Essas sementes não se perderam. Encontrei várias técnicas de Serviço Social, nos anos 80, espalhados por todo o país (no Porto, Coimbra, Pombal, Lisboa, Faro, etc.), referindo-se àquela matriz inicial e empenhadas em processos de animação comunitária e de Desenvolvimento Local, a partir das suas áreas de intervenção.

Para este regato, que se foi tornando ribeiro, com aspirações a rio, também muito contribuíram as acções doas então chamados programas de Extensão Educativa (ou de educação de Adultos), pela sua concepção comunitária e de promoção ("empowerment", dir-se-à hoje…) dos oprimidos, muito na esteira de Paulo Freire.

A ANIMAR nasceu nesse contexto de afirmação do Desenvolvimento Local em Portugal, a partir das vontades de um grupo de cidadãos [6], que visavam criar uma rede de projectos e experiências e torná-los visíveis, entendidos e ouvidos, pela sociedade civil e pelo Estado.

Inicialmente pensada para o meio rural, cedo se percebeu da importância de incentivar e apoiar a existência de projectos do mesmo género no meio urbano/suburbano, sobretudo nas zonas históricas e nos bairros de realojamento social mais complicados.

Neste sentido, a ANIMAR tem sido uma das peças importantes do Desenvolvimento Local em Portugal, ao nível das práticas partilhadas e das discussões teóricas suscitadas nas suas iniciativas e circuitos de comunicação.

Por isso também se percebe a sua evolução, acompanhando, de algum modo, a maturação dos processos de Desenvolvimento Local.

Assim, a uma primeira fase de encantamento/utopia/romantismo, própria dos pioneiros e primeiros descobridores, que, simultaneamente, tiveram de vencer as desconfianças, as resistências, as maledicências e os caminhos cheios de obstáculos, seguiu-se uma segunda fase de reconhecimento, valorização oficial, reforço e representação institucional, responsabilização e diplomacia perante o Estado, mais formal e de gestão de influências e de conquista de poder.

Corremos agora o risco do desgaste, das divisões, dos cansaços, das intolerâncias e das propriedades conquistadas.

Também o Desenvolvimento Local passou de uma fase de desconfiança e de desprezo, para uma quase moda e institucionalização, para agora tender a ser esquecido e marginalizado… perante a "eficiência" do mercado.

Interessante é perceber a evolução das Direcções da ANIMAR ao longo deste processo de maturação…

O grande desafio do Desenvolvimento Local hoje é tornar-se um espaço de cidadania consolidado, criando os pilares para uma Democracia Participativa de base local, que leve os cidadãos a reivindicar ter sempre Vez e Voz na sociedade actual, sobretudo face à globalização descaracterizadora e ao neo-liberalismo que só nos deixa o mercado (para os que têm poder de compra) como palco de participação… competitiva.

E por isso, o grande desafio da ANIMAR tem de ser, nesta fase, o de ser capaz de:

- animar processos e iniciativas onde elas tentam emergir, para que floresçam mais facilmente – PROMOÇÃO;

- apoiar no reforço de competências e dinâmicas associativas de Desenvolvimento Local – FORMAÇÃO;

- reforçar os nós da Rede, para que os movimentos de base se transformem numa DINÂMICA COLECTIVA – ARTICULAÇÃO,

- privilegiar o trabalho com os indivíduos, os grupos e os territórios mais desfavorecidos – INTEGRAÇÃO;

- contribuir para a criação e reforço de actividades de ECONOMIA SOLIDÁRIA, ou seja, compatibilizando, de forma sistémica, a economia, a acção social, a cultura e a valorização do ambiente – INOVAÇÃO;

- conquistar/manter o seu lugar de parceiro do Estado, mas também da Sociedade Civil, nas suas várias fórmulas (outras associações, organizações locais, grupos informais, empresas, etc.), cedendo à tentação da proximidade do poder (que nos Governos PS foi muito forte…) – PARCERIA;

- avançar decididamente para a pertença a redes congéneres internacionais, reforçando as partilhas de experiências e de estratégias - GLOCALIZAÇÃO

Para que a ANIMAR possa continuar a desempenhar um papel importante nos caminhos do Desenvolvimento Local em Portugal, deve canalizar para aí as suas forças e objectivos, evitando o desgaste das divisões e guerras internas que também fazem parte das doenças da infância e da adolescência destes processos…

---

[5] Sob a influência decisiva de Manuel Belchior, que defendia a aplicação do modelo do Desenvolvimento Comunitário naquela colónia, numa brochura publicada no início dos anos 70.

[6] Dez no início (o célebre "Grupo dos Dez"), mas que rapidamente (ao fim da segunda reunião) passou a onze, doze, etc.. É neste complemento que me integro, passando a acompanhar todo o processo de constituição e organização da ANIMAR praticamente desde o início.

III. 3. Documentos de Referência

Doc. III. A. - Textos de Defesa das Listas
Doc. III. B. - Plano de Actividades da Direcção para 1997/98
Doc. III. C. - Teses de Amarante - Desenvolvimento Local - Uma oportunidade de futuro!
Doc. III. D. - "Continuar, continuando o Projecto Nacional Jovens/Educação em Meio Rural";
"Documento Síntese do Fórum Final;
"Carta Aberta aos Pais"
Doc. III. E. - Plano de Actividades da Direcção para 2002
Doc. III. F. - Consolidar e Afirmar em Portugal A Sociedade Cívica Solidária - Programa eleitoral da Lista A para os Órgãos Sociais da animar em 2000-2002
Doc. III. G. - Teses de Tavira "Caminhos Novos do Desenvolvimento Local - Avaliar - Afirmar - Reforçar - Desafiar"
Doc. III. H. - Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social: Reflexões de Base e Actuações Recomendáveis

Doc. III. A.
Lista A
animar 97/99
Reforçar as bases do Desenvolvimento Local em Meio Rural, com uma Rede forte, interveniente, densa e imaginativa.
"Por uma Liderança Participada"

1) princípios de intervenção

1. ser "causa e consequência" do progresso do DL, reforçando o efeito e a acção em Rede, tornando-a mais eficaz na tradução da vontade e interesse comum dos protagonistas do DL;
2. ser "os olhos, os ouvidos e a voz" do DL, o que implica praticar uma cooperação transversal permanente na base duma intercomunicação organizada;
3. afimar-se a cada momento como porta-voz da reivindicação e interesses dos actores e organizações do DL; 4. constituir-se como espaço de animação e ampliação dos projectos de cada associação/membro;
5. continuar e aprofundar a descentralização de actividades e acções da rede, aproveitando competências existentes junto dos associados.

2) linhas de acção animar

1. animar instrumento(s) de ligação permanemte da Direcão com os associados que tornem não só as suas vozes audíveis e expressivas, como reforcem a participação associativa;
2. estar atenta permanentemente e, em cada momento, condensar em documentos-síntese as propostas e reivindicações do DL em meio rural e defendê-las junto do Poder e Comunicação Social;
3. promover a revisão dos Estatutos de forma a adaptá-los às novas necessidades e linhas de acção, nomeadamente no respeitante:
a) à expressão descentralizada a nível regional dos associados;
b) ao convergir a uma maior participação associativa;
c) à mais eficaz representação a todos os níveis de associados colectivos e individuais.
4. reforçar a estrutura logística e financeira da rede;
5. aumentar a representatividade nacional da rede, alargando o número de associados;
6. Promover parcerias, intercâmbios e cooperações, nomeadamente com autarquias, organizações congéneres e outras organizações da sociedade civil;
7. perspectivar a MANIFesta, principalmente como processo que percorre o país e que permitirá afirmar o DL como parceiro fundamental no desenvolvimento do país e espaço de encontro de cooperação entre urbano e rural;
8. promover, a partir das competências existentes na rede, serviços de apoio à acção dos associados, designadamente de consultoria.

3) intervenções prioritárias

1. elaboração urgente de uma plataforma reivindicativa do DL em meio rura1 a dar a çonhecer junto das entidades governamentais;
2. participar activamente em plataformas e "pactos" territoriais de âmbito local, regional ou nacional, onde se torne pertinente a presença do Dl em meio rural;
3. gerar condições financeiras, logísticas e técnicas para instalar e equipar sede própria, a estrutura de suporte da rede e profissionalizar o SADIR;
4. constituir, dinamizar e concretizar novos processos de intervenção a partir de programas nacionais e/ou comunitários, como as já estabelecidas candidaturas ao PPDR e à Comissão Nacional para o Ano Europeu para a Educação e Formação ao Longo da Vida, e o projecto de candidatura à Célula de Animação LEADER;

5. promover até ao terceiro trimestre um encontro de lançamento da MANIFesta 98;
6. reeditar, actualizando uma brochura/desdobrável promocional sobre o DL e a acção da animar;
7. actualizar e ampliar o "Guia das IDL's em Meio Rural";
8. dinamizar e apoiar a promoção de acções de intercâmbio e sensibilização de quadros técnicos das associações com o objectivo de criar uma nova geração qualificada de protagonistas do DL em meio rural;
9. apoiar o desenvolvimento de acções dos associados, de investigação para a inovação e prestação de assistência técnica e administrativa;
10. impulsionar a criação de um núcleo de documentação e consultadoria para a recolha, tratamento e gestão de informação sobre o meio rural e o DL em geral;
11. continuar a linha editorial de lançamentos diversificados: cadernos temáticos, promoção de projectos, Vez e Voz, etc. tomando-os ainda mais operativos e eficazes no cumprimento dos objectivos a que se destinam;
12. promover de imediato junto da comunicação social uma acção de lobbying em favor do DL, da animar, e dos seus associados;
13. desencadear iniciativas para o reforço do número de associados, nomeadamente nas ilhas (R. Autónomas);
14. criar um observatório permanente das IDL's, que constitua um verdadeiro "barómetro" do DL;
15. criar condições para que as organizações gestoras do Programa LEADER estabeleçam formas de cooperação e intervenção regulares;
16. iniciar o processo para o reconhecimento da animar como instituição de utilidade pública.

4) funcionamento dos 0rgãos Sociais

1. Da Direcção:
a) A Direcção reunirá mensalmente e terá funcionamento e representatividade colegial;
b) Serão atribuídos aos directores pelouros/áreas de intervenção e responsabilidade;
c) Reforço do estatuto dos directores para uma mais eficaz coadjuvação da Presidência;
d) SADIR (Secretariado de Apoio à Direcção): Reforço do trabalho já desenvolvido no sentido da sua profissionalização. Este reforço organizativo deverá justificar, mas reflectir ainda, o esforço comparticipativo logístioo-financeiro dos associados e outros apoios e prestações públicas ou privadas.

2. Do Conselho Consultivo:
a) Accionar e dinamizar o Conselho Consu l tivo como orgão de reflexão para a acção;

3. Do Çonselho Nacional:
a) Incentivar a criação de um Conselho Nacional, na base dos Orgãos Sociais e Conselho Consultivo, que reunindo duas vezes por ano estabeleça prioridades e ajustamentos.

A apresentação deste conjunto programático justifica-se pela nossa aposta nas potencialidades do DL e da Cidadania Activa, mas muito porque estamos convictos que são os meios que constroem os fins.

18 de Março de 1997
O Grupo de Sócios "Por uma Liderança Participada"

Lista B
Afirmada a Associação, é necessário consolidá-la, CONSTRUINDO A REDE ANIMAR

Caro ASSOCIADO:

As próximas eleições do dia 22 do corrente, vão constituir um real testemunho de maturidade da nossa Associação.
Mais do que uma mera participação e disputa de eleições democráticas, serão um contributo para reafirmar ideias e práticas, que darão vitalidade ao Futuro da animar, constituirão um novo passo para um Futuro mais elevado do Desenvovimento Local em Portugal. Por isso apelamos à sua participação, contamos com a sua presença activa na Assembleia Geral do próximo dia 22.
Entretanto, e se por qualquer razão não puder estar presente, não fique indiferente a este acto. Mesmo à distância, a sua participação pode ser activa!

Caso a sua consciência o determine não deixe de votar. O Regulamento Interno permite o VOTO POR CORRESPONDÊNCIA. Se a sua consciência se revê positivamnete nos nossos conceitos, princípios, no nosso projecto, então VOTE NA LISTA B.
Nesse caso, e só neste caso, preencha então a declaracão de voto por correspondência que segue em anexo.
Envie-a directamente e na volta do correio (sem falta até ao dia 20 de Março) para: Presidente da Assembleia Geral da Animar
R. do Engenho, 10
7600 MesseJana

Não esqueça:
1. De enviar o seu voto por correspondência em correio azul, registado com aviso de recepção.

2. Se for sócio colectivo deve assinar e carimbar com o carimbo da sua Associação.

Contamos consigo, TODOS iremos
dar FUTURO AO FUTURO da animar e do DESENVOLVIMENTO LOCAL
Saudações animadas

Secretariado Lista B animar
R. Eng. Cunha Leal, lote 595 -32 Dto -1900 LISBOA
Tel.: 01.4821409
fax.: 01.4821409

R. Padre António Vieira, 222 .32 Dto.
4300 PORTO
Tel.: 02.573072/566770
fax.: 02.566816
e-mail: isto_e@esoterica.pt

Sabemos que é tradição de quem se candidata ao governo de um país ou de uma instituição, divulgar um programa de promessas a cumprir. Porém, entendemos que, por coerência com os objectivos gerais já expostos aquando da apresentação desta lista, não devemos detalhar um programa de acções para a direcção, mas sim, expressar a nossa vontade e empenho em construir com todos os associados um programa de acção para a rede animar.

Consideramos que as limitações ao efectivo funcionamento da rede animar nunca foram, nem serão, devidas ao funcionamento da direcção. Em nossa opinião a questão não é, nem foi, a da participação ao nível das lideranças.
A real questão coloca-se ao nível da participação entre todos os associados e das dinâmicas que essa participação em rede possa ou não gerar. Será prioridade absoluta desta lista inventariar de forma exaustiva as competências e disponibilidades de cada associado para aportarem à Rede o seu contributo. Feito esse levantamento, deverão ser atribuídas a cada um as suas funções e responsabilidades, quer territoriais quer temáticas. Das possibilidades e da qualidade do trabalho do conjunto é que nascerá o verdadeiro programa não da direcção mas sim da rede animar.
Não entendemos a direcção da animar como um orgão executivo agindo por delegação de poderes expressos em votos trianualmente à imagem do que é tradicional em democracia representativa.

Não é possível aceitar para a animar o princípio "fui eleito, sou eu que o represento, sou eu que decido e até ao próximo acto eleitoral".
Entendemos que ao contrário, e em coerência com o princípio "da base para o topo", que se defende para os planos e projectos de desenvolvimento local, uma direcção não se pode limitar a cumprir regras legais estabelecidas por um quadro jurídico-administrativo inadequado, mas deve, isso sim, tentar aplicar na prática, e a título de exemplo, novas maneiras de utilizar os poderes que lhe são delegados, partilhando-os com o maior número possível em exercício concreto e exemplar da democracia participativa que, ao que parece, todos ambicionamos.
Em resumo, o programa desta lista é sobretudo, fazer com que o maior número possível de asssociados participe na concepção e execução de um programa que seja efectivamente de todos e por todos assumido.
Para além disto, e do que já foi exposto no primeiro texto, pensamos que o resto são detalhes.
Compreendemos que esta posição, por ser inovadora, não seja facilmente compreendida. Contudo, parece evidente que muitas outras não o têm sido e algumas de fundamental importância para o futuro do desenvolvimento local, tais como aquela que diz "o desenvolvimento local é mais uma cultura que um conjunto de projectos".
Esperamos que na animar a qualidade dos projectos e acções não se sobreponha à qualidade de uma cultura para o desenvolvimento local em Portugal.

Assembleia Geral

Presidente: IDARC
representado por António dos Santos Veloso, engenheiro

Secretário: CENTRO DE ACOLHIMENTO DE VILAR FORMOSO
representado por Padre José Vaz

Secretário: Artur da Rosa Pires (individual)
professor universitário

Conselho Fiscal

Presidente: António Manuel Montalvão Machado (individual)
economista

Vogal: ACERT
representada por José Rui
actor/animador cultural

Vogal: VICENTINA
representada pelo seu presidente, Joaquim Marreiros

Direcção

Efectivos:
- Camilo Mortágua (individual)
técnico de desenvolvimento local
- ADRAT
representada por António Medeiros, engenheiro agrónomo
- ADRACES
representada por Francisco Abreu, professor
- ROTA DO GUADIANA
representada por David Machado. economista
- Adriano Rangel (individual)
assistente da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Suplentes: .

- Ana Maria Braga da Cruz (individual)
assessora principal da Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher
- Regina Pinto topes (individual)
licenciada em História
- TROTE GERÊS
representada por Paulo Pires, médico
- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LAFOES representada por Maria do Carmo Bica, engª técnica de produção agrícola
- ASSOC. DESP. E CULT. DA JUVENTUDEALMODOVARENSE representada por Carlos Rosa
artesão

1 - Trata-se de um documento provisório, elaborado por um conjunto de patrocinadores da lista candidata, com base nos princípios por eles acordados, sujeita, naturalmente, a desenvolvimento posterior.

2 - Este documento dará lugar a um programa de orientação para as acções a implementar no seio da animar ao longo dos 3 anos e que será distribuído pelos seus associados, pelo menos, uma semana antes do acto eleitoral.

3 - De acordo com o previsto nos estatutos, a lista de candidatos poderá ser alterada nos 10 dias subsequentes à data da sua entrada no Secretariado da Direcção da animar.

- Ponto prévio:
A lista candidata saúda a Direcção cessante pelo trabalho desenvolvido ao longo de 3 anos, designadamente pela confirmação da imagem da animar como Associação empenhada no Desenvolvimento Local em Meio Rural.

Entende, no entando, que novo ciclo se abre. E é indispensável agir de modo diferente, a fim de potencializar o esforço dispendido, para que dele beneficiem quantos, individuais e colectivos, muitas vezes de forma anónima e dispersa, lutam pela mesma causa.

Construída a Associação, vamos construir a Rede!

A lista candidata declara-se disponível, empenhada e decidida a lutar pelos seguintes objectivos:
1 - Promover, junto dos associados da animar, uma discussão alargada com vista à alteração dos estatutos, de modo a permitir a adaptação das estruturas existentes a um verdadeiro funcionamento da rede, com vasta representatividade nacional e transnacional, preferencialmente com efeito de lobby sobre as estruturas europeias.

2 - Passar de uma concepção clássica para um funcionamento em rede, através da constituição de elos que, horizontalmente e numa base territorial, veiculem energias e potencializem sinergias, contrariando o modelo da "pirâmide", que decide, protagoniza e inibe a participação. Envidar todos os esforços no sentido de transformar em elos de uma rede interactiva cada um dos associados.

3 - Ultrapassar formalismos instituídos no sentido da busca de formas de funcionamento que impliquem a participação activa de todos os Corpos Sociais da lista candidata no programa estratégico de acção a desenvolver ao longo dos 3 anos.

4 - Criar condições para que, a breve trecho, a animar disponha de uma estrutura mínima profissionalizada (baseada no principio da subsidiariedade), assim como da sua própria sede/centro de funcionamento.

5 - Desenvolver um esforço dinamizador no sentido de que o número de associados da animar, sejam de que índole forem, individuais e colectivos, oriundos de meio rural e urbano, aumente significativamente, aproveitando o "apport" de qualidade que muitos deles representam para a associação, e da boa imagem que projectam para a sociedade civil.

6 - Promover a autonomia e a capacidade de funcionamento da animar, evitando o estabelecimento de relações que possam vir a criar-lhe dependências relativamente a todos os poderes e enfraquecer a sua capacidade reivindicativa.

7 - Defender e reivindicar os interesses dos associados, nomeadamente através da criação de centros de competências (teórico e de intervenção) capazes de:

- prestar informação sobre ocorrência de projectos comunitários aos quais os associados poderão apresentar candidaturas (se o desejarem)
- apoiar tecnicamente aos associados na elaboração dos mesmos
- facultar parcerias que enriqueçam e diversifiquem o trabalho de terreno
- promover Formação para o Desenvolvimento e Coesão Social baseada em conceitos básicos e inequívocos
- actuar pedagogicamente na multiplicação e disseminação dos conhecimentos

8 - Dotar a animar de capacidade operativa, transformá-la, em veículo de informação (que recebe e difunde) e de cultura, junto de grupos que intervêm no Desenvolvimento, em fazedora de opinião, de modo a que todas as estruturas do mundo rural e do mundo urbano nela se projectem.

9 - Dinamizar e imprimir visibilidade à animar através da organização – entre Manifestas – de um fórum nacional sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social e de um Congresso Europeu, também sob a sua égide.

10 - Criar um Centro de Estudos constituído por associados, individuais e/ou colectivos com experiência no ensino e vocação ou apetência para a investigação que se responsabilize pela produção teórica da animar.

11 – Criar um Centro de Estudos constituído por associados, undividuais e/ou colectivos com experiência no ensino e vocação ou apetência para a investigação que se responsabilize pela produção teórica da animar.
O recrutamento dos elementos constituintes deste Centro seria feito ao nível do Conselho Consultivo.

12 - Lutar pela concretização dos projectos já apresentados ou em preparação, nomeadamente a candidatura ao PPDR e à Célula de Animação Leader (CAL), com base na aplicação do principio da subsidiaridade.

Doc. III. B.
PLANO DE ACTIVIDADES 1997/1998

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de 21 de Junho de 1997

Introdução

Após uma fase de arranque, desenvolvida entre 1993 e 1997 e assente numa elevada dose de pioneirismo e voluntarismo, onde foram aliás já visíveis importantes iniciativas e decisivos progressos, cabe à Direcção eleita este ano assegurar a consolidação da estrutura e a regularidade do seu funcionamento. Consolidação relativamente ao contexto institucional – assumindo-se como expressão da sociedade civil no que se refere ao Desenvolvimento Local. E consolidação relativamente a este sector de intervenção solidária em que indivíduos e entidades procuram conscientemente uma melhoria das condições materiais e imateriais do quotidiano, através de práticas tendencialmente integradas, isto é, cobrindo a complexidade das facetas da vida em sociedade (social, económica, cultural, ambiental, educativa, da saúde ...).
A listagem de acções ora apresentada não é apenas o Plano de Actividades da Direcção, mas sim o Plano de Actividades da ANIMAR. Como associação – rede nacional a ANIMAR nasceu e vive para dar a vez e a voz ao movimento associativo presente e activo no Desenvolvimento Local. Assim, as actividades aqui propostas serão uma responsabilidade e um compromisso desde já assumidos pelo conjunto de todos os associados, quer colectivos quer individuais.
Caberá, por certo, à Direcção um papel de articulação entre as pessoas e as estruturas de base e respectivas iniciativas em cooperação, assim como a criação e manutenção das condições logísticas indispensáveis ao funcionamento "em rede" de todos os elementos da ANIMAR. Através do vai-vem permanente entre Associados e Direcção se pretende "lançar a rede" do Desenvolvimento Local sobre todo o País, como proposta construtiva e instrumento criativo para um melhor futuro comum.

1. Estratégia e Métodos para o funcionamento da Rede ANIMAR

1.1. Criar formas de participação activa de todos os associados na rede, nomeadamente através da Telematics, potenciando o conjunto de recursos por eles constituído e fomentando, desta forma, a mais ampla percepção e divulgação das suas realizações, necessidades e reivindicações (nomeadamente através da telemática). Para este efeito, serão utilizados com regularidade inquéritos aos associados e outras formas de auscultação.

1.2. Dar prioridade às iniciativas e actuações que promovam e fortaleçam as formas de comunicação, cooperação e representação do conjunto do movimento do Desenvolvimento Local.

1.3. Operacionalizar, tanto na sua afirmação colectiva como através dos diferentes contributos individuais, o Conselho Consultivo da ANIMAR.

1.4. Alargar a representatividade da base da ANIMAR, como expressão organizada do Desenvolvimento Local em Portugal, tendo particularmente em consideração as ADL's.

1.5. Preparar e concretizar um processo de consolidação estatutária, que dê resposta a disfuncionamentos entretanto constatados, devendo dar-se prioridade aos seguintes aspectos:
- deliberação quanto ao âmbito de intervenção da ANIMAR: desenvolvimento local em geral ou exclusivamente no meio rural; privilegiando o

diálogo com os grupos que trabalham em meio urbano;
- definição do número e composição dos órgãos sociais; aumentar para englobar a capacidade de resposta da Direcção;
- análise e decisão quanto ao peso relativo, em termos de votação em Assembleia Geral, dos sócios colectivos e dos individuais;
- revisão do regulamento interno; autonomizar o regulamento eleitoral;
- elaboração do regulamento eleitoral.

1.6. Elaborar a Carta das Associações e dos Actores do desenvolvimento Local, visando uma permanente melhoria da qualidade das estruturas e dos processos, nomeadamente através de mecanismos propiciadores da qualificação dos recursos humanos envolvidos na intervenção pelo e no Desenvolvimento Local.

1.7. Criar uma estrutura mínima permanente de articulação da Rede e garantir condições funcionais aos dirigentes da ANIMAR.

1.8. Promover, nas formas que cada situação concreta aconselhar, um funcionamento descentralizado da Rede ANIMAR, que aproxime os serviços e iniciativas da ANIMAR do conjunto diversificado de todos os seus associados.

1.9. Definir e operacionalizar pólos de funcionamento da rede que multipliquem o seu papel de representação dos interesses e de expressão das afirmações dos protagonistas do Desenvolvimento Local.

2. Intervenção Institucional, de representação e promoção do DL

2.1. Obter um estatuto de participante activo e interlocutor privilegiado em todos os conselhos, fóruns ou comissões que actuem dentro do âmbito do Desenvolvimento Local, nas suas mais diversas dinâmicas, e particularmente do Desenvolvimento Rural; nomeadamente, no Conselho de Acompanhamento do IQADE, Comissão Nacional de Acompanhamento LEADER, Conselho Nacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Comissão Nacional para o Mercado Social de Emprego.

2.2. Promover urgentemente Cartas Reivindicativas Sectoriais, de forma imediata e conjuntural, preparando a prazo uma Plataforma Reivindicativa Estratégica do Desenvolvimento Local.

2.3. Estimular um processo fortemente participado visando a produção de um "Livro Branco do Desenvolvimento Local", enquanto instrumento de identificação, afirmação e estruturação do papel das ADLs e de definição dos deveres do Estado relativamente a este tipo de intervenção cívica.

2.4. Incentivar o lançamento do processo MANIFesta 98, enquanto evento bienal marcante de encontro e convergência dos intervenientes do DL, procurando conciliar a sua realização com a Expo98.

2.5. Estimular a participação activa das ADLs no processo de constituição de Plataformas ou Agências Regionais ou Inter-Locais de Desenvolvimento, com vista a um modelo descentralizado, desburocratizado e despartidarizado do seu modo de funcionamento.

2.6. Dinamizar o relacionamento da ANIMAR com organismos nacionais e internacionais que valorizem o papel do Desenvolvimento Local.

3. Preceitos e instrumentos de dinamização e promoção das ADL's e da rede ANIMAR e do desenvolvimento Local

3.0.1. Promover e ou colaborar com Associações de Desenvolvimento Local em acções de sensibilização e formação para o Desenvolvimento Local.

3.1. Tornar o tecido associativo do Desenvolvimento Local melhor organizado e mais interveniente e criativo, processo que exige hoje o reforço da base societária da ANIMAR.

3.2. Dinamizar o intercâmbio e a comunicação interna entre dirigentes e quadros das ADLs numa lógica inter-local, regional e inter-regional, dando uma atenção particular aos quadros técnicos jovens e a novos valores e expressões do Desenvolvimento Local.

3.3. Fomentar instrumentos de informação regular dos e para os associados, nomeadamente:
- Vez e Voz
- Folha de Ligação
- Reuniões regionais da Direcção com associados

3.4. Editar novo material de promoção sobre a Rede ANIMAR.

3.5. Criar um serviço de Documentação e Recursos, capaz de provar a sua utilidade ao conjunto das ADLs, independentemente da escala e temática particular de cada uma.

3.6. Accionar o projecto de reedição actualizada e melhorada do Guia das Associações de Desenvolvimento Local.

3.7. Iniciar o processo de abertura de uma página na Internet sobre a Rede ANIMAR e seus associados colectivos.

3.8. Editar eco-editar publicações de interesse para os intervenientes do Desenvolvimento Local (decisores públicos, actores locais, técnicos e

dirigentes das ADLs, estudantes, docentes e investigadores, etc.), seguindo a orientação editorial já traçada, mas com a preocupação de a tornar mais eficaz e pedagógica.

3.9. Oferecer espaço, apoio e enquadramento a plataformas de entidades locais responsáveis por programas de DL, nomeadamente LEADER II e recuperação dos Centros Rurais.

3.10. Promover junto dos órgãos de comunicação social uma intervenção permanente de divulgação das realizações, propostas e reflexões do movimento do Desenvolvimento Local em geral, e em particular da Rede ANIMAR.

3.11. Desencadear com carácter de urgência o processo de reconhecimento da ANIMAR enquanto instituição de utilidade pública.

4. Métodos de Gestão Económica - Financeira

4.1. Continuar a linha de gestão que aponta para perspectivar etapas, projectos e abordagens no quotidiano em função dos recursos financeiros e humanos que se mobilizarem gradualmente.

4.2. Manter uma estratégia ofensiva no sentido de assegurar e angariar recursos e meios junto de entidades e organizações diversas, nomeadamente junto dos agentes e aliados do Desenvolvimento Local.
4.3. Criar um Secretariado Geral da Direcção da ANIMAR que execute e promova a gestão eficiente e participada da Rede ANIMAR.

Doc. III. C.
Teses de Amarante
Desenvolvimento Local - Uma oportunidade de futuro!

I – Donde vimos, o que somos, o que queremos
1. As raízes e o espaço de acção

Retomando as palavras da Declaração Final dos Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local de Sherbrooke (Canadá) de Outubro de 1998 "vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades, mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do Norte e do Sul, onde os jovens e os mais idosos, entre as cidades e o campo, um mundo que consome o laço entre os humanos e a natureza.
...Mas vivemos também num mundo em que por todo o lado surgem iniciativas, projectos, movimentos de cidadãos e cidadãs determinados a alterar a face do planeta, conciliando abertura ao mundo e satisfação local das necessidades. "
O movimento do Desenvolvimento Local moldou-se na diversidade de iniciativas de pessoas, grupos, entidades e comunidades que, a partir de diversas sementes lançadas principalmente desde os anos 60, conduziram a uma renovada prática de cidadania na sociedade portuguesa.
Esta prática, alicerçada em tantas experiências organizativas de agentes de transformação, tem-se exercido nos meios desfavorecidos, em áreas rurais, piscatórias e urbanas, perspectivando o Desenvolvimento numa óptica integrada e numa escala territorial.

2 . A realidade actual

Com perseverança e criatividade, lutando contra muitas dificuldades, o movimento tem crescido, correspondendo hoje a um universo de muitas pessoas que isoladamente ou integradas em mais de 300 organizações e em iniciativas de desenvolvimento local (OIDL's) sem filiações partidárias ou doutro género se identificam com o exercício de práticas diversas, tendo em vista o Desenvolvimento perspectivado numa óptica global e numa escala territorial, especialmente em meios desfavorecidos.
A animar, não tendo o exclusivo, mas sendo congregadora deste movimento, é uma rede em crescimento, onde cooperam muitas destas pessoas e entidades não governamentais e apartidárias de todo o país, empenhadas no Desenvolvimento Local em meios desfavorecidos, tanto em áreas rurais, piscatórias e urbanas.

3. A nossa identidade

Acolhendo e valorizando a diversidade de opiniões e de práticas e a independência face aos poderes instituídos, estas pessoas e organizações, associadas ou não na animar, partilham entre si a concepção de que o Desenvolvimento deve ser um processo integrado, envolvendo as dimensões económica, social, cultural, ambiental e política, privilegiando para essa integração o trabalho a nível local, em meios desfavorecidos, actuação que não se esgota na componente económica do Desenvolvimento, incluindo também com destaque a educação para a auto-estima, a cidadania activa e a valorização da cultura local.

4. A diversidade de organizações ligadas ao desenvolvimento local

Porque os territórios são diferenciados nos seus recursos materiais e económicos, nas características das suas populações, nas suas instituições e na sua cultura, os processos e as organizações de Desenvolvimento Local também são diversos. Também são muito diversos os percursos pessoais, profissionais e ideológicos das pessoas que estão na origem e que colaboram nas OIDL's. Esta diversidade, onde o voluntariado e o profissionalismo coexistem muitas vezes na mesma pessoa, onde o formal se cruza com o informal, não é um mal, mas sim um valor. Assumimos, pois, e valorizamos esta diversidade que nos caracteriza e enriquece e recusamos o monolitismo de ideias e de procedimentos.
O movimento do Desenvolvimento é, pois, um movimento rico, mas não se esgota na animar. Embora ciente da sua identidade, a animar não reivindica para si, nem aceita que outros o façam para eles, o monopólio de únicos e "verdadeiros" paladinos do Desenvolvimento. A animar

reconhece o mérito do trabalho de organizações com as quais coopera amiúde nas tarefas do Desenvolvimento Local, mas que não estão associadas na rede que está a construir. Todos, na sua diversidade e convergências, vão fazendo o movimento do desenvolvimento local.

5. A importância das pessoas

Entendemos que o Desenvolvimento Local deve ser um processo de capacitação das pessoas para o exercício da cidadania e da produção da sua própria vida. Isto pressupõe uma concepção da comunidade local em que as pessoas sejam reconhecidas como actores e autores da sua própria condição.

6. A importância da justiça social

Porque os espaços onde actuam as OIDL's são meios desfavorecidos, elas são confrontadas diariamente com questões de Justiça Social às quais procuram responder de formas diversas. São variadas e muitas vezes cumulativas as situações de injustiça social com que as OIDL's se confrontam e que procuram combater com o seu trabalho. São situações de discriminação baseadas no meio social de origem, no sexo, na idade, na condição étnica, na nacionalidade, no local de nascimento e de residência, nas habilitações profissionais e tantas outras desigualdades que o mundo em que vivemos permanentemente vai alimentando e recriando.

Reconhecemos que em muitas situações de injustiça na sociedade em que vivemos e nos espaços de acção privilegiados pelas OIDL's as pessoas mais afectadas são mulheres, crianças e idosos pelo que a resolução dos seus problemas e a valorização das suas capacidades nos merecem o melhor da nossa atenção.

Também nestas acções não há monolitismo de concepções, mas há convergência numa atitude interventiva no sentido da mudança social, chamando a atenção para a dimensão solidária que o Desenvolvimento deve conter.

7 .As duas faces do local

Não caímos na tentação de conceber o "local" como um idílico "paraíso natural" ameaçado por males exteriores, a conservar a todo o custo no seu estado primitivo. Há no "local" paroquialismo, individualismo, cedência à exploração oportunista de recursos, compadrios, resistência a novos conhecimentos e experiências. Muito do nosso trabalho consiste em ultrapassar este tipo de bloqueamentos ao Desenvolvimento, apelando à outra face do "local ". Essa face tem que ver com a solidariedade entre os Vivos e com as Gerações Futuras, a identificação com a cultura de um território, a proximidade e a pertença a uma comunidade e o saber de experiência feito que não enjeita a novidade que vem de fora, mas que é capaz de a aceitar de modo pô-la ao serviço da Comunidade.

8. A importância da inovação

O Desenvolvimento Local é um processo de procura de alternativas e de construção de novas oportunidades de futuro, com vista à mudança social no sentido que os valores éticos adoptados pela comunidade considerarem como desejável. São estes valores éticos que determinam a importância relativa que a comunidade atribui às dimensões económica, social, cultural, ambiental e política da vida colectiva, as quais devem ser ponderadas e sabiamente integradas num processo de Desenvolvimento que se quer eficaz.

Esta procura de alternativas e a construção de projectos de mudança adaptados às condições de cada meio local conferem à investigação, à experimentação e à difusão da inovação um papel muito importante nas práticas das OIDL.s.

9. A importância da educação

A capacidade para construir oportunidades de futuro e para a mudança social, solidariamente desejável para a "comunidade em movimento", passa muito pela educação para o Desenvolvimento, que inclui a educação escolar e a formação profissional, mas que terá que integrar também, entre outras coisas, a educação para a auto-estima, a cidadania activa e a valorização da cultural local, que assumirão, muitas vezes, as características de acções informais. As capacidades de valorização, local também passam muito por um trabalho com as gerações mais novas, motivando-as para atitudes empreendedoras na construção da sua vida individual e da vida colectiva das comunidades onde se integram, sempre sem perder de vista uma atitude de solidariedade e de aprendizagem intergeracional.

É por isso que muito do nosso trabalho se desenvolve nestes domínios, pelo que chamamos a atenção para a importância de colocar, de forma consequente, as questões educativas no cerne das preocupações com o Desenvolvimento.

Qualificar os indivíduos e apoiar a sua capacidade empreendedora é condição necessária, mas não suficiente para a qualificação das comunidades. É preciso também reorganizar e recriar um conjunto de relações que reforcem o sentimento de pertença à comunidade, a capacidade de organização colectiva e o exercício de uma cidadania activa. Por isso, o trabalho de Desenvolvimento Local não se pode reduzir à mera prestação de serviços individualizados a pessoas, empresas e outras organizações. Ele deve também apoiar todos os outros movimentos sociais que criam condições de autonomização das opções das pessoas, particularmente em escalas micro-territoriais.

10. A importância do ambiente, da agricultura e da floresta

Para além das pessoas, das organizações e da cultura de um território, temos também de considerar o ambiente bio-físico que lhe serve de suporte e lhe dá vida. A solidariedade devida às gerações futuras e a própria qualidade de vida das gerações presentes exigem que o ambiente seja gerido de forma sustentável.

Tanto em áreas rurais como em meios urbanos, muitas vezes afectados por sérios problemas ambientais, muito do trabalho das OIDL's diz respeito à protecção e promoção da qualidade ambiental, à valorização dos recursos renováveis e à promoção dos produtos agrícolas e florestais.

Em regressão nas nossas sociedades, a actividade agrícola, juntamente com a actividade florestal, têm sido e deverão continuar a ser as principais responsáveis pela gestão de grande parte do nosso capital natural e, por isso, devem ter um lugar insubstituível no Desenvolvimento Local, sendo devidamente apoiadas e compensadas pelas suas funções produtivas e ecológicas, tão importantes para a sobrevivência da sociedade.

11. As parcerias

Nos processos de Desenvolvimento Local reconhecemos que há ainda muita malha por tecer" entre as pessoas e as organizações a ele ligadas. Por isso, muito do nosso trabalho deve situar-se a este nível, visando estimular a cooperação entre entidades diversas com diferentes capacidades e funções nomeadamente:

- as organizações de desenvolvimento local, mais vocacionadas para a produção de serviços de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente nas áreas da formação de recursos humanos, e apoio técnico e organizativo a empresas e organizações locais, do estabelecimento de formas de cooperação entre estes actores locais, da organização de acções de promoção dos produtos locais e de educação para o Desenvolvimento e para a cidadania activa;
- as outras organizações, com âmbitos de intervenção no desenvolvimento local mais específicos, como sejam a acção social (IPSS e outras), a representação de interesses profissionais (associações agrícolas, florestais, comerciais ou industriais) ou de promoção de actividades sócio-económicas, às quais caberá a produção dos bens e serviços que lhe são próprios e que, nalguns casos, poderão ser pagos pelos respectivos "consumidores" e, noutros casos, terão a natureza de "bem público, " com necessidade de financiamento público;
- as Autarquias Locais e a Administração Central, com particular competência para o financiamento em natureza (cedência de instalações, de viaturas, etc.) ou em dinheiro de parte dos custos dos serviços produzidos pelas OIDL's, bem como a produção de serviços complementares do mesmo tipo ou doutras acções de desenvolvimento da sua área de competências;
- a iniciativa empresarial, nomeadamente a de origem local, mais vocacionada para empreender o essencial do investimento produtivo que sustentará a componente económica do desenvolvimento local, contando para isso com o apoio dos serviços prestados pelas OIDL's e por outras organizações privadas ou públicas de apoio ao desenvolvimento, bem como de incentivos financeiros que apoiem as suas actividades.

Para serem efectivas, as parcerias não podem ser meros acordos formais e virtuais. Elas devem assentar em percursos feitos em comum por parceiros que, tendo temporalidades, naturezas e intervenções em territórios que podem ser diferentes são, no essencial, convergentes no sentido da união de esforços para a capacitação das pessoas e das organizações locais para as tarefas do Desenvolvimento. É já uma expressão do trabalho de cooperação inter-local a realização da MANIFesta, nas suas três edições de Santarém (1994), Tondela (1996) e Amarante (1998).

Neste contexto de cooperação inter-local são essenciais as trocas de experiências e de saberes entre parceiros de vários países, nomeadamente as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, os países de língua oficial portuguesa e os países europeus, permitindo alargar os horizontes e o alcance do Desenvolvimento Local a nível global.

Entendemos que estas parcerias deverão nascer de um trabalho local, de modo a envolver o mais possível a população e a diversidade das organizações locais, em vez de um planeamento e de uma gestão centralizada e sectorializada de instrumentos de apoio ao desenvolvimento, aplicados de cima para baixo. Porque estas parcerias dificilmente nascem e crescem por "geração espontânea" é que é necessário que existam OIDL' s que contribuam para as fazer surgir e para as apoiar tecnicamente.

12. O carácter de "bem público" dos serviços das OIDL's

Grande parte do trabalho de apoio técnico, promocional, organizativo e formativo realizado pelas OIDL's tem a natureza económica de um "bem público". Isto não significa que se trate necessariamente de um bem produzido pelo sector público, mas sim de um bem com as seguintes características.

- Existindo quem faça este tipo de trabalho (as OIDL's neste caso), as empresas, as organizações locais, a sociedade em geral, beneficiam com isso gratuitamente, não tendo pois que pagar um preço para aceder a esse benefício;
- O trabalho das OIDL's numa determinada zona, ao apoiarem tecnicamente e ao promoverem as empresas e as organizações locais desse território, beneficia directamente quem em cada momento é objecto desse trabalho, mas generalizadamente as comunidades locais.

13. O voluntariado

Apesar de ser um "bem público", isso não significa necessariamente que os beneficiários directos e indirectos do trabalho das OIDL's tenham que pagar por isso. Mas esse trabalho tem custos que alguém deverá suportar. Uma boa parte desses custos são já suportados pelos voluntários e profissionais "militantes" que actuam nas OIDL's. Este trabalho não remunerado é prestado por pessoas que, aliando a sua competência profissional aos valores de serviço à comunidade, entendem que o desenvolvimento só se pode fazer com a participação activa das pessoas e das organizações que devem ser o sujeito desse desenvolvimento, lá no local onde elas próprias vivem e actuam, em torno da resolução dos problemas que mais as afligem e promovendo os valores que fazem a sua identidade.

É legítimo dizer que muitas OIDL's não teriam surgido, nem se teriam desenvolvido, sem um voluntariado e militância animado por estes valores. Pode mesmo afirmar-se que ele constitui um traço forte de identidade das OIDL's, sem o qual elas dificilmente poderão viver de forma saudável e eficaz.

14. A questão da formalização

Assumimos claramente que a questão da definição do conceito de IDL e da sua acreditação é colocada a partir de dentro e de fora deste movimento. A diversidade que caracteriza as OIDL's inviabiliza quaisquer definições formais e redutoras deste conceito. Mais do que por critérios formais, entendemos que as OIDL's se definem pelo que fazem e como o fazem.

Assim, não deixamos de reconhecer que os poderes públicos e outras instâncias da sociedade nos podem confrontar com exigências de "acreditação", principalmente quando nos financiam. Nós próprios pugnamos pela melhoria permanente da qualidade das nossas organizações. Para isto, as respostas não precisam de passar necessariamente por definições e formalizações "fechadas" da rica diversidade das OIDL's. Bastará que haja:

- transparência na gestão e prestação pública de contas;
- controlo democrático da gestão pelos associados;
- avaliação do desempenho por entidades independentes ao movimento, mas com capacidade para entender as suas especificidades. O nosso reconhecimento público e a nossa "acreditação" resultarão do nosso bom trabalho em prol da comunidade e da "limpidez" da nossa gestão.

II - Como queremos que seja o aprofundamento do nosso sistema democrático

15. A Democracia Participativa

Não pensamos que os órgãos da Democracia Representativa possam substituir formas de Democracia Participativa como as que as OIDL's potenciam. A Democracia Representativa ganha em qualidade com a existência de "escolas de participação cívica", enquanto espaços de formação dos cidadãos para o seu envolvimento activo nas decisões relativas à vida colectiva.

Por sua vez, estes espaços de participação cívica não pretendem reivindicar o mesmo tipo de representatividade e de legitimidade democrática

que advém do voto popular.
O que é preciso, pois, é que as instâncias da Democracia Representativa a nível central e local trabalhem em parceria com as OIDL 's e outras organizações de apoio ao desenvolvimento, exercendo cada uma das partes as funções que lhes competem e valorizando as complementaridades das suas actuações.

16. A descentralização

A nossa actuação diária, no sentido de promover a participação activa das populações e das organizações locais nas decisões que têm que ver com o desenvolvimento do seu território, faz-nos ser defensores naturais dos progressos no sentido da descentralização da decisão pública. Recebemos e prestamos colaboração aos municípios e freguesias e, por isso, estamos em boa posição para reconhecer os grandes méritos destas formas de descentralização e a necessidade de prosseguir no seu reforço.
Mas, considerando que para muitas acções de desenvolvimento a escala espacial mais eficiente ultrapassa o município, também estamos em boa posição para testemunhar os muitos prejuízos que decorrem para o desenvolvimento equilibrado do país, derivados da inexistência de um nível de decisão pública legitimado pela vontade popular à escala regional.
Existindo esta escala administrativa o dinheiro dos contribuintes
poderá ser aplicado de forma mais ajustada às necessidades das populações, lá onde elas são mais prementes. Os empresários com projectos viáveis de valorização dos nossos recursos locais, poderão ser beneficiados por melhores infra-estruturas e melhores serviços de apoio técnico. A tramitação burocrática entre o nível local e organismos públicos poderá ser encurtada. As complementaridades e parcerias de actuação serão facilitadas, se em vez do planeamento e da gestão centralizada e sectorializada de muitos programas de apoio ao desenvolvimento, esse planeamento e essa gestão forem feitos por entidades de nível regional que respondem directamente perante as populações das regiões que os elegeram e onde a proximidade geográfica, o conhecimento e a confiança mútua entre os agentes locais, facilitam o seu estabelecimento.
Para se traduzir num efectivo aprofundamento da Democracia a descentralização deve, pois, contribuir para o reforço da cidadania, incentivando a participação activa dos cidadãos nas decisões públicas que lhes dizem respeito.

17. A desconcentracão

A rejeição em referendo da criação das Regiões Administrativas não deve inviabilizar o necessário aprofundamento do estudo e da discussão pública da Regionalização, nem impedir o aproveitamento de todas as possibilidades para conseguir uma Administração Pública mais descentralizada, mais desconcentrada e com maior controlo democrático. Nesta discussão reafirmamos a importância de não se confundir Descentralização com Desconcentração. A Desconcentração e a Descentralização são processos complementares, não substitutos um do outro que devem continuar a avançar. Mais especificamente no que se refere ao primeiro, as OIDL's devem bater-se para que seja corrigido o actual "desacerto de mapas" entre muitos serviços regionais da Administração Central, bem como a forte tendência para a sua actuação sectorializada e descoordenada e as insuficiências de desconcentração em muitas áreas.

18 . Limites da descentralizacão e da desconcentracão

Não pensamos que, por si só, a Descentralização e a Desconcentração possam contrariar completamente os mecanismos muito fortes de causalidade circular inerentes à estrutura e funcionamento das economias modernas, favoráveis à concentração da população e das actividades económicas em certas regiões, em detrimento doutras. Isto significa que são as regiões que à partida dispõem de mais população e de mais actividade económica as que também mais atraem novos habitantes e novas actividades.
As empresas preferem concentrar aí as suas actividades para tirarem partido das economias de escala, das vantagens resultantes da aglomeração de população e empresas no mesmo território, abastecendo a partir daí os seus mercados, cada vez mais acessíveis à medida que se vão desenvolvendo os transportes e as comunicações. Portanto, concentração tende a causar mais concentração, pelo que são necessários mecanismos de "discriminação positiva" para as zonas que numa lógica de mercado foram marginalizadas.

III - Como queremos que seja a nossa Política de desenvolvimento

19. Principais actores e autores do desenvolvimento

Qualquer política de desenvolvimento será sempre débil se não houver um aprofundamento do nosso sistema democrático nas três direcções atrás apontadas: mais e melhor Democracia Participativa, mais e melhor Descentralização e mais e melhor Desconcentração.
Reafirmada esta importância do sistema político-administrativo, há que reconhecer que, por mais necessários, volumosos e eficazes que sejam os apoios públicos, os principais motores do Desenvolvimento serão sempre as pessoas, a sua capacidade empreendedora e todas as redes formais e informais que promovam a solidariedade nacional e internacional e a organização colectiva necessárias para as tarefas do Desenvolvimento.
O grande trabalho das OIDL's é apoiar esta capacidade empreendedora das pessoas e as suas formas de organização, enquanto principais autores e actores do desenvolvimento, muito em especial, as que são mais afectadas por situações de injustiça social.

20. Educação, formação profissional e desenvolvimento cultural

Qualquer dinâmica de organização dos cidadãos, a nível local, para um melhor conhecimento das realidades do quotidiano e para a busca de soluções mais adequadas é considerada como um processo de natureza educativa visando a qualificação das pessoas e das comunidades.
Por outro lado, a Educação e a Formação Profissional são fundamentais, quer para a participação cívica activa nas várias instâncias do nosso sistema democrático, quer para o bom exercício de actividades económicas como empresário ou como trabalhador capaz de executar as suas tarefas com qualidade, bem como de actividades sociais, culturais e ambientais.
A Educação e a Formação Profissional devem permitir ainda a valorização dos recursos naturais e culturais endógenos e facilitar a mobilidade profissional, social e geográfica das pessoas.
Por estas razões, é fundamental assegurar nas acções de Desenvolvimento Local o lugar que se impõe à Educação e à Formação Profissional o que exige, em áreas de população já muito rarefeita, novas soluções organizativas, adaptadas à sua dispersão e ao seu isolamento e às suas reais potencialidades sócio-económicas. Nas zonas urbanas desfavorecidas, são outras as dificuldades que emergem neste âmbito, nomeadamente o abandono ou a marginalização relativamente ao sistema de ensino formal, bem como a degradação do ambiente familiar e social em que vivem as pessoas, o que também poderá exigir intervenções educativas não convencionais.

21. Deficiências do financiamento do desenvolvimento local

Valorização da capacidade empreendedora local, formação dos recursos humanos portadores dessa competência numa perspectiva multidimensional (educação formal, formação cívica, qualificação profissional), eis o "caldo de cultura" do Desenvolvimento Local que nenhum subsídio público poderá substituir.

Porém, não queremos menosprezar o papel importante dos apoios financeiros públicos e doutras formas de financiamento no processo de desenvolvimento, tanto mais que entendemos que o sistema de financiamento do Desenvolvimento Local existente em Portugal tem muitas deficiências:

- é muito pobre porque os instrumentos financeiros disponíveis são pouco variados e pouco adaptados às necessidades desse Desenvolvimento, resumindo-se a financiamento directo por parte do Estado sob a forma de subsídios e a crédito normal da banca comercial, não desenhado para responder aos problemas típicos do tipo de iniciativa empresarial existente nas zonas desfavorecidas, nomeadamente a dificuldade de prestar garantias reais;
- é pouco eficiente porque, ao repousar demasiado no financiamento público directo sob a forma de subsídios, habitualmente geridos de modo sectorialmente e centralizado, substitui o financiamento privado, mais capaz de detectar as melhores oportunidades de investimento, e não incentiva as contribuições privadas voluntárias para acções de desenvolvimento, dificultando complementaridades entre investimentos e favorecendo o desperdício de recursos em custos administrativos e em excessivas tramitações burocráticas e jogos de influências junto dos decisores públicos;
- é injusto porque não garante o acesso aos apoios públicos por parte de quem tem mais necessidade;
- não tem a estabilidade e a previsibilidade necessárias ao financiamento de acções de longo prazo como são muitas daquelas de que se faz o Desenvolvimento Local;
- não tem a temporalidade e a flexibilidade necessárias para se ajustar à duração e à diversidade das acções de Desenvolvimento Local.

22. Garantia pública do crédito às micro-empresas

Para o sistema de financiamento do Desenvolvimento Local ser menos pobre, não poderá ser dispensado o contributo do sistema financeiro privado. Este tem muito melhor conhecimento das técnicas financeiras do que qualquer instituição pública e tem uma vasta rede de agências espalhada por todo o território, incluindo as zonas desfavorecidas onde vão recolher as poupanças que aí existem. Os objectivos das instituições financeiras privadas convergem para a maximização do lucro e, por isso, se não tiverem contrapartidas, pouco se interessarão pelas iniciativas privadas de pequena dimensão, mal conhecidas por essas instituições, as quais têm dificuldades para avaliar o seu risco e para obter garantias reais desse tipo de empresários.

Ora é exactamente aqui que o sector público poderá intervir, por exemplo, garantindo junto das instituições financeiras privadas os créditos contrai dos pela pequena iniciativa empresarial local. Com esta garantia pública a banca privada seria muito menos relutante em conceder este tipo de crédito e poderia praticar taxas de juro e condições de amortização dos empréstimos mais favoráveis.

O sector público também poderia intervir no fomento do crédito das instituições privadas à pequena iniciativa empresarial local, constituindo uma organização financeira com garantia pública, criadora de um mercado secundário, que comprasse carteiras desse tipo de crédito às instituições que o concederam.

Estas duas soluções teriam menos custos para os contribuintes e suscitariam uma oferta de financiamento maior, mais variada e mais próxima da pequena iniciativa empresarial local, alargando os sistemas de incentivos actualmente existentes, demasiado dependentes do subsídio directamente atribuído pelos organismos públicos, além de possibilitar o reinvestimento local de muitas poupanças e de reduzir as tarefas administrativas que sobrecarregam muitos funcionários públicos.

23. Incentivos fiscais às contribuições privadas para o desenvolvimento local

As medidas de incentivo ao aumento da oferta de crédito pelas instituições financeiras privadas à pequena iniciativa empresarial local, através de garantia pública desse crédito ou do seu refinanciamento por uma instituição com garantia pública, aplicam-se obviamente ao financiamento de empresários e organizações com projectos para produção de bens e serviços que podem ser vendidos no mercado, gerando com isso receitas para pagar o crédito contraído.

Ora, como já dissemos a propósito do trabalho das OIDL' s e doutras organizações prestadoras de serviços de apoio ao desenvolvimento, a natureza de "bem público" deste serviços impede-as de conseguir receitas suficientes para cobrir os seus custos.

Mas também aqui o sector público poderá intervir complementarmente de formas menos onerosas para os contribuintes do que a concessão de subsídios ou o pagamento com dinheiros públicos de serviços prestados pelas OIDL's. Uma intervenção pública desse tipo seria incentivar as contribuições voluntárias dos cidadãos e das empresas para as OIDL's, através da possibilidade do seu abatimento ao rendimento colectável em sede de IRS ou IRC, tal como já acontece com os donativos de interesse público considerados no actual código do IRS. Recorde-se que já são elegíveis para abatimento ao rendimento colectável os donativos para instituições com as quais as OIDL's colaboram no terreno, como por exemplo as IPSS e as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as associações de bombeiros voluntários e certas associações sócio-profissionais.

Para montantes iguais de apoio recebido pelas OIDL's seriam bem menores os custos administrativos da recepção desse apoio, quer para as OIDL' s quer para o Estado, se eles chegassem por esta via em vez de apenas chegarem através da candidatura de um projecto a qualquer dos programas existentes.

Outra vantagem deste sistema seria o de estimular uma maior participação dos cidadãos nas acções de desenvolvimento local e uma maior responsabilização das OIDL's perante os cidadãos: quem contribui quer saber como foi aplicado o dinheiro e quem o recebe e aplica tem responsabilidade de prestar contas dessa aplicação.

24. Financiamentos públicos às OIDL's

Se o voluntariado e o profissionalismo militante tem e deve continuar a ter um papel fundamental nas OIDL's, dificilmente a sua actividade se poderá desenvolver apenas nesse tipo de colaboração.

Também não é justo que todas quanto beneficiam do trabalho das OIDL's atirem "para cima" dos "voluntários" que lhes dão colaboração e apoio com a totalidade dos custos de investimento e funcionamento destas organizações, Por isso, dada a natureza de "bem público" de grande parte

dos seus serviços, as OIDL's têm toda a legitimidade para apelar ao pagamento pela sociedade do trabalho que realizam. Esse pagamento poderá fazer-se de formas muito variadas:
- contribuições voluntárias de pessoas e organizações que reconheçam o benefício público do trabalho das OIDL's e estão disponíveis para o apoiar financeiramente ou em natureza;
- financiamentos públicos concedidos a projectos das OIDL's aprovados após concurso a programas existentes para apoio às suas actividades estatutárias;
- financiamentos públicos atribuídos casuisticamente por Autarquias Locais e organismos da Administração Central;
- pagamento de serviços específicos encomendados por Autarquias Locais ou organismos da Administração Central numa base contratual ou a outro título;
- pagamento de serviços específicos prestados a empresas ou organizações privadas com possibilidades de os pagarem.
Dada a natureza de "bem público" da maior parte dos serviços prestados pelas OIDL's a última forma de receita das cinco atrás mencionadas é a mais difícil de conseguir: muitas vezes é impossível cobrar um preço por esses serviços e mesmo quando isso é tecnicamente possível, o tipo de empresas e organizações "clientes" das OIDL's têm uma tal fragilidade económica que lhes é difícil pagar esses serviços. Por esta razão as OIDL's subsistem com grandes dificuldades e em permanente risco de insolvência.

25. Fundo de apoio ao desenvolvimento local

Pelo menos desde o Encontro de Penamacor que a animar tem vindo a promover a ideia da criação de um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Local de carácter permanente. Esta proposta liga-se com o que atrás se disse do seguinte modo:
- uma componente deste Fundo poderia servir para garantir ou refinanciar o crédito concedido pelas instituições financeiras privadas à iniciativa privada local, especialmente às micro-empresas;
- outra, e essencial, componente do Fundo, mediante contratos-programa plurianuais, poderia servir para financiar OIDL' s, redes e associações que articulem as mesmas e outras organizações prestadoras de serviços de apoio ao desenvolvimento, naquilo que esses serviços essenciais aos processos de desenvolvimento tenham de "bem público", sem possibilidades de cobertura por contribuições voluntárias privadas;
- finalmente, este fundo poderia financiar projectos de investimento material ou imaterial em infra-estruturas e serviços colectivos que fossem o complemento necessário do investimento produtivo privado ou que fossem necessários para a formação dos recursos humanos e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

26. Flexibilização, territorialização e descentralização dos programas de apoio ao desenvolvimento

Sempre que possível o Estado deverá privilegiar a canalização das diversas formas de apoio através de programas de desenvolvimento de base territorial com "geometria variável", de carácter integrado, assentes em parcerias locais efectivas e geridos de forma descentralizada, permitindo chegar mais facilmente aos locais onde vivem as pessoas e organizações a quem se destinam.
Daí a necessidade da "geometria variável" dos programas nas suas diversas vertentes: âmbito geográfico, natureza institucional dos beneficiários, acções elegíveis, dimensão dos projectos, natureza dos incentivos, calendários de execução e outras. "Geometria variável" deve significar gestão descentralizada dos programas, com baixos custos administrativos para os beneficiários e com capacidade para contrariar a tendência sempre presente para a sectorialização das intervenções públicas. "Geometria variável" deve significar, acima de tudo, adequação dos projectos às necessidades e aos objectivos de desenvolvimento das pessoas e das comunidades.
Muitas vezes nas entidades públicas e em muitas outras instâncias com capacidade de influência nos nossos destinos colectivos, há atitudes pré-concebidas contra projectos "pequenos" e "imateriais". As organizações ligadas ao Desenvolvimento Local não devem perder de vista a necessidade de consegui r economias de escala onde elas existam e, daí, esta nossa preocupação tão grande de trabalhar "em rede" e fomentar parcerias. Mas também não nos devemos cansar de chamar a atenção para o facto de em meios desfavorecidos, a capacidade empreendedora que vai surgindo ser quase sempre de "pequena" dimensão. Mas, mesmo em termos meramente económicos, "pequeno" não significa necessariamente "ineficiente" ou "incapaz de progredir". E para progredir, os "pequenos" precisam de partilhar serviços colectivos que os apoiem nas diversas áreas técnicas, comerciais e outras. Daí a grande importância da componente de acções "imateriais" nos programas de desenvolvimento.
Reivindicamos pois, que a concepção do Plano Nacional do Desenvolvimento Comunitário, aponte para programas no 3º QCA que sejam imbuídos destes princípios:
- prioridade ao reordenamento territorial litoral-interior;
- programas nacionais temático-sectoriais flexíveis para se adaptarem às realidades territoriais diferenciadas;
- programas integrados de desenvolvimento regional com mais meios do que no presente e com uma gestão mais descentralizada e mais flexível.

27. O estatuto de parceiro social

Entendemos que o movimento do Desenvolvimento Local já produziu em Portugal trabalho em quantidade e qualidade suficiente para merecer o reconhecimento público de estatuto de parceiro social. Reafirmando o que já dissemos sobre o facto deste movimento não se esgotar na animar, esta associação, no entanto, está disponível para assumir a responsabilidade deste estatuto, representando naturalmente os seus associados individuais e colectivos, bem como todas as outras pessoas e organizações que com ela convergirem nesse sentido.
Nesta qualidade ou sem ela, a animar continuará a intensificar a sua acção no sentido de influenciar as politicas públicas no sentido mais apropriado ao Desenvolvimento Local, tal como ele é entendido nestas teses.

28. As nossas tarefas para o futuro

Reivindicar o reconhecimento e apoio que deve merecer o nosso trabalho por parte da sociedade, não significa que não devamos continuar a fazer progressos no sentido da melhoria do nosso trabalho e da qualidade da nossa organização interna. Há duas áreas onde esses progressos são necessários:
- a continuação e o aprofundamento no espaço de tempo inter-MANIFesta do trabalho de debate e de troca de experiências que acontece durante a MANIFesta, nomeadamente recorrendo às possibilidades criadas pelas novas tecnologias da informação, promovendo assim, de forma

permanente, a interactividade no seio do movimento do Desenvolvimento Local e a divulgação do seu trabalho;
- a produção de trabalho de avaliação do desempenho dos OIDL's que permita a constituição de um acervo documental sobre as suas actividades e a construção de indicadores quantitativos e qualitativos sobre o seu contributo para o Desenvolvimento.
Neste esforço de melhoria da qualidade do nosso trabalho e da nossa organização interna, declaramos o firme compromisso de batalhar-mos, dia a dia, a partir dos "nossos" territórios, para que todo o Portugal viva e, no local, se construa o DESENVOLVIMENTO GLOBAL!
Amarante, 30 de Novembro de 1998

Doc. III. D.
PLANO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO DA ANIMAR PARA 2002

Introdução

A elaboração deste Plano de Actividades assenta na "Declaração de Tavira" e nas constatações e recomendações da Assembleia do Desenvolvimento Local, consubstanciadas no documento "Caminhos Novos do DL: Avaliar - Afirmar - Reforçar - Desafiar" – no quadro da IV MANIFESTA. Assim, adoptamos aqui igual estrutura tripartida: (a) de Nós para Nós; (b) de Nós para Todos; (c) de Nós para o Poder Político; (e recorremos a várias citações – sempre assinaladas entre aspas e em itálico). Foi desde logo evidente, dada a falta de recursos próprios por parte da ANIMAR, que a maioria das propostas inseridas no documento de Tavira (Abril de 2001) só teriam concretização se apoiadas em novos projectos que disponibilizassem os necessários meios humanos e financeiros. Esperamos agora, para além de todo um trabalho que vem sendo feito e que prosseguirá numa base de voluntariado e de militantismo cívico, reforçar certos componentes da intervenção da ANIMAR durante 2002 na base de três projectos centrais, dois já confirmados (Projecto "Convergências" – Iniciativa Comunitária EQUAL; Projecto – coordenado pela INIA – de investigação sobre dinâmicas económicas em espaços rurais) e um terceiro cuja aprovação final se aguarda desde há muito (Projecto "(Des)Envolver em Rede" – no âmbito do POEFDS, "Pequena Subvenção".

De Nós Para Nós

Deverá prosseguir e intensificar-se o debate livre e aberto sobre valores e princípios, visando "clarificar visões e melhorar práticas"; através de encontros organizados tanto à escala nacional como regional ou inter-local. Este processo será integrado fundamentalmente na preparação da V MANIFESTA (Serpa, Abril/Maio 2003), através das chamadas "assembleias regionais", que já demonstraram a sua capacidade de mobilização, de reflexão colectiva e produção de propostas. É igualmente importante, neste sentido, reforçar a prática de auscultar ou reunir, sempre que possível e desejável, o Conselho Consultivo e, pelo menos uma vez por ano, organizar um encontro do conjunto dos órgãos sociais (estando já prevista uma próxima reunião para 13 de Abril).
Para garantir a intensidade e a regularidade das iniciativas tendentes a "tecer a rede", como já foi dito e repetido à exaustão, é necessário um núcleo executivo profissional e permanente, factor que esperamos poder ser finalmente concretizado no quadro dos projectos financiados a arrancar em 2002. Igualmente se prevê para breve a mudança do gabinete em Lisboa para instalações exclusivas e com melhores condições de trabalho.

De Nós Para Todos

Também aqui os Projectos já referidos, assim como o processo de preparação da V MANIFESTA produzirão espaços e veículos privilegiados para se iniciarem ou estreitarem relacionamentos com entidades cívicas e solidárias, que estão fora da rede ANIMAR, tanto à escala nacional como internacional, investindo-se assim na construção da "Casa Comum" de que muito se falou em Tavira. O projecto "Convergências" prevê explicitamente, à escala territorial, uma maior aproximação entre as ADL's e as organizações locais vocacionadas para a acção social.
Na base destes relacionamentos ou de novas parcerias estarão aspirações comuns, como a afirmação da cidadania activa e a defesa de uma globalização centrada em torno dos valores e interesses da maioria das populações e da valorização de todas as formas de vida, em suma, a promoção de um quadro de vida e de uma qualidade de vida sustentáveis. Apresentar uma frente estruturada e uma imagem forte da sociedade civil organizada, tanto em instâncias internacionais como perante os poderes públicos nacionais, à escala central ou local, é certamente outra motivação importante para se investir num processo de construção de uma "plataforma alargada, visível e interveniente" ou na organização de momentos regulares de encontro, de mútuo conhecimento, de debate e, sempre que possível, de produção de declarações e propostas colectivamente assumidas. A preparação da V MANIFESTA será um quadro apropriado para se procurar esta aproximação, assente numa base concreta de trabalho partilhado com vista a um evento essencialmente inclusivo e sempre mais participado.
Quanto à "necessidade de uma articulação com instituições de ensino superior" e de se "desenvolver investigações participativas"; o Projecto "Convergências" irá reforçar e tornar mais operativo o relacionamento da ANIMAR com a UTAD, e também com a Universidade Lusófona (accionando-se assim mais uma vez o Protocolo recentemente celebrado com esta última). Paralelamente, o Projecto
"Qualificar dirigentes e técnicos" das organizações locais cívicas e solidárias (tanto os do DL a direccionar mais para a luta pela inclusão social, como os da acção local -que devem saber inserir-se melhor em dinâmicas territoriais de desenvolvimento) é a problemática central do Projecto "Convergências" (EQUAL), elaborado, apresentado e a executar numa parceria com a CÁRITAS Nacional. De igual modo, este projecto poderá vir a "promover a avaliação do DL" através da "implementação de práticas regulares de balanço auto-avaliativo".
Quanto a "tecer a rede do DL: do local para o regional, nacional e transnacional" é essa a razão de existir da própria ANIMAR, uma finalidade que estará sempre presente nas iniciativas previstas para 2002, desde a preparação da MANIFESTA 2003 aos diversos instrumentos de comunicação (a página web, o boletim trimestral "Vez e Voz", uma 3ª edição do Guia das Organizações e Iniciativas de DL), passando certamente por actividades inscritas em projectos financiados, como é o caso do "Convergências" e será também, esperamos, o caso do "Des(Envolver) em Rede". Nestes projectos está inerente a perspectiva, não só de reforçar a comunicação e a cooperação entre organizações mais fortes e experientes, como também e sobretudo de encorajar e facilitar a "transferência de competências e conhecimentos" entre estas e as estruturas

mais débeis ou de mais recente criação. Isto visando sempre, por um lado, consolidar em permanência as várias iniciativas e estruturas localizadas, e por outro, congregá-las gradualmente num efectivo, visível e incontornável movimento social.
Para que a própria ANIMAR ganhe mais força e capacidade de intervenção, continua a ser imprescindível a aposta na adesão de novos associados, sobretudo colectivos – e dentro de um leque muito diversificado de organizações cívicas e solidárias. Justifica-se assim o objectivo de totalizar 100 associados colectivos até à realização da próxima MANIFESTA, sendo porventura necessário reformular as condições de adesão e de quotização, de molde a não afastar as organizações mais carenciadas de meios.
As reuniões de Direcção, se as condições financeiras o permitirem, serão descentralizadas e servirão igualmente, quer para reforçar os laços com associados do território onde se realizam, quer para motivar à adesão outras estruturas locais.
"Dinâmicas económicas em espaços rurais" irá promover uma investigação de natureza participativa, em que a ANIMAR – através das entidades locais associadas que intervêm em meio rural – irá colaborar com o Instituto Nacional de Investigação Agronómica e com o Instituto Superior de Agricultura.
Foi a nível de representação internacional que, de forma ainda mais premente, a ANIMAR sentiu a falta de apoios financeiros para prosseguir um trabalho regular e manter uma presença visível nas principais redes e nos acontecimentos mais relevantes. O que se pode prever para 2002 é manter o seu papel de retransmissor, a nível do país, de informação e documentação recebidas. Relativamente aos II Encontros Mundiais do DL, a ANIMAR quer estar presente e poder aí organizar um ou outro evento integrado, com a colaboração de associados. Caso venha a ser aprovada uma candidatura coordenada pela organização italiana "Cittadinanzattiva", a ANIMAR será entidade parceira do projecto "European Citizenship Network" (Rede da Cidadania Europeia), que reúne associações dos 13 Estados Membros da EU e 12 candidatos à integração.

De Nós Para o Poder Político

A ANIMAR vai manter e procurar alargar, sempre que o considere relevante para o reforço da cidadania activa e do movimento do DL em Portugal, os lugares de representação que já ocupa em várias instâncias de concertação e de participação institucional da sociedade civil organizada. Nestes círculos, e ainda por outros meios, procurará dar voz às preocupações, interpelações e recomendações resultantes da vontade colectiva dos intervenientes no movimento do DL. Continuará, nomeadamente, a "reafirmar a necessidade de definir bases para o relacionamento com o Estado" e a querer "subscrever uma Carta de Relacionamento com os poderes públicos e uma 'Declaração de direitos e deveres das OIDLs"; procurando dialogar com os poderes institucionais, nas suas diferentes escalas territoriais e nos diversos sectores e instâncias (Governo, Assembleia da República, Administração central e desconcentrada, Autarquias) e tentando instituir estruturas e processos de cooperação, com total independência quanto à filiação partidária dos titulares dos respectivos cargos.

18 de Fevereiro de 2002

Doc. III. E.
Continuar, continuando o Projecto Nacional Jovens/Educação em Meio Rural

Na sequência da reunião inter equipas realizada na Foz do Arelho, nos dias 21 e 22 de Junho de 2001, onde foi reafirmada a necessidade de dar continuidade ao projecto e às dinâmicas criadas, foi definido atribuir a responsabilidade/tarefa ao grupo Regional Norte de elaboração de uma proposta de continuidade do projecto para apresentar a entidades responsáveis.
No sentido de pôr à consideração das restantes equipas, segue-se a proposta, elaborada de acordo com as coordenadas indicadas.

Proposta

O projecto pretendia-se interventivo quer na comunidade local, quer no envolvimento e promoção dos sujeitos do acto educativo, nomeadamente, jovens e crianças.
Sendo um projecto que trabalhou numa dimensão embrionária no desenvolvimento educativo local, produziu determinados efeitos. A saber:
- Qualificação do local;
- Criação de redes;
- Contributos para a visibilidade das iniciativas e associações;
- Requalificação dos técnicos;
- Qualificação dos grupos das associações e das iniciativas;
- Novos questionamentos.

Depois de lançada a semente, o projecto está a dar frutos. Agora, é necessário colhê-los!
Para que estes efeitos perdurem, torna-se necessário, por um lado, a continuidade do projecto e, por outro, a sistematização do adquirido ao longo do mesmo, com a preocupação de não perder todo o investimento feito a diversos níveis tais como financeiro, técnico, pessoal, associativo e social.
Assim, para dar continuidade ao projecto e às dinâmicas criadas, gerindo os efeitos conseguidos, propomos o seguinte:
• Criar uma estrutura de pilotagem/coordenação dos eventos a realizar regional e/ou nacionalmente, tendo em simultâneo a missão de divulgar a informação sobre os mecanismos existentes para a realização e financiamento dos eventos;
• Criar espaços de investigação/reflexão, como por exemplo, um "observatório" constituído por jovens para análise e discussão regular e sistemática dos seus problemas no/do meio rural, que pode culminar na realização de um Fórum da Juventude;
• Incentivar o trabalho em rede a nível regional que possibilite a troca e o intercâmbio;
• Potenciar as iniciativas existentes, rentabilizando-as e incluindo a participação dos jovens, particularmente no trabalho desenvolvido pelas ADL's e envolvendo os mais diversos organismos locais.

Estrutura de pilotagem/coordenação

Se é verdade que se conseguiu a criação de redes de solidariedade e interacção que permitem o combate ao isolamento, também é verdade que estas ainda não se desenvolveram, pois não se encontram devidamente consolidadas. Tememos que o conseguido até aqui não tenha continuidade por falta de uma equipa que funcione como ponte entre os diversos protagonistas. Neste momento do processo, os efeitos estão precariamente instalados.

A criação de uma estrutura de pilotagem/coordenação é essencial para atear o processo de consolidação dos efeitos.

Não podemos esquecer que o processo é aberto à participação de diferentes grupos e associações oriundos de espaços geográficos diferentes e com uma grande diversidade de situações vividas de maneira muito local que não podem ser descuradas.

Para que o trabalho possa ser desenvolvido, é necessária uma estrutura com intencionalidade organizativa, de forma a dinamizar e articular as actividades que vão sendo propostas pelos actores, para além de ter a responsabilidade de gerir e obter o financiamento. Esta estrutura deverá ser central mas funcionar de forma descentralizada.

Espaços de investigação/reflexão

Para planificação/produção do futuro, sentimos a necessidade de criar espaços de investigação e reflexão das realidades dos jovens no/do mundo rural, auscultando as suas necessidades, anseios e desejos de querer e poder permanecer no local.

Ao longo do processo diversos conhecimentos, saberes e experiências vão ser adquiridos. Estes deverão ser registados e serão uma mais valia para a construção de boas práticas de solução de problemas, que contribuirão para um melhor e mais eficaz desempenho das associações e dos jovens. Através da partilha e troca de informação é mais fácil construir conhecimento que será aplicável nos mais diversos domínios e áreas.

Por exemplo, a produção de documentos escritos, audiovisuais, páginas na internet, entre outros, permitirá sistematizar e sedimentar os conhecimentos adquiridos.

Estes documentos facilitarão ou poderão servir de fundamento de candidaturas a programas de apoio a iniciativas juvenis, para além de dar legitimidade ao trabalho desenvolvido, essencialmente perante as estruturas do poder governamental, alertando-as para as necessidades sentidas pelos jovens do/no mundo rural e exigindo delas respostas. Poderão contribuir ainda para melhorar as parcerias entre investigadores, organizações juvenis e decisores políticos.

O manancial de conhecimentos e informação poderá ainda ser útil para um estudo sociológico da realidade juvenil no mundo rural e que se poderá traduzir num conhecimento sócio-económico-cultural do país, em particular, do mundo rural.

Tudo isto vai contribuir para a qualificação do local, dos grupos das associações e das iniciativas e para a visibilidade das iniciativas e associações.

Trabalho em rede

O projecto já criou laços e relações afectivas pela proximidade e vivência de situações e pela procura de soluções para problemas em conjunto.

O trabalho em rede permite a partilha e a troca de informação, conhecimentos, saberes e experiências. Temos ainda acesso a uma maior diversidade de métodos e competências para abordar os problemas e tornar as suas soluções um pouco mais rápidas, combatendo-se assim a exclusão e o isolamento das populações do mundo rural. Pode também facilitar as relações intergeracionais, que muitas vezes não são fáceis e são motivo para o abandono do local pelos jovens. Torna possível a emergência de novas formas de construção social da identidade e do curso de vida no mundo rural.

Porém, em determinadas zonas do país, onde o associativismo muitas vezes é vivido por cada associação de uma forma egoísta e isolada, é imperioso não só alertar para existência da possibilidade de trabalhar em rede, como também, fomentar esse tipo de trabalho que constituirá sempre uma mais valia.

Para isto, deve-se incentivar as associações que já são nós da rede, a divulgar este tipo de trabalho através da realização de intercâmbios com associações ainda não envolvidas, incrementando assim as parcerias, principalmente a nível regional.

Potenciar as iniciativas existentes

O projecto permitiu o levantamento de diversas iniciativas juvenis existentes no mundo rural. Estas iniciativas na maior parte das vezes não se encontram valoradas, até pelos próprios autores, nem divulgadas, reflectindo, por um lado, a baixa auto estima característica das populações do mundo rural, e por outro lado, a pouca importância que é dada de uma forma geral a este mundo.

É necessário que estas iniciativas sejam projectadas e se tornem visíveis, e até rentabilizadas, no e fora do mundo rural.

No caso particular das ADL's, é urgente alertá-las para existência de um recurso que não está, também por elas, devidamente valorizado e que é a participação dos jovens no trabalho que desenvolvem. O mesmo se dirá relativamente às escolas e organismos locais de poder.

Para tal as associações e os jovens devem ter acesso aos canais de informação já existentes para divulgação das suas actividades, aos mecanismos de apoio financeiro, logístico e de formação, dotando-os assim de qualificações que permitem a planificação/produção de futuro e o requestionamento das competências e capacidades para planificar e produzir melhor.

O que também poderá ser conseguido através da criação de um canal de informação na rede, a nível regional e nacional, funcionando de modo informal.

As associações que fazem parte do projecto não têm capacidade para sozinhas suportar esta proposta, devendo assim ser solicitado às mais diversas entidades o restante apoio financeiro.

Não esquecendo que o financiamento que se pretende é para a produção de actividades pelos jovens no/do mundo rural, desenvolvendo o local, fixando as populações, assegurando a sua educação e formação, gerando riqueza, respeitando a diversidade cultural.

Por uma questão de respeito por nós e pelos outros não se provoca a desinquietação e deixa-se ficar na desinquietação.

É pois imperioso continuar a marcha!

As proponentes

FÓRUM FINAL
DOCUMENTO SÍNTESE
PONTOS FORTES/PONTOS LUMINOSOS DO MEIO RURAL

Consideramos que existem muitos aspectos positivos nas nossas terras.

No relacionamento Interpessoal, destacamos a proximidade, solidariedade, amizade, convívio e vontade de viver.

Salientamos a existência de uma vontade de mudar, a disponibilidade dos jovens e a troca de conhecimento.

Consideramos que existe maior liberdade, irreverência e experimentação de novos valores e atitudes, criatividade e dinamismo.

Consideramos também positivos a existência do associativismo e cooperativismo, a qualidade ambiental, a existência de mais tempo livre e a menor incidência de problemas sociais como a droga e a criminalidade.

AS NOSSAS PREOCUPAÇÕES

1. Distanciamento da relação pais-filhos dificuldades de comunicação

Consideramos que:
• A infância de hoje em dia é cada vez mais solitária: os pais dedicam cada vez menos afecto aos filhos
• A família já não transmite determinados valores, ainda existem muitos tabus (falar de sexualidade, de drogas) e poucos esclarecimentos para os filhos".

Consideramos ser necessário:
• A exposição dos nossos pontos de vista junto dos nossos pais de uma forma mais insistente e comparar os nossos problemas com os deles, de forma a que nos compreendam melhor.
• Que os pais pudessem trabalhar menos e tivessem mais tempo para eles e para nós.
• A existência de um dia por semana (de preferência ao Domingo) sem televisão.
• A realização de intercâmbios familiares em que os nossos pais recebiam outros filhos e nós viveríamos com outros pais.
• O investimento na nossa formação como futuros pais.
• Que os pais tivessem acesso aos trabalhos de reflexão que fazemos, como este aqui na Manifesta.

"Os pais não nos conhecem verdadeiramente, nós agimos como se tivéssemos duas maneiras de ser: uma em casa e outra fora de casa. A que gostamos mais é a nossa maneira de ser fora de casa."

2. Desemprego

Constatamos que:

• Os jovens licenciados não conseguem emprego na sua área de formação.
• Há falta de confiança no que os recém licenciados sabem.
• Existe falta de informação ou informação errada sobre as saídas profissionais, o que leva a opções erradas nas áreas a apostar por parte dos alunos que querem ir para o ensino superior.
• Existe sobrevalorização de alguns cursos em detrimento de outros que possam ser mais práticos e adequados às opções profissionais.
• Consciencialização dos pais relativamente às opções profissionais dos filhos.
• Falta de articulação entre a escola e as entidades empregadoras.
• Busca de uma boa remuneração.

Sugerimos ser necessário:

• Uma maior aposta em cursos profissionais ao nível do secundário.
• A adequação dos conteúdos dos cursos de acordo com a evolução da própria sociedade.
• A elaboração de estudos do mercado de trabalho para que os jovens possam optar.
• A valorização das diferentes profissões.

3. Droga

Consideramos que a droga é um dos problemas que necessita de uma intervenção mais reforçada.

Somos quem mais luta e conhece os problemas da droga, mas somos também os que mais se tornam dependentes dela.

A informação que não nos é dada, as disfunções que existem nas nossas famílias, o acesso que nos é facilitado em cafés, bares e discotecas que frequentamos por falta de outros espaços de convívio, levam-nos a entrar num caminho de difícil regresso. Qualquer de nós que inicie consumos

dificilmente larga a droga, e nunca vai ser nada na vida!

Não queremos seguir este caminho. Queremos criar outras oportunidades!

Queremos mais informação, uma maior aposta na sensibilização e prevenção primária.

Deveríamos conhecer casos reais existentes nas famílias, círculo de amigos ou mesmo outras pessoas que se deixaram ir pelo caminho da droga, para termos mais consciência do caminho que não devemos seguir.

Nós ainda vamos a tempo!

Consideramos que aqueles que já não podem escolher, e assinaram a sua "pena de morte", não devem ser esquecidos, nem marginalizados.

Temos de unir-nos e apoia-los.

Queremos organizar projectos que os possam ocupar, animar e onde seja possível expressarem-se e sentirem que ainda são alguém.

Temos o dever de não desistir se nada disto resultar.

Desistir é morrer!

Acreditamos que "a vida pode ser uma droga, mas nunca a droga será uma vida."

Desafiamos as Associações, a Animar e o ICE a continuar a apoiar as iniciativas juvenis!
"TODOS JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!"

30 de Abril 2001

Os Jovens

CARTA ABERTA AOS PAIS

Porque pensamos que partilhar e comunicar é preciso, deixamos a todos os pais as nossas opiniões, sentimentos e sugestões.
Para os que necessitam de provas fica este breve relato e exemplo dado por outro jovem.

Um jovem de Tavira sentou-se connosco e ouviu o debate à cerca da família. Num dado momento, depois de abordarmos a importância da comunicação e partilha, levantou-se e aproximando-se de sua mãe, beijou-a dizendo " Adoro-te mãe".
Já valeu a pena!

Distanciamento da relação pais-filhos dificuldades de comunicação

Consideramos que "a infância de hoje em dia é cada vez mais solitária: os pais dedicam cada vez menos afecto aos filhos"
Este é substituído por:
- Compensações materiais (brinquedos, jogos de entretenimento) de ocupação solitária.
- Televisão (maior permissividade em relação ao tempo passado frente à televisão e ao tipo de programa a que as crianças assistem).

Alertamos para as consequências:
- Menos investimento na interacção pais-filhos.
- Carências afectivas (déficit de atenção e também de competências sociais/relacionais nos jovens).

"A família já não transmite determinados valores, ainda existem muitos tabus (falar de sexualidade, de drogas) e são dados poucos esclarecimentos aos filhos".
"Mesmo assim as famílias estão mais flexíveis, os valores não são tão rígidos".

As famílias monoparentais não são forçosamente um problema; por vezes os jovens que vivênciam problemas familiares na infância, têm mais maturidade e capacidade de resolução dos seus próprios problemas.
Os jovens têm maior responsabilidade em relação às questões da paternidade (sobretudo os rapazes).
"Eu gostava de ter 11 filhos", "eu quero ser pai solteiro"
"Ser pai solteiro não é assim tão mau".

"A separação dos pais tem consequências diferentes consoante as fases da vida; é menos grave quando ocorre na infância do que na adolescência. Na adolescência tem maiores repercussões porque é neste momento que procuramos criar a nossa identidade, necessitamos nesta etapa de maior atenção e é ai mesmo que temos a oportunidade de avaliar a família que temos."

"Hoje em dia as nossas mães trabalham, mais porque trabalham fora e em casa. Os pais colaboram mais na divisão de tarefas e os filhos também

assimilam melhor a necessidade de participarem nas tarefas da casa, porque os pais dão o exemplo."
O facto de não se fazer nada em casa prejudica os jovens no futuro e à medida que crescem vão repetindo o mesmo padrão dos pais.
Relativamente ao problema do distanciamento da relação pais-filhos e das dificuldades de comunicação na família foram identificados os seguintes factores:
• Trabalho dos pais: stress e falta de paciência.
• Menor diálogo

Consequências:
• "Os pais não nos conhecem verdadeiramente, nós agimos como se tivéssemos duas maneiras de ser: uma em casa e outra fora de casa. A que gostamos mais é a nossa maneira de ser fora de casa."

As pistas apontadas para a minimização destes problemas foram:
• "Temos que expôr os nossos pontos de vista junto dos nossos pais de uma forma mais insistente e comparar os nossos problemas com os deles, de forma a que nos compreendam melhor."
• "Era bom que os pais trabalhassem menos e tivessem mais tempo para eles e para nós."
• "Acho que devia haver um dia por semana (de preferência ao Domingo) sem televisão; nesse dia a televisão não emitia nenhum programa."
• "Devia haver intercâmbios familiares em que os nossos pais recebiam outros filhos e nós viveríamos com outros pais."
• "Investir na nossa formação como futuros pais."
• Os pais deveriam ter acesso aos trabalhos de reflexão que fazemos, como este aqui na Manifesta."

30 de Abril 2001

Dos Filhos de alguém

Doc. III. E.
CONSOLIDAR E AFIRMAR EM PORTUGAL A SOCIEDADE CÍVICA SOLIDÁRIA
Programa eleitoral da Lista A para os Órgãos Sociais da ANIMAR em 2000-2002

1. A ANIMAR foi criada, em 1993, para dar maior coerência, visibilidade e impacto ao trabalho de desenvolvimento local levado a cabo por organizações da sociedade cívica solidária de base territorial. Ao longo dos anos, foram-se mobilizando para este processo tanto as entidades de intervenção local e de economia social, como pessoas singulares experientes e empenhadas em apoiar as expressões de cidadania activa centradas no território e na acção cívica solidária.
Até hoje, a animar nunca pretendeu ser uma qualquer "federação" nacional, preocupada principalmente com a representatividade formal a nível interno e internacional, falando e agindo em nome dos seus associados, contactados apenas por ocasião de esporádicas assembleias-gerais. A intenção, já em 1993 como agora em 2000, foi sempre a de procurar dar o máximo protagonismo aos associados, oferecendo-lhes uma mais valia essencial, que é a do seu funcionamento em rede. É certo que os constrangimentos, essencialmente de ordem financeira, foram sempre impeditivos da constituição de uma equipa permanente de animação, capaz de, eficaz e regularmente, fazer o vaivém necessário entre os vários nós dessa rede. Não deixa, no entanto, de ser esta a função número um da animar, a sua razão de ser, a sua diferença específica e, assim sendo, o principal compromisso de qualquer equipa que se candidate a assumir a sua direcção, como é o caso da que subscreve a presente proposta.

2. Como se sabe, até muito recentemente, a ANIMAR distinguia-se também pela sua "especialização" nas actividades de intervenção em meio rural, e essa característica é, por isso, ainda dominante na sua actual composição. A decisão da Assembleia Geral de 98, no sentido de definir a sua missão globalmente em termos de Desenvolvimento Local – independentemente do meio específico em que esta abordagem se aplique – assenta em importantes fundamentos teóricos e estratégicos e levanta novos e cruciais desafios. Para além da preservação e valorização da ruralidade, num contexto de inevitável, e até desejável, modernização, cabe hoje sobretudo destacar a importância das complementaridades rural-urbano. É, com efeito, essencial o papel destas unidades territoriais em processos de superação e reinvenção relativamente àquele tipo de globalização que não passa de uma intenção colonizadora, à escala planetária, por parte de umas poucas dezenas de potentados financeiros, económicos ou militares. A outra globalização, isto é, a articulação em rede de organizações e de projectos de cidadãos, visando o bem-estar da maioria e a protecção da biosfera e das gerações vindouras, essa sim, deve a nosso ver ser fomentada, e por isso a animar terá que apostar mais decisivamente na dimensão internacionalista. Através de uma maior e mais regular ligação a entidades afins nos Países-Membros da União Europeia, sem dúvida, mas igualmente de uma aproximação aos países candidatos do Centro e Leste da Europa e ainda de outros continentes. Nesta perspectiva, será de prestar uma atenção particular aos países de língua oficial portuguesa, assim como às comunidades portuguesas noutros países. O Desenvolvimento Inter-Local é, na nossa visão, uma das vias de construção de um planeta e de uma sociedade humana sustentáveis.

3. Além disso, o facto de a animar assumir funções de articulação e integração, entre processos sociais visando uma melhor inserção e uma maior autonomia das pessoas, tanto em meio urbano como em meio rural, leva a que, não só deva especializar-se crescentemente nestas duas dimensões específicas da intervenção local, como ainda a concentrar-se nas características comuns às estruturas e às abordagens existentes nos dois sectores. Daqui deriva, por um lado, a necessidade de equipas e de coordenações especializadas, respectivamente, na intervenção urbana

e na intervenção rural, e, por outro lado, uma atenção renovada e até prioritária em problemáticas comuns ao Movimento do Desenvolvimento Local, à Economia Social e à Cidadania Activa.
Assim, é natural que o tema do relacionamento entre as Organizações Cívicas Solidárias (OCS) e o Estado, nomeadamente, a procura de um quadro jurídico-institucional mais favorável à criação e ao funcionamento destas estruturas, passe para a primeira linha das preocupações da animar. A conquista que foi a sua actual presença no Conselho Económico e Social já permitiu, e irá permitir a partir de agora, uma maior influência na tomada de decisão política a nível central. Mas outros foros haverá que conquistar, junto de várias instâncias, tanto governamentais como não-governamentais, incluindo a nível europeu, uma vez activada aqui a participação da animar em redes transnacionais influentes a esta escala.
Mais ainda, o alargamento da animar a todas as actividades das OCS que se insiram numa abordagem de Desenvolvimento Local, isto é dentro de uma visão integrada, participada e formativa, abre-lhe novos e vastos campos de recrutamento e mobilização de associados, como por exemplo, o das entidades e agentes activos na educação e formação de adultos, inserção social e profissional de jovens e comunidades étnicas.

4. A aposta nesta grande abertura ao exterior, a outras redes -nacionais ou internacionais, a outras entidades-públicas ou privadas, não poderá ser feita, contudo, em detrimento do trabalho essencial que representa a construção da rede interna, com e entre os associados. É deste paciente e quase sempre invisível esforço que nasce e se reforça a "alma" de uma organização como a animar. Pobres em fundos, mas ricos em vontade, imaginação e empenho, terão todos os membros da rede, na Direcção como fora dela, que investir constantemente no fortalecimento dos laços, bilaterais aqui, multilaterais além, de forma a fazer viver constantemente no terreno esta maneira solidária de estar e de trabalhar que constitui a razão de ser da animar. É óbvio que, a nível da Direcção, se concentram responsabilidades acrescidas tendentes à criação das melhores condições possíveis a toda esta actividade de animação da rede.
Naturalmente, as tendências acima referidas vão exigir um forte esforço de informação, documentação, reflexão, investigação, comunicação – a realizar através de grupos de estudo, de espaços de discussão e reflexão, de oficinas de troca de experiências e de acções mais ou menos formais de formação. São estes alguns dos serviços a fornecer regularmente aos associados, juntamente com a continuação do trabalho de publicações (o já indispensável "Vez e Voz" e ocasionais produções), assim como a prestação de informações e consultorias técnicas a pedido. Prevê-se, por exemplo, uma parceria com a Associação "In Loco", visando a produção periódica da revista "A Rede -para o Desenvolvimento Local", como um empreendimento conjunto.
A já reconhecida "MANIfesta" continuará a ser a grande imagem de marca, como evento agregado r do que se faz no País, e até além-fronteiras, nos domínios do Desenvolvimento Local, Economia Social e Cidadania Activa. E ainda como instrumento amplificador voltado para as instâncias do poder, para a comunicação social e para o público em geral.
A próxima edição – a 4ª – encontra-se já agendada para Abril de 2001 – sendo necessário desde já mobilizar todos os Associados da ANIMAR na sua preparação.

5. As diferentes iniciativas e acções previstas só serão por certo concretizadas se puderem contar com uma sólida base de apoio logístico, administrativo e financeiro.
Ora, por maior e mais importante que seja o valor representado pelas energias e pelo tempo benevolamente disponibilizados por todos, não deixa de ser uma necessidade vital a existência de fundos suficientes para manter uma estrutura mínima central e para assegurar a realização das actividades em e para a rede. Dadas a fraqueza e precariedade financeiras que são características das Organizações Cívicas Solidárias, não será realista contar com um auto financiamento total da ANIMAR, assente nas contribuições dos associados, embora se deva procurar um alargamento significativo do número de aderentes, colectivos ou individuais. Deste modo, a prossecução e, mais ainda, qualquer acréscimo de actividades, ficarão em grande medida dependentes de eventuais contratações com serviços da administração pública, já que a indispensável independência política e institucional da animar não será nunca conciliável com uma situação de subsidio-dependência.

6. Perante as principais áreas de trabalho acima sucintamente mencionadas, e tendo em consideração uma Direcção de 11 elementos, propõe-se a seguinte nomenclatura de pelouros:
- Animação da(s) Rede(s);
- Relações Institucionais; Grupo de Pressão ("Lobby") – nacional;
- Relações Internacionais – "Lobby" e ligações a movimentos de Desenvolvimento Local (urbano/rural), de Economia Social e de Cidadania Activa;
- Serviços aos Associados ("Vez e Voz", Informação, Consultoria, etc.);
- Reflexão, Formação, Seminários, Publicações;
- Sector Urbano;
- Sector Rural;
- Organização Económico-Financeira e Administrativa.

É óbvio que, dentro de cada pelouro, será indispensável aos directores responsáveis constituírem a sua equipa de trabalho, recorrendo aos associados que se ofereçam e demonstrem interesse pela respectiva área e, em alguns casos e em função das verbas disponíveis, a profissionais remunerados para o efeito. Além destes pelouros, e respectivas equipas de trabalho, a Direcção continuará a contar com o estatutário Conselho Consultivo. Será ainda de prever a existência de estruturas regionais, do tipo redes inter-locais de âmbito regional ou sub-regional, com coordenadores de rede capazes de recrutar novos associados e parceiros e de mobilizar os existentes para o lançamento de iniciativas com a marca da ANIMAR.

7. Na base duma renovação que traga novas energias, ideias e talentos ao construído ao longo de sete anos, apostamos numa rede animar mais actuante e criativa na defesa do desenvolvimento local que contribua para um mundo com coesão social e territorial.

Março de 2000
Os Membros da Lista A

Doc. III. F.
CAMINHOS NOVOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
AVALIAR – AFIRMAR – REFORÇAR - DESAFIAR

DE ONDE VIMOS?

"Começou por ser o sonho de 1 ou 2. Que mobilizou rapidamente mais 3 ou 4 e depois mais de 30. Foi assim que nasceu a ideia de realizar um encontro de Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal". Esse encontro foi a MANIFesta de Santarém, que aconteceu em 1994. Seguiu-se Tondela, em 1996, e Amarante, em 1998. Em breve será Tavira!
No princípio, havia sobretudo um grupo de cidadãos activos, animadores e protagonistas de organizações e iniciativas de desenvolvimento local. O movimento de DL despertava então, ganhava alguma força e visibilidade, ou seja, começava a organizar-se. A Animar, na altura Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, dava os primeiros passos. Não existiam outras organizações ou redes das ADLs.
A Assembleia da MANIFesta foi, desde logo, imaginada como um espaço e um tempo intenso de comunicação, procedido de outros momentos de reflexão, aqui e ali, onde trabalhavam as Associações e agentes. Sempre se buscou a participação viva e plural, visando partilhar ideias, experiências e perplexidades, acelerar movimentos de interligação e sinergias, interpelar poderes, reivindicar e propor.
Santarém e Tondela foram essenciais neste percurso de aprendizagem colectiva. Amarante foi um marco na reflexão e debate sobre o estado e o futuro do DL em Portugal. Inovou-se no processo e chegámos à Assembleia, a 29 de Novembro de 1998, com um "Projecto de Teses" e uma "Declaração-síntese", que incorporaram reflexões, críticas e sugestões muito diversas, provenientes dos quatro debates realizados de Norte a Sul do continente. (As ilhas não participaram nessa fase.) As muitas intervenções, numa Assembleia em que participaram centenas de agentes de desenvolvimento, propiciaram o enriquecimento dos documentos.

De Amarante saímos com um diagnóstico global do movimento de DL em Portugal. Com uma imagem da sua dinâmica e das suas dificuldades. Ficou claro o desejo de reforçar as práticas renovadoras e fortalecedoras dos valores da cidadania, justiça e solidariedade. Ficou bem expressa a importância de reforçar o próprio movimento, melhorando o funcionamento da(s) rede(s) e cimentando as interacções entre organizações e iniciativas de DL.
Em Amarante defendeu-se o aprofundamento da democracia, tomado como objectivo e requisito do DL, através do cruzamento das suas vertentes representativa e participativa. Exigiram-se também políticas e instrumentos adequados, como forma de fazer desabrochar todo o potencial do DL. Reivindicaram-se medidas bem concretas, nos capítulos do financiamento, da programação de base territorial, da discriminação positiva de grupos e espaços fragilizados, da valorização dos investimentos imateriais e do reconhecimento do estatuto de parceiro social para o movimento do DL.
Em Amarante estabeleceu-se um forte compromisso no sentido de um trabalho empenhado, perseverante e profissional, para construir um Portugal desenvolvido, solidário e sustentável, no quadro de uma globalização alternativa, também ela solidária e sustentável, superadora das fortes desigualdades à escala mundial e garantia de salvaguarda do planeta.
Em Amarante, em 29 de Novembro de 1998, defendemos e acordámos, enérgica e convictamente, que o Desenvolvimento Local é uma oportunidade de futuro!

O QUE QUEREMOS PARA TAVIRA 2001

E agora, Tavira! Queremos que a Assembleia da MANIFesta 2001 seja também um marco, um passo em frente. O movimento do DL tem evoluído continuamente, quantitativa e qualitativamente. Novas iniciativas organizacionais emergiram desde 1998. O pensamento sobre o DL também progrediu. Portugal está envolvido, diversificadamente e com empenho, em redes internacionais e globais que organizam processos positivos e alternativos de reflexão e acção sobre e para o DL!

Há, hoje, uma consciência ainda mais viva sobre o valor e as potencial idades das organizações cívicas e solidárias, sobretudo enquanto manifestações de uma cidadania activa e veículos de construção de uma democracia mais participativa e de uma sociedade social e economicamente inclusiva. Há, hoje, uma consciência mais alargadamente partilhada sobre a necessidade de criar as condições e propiciar os meios para uma intervenção regular e continuada, cada vez mais credível e inovadora, para construir, no local, a globalização da solidariedade e do desenvolvimento sustentável.

O relacionamento entre o movimento do DL – e as suas organizações cívicas e solidárias – e o Estado, assim como o aprofundamento das relações entre os nós do movimento, são questões da maior importância, que carecem de debate aceso, orientado para a construção de uma visão clara e de iniciativas concretas, vigorosas e emblemáticas.

Por tudo isto, para Tavira imaginámos e ambicionamos uma Assembleia que continue e aprofunde o espírito de Santarém, Tondela e Amarante, dirigida para cinco objectivos fulcrais: (1) contribuir para avaliar o trabalho das ADLs e organizações cívicas e solidárias nos últimos 15-20 anos; (2) aprofundar o debate sobre a tipificação e a natureza das práticas das ADLs e organizações que se reconhecem como entidades de OL; (3) contribuir para a elaboração de uma "Carta de Relacionamento entre as ADLs e o Estado"; (4) identificar um conjunto de temáticas prioritárias tendo em vista a definição de novas e urgentes linhas de intervenção no DL, respondendo aos desafios de um país e de um mundo em mudança; e (5) contribuir para reforçar o movimento de DL, através da clarificação e aprofundamento dos laços de relacionamento entre redes ou organizações nacionais e regionais e organizações locais.
O processo está em marcha! Desde Dezembro de 2000 que se realizaram Assembleias Regionais em Alvito (Alentejo e Algarve), Belmonte (Beira Interior), Lisboa (incluindo Vale do Tejo), Paúl (de novo Beira Interior), Sabrosa (todo o Norte), Coimbra e Tondela (Beira Litoral). Para alguns, os novos nestas andanças, tem sido a descoberta da MANIFesta. Para outros, os numerosos "reincidentes", é a oportunidade para alargar o círculo de reflexão e aprendizagem. O espírito de partilha tem imperado. A construção de uma agenda de debate foi o principal alvo de atenção

da centena e meia de participantes nesta primeira ronda de encontros. O que se segue é pouco mais do que a enumeração das grandes questões a debater. O percurso continua!

UMA AGENDA EM CONSTRUÇÃO

São 11 os temas para debate que emergiram das Assembleias Regionais. Aqui os apresentamos, organizados em 3 grandes áreas ou blocos. Organização que é, reconhecemos, sempre falível, porque tudo se liga com tudo!

A. Dos Princípios – De nós para nós

1. DL: Clarificar visões e melhorar práticas

É essencial uma reflexão sistemática, que cruze teoria e prática e clarifique e enriqueça as visões e as formas de intervir! Que visões temos sobre o que deve ser o desenvolvimento local? E sobre os processos globais de transformação do mundo? E sobre a relação global-local? Como construir (ou como construímos, no local) um desenvolvimento diferente, inclusivo, que envolva os cidadãos, combata a alienação e a desmobilização, contribua para erradicar a pobreza, mude valores e atitudes e se alicerce em modos de vida sustentáveis?

2. Qualificar dirigentes e técnicos

O DL definha, empobrece, na ausência de dirigentes e técnicos qualificados. Como formar uns e outros? Que tipos de percurso de aprendizagem? Como combinar aprendizagens institucionais com aprendizagens colaborativas? A ligação com instituições de ensino superior parece promissora, mas com forjar parcerias relevantes? E como equacionar a retemperada questão da carreira técnica dos agentes de DL, criando motivação para a sua continuidade na profissão? E fará sentido uma Escola do Desenvolvimento Local?

3. Tecer a rede do DL: do local para o regional, nacional e transnacional

O movimento cresceu, espalhou-se no território! Como facilitar os relacionamentos entre os seus muitos e diferentes nós? A criação de redes inter-locais, regionais, que entrelacem, parece ser uma forma de dar mais consistência ao trabalho das ADLs e outras organizações (troca activa e mais personalizada de informação, espaço de participação e auto-reflexão sobre problemas e práticas, definição de estratégias, construção de sinergias, combate a rivalidades, pressão sobre os poderes). Como lá chegar? Através de assembleias ou encontros regionais? E qual a importância do trabalho inter-regional? E transnacional, dentro e fora da Europa? Que papel deve ter a Animar em todo este processo e como reforçar o seu posicionamento e intervenção pró- activa?

4. Promover a avaliação do DL

A avaliação não é apenas uma exigência da burocracia do Estado ou da UE, faz mesmo falta! Pode ser, no fundo, um dos elementos do processo de aprendizagem que é o DL. Mas, como avaliar as intervenções de DL? O que avaliar? Em que doses combinar auto e hetero-avaliação? E como dar visibilidade ao movimento de DL através da avaliação?

B. Dos Métodos de Acção – De nós para todos

5. Promover a revalorização da identidade local

A revalorização da identidade local é uma das essências do DL e, em muitos territórios, um dos seus resultados mais visíveis! Mas há que buscar caminhos inovadores, para: criar e vender (com justiça) produtos com identidade; transformar riscos (como a insegurança alimentar de hoje) em oportunidades; preservar (sustentavelmente) actividades tradicionais e velhas manufacturas; dinamizar modos de produção alternativos e promissores; envolver velhos e novos na revalorização e renovação da identidade local.

6. Fazer dos jovens parceiros activos do/no DL

O movimento de DL tem sido engrossado com dezenas de jovens técnicos que intervêm activamente na vida das organizações e dos territórios locais. São os "novos valores" do DL! Não será fundamental criar uma "malha" de apoio aos jovens profissionais que trabalham no DL? E como facilitar a integração de jovens bacharéis e licenciados no DL (estágios, protocolos com instituições de ensino, ...)? E como nos posicionamos face a questões do tipo: Funcionalismo vs voluntarismo? Pragmatismo vs ideologismo; Integração de comunidades vs elites?
Há também os jovens "destinatários" ou "beneficiários" das iniciativas de DL, inseridos em múltiplas actividades. Como facilitar a sua inserção na vida profissional? Será relevante a criação de entidades de acompanhamento de projectos de auto-emprego após formação escolar?

7. Implicar, envolver os cidadãos!

Como passar do discurso da participação para a prática do envolvimento activo dos cidadãos? Como envolver os difíceis de envolver? Como contrariar o desinteresse pela procura colectiva de soluções? Como combater o alheamento das pessoas face à vida das suas comunidades? Como combater a falta de sensibilidade das empresas face ao DL? E a falta de esperança nos jovens e nas suas iniciativas? Como facilitar a apropriação local de dinâmicas de desenvolvimento, para que floresçam e abram caminho para outras e outras mais? E, no quadro das ADLs, como aprofundar a democracia e o envolvimento activo dos profissionais e associados?

8. Criar parcerias DL - instituições de Ensino Superior e Investigação

O DL precisa de mobilizar inteligências e capacidades exteriores! As instituições de ensino superior e de investigação (universidades, institutos, escolas, centros) têm capacidades que, frequentemente, ou carecem de valorização, ou não estão orientadas para o apoio ao DL! Como estimular o diálogo com tais instituições e mobilizar as suas capacidades? Como influenciar as suas agendas e programas de trabalho? Como facilitar o intercâmbio de saberes e saberes fazer e propiciar a construção participada de novos saberes socialmente relevantes? (através da formação, da investigação-acção ou participativa, de círculos de discussão, de observatórios regionais ou outros, ...).

C. Do Relacionamento Estado-DL – De nós para o poder político e VV

9. Definir as bases para o relacionamento com o Estado

Os progressos têm sido lentos neste domínio! Estão demonstradas e são amplamente reconhecidas as virtualidades da acção das ADLs e demais

organizações cívicas e solidárias. AS ADLs vão sempre à frente do Estado (e da burocracia administrativa) no reconhecimento das necessidades e potencial idades existentes. Estão no terreno, são do terreno, associam as pessoas no local. São as suas sugestões e recomendações que, quase sempre, movem a máquina estatal, obrigando a reflexões e iniciativas práticas. Devem, pois, ser reconhecidas como elementos fundamentais de regulação social. Mas onde estão as políticas claras de DL, que assegurem o presente e o futuro? E como equacionar a falta de articulação entre organismos do Estado, cidadãos e organizações de DL e a própria falta de reconhecimento público do papel destas organizações (que lhes garanta independência e sustentabilidade)?
E indubitável que são necessárias parcerias sustentadas entre ADLs e Estado e, para tal, é importante contarmos com uma "Carta de Boas Práticas de Relacionamento" (que estabeleça regras claras), assim como de uma "Declaração de Direitos e Deveres das ADLs". Estruturas ou plataformas de mediação, como a Animar, são vitais, como formas de articulação, representação e promoção da visibilidade do movimento.

10. Articular ADLs e poder local

O poder local não tem um padrão único ou uniforme de intervenção no DL. Nalgumas regiões é parceiro dominante (mesmo dominadador), noutras é actor mais passivo. Quais as diferentes modalidades e especificidades da intervenção das autarquias em processos e iniciativas de DL? Quais as respectivas formas de organização e o relacionamento com as ADLs? E como incentivar o poder local a participar adequadamente no DL ou a apoiá-lo com mais vigor, respeito das autonomias e medidas práticas de médio prazo?

11. Construir a sustentabilidade das ADLs

As ADLs são frequentemente "empurradas" para servirem como "extensão do Estado". Existem descontinuidades gritantes dos processos de financiamento, geradoras de grandes perturbações no trabalho de terreno.
Faltam instrumentos de apoio a pequenas iniciativas. O pós-2006 é um incógnita e uma preocupação. "Há que passar de uma posição sobrevivente e defensiva para uma posição ofensiva". Mas como? Não será urgente a criação de um "Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Local" e de um "Programa Global de Apoio ao Desenvolvimento Local", através de parcerias inter-ministeriais? E não será importante criar incentivos ao mecenato e linhas de crédito bonificado? E voltamos, de novo, ao debate sobre o relacionamento entre o movimento de DL e o Estado! É essencial, neste domínio, chegar a propostas de instrumentos bem específicos!

COMO CONTINUAR?

Esta é uma leitura dos debates já realizados, na qual se procurou integrar e cruzar as múltiplas preocupações e ideias! Propomos que seja tomada como um ponto de partida (relativo) para os próximos Encontros Regionais.
Para que os mesmos sejam produtivos, sugerimos que sejam debatidos os temas prioritários para os participantes, de entre os 11 referidos no ponto anterior. Isto, porque é vital aprofundar a discussão e, naturalmente, chegar a propostas específicas.
Esperamos, vivamente, que se multipliquem os comentários críticos, fundamentados e criativos, enriquecedores desta leitura! Apelamos a que contribuam, nas Assembleias ou de outra forma, com pequenos documentos escritos. Serão uma ajuda preciosa para a construção da "Declaração de Tavira"!

Doc. III. F.
Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social: Reflexões de Base e Actuações Recomendáveis

I – Reflexões de Base

1. Afirmar uma visão plural das formas de organização económica. A consolidação da estratégia comum para o emprego, no contexto da construção europeia, convida os Estados-membros da União a adequar as suas políticas económicas e sociais aos renovados desafios que se colocam ao modelo de desenvolvimento europeu, nesta fase de transição para o novo milénio.
Num panorama marcado, ainda, pela densidade dos problemas do desemprego, da exclusão social - verdadeiras ameaças para a coesão social -, importa desenvolver uma atitude pró-activa que estabeleça um olhar plural sobre a economia. Esse olhar deve alcançar a variedade das formas de organização social e económica, suportadas em lógicas e pressupostos distintos, e que não se esgotem na resposta a situações de crise, antes se revelem capazes de afirmar virtualidades próprias (merecidas, conquistadas e reconhecidas) em termos de objectivos, de condições de exercício de actividades e de partilha de resultados.

2. Reconciliar a actividade económica com a resposta a necessidades sociais e a aspirações colectivas de base local. Estas respostas assentam numa grande diversidade de formas de produção e prestação de serviços solidárias que estruturam actividades sociais, económicas e culturais e mobilizam recursos materiais e humanos, valorizando as dinâmicas associativas. Em função da natureza das actividades e da sua inserção no mercado, as soluções encontradas têm assumido, frequentemente, formas organizativas de prestação de serviços de índole associativa, mas também de base empresarial.
Nascidas em muitos casos de uma visão colectiva das insuficiências de acesso a bens e serviços, mas também de acesso ao emprego e ao rendimento, as organizações de economia social confrontam-se com a necessidade de responder às tensões que resultam da insensibilidade ou incapacidade das instituições da esfera pública para construir respostas à procura social de bens e serviços e do desinteresse do sector privado mercantil em investir e desenvolver actividade em domínios pouco lucrativos e onde predomina uma procura de solvabilidade limitada.

3. Valorizar um potencial de crescimento expectante mas com provas dadas na promoção do emprego e do desenvolvimento local. De acordo com dados de estudos recentes preparados para a DG Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais da Comissão Europeia, no âmbito de um projecto sobre o papel do 3º sector no emprego e desenvolvimento local, a economia social emprega mais de sete milhões de pessoas em oito países da União Europeia, para além de incorporar um volume significativo de trabalho voluntário.

Com um potencial de crescimento estimado em mais de sete milhões de empregos ao englobarem serviços sociais, recreativos e de educação, saúde e cuidados sociais, as organizações da economia social assumem um papel crescente na estruturação da oferta de bens e serviços e contribuem para reduzir as assimetrias entre grupos sociais e para fixar recursos e criar riqueza nas comunidades locais.

4. Preencher uma tripla função, em favor da coesão e da cidadania. Em face desta expressão económica e empregadora, as organizações da economia social preenchem hoje uma tripla função:
• promover a coesão social, combatendo as diferentes formas de exclusão social, estimulando a criação de emprego e melhorando as condições de empregabilidade;
• promover a coesão económica, combatendo as diferentes formas de marginalidade económica e estimulando a criação de riqueza;
• promover uma cultura de participação cívica, combatendo as consequências negativas do recuo dos programas sociais universais, acompanhado da transferência das funções do Estado estimuladora de novas formas de governabilidade (governance) ao nível das comunidades locais.
O desenvolvimento desta tripla função, desempenha um contributo que se antevê inestimável no combate aos factores de exclusão social, sobretudo pela via do reforço e maximização das oportunidades abertas, na óptica da construção da sociedade inclusiva. Esta pressupõe o acesso e a consolidação de capacidades e competências, nomeadamente nas esferas pessoal, social e comunitária, profissional e empresarial.

5. Consolidar os suportes de uma relação virtuosa entre economia social e desenvolvimento local. As organizações de economia social têm uma génese predominantemente ancorada na resposta a necessidades sociais e a aspirações colectivas de carácter local. O peso destas organizações a nível local é elevado e tende a crescer e a qualificar-se em face da emergência das políticas de descentralização da administração do território, em curso em vários países da Europa, desde meados dos anos setenta. Essas políticas têm incentivado opções de contratualização para a acção colectiva, não sujeita aos requisitos da economia de mercado, a par do reforço dos fluxos de investimento público subordinados a critérios territoriais que contribuíram para a crescente afirmação das colectividades locais no terreno do desenvolvimento económico.
Também do recuo dos programas sociais e da transferência de funções do Estado, emergem oportunidades económicas orientadas para a satisfação de problemas sociais locais que ampliam a margem de progressão das organizações da economia social. Essa margem será tanto maior quanto estas revelarem capacidade para absorver a reorientação dos apoios dos fundos estruturais, nomeadamente no contexto do financiamento de modalidades de estruturação colectiva de segmentos da oferta, que preenchem níveis de resposta a velhas e novas procuras sociais.
Estão neste caso, os serviços urbanos, o aproveitamento de recursos materiais e imateriais associados a processos de reestruturação produtiva, a renovação urbana, a gestão ambiental e dos recursos hídricos, as actividades de turismo social e de lazer, a criação de redes de organizações colectivas de produtores agrícolas, as cooperativas de aprovisionamento de bens primários e de distribuição e a prestação de serviços agro-rurais, de substituição e outros.

6. Construir patamares de sustentabilidade, como condição para o relançamento destas formas alternativas de organização económica. Enquadradas pela necessidade de dar respostas consistentes a necessidades sociais locais e pela postura de transferência gradual de funções e serviços do Estado, as organizações da economia social têm de se afirmar, partindo:
• do aproveitamento de oportunidades viabilizadoras de iniciativas económicas e de emprego a nível local, sustentadas exclusivamente pela procura ou suportadas por mecanismos de redistribuição, orientados pela preocupação de uma maior equidade no acesso a serviços socialmente úteis;
• da criação de novas iniciativas, que mobilizem recursos localmente disponíveis, segundo um espírito de iniciativa empresarial (entrepreneurship) e visando a criação de novos postos de trabalho;
• da consolidação de novas competências, contribuindo para alargar as fontes locais de aquisição de conhecimentos inovadores e para melhorar as condições de empregabilidade;
• da criação de novas frentes de participação cívica, contribuindo para uma maior independência face a instituições e formas de regulação directamente desenvolvidas por entidades do Estado e do mercado;
• da organização das modalidades de funcionamento do Estado Providência, que resultem da fertilização de solidariedades e laços sociais participativos.

7. Afirmar os valores-chave da economia social. A especificidade das actividades da economia social aconselha a que a problemática (crucial) da sustentabilidade seja desenvolvida em vários planos, o primeiro dos quais pressupõe uma convergência sólida de afirmação e reconstrução da imagem e papel simbólico destas actividades em que as questões da cidadania e do desenvolvimento local constituem uma pedra angular de actuação.
De entre esses valores-chave, são de destacar os seguintes:
• visibilidade e notoriedade: para ganhar expressão ao nível da opinião pública e dos diversos níveis de decisores, a economia social tem de fazer parte das prioridades de instituições supra-nacionais e nacionais e ser incluída nas opções estratégicas e prioridades das políticas definidas pelos vários países;
• singularidade, uma questão de distinção funcional: o carácter distintivo da economia social, com capacidade de acção própria e utilidade social, deve basear-se na capacidade de responder, de forma mais eficaz e eficiente do que as entidades do Estado e do mercado, a determinadas necessidades sociais, não se limitando a preencher, de forma reactiva, segmentos que o Estado já não contempla e o mercado ainda não vê com interesse;
• identidade, uma questão de sobrevivência colectiva: a diversidade de formas de organização e de tipos de actividades existentes no âmbito da economia social, não deve constituir uma barreira ao necessário reforço da identidade deste sector;
• acesso ao conhecimento: as organizações da economia social encontram-se frequentemente desapossadas de informação estratégica indispensável ao desenvolvimento esclarecido da sua actividade; são, assim, desejáveis actuações específicas que favoreçam o acesso a informação no domínio das oportunidades económicas e de negócio, das modalidades de financiamento de actividade, das prerrogativas das políticas públicas, dos mecanismos de comercialização, etc..
A realização de iniciativas e eventos marcantes (do tipo Ano Internacional da Economia Social), podem preencher uma dimensão de afirmação

identitária de uma voz colectiva e organizada da economia social, como segmento de organização económica, não dependente, nem defensiva.
Trata-se de domínios em que os departamentos sectoriais da administração pública e outros operadores públicos, com responsabilidades nas esferas da regulação social e económica, têm um importante papel a desempenhar facilitando a integração em "redes de interacção e suporte" existentes a nível regional, nacional e internacional, onde as organizações da economia social sejam capazes de encontrar recursos e soluções para desenvolver, com maior eficácia e eficiência, a sua actividade.

8. Garantir limiares de acesso a infraestruturas e serviços de apoio. A insatisfatória afirmação das actividades da economia social tem como consequência uma reduzida oferta de infra-estruturas e serviços de apoio que reflictam as características específicas dos modos de organização das diversas expressões da economia social.
A relevância do apoio material à criação de infra-estruturas e equipamentos e do acesso a serviços de apoio, é decisiva na perspectiva do lançamento das iniciativas, projectos e acções mas também (sobretudo, no tocante aos serviços) na fase de consolidação das mesmas, em que os aspectos do meio envolvente e do acompanhamento das actividades são frequentemente determinantes para o seu sucesso.
Nesta perspectiva, a concepção de programas específicos de apoio que veiculem recursos de investimento em equipamentos e em serviços, em condições favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa empresarial e do emprego, pode constituir uma importante zona de compromisso dos Estados-membros, na óptica da coesão social e económica.

9. Mobilizar recursos de financiamento. Existe uma paleta diversificada de apoios que importa explorar na óptica do suporte e qualificação da actividade das organizações da economia social:
• concessão de apoios específicos à instalação de iniciativas empresariais (p.e., através de fundos de capital de risco o que pressupõe ajustamentos de natureza regulamentar face às especificidades relativas das organizações de economia social; através de financiamentos mistos, a fundo perdido e sob a forma de empréstimos a juros que traduzam a preocupação de induzir eficácia social na actividade; aprovação de regulamentação que estimule a formalização de actividades informais ou subterrâneas);
• facilitação de acordos de parceria, por um lado, entre organizações de economia social, e por outro, instituições de crédito, grandes empresas e operadores públicos, que criem condições financeiras, logísticas e de carteiras de encomendas no sentido de favorecerem a consolidação e desenvolvimento destas organizações; o mecenato social ligado à iniciativa económica destas organizações é uma via a explorar mais decididamente;
• criação de sistemas de garantias que assentem numa disponibilidade/envolvimento mais activo de parceiros institucionais da economia social (misericórdias, crédito agrícola mútuo, mutualidades,…);
• concessão de incentivos, na base de contratos-programa, a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens não viabilizáveis em mercado aberto.

10. Fixar competências técnicas e de gestão das instituições. A capacidade de competitividade das organizações da economia social assenta num perfil de factores em que avultam a capacidade relacional de resposta próxima a necessidades sociais objectivas, o aproveitamento e a valorização de património e recursos locais, os modos de gestão dos recursos, as modalidades de partilha de riqueza e a mobilização de competências técnicas e de gestão.
A capacitação técnica e humana destas instituições pressupõe actuações convergentes em diferentes domínios da consultoria em gestão à educação e formação profissional:
• desenvolvimento de soluções de consultoria em gestão adequadas à natureza diversa das organizações de economia social de modo a criar condições de capacitação técnica indispensáveis à eficácia e eficiência da captação e gestão de recursos;
• apoio a formas de competição/cooperação orientadas para a valorização de competências profissionais locais, para a formação de redes de interesses produtivos e comerciais e para a inovação e eficiência nos processos de trabalho;
• apoio ao desenvolvimento de programas e acções de formação para activos que desenvolvem actividades no sector ou possam vir a ser integrados profissionalmente;
• apoio a programas de modernização e de melhoria/profissionalização dos métodos de gestão das organizações da economia social;
• sensibilização na óptica de corrigir imagens de estigmatização social penalizadoras da difusão dos serviços e actividades das organizações da economia social.

11. Desenvolver uma função de estudo, acompanhamento e avaliação. É reconhecido um insuficiente conhecimento das realidades da economia social e das relações que esta estabelece com a participação cívica e o desenvolvimento local. Para uma intervenção mais eficaz e eficiente, é necessário investir, a montante e a jusante, em instrumentos que ampliem o conhecimento e facilitem uma melhor fundamentação da actuação das políticas públicas e do posicionamento estratégico dos actores sociais e económicos.
• melhorar a nossa compreensão acerca dos factores e processos que condicionam o exercício da actividade por parte das entidades da economia social (como decidem, aprendem e inovam estas organizações?), de modo a integrar os resultados desse conhecimento na formulação de políticas públicas e programas de apoio à sustentabilidade das entidades da economia social e à qualificação dos serviços por elas prestadas;
• associar esta formulação de políticas públicas e programas, a iniciativas de capacitação institucional e de criação de novas formas de governabilidade (governance), localmente enraizadas mas abertas a influências benéficas do exterior;
• criar estruturas descentralizadas, de tipo "one stop shop", de acompanhamento técnico, de despiste de problemas e oportunidades e de reencaminhamento de pedidos de serviços de apoio, a que as diferentes organizações da economia social tenham fácil acesso, tanto do ponto de vista geográfico como burocrático;
• estimular a criação de rotinas de acompanhamento e avaliação do desempenho das actividades desenvolvidas pelas organizações da economia social, incluindo a realização de encontros periódicos de troca de experiências e de identificação de orientações estratégicas para o futuro que permitam conferir uma lógica mais sistémica a um sector caracterizado por uma elevada fragmentação de iniciativas.

12. Definir políticas activas de promoção da economia social, do emprego e do desenvolvimento local. Estamos em presença de um sector da

economia com especificidades próprias que nos interessa valorizar na dupla perspectiva de uma esfera de actividades que, nos seus pressupostos e organização, se revela mais aberta à participação potencial das pessoas, em acção concertada e inovadora (dimensão participativa e de afirmação da cidadania), e que, partindo daí, procura assegurar condições de utilização, gestão e reprodução de recursos, segundo critérios económicos mas sem ignorar as dimensões-problema dos contextos territoriais em que emerge e evolui (relação economia social/desenvolvimento local).
A ligação ao território é aqui determinante, não só pela proximidade aos problemas concretos, mas também pela concertação de esforços individuais e colectivos, pela mobilização de recursos, pela promoção do emprego e da coesão social e económica, facilitadas pela interacção dos diversos actores.
A economia social deve surgir (tem surgido, e daí a sua expressão nos Estados-membros) como catalizadora de recursos para uma utilidade social que não ignore exigências de rendibilidade económica mas valorize distintos factores de competitividade, num contexto de promoção do emprego e do desenvolvimento local.
É esta postura que pode alimentar um segundo fôlego para a economia social, ligando-a: (i) por um lado, aos objectivos de activação das políticas de emprego e aos objectivos de desenvolvimento local, num contexto de valorização social de recursos públicos; e (ii) por outro lado, às novas actividades emergentes na esfera das actividades da economia baseada no conhecimento, como na esfera do lazer e do turismo social.
A própria afirmação das bases do modelo social europeu para o próximo milénio, ao suscitar a reflexão em torno das diversas modalidades de empresarialidade, tem vantagem em equacionar o papel da economia social, integrando os desafios da cidadania e evoluindo, assim, num patamar de resposta de espectro amplo aos desafios da reforma daquele modelo.
Da Comissão Europeia espera-se uma atitude pró-activa que atribua especial atenção às organizações da economia social, auscultando os contributos e reflexões do Comité Consultivo Europeu para o sector e impulsionando a aprovação dos regulamentos que hão-de concretizar os estatutos das cooperativas, das mutualidades e das associações europeias.

II - Actuações Recomendáveis

Este Seminário evidenciou, de uma forma clara e representativa a extraordinária riqueza e diversidade de actividades e de lógicas organizacionais, que se albergam, actualmente, sob a designação de economia social, não só entre países, mas também dentro de cada país.
Nessa diversidade avulta a importante herança histórica da economia social iniciada no século passado e consubstanciada em várias fórmulas cooperativas, mutualistas e associativas, cujas importantes potencialidades se têm actualizado e renovado.
Por outro lado, assiste-se, nas condições complexas de evolução das sociedades contemporâneas, a novas actividades e modelos de organização que configuram o que se poderá designar por uma "nova economia social".
A economia social surge hoje, na sua heterogeneidade, como um dos caminhos mais promissores, de inovação societal, económica e organizacional e como um factor importante de mobilização das capacidades individuais e colectivas e, por isso, de prevenção e de inserção de populações desfavorecidas, desafiando ao mesmo tempo, os conceitos tradicionais de "economia" e "social".
Seguem-se um conjunto de recomendações por tipo de actor:

ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL

• Aprofundar a reflexão acerca dos factores que distinguem positivamente as organizações da economia social em relação às entidades dos sectores público e privado, contribuindo para a construção de vantagens competitivas baseadas nos valores de equidade social e de solidariedade e nos princípios da cidadania activa e da sustentabilidade ambiental;
• Valorizar a diversidade de formas jurídicas, soluções organizacionais e domínios de actividades existentes no interior da economia social, criando, ao mesmo tempo, factores de complementaridade e de unidade que permitam consolidar, colectivamente, a valia específica do sector;
• Investir fortemente na qualificação das organizações da economia social e na qualidade dos bens que produzem e dos serviços que prestam, de forma a consolidar uma estratégia de emancipação e de autonomia capaz de aumentar a sustentabilidade e a notoriedade do sector;
• Adoptar uma postura mais aberta à inovação, desbravando novos domínios que contribuam para alargar o acesso a formas diversificadas de satisfação social (o direito ao lazer de fruição e de realização pessoal, através de serviços de turismo social e em contraponto com o lazer de consumo, constitui um dos exemplos possíveis desta nova postura);
• Adoptar uma visão mais empenhada na melhoria das condições de desenvolvimento local, capaz de estabelecer uma relação virtuosa entre a valorização de recursos locais, a mobilização de actores locais e a coesão social e territorial;
• Dar visibilidade aos projectos e iniciativas das organizações da economia social, enfatizando os valores intrínsecos da mobilização local de recursos, da participação cívica e colectiva e da partilha social dos resultados.

AUTARQUIAS LOCAIS

• Intensificar e diversificar as relações de cooperação com organizações da economia social, através de um diálogo, reciprocamente vantajoso, que reconhece na capacidade institucional, na parceria e no enriquecimento do capital social de cada território, um vector essencial para o desenvolvimento local;
• Valorizar a proximidade existente entre autarquias locais e cidadãos, assumindo um papel activo de facilitador de um ambiente favorável à criação e desenvolvimento de organizações directamente emanadas da sociedade civil.

EMPRESAS DO SECTOR PRIVADO MERCANTIL

• Estabelecer parcerias inovadoras com as organizações da economia social, cobrindo várias áreas como: assessoria técnica e contabilística, partilha de espaços de contabilidade, distribuição e comercialização conjunta e/ou complementar, subcontratação de serviços, assunção ou garantia de financiamento e soluções de capital de risco, resposta às necessidades sociais, mecenato social, ambiental e cultural, além de outras;
• Assumir a responsabilidade social inerente a organizações presentes na sociedade, ajudando a estabelecer pontes entre o mundo da economia e as outras dimensões da sociedade e reforçando o seu papel de cidadania colectiva

UNIVERSIDADE E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO

• Favorecer e desenvolver a realização de estudos e análises da variedade de experiências e resultados da economia social, contribuindo para uma clarificação de conceitos e para a definição de políticas e práticas de intervenção;

• Promover a divulgação dos estudos e análises desenvolvidas, incluindo dos trabalhos académicos já realizados nesta área, socializando e concretizando o conhecimento que se vai criando;
• Apoiar e acompanhar as actividades de economia social, contribuindo para reforçar a sua capacidade técnica de conceptualização e de intervenção, através de fórmulas de assessoria e consultoria permanentes ou episódicas;
• Colaborar nos processos de avaliação sistemática e contínua destas actividades;
• Introduzir e desenvolver, nos seus "curricula", actividades de ensino de vários géneros (disciplinas, licenciaturas, pós-graduações, outros cursos de curta duração e áreas de doutoramento) em todos os domínios da Economia Social.

ESTADOS-MEMBROS E UNIÃO EUROPEIA

• Integrar, de forma explícita, a economia social nas políticas dos estados-membros e da União Europeia, nomeadamente nas que incidem sobre questões sociais, económicas, ambientais, culturais e de lazer/turismo;
• Elaborar estudos sobre as cooperativas, as mutualidades e as associações, que efectuem um diagnóstico estratégico e identifiquem linhas de orientação ao nível comunitário (Livros Brancos);
• Retomar processo de aprovação dos estatutos da cooperativa europeia, da mutualidade europeia e da associação europeia, sem as quais a intercooperação das organizações da economia social ao nível europeu não tem tradução prática;
• Alargar às organizações da economia social, levando em conta as suas necessidades, a produção periódica de informação estatística ao nível dos estados-membros e da Comunidade;
• Assegurar condições de disseminação dos projectos através da divulgação generalizada dos resultados, a par da identificação dos problemas e dos obstáculos e da criação de um Centro de Recursos para a inovação das Organizações da Economia Social, o que permitiria a alargar o campo de actuação e qualificar as intervenções destas organizações;
• Promover o levantamento de recursos materiais (instalações, equipamentos,...) que, a nível local, se encontram devolutos e que são propriedade de organismos e operadores públicos (locais ou supralocais) com vista ao seu aproveitamento económico, na óptica da resposta a problemas sociais locais (iniciativa económica, emprego e integração social).
De acordo com os representantes dos governos francês e sueco neste Seminário, propõe-se finalmente que os serviços responsáveis da economia social destes países e de Portugal se reúnam ainda durante a presidência portuguesa, para aprofundarem os temas e as propostas deste Seminário, de forma a serem continuados e desenvolvidos durante a presidência francesa e a presidência sueca da União Europeia.

capítulo IV

Dos Presentes ao Futuro da animar

Iniciamos este capítulo com os acontecimentos que se passaram em e no pós 2002, tendo em conta que o presente agrega os passados próximos. Estes presentes encadeados no que agora é o presente a ser vivido fazem o ponto de ligação entre o passado e o futuro. É disso que vamos tentar tratar.

IV.1. Os Novos Projectos da animar

Fruto de toda esta diversidade de iniciativas, proposições e combates foi, finalmente, possível que a animar pudesse contar com um novo conjunto de projectos financiados pelo Estado Português e por via do III Quadro Comunitário de Apoio. Passamos a referi-los, com algum desenvolvimento, tendo em conta o muito que estes Projectos fizeram e fazem girar e gerar, exigindo novos patamares organizativos.

Comecemos com o Projecto CONVERGÊNCIAS - Comunicar para Valorizar que, na base duma cooperação total com a CÁRITAS NACIONAL, tem prosseguido os objectivos a seguir discriminados na medida do possível; os intentos que lhe deram origem têm vindo a ser levados a cabo com grande empenho, o que se espera que aconteça até à sua conclusão.

Nascendo da necessidade em minorar as dificuldades com que se debatem os que intervêm e trabalham na área da inclusão e promoção social em territórios diversos, apostando na qualificação das organizações (... os seus colaboradores) de economia social, nomeadamente aquelas que perfilham o D. L..

Nesta linha, já se interveio regularmente em todo o Território Nacional através das Cáritas Diocesanas, das ADL e de Associações e Grupos Locais, tendo como vector dominante a vertente da Comunicação, via troca de experiências e de avaliações conjuntas e como metodologia uma postura que privilegia a criação de redes de comunicação nas diversas escalas. Associada a esta vertente liga-se a construção (em desenvolvimento...) de um Observatório Nacional da Intervenção Social no quadro do Desenvolvimento Local, bem como, em acções de valorização de competências e recursos através de formação dos técnicos envolvidos, nomeadamente nas áreas do planeamento, gestão e da avaliação de projectos de inserção.

Mas, talvez, o principal objectivo e actos já realizados apostam na questão da VISIBILIDADE junto da opinião pública. Aposta difícil, nomeadamente quando se fala de inclusão e não primordialmente em exclusão.

De referir que, envolvendo activamente a Parceria animar/Cáritas Nacional, muitos são os Parceiros deste Projecto: Espaço e Desenvolvimento, Duvideo, Ader-Sousa, ADRL, ADE, Ideia Alentejo, Terramar (Açores), Cáritas Arqui-Diocesana de Braga, Cáritas Diocesana de Lamego, Cáritas Diocesana de Portalegre/Castelo Branco e Cáritas Diocesana de Santarém e Viseu.

Mas, este projecto não faria sentido, nem seria elegível, se não envolvesse organizações de outros Países. Assim, queremos salientar a cooperação que envolve e implica a Garapeu, Centro Servizi, Eskanwork (na base de Acordo Transnacional de "Cooperação Local Halmatk Network), a Provinciale di Sondrio (Associazone Lavoro e Integrazione) e a Cooperes (Acordo Transnacional da Economia Social e do Desenvolvimento Local).

Outro projecto foi aquele que resultou, após muitas propostas e prolongadas negociações, da consideração da animar enquanto parceiro do IEFP, o qual foi traduzido num Protocolo, em que, em síntese, se acorda:

- apoiar as iniciativas locais que concretizam percursos de inserção, através de actividades ligadas ao emprego, numa lógica territorial;
- promover um trabalho em rede, com vista à ajuda mútua entre as várias organizações e espaços de

intercâmbio locais, regionais e nacionais e com uma particular atenção para pequenas organizações locais ainda embrionárias nestas lides.
Neste âmbito já foi possível realizar actividades que se repartem pelo reforço e promoção da Rede de Desenvolvimento Sócio-Local, por Acções de Capacitação Técnica e de cooperação e, ainda, Acções de Difusão e Informação.
As actividades são muito diversas e regulares desde o arranque de que destacamos as seguintes: o Encontro Nacional das ADL sobre o III QCA e Iniciativas Comunitárias; o Workshop co-organizado com a CFED (Corporation for Enterprise Development) ligado às Micro-Empresas que juntaram um pequeno grupo de pessoas e organizações envolvidas (15 pessoas de 8 entidades); lançamento de uma Iniciativa Piloto de Estágios de Verão com alunos do Curso de Geografia e Desenvolvimento Regional da Universidade Lusófona; encontros da Rede Cívica para a Democracia com vista a uma Plataforma Nacional das Organizações Cívicas e Solidárias; participação no projecto Cidadãos para a Nova Europa, da responsabilidade da "Cittadinanzattiva"; representação na Rede ENSIE - Rede Europeia de Empreendimentos para a Integração Social, bem como, na CEBSD/BEADS - Bureau Europeu Articulado para o Desenvolvimento Social; oficinas dirigidas a Jovens Técnicos de Associações, com vista à sua capacitação, bem como, do acesso a dinâmicas regionais e nacionais; divulgação de informação via Internet semanal a mais de 600 organizações e promoção da Página Net Animar, com uma média de 1500 consultas por semestre; contributos para o Guia das ONG publicado pelo Jornal "Público".

Noutro domínio e falando doutro Projecto, a animar, por via das propostas que tinha apresentado no quadro do M.S.T., foi seleccionada como um dos Parceiros com quem se poderia contratualizar a Pequena Subvenção Envolver + prevista no POEFDS (Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social).
Para conquistar este Projecto foi necessária muita paciência e perseverança pois as indefinições nacionais e comunitárias emperraram o avanço concreto das iniciativas planeadas. Este projecto denominado (Des)envolver em Rede e iniciado em 3 de Março de 2003 já permitiu e potencia múltiplas funções para a animar.
Nesta iniciativa, de nível nacional e em que a animar assumiu a função de Entidade Intermediária de Gestão, com vista à promoção da qualificação e integração sócio-profissional de grupos desfavorecidos, através de acções de formação para elevar os níveis de actuação dos Agentes e melhorar a eficácia social das intervenções e organizações envolvidas, o que passava, por um lado, pela realização de micro-projectos de dimensão local e inter-local e, por outro, por actividades da animar de coordenação e gestão, mas, também, a animação, divulgação, sensibilização e avaliação do projecto, com vista à promoção de Redes Locais e Inter-Locais.
Neste projecto, actuam como Entidades Tutoras a ADER-SOUSA (Norte), a ADRL (Centro), a ESDIME (Alentejo), a SOLIDÁRIOS (Centro), o GAF (Centro) e a TRILHO (Alentejo), e como Entidades Executoras a Casa do Gaiato - Paços de Sousa, a Associação de Desenvolvimento Integral da Sobreira - Paredes, a Raia do Chança de Santana de Cambas, a Ecosocial de Oliveira do Bairro, o Centro de Formação e Tempos Livres de Coimbra e a Associação Social Unidos de Santana do Campo - Arraiolos.
Este Projecto, iniciado em Nov.2003 e com uma conclusão prevista para finais de 2004, realizou e realizará actividades diversas de que, sinteticamente, vos damos conta. Tentemos identificá-las:
- parcerias regionais ligadas aos micro-projectos de formação, com a colaboração das Entidades Tutoras, o que exige reuniões informais e dois encontros mais exigentes;
- visitas de acompanhamento e de coordenação, com vista a apurar estratégias;
- acções de divulgação e informação, através de Boletim Informativo de grande divulgação e que mobiliza todos os actores envolvidos.
Por último, sobre este projecto há que referir que os micro-projectos de Formação da responsabilidade

das micro-associações versam as mais variadas e diversificadas temáticas formativas, conforme a vontade, intuição e disponibilidade que se auscultou nos diversos micro-territórios, e que irão envolver mais de 300 formandos.

Embora tenha ficado para último nesta enumeração, pensamos que quanto ao Projecto "As dinâmicas sócio-económicas dos espaços rurais do Continente Português", que se desenvolveu numa parceria da animar com o ISA e o INIA, os seus objectivos foram e são:
- Formular para o Continente português uma leitura do rural/território e confrontar esta análise com o diagnóstico dos actores sociais;
- Definir indicadores, em que também se reconheçam actores sociais e que possam servir de base a um observatório do rural/território

Assim, visando aprofundar a análise das diversidades rurais/territoriais e das dinâmicas e bloqueios que neles se manifestam numa perspectiva de desenvolvimento, a metodologia a seguir procura incorporar os quadros institucionais locais e as características e estratégias dos actores sociais. Tal metodologia, conducente a uma análise da estrutura sócio-económica e dos actores sociais locais, implicará por parte da animar, e para sete unidades territoriais de análise, nomeadamente a identificação dos actores sociais a auscultar, a testagem e aplicação de inquéritos de caracterização sócio-económica e sobre as atitudes dos agentes, a realização de seminários nas zonas mencionadas e a co-responsabilização na organização de um seminário final.

Por último, é em resultado do projecto supra, que se começa a falar da criação do "Observatório Nacional do Mundo Rural", que naturalmente será desenvolvido com outras instituições de ensino superior e outras, terá actuação descentralizada à escala regional e possui alguns produtos já identificados. O futuro o dirá!

Não queremos, todavia, fechar este ponto sem referir um Projecto em que a animar é entidade parceira - o Projecto Rede para a Inclusão, de carácter local e ao abrigo da I. C. EQUAL. Este Projecto, da responsabilidade da ADE - Associação para o Desenvolvimento e Emprego de Vila Franca de Xira, e com diversos Parceiros Locais, tem como objectivos a promoção das condições de empregabilidade de grupos excluídos ou vulneráveis no mercado de trabalho no Concelho de Vila Franca de Xira.

Campanha sobre o EURO

Falemos, agora, da Campanha de Esclarecimento sobre o EURO, apoiada pelo Instituto do Consumidor e Comissão Nacional do Euro, pois, ultrapassando as expectativas, teve uma grande adesão das OIDL, o que levou a que tivessem participado 52 organizações, com a realização de 1880 sessões de esclarecimento.
De referir que esta Campanha foi centrada em públicos mais vulneráveis e com sessões realizadas in loco e se privilegiou a escala da Freguesia, para mais próximo estar das pessoas, o que levou a que a animar tivesse recebido um reconhecimento público pelo trabalho efectuado.

IV.2. As Tarefas da animar de 2000/2003

Participação em Fóruns de Organizações da Cidadania Activa

Agora queremos dar a conhecer a intensa actividade que a animar, desde os seus primeiros tempos, realizou com vista a intercambiar e gerar acordos com outras organizações que se movimentavam no seio dos movimentos cívicos das mais variadas matizes. Embora não o tenhamos referido, é de salientar que todas as Manifestas integravam no seu Conselho, com funções de definir as suas linhas mestras, diversas organizações ligadas a diferentes áreas da promoção do desenvolvimento, bem

CONTRIBUTOS DA ANIMAR, ATRAVÉS DO CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS ALBINO, PARA O PARECER DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES) SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2002.

Capítulo III - POLÍTICAS SECTORIAIS

2ª Opção – Reforçar a cidadania para assegurar a qualidade da democracia (p.44)

(...) As questões da cidadania e desenvolvimento merecem atenção parecendo que deveria futuramente pensar-se a criação de um "quadro legal de relacionamento e apoio às organizações cívicas e solidárias para o desenvolvimento", bem como a institucionalização de parceria(s) Estado e movimentos da economia social e desenvolvimento local. (...)

3ª Opção – Qualificar as pessoas, promover o emprego de qualidade e caminhar para a sociedade do conhecimento e da informação

Formação e Emprego (p. 72/73)

(...) Tendo em conta a sua crescente importância na criação de emprego e promoção do desenvolvimento social, recomenda-se apoio e incentivo às organizações cívicas de desenvolvimento local e instituições particulares de solidariedade social, combinados com o respeito pela legalidade laboral, o que passa por reforçar e diversificar as medidas e instrumentos de promoção de projectos de desenvolvimento comunitário e local numa lógica de intervenção em redes inter-locais que reforcem a relação e o peso do local nos espaços territoriais envolventes. (...)

Política de Juventude (p. 74)

(...) Para além disto, o CES considera importante chamar a atenção para os seguintes aspectos:

(…)

- a aposta no apoio aos jovens mais desfavorecidos, uma vez que a maioria das vezes estes são excluídos das políticas de juventude e só pode ter sucesso se inserida no âmbito de um "combate" mais geral: o "combate contra a pobreza".
- a consideração de medidas especificas que levem em conta as necessidades da juventude das zonas rurais na lógica do programa: "Espaço Rural e Desenvolvimento Social" integrante do PNAI. (...)

6ª - Opção – Potenciar o território português como factor de bem-estar dos cidadãos e de competitividade da economia

Ambiente e Ordenamento do Território (p. 135/136)

(...) O CES recomenda a continuação e aprofundamento das experiências dos Programas Operacionais Regionais em parceria com as Associações de Municípios, mas também com as Associações Sócio-Profissionais e Associações de Desenvolvimento Territorial de Interesse Geral. Esta linha de acção deve dar particular atenção às áreas rurais, onde será necessário que, ao nível regional e subregional, se construam estruturas de gestão que integrem as medidas agrorurais,

como, organizações representativas de associações com um trabalho dominantemente no domínio da assistência e desenvolvimento social e, ainda, de organizações sócio-profissionais e organizações de intervenção temática. Estas diversas experiências foram extremamente enriquecedoras para todos, e constituíram, talvez, dos primeiros encontros e debates no seio do Terceiro Sector, embora debaixo da necessidade de cooperar para um evento concreto.

Mas na entrada do Séc. XXI multiplicaram-se as participações da animar no seio da Economia Social e da Sociedade Civil Organizada. Pensamos que para este incremento não terá sido de menor importância a integração da animar no Conselho Económico e Social (CES), enquanto espaço de expressão e inter-conhecimento junto dum quadro altamente diversificado de Associações, Instituições e Ministérios. Face à grande importância da nossa participação no CES com vista a defender as propostas do MDL, deixamos aqui algumas das propostas apresentadas e que forma aceites consensualmente pelos Plenários do CES nos seus Pareceres aos Governos, nomeadamente face às GOP 2002.

Interpelação Cívica ao Novo Poder Político

Pela sua importância, quer por ser inédita, quer porque foi subscrita por 30 Organizações (14 de âmbito nacional) das mais variadas matizes da sociedade civil organizada, queremos dar-vos a conhecer esta Iniciativa plural, lançada pela animar, e que foi apresentada a todos os Partidos concorrentes ao Acto Eleitoral de Março/2002 e que levou a várias reuniões com Grupos Parlamentares.

Assim, vos deixamos com um pequeno, mas esclarecedor, extracto da Interpelação:

INTERPELAÇÃO CÍVICA AO NOVO PODER POLÍTICO
de Organizações dos Movimentos Cívicos

É indispensável o reconhecimento oficial – por parte do Governo, da Administração Pública, da Assembleia da República e dos Órgãos da União Europeia – dos Movimentos Cívicos, que mobilizam os cidadãos, contribuindo contínua e solidariamente para a resolução dos muitos e diversos problemas das pessoas e territórios.

Este reconhecimento deve ser explícito, sustentado e com a projecção adequada, tendo em conta a cada vez maior capacidade e representatividade destes Movimentos no País, que desafia o conceito tradicional, hoje claramente inadequado, de Parceiro Social, fundamentalmente reduzido à dicotomia em torno de organizações patronais e sindicais.

Nesta Interpelação Cívica, que dirigimos aos Partidos e ao novo poder político, apresentamos um conjunto de propostas bem concretas, organizadas em cinco áreas que reputamos da máxima importância:

(1) Relacionamento e cooperação do Estado com os Movimentos Cívicos;
(2) Instância Pública de Recursos ao serviço dos Movimentos Cívicos;
(3) Financiamento dos serviços de interesse público prestados por organizações cívicas e solidárias;
(4) Flexibilidade e gestão partilhadas dos programas de apoio ao desenvolvimento social e cultural;
(5) Condições para uma verdadeira governança ou nova cidadania.

Fórum Social Mundial

No entretanto destes nossos processos nacionais, múltiplos e diversos movimentos e organizações cívicas e sócio-económicas e culturais foram germinando pelo Mundo-Todo. Destas iniciativas e processos houve um que ganhou uma visibilidade e pluralidade que o fez transformar-se num Movimento que congregava muitas vontades de mudança face à globalização liberal - este foi o Fórum Social Mundial que nasceu em Janeiro/2002 em Porto Alegre, com o apoio do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Olívio Dutra) e do Perfeito do Município de Porto Alegre (Raul Pont) e com base organizativa no Comité Brasileiro de Apoio ao Fórum, que integrava a Associação Brasileira de ONG, a ATTAC, Comissão Brasileira Justiça e Paz, Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, CUT - Central Cívica dos Trabalhadores, Instituto Brasileiro de Análises Económicas, Centro Justiça Global e o MST - Movimento dos Sem Terra.

Este processo e movimento foi-se estendendo por esse mundo fora e fez acreditar muita gente que

se teria encontrado uma Plataforma por uma Globalização Alternativa em que o social e a ecologia teriam que ser pedras angulares. Não temos qualquer dúvida que muitos movimentos, projectos e redes ligadas ao Desenvolvimento Local tiveram e têm uma participação activa quer no FSM, quer nos mais recentes F.S. Europeu e F.S. Português. Mas é claro que as dinâmicas, os protagonistas e as metodologias são, talvez, excessivamente político-mediáticas, deixando para plano secundário a necessidade de construir alternativas a partir do Local, com o Global, e para tentar descobrir uma nova via neste século XXI.

A animar esteve presente com voz activa, embora talvez secundarizada, nos vários momentos e encontros, principalmente naqueles que levaram ao arranque do F. S. Europeu e Nacional. Neste momento pensamos que se está num profundo momento de reflexão sobre as metodologias e prioridades que os Fóruns Sociais vão assumindo, também, como construtores de alternativas a partir dos territórios.

O Reforço do Trabalho Institucional

Tal como já tivemos a oportunidade de referir, a intervenção junto dos Organismos do Estado e dos Governantes aumentou significativamente.

Para reforçar esta intervenção de proposta e reivindicação, muito contribuiu a nossa participação em múltiplos Órgãos de Consulta e Gestão, a saber:

Nacionais

- Membro do Conselho Económico e Social de 1999 a 2002 em parceria com a ARP – Aliança para o Mundo Rural Português;
- Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa Leader +;
- Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa AGRO;
- Comissão de Acompanhamento do Programa RURIS;
- Comissão Nacional do PPART – Programa de Promoção dos Ofícios e Micro-Empresas Artesanais;
- Comissão Nacional de Acompanhamento do POEFDS (Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social);
- Interlocutor Regular do INSCOOP (Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo) e das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e do Trabalho;
- Comissão de Acompanhamento do Ninho de Empresas, Vialonga – Vila Franca de Xira;

Internacionais

- Rede Rural Europeia VIRGILE;
- Rede Europeia Antipobreza;
- Rede Europeia da Economia Social ENSIE;
- CEBSD/BEADS – Bureau Europeu Articulado para o Desenvolvimento Social
- Comité de Pilotagem da APURE (Association pour les Universitès Rurales Europeénes);
- Acordo Transnacional "Economie Sociale et Développement Local" no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, com parceiros franceses e italianos;
- Acordo Transnacional "Local Hallmark Network: entrepreneurship, financing and sustainability", no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, com parceiros espanhóis, holandeses e italianos;
- Projecto "Democracy Coaliton" da Fundação SOROS;
- Projectos "Repensar a subsidariedade na constituição europeia" e "Cidadania Activa", ambos em cooperação com a Rede Virtual Europeia da Cidadania Activa, coordenada pela Associação Italiana – Cittadinanzattiva;

CONTRIBUTOS DA ANIMAR, ATRAVÉS DO CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS ALBINO, PARA O PARECER DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES) SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2002.
(continuação)

de planeamento e ordenamento do território e de formação e desenvolvimento social. (…)

Desenvolvimento Rural e Agricultura (p. 140)

(...) O CES considera que neste capítulo devem ser inscritos instrumentos que promovam uma programação e gestão integradas de lógica multisectorial, que favoreçam o surgimentos e desenvolvimento de actividades económicas e sociais que sustenham o despovoamento e abram possibilidades de uma retoma demográfica na base de actividades apoiadas com discriminação positiva ao nível dos três sectores da economia.

O CES recomenda a implementação de políticas sustentadas de apoio à agricultura familiar, ao ambiente e ao mundo rural.

Seria de analisar o interesse na implementação de um primeiro contrato-programa que viabilizasse e optimizasse o funcionamento das "ADL-R". Os estudos conducentes à elaboração de um "código de boas práticas de desenvolvimento local-rural" poderiam revelar-se de interesse. (...)

Mas, à parte daquilo que foi feito no quadro das Manifestas, pensamos que há que referir alguns encontros que se realizaram, por via do ICE, em que participaram a animar, o CIDAC, a CIVITAS, o IDE (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento), a OIKOS, o CET (Centro de Estudos Territoriais) e alguns activistas a título individual. Nestas reuniões realizadas em 1998/99 duas matérias dominaram a atenção dos participantes: - uma, ligada à procura da matriz que poderia dar consistência e identidade a este "sector social"; outra, intimamente associada à procura de conhecimento mútuo, que passou pela descoberta de eventos ou manifestações que dessem visibilidade a estes trabalhos e projectos permanentes. Esta iniciativa, infelizmente, foi morrendo por falta de disponibilidade dos participantes.

Uma nova iniciativa, no início de 2001, teve por promotor a "Iniciativa Radical" e que teve como primeira actividade um Encontro na Assembleia da República, em que, numa 1ª parte, se tentou saber o que pensam os Partidos da vida e intervenção destas Organizações Cívicas e, numa segunda, se debateu sobre que formas esta tão grande diversidade de Organizações se poderiam implantar e prosseguir com uma orientação convergente. Deste Encontro saiu a vontade de dar continuidade a estes intercâmbios e consensualizações com vista a poder realizar um Evento que abanasse as cadeiras demasiado seguras dos Poderes, tendo a animar aceite poder dar o seu contributo tão activo quanto possível, face aos compromissos que já tinha assumido.

ENCONTRO NACIONAL DE ADL's
- CONCLUSÕES GERAIS -

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) reunidas em Encontro Nacional no dia 23 de Fevereiro, em Lisboa, procederam à avaliação do período final do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-99) e da fase inicial do III QCA (2000-06), concluindo num balanço pouco positivo, motivado pela inconsequência de uma cultura burocrática face a um discurso político que, embora com práticas diferenciadas do ponto de vista sectorial, de uma forma geral, apontava, nos últimos anos, particularmente nalgumas tutelas, para alguns progressos no sentido de uma maior responsabilidade do Estado em encarar a Sociedade Civil organizada como Parceira.

Contestamos:

1. Os atrasos significativos no pagamento/liquidação de saldos finais dos Serviços de Interesse Público contratualizadas ao longo do II QCA, e especialmente no que diz respeito às Iniciativas Comunitárias "Emprego" e "ADAPT";
2. O sistemático recurso, por parte da burocracia administrativa e política, a regras e obrigações, nomeadamente financeiras, e administrativas desadequadas, emperradoras e até impeditivas da eficácia do trabalho que as ADL desenvolvem em prol do desenvolvimento local, particularmente em relação às actuais Iniciativas Comunitárias Leader+, Equal e também de programas do QCA III, como é exemplo o POEFDS;
3. A persistência da falta de reconhecimento por parte do Estado da natureza dos Serviços de Bem Público e de Interesse Geral, produzidos por estas organizações, demérito emanado do relacionamento pouco claro desse mesmo Estado e Administração Pública com as ADL;

As ADL reafirmam a necessidade de o Estado privilegiar a concretização das diferentes formas de apoio ao desenvolvimento através de programas de base territorial, com geometria variável, de carácter integrado, assentes em parcerias locais efectivas e geridos de forma descentralizada.

Reclamamos a necessidade inadiável de:

1. Construção de parcerias sustentadas e operacionais entre Estado, ADL e outras Organizações Cívicas e Solidárias, dirigidas para a gestão partilhada de programas e acções, implicando um reposicionamento de maior democraticidade e menor autoritarismo por parte das Entidades Estatais.
2. Revisão profunda dos mecanismos que conduzem a demoras injustificadas e descontinuidades gritantes nos processo de financiamento, geradores de perturbações e estrangulamentos no trabalho desenvolvido localmente junto das pessoas, comunidades e territórios, e comprometedores do trabalho, da sustentabilidade, reconhecimento e imagem das ADL;
3. Simplificação e clarificação dos procedimentos técnicos e das regras de financiamento dos programas e iniciativas;

Protocolos:

- Protocolo com a EURESAP, Tavira 28 de Abril de 2001.
- Protocolo Colaboração com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 13 Dezembro 2001.
- Protocolo com a Comissão Nacional do EURO e o Instituto do Consumidor, Santarém Setembro de 2001.
- Protocolo com o Centro Jacques Delors, Maio 2003.
- No âmbito do Projecto Mecfin foi celebrado, no final de 1999, um protocolo com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo para promoção de um Produto de Poupança Solidária a favor da acção do Associativismo do Desenvolvimento local/rural.
- Protocolo com a Universidade de Évora.
- Protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

No âmbito deste campo de intervenção sempre prevaleceu uma posição construtiva, mas com a afirmação permanente e persistente de críticas e propostas. Somos levados a pensar que a animar alcançou algumas pequenas vitórias mas, principalmente, ganhou uma nova aceitação e reconhecimento, quer junto do Poder, quer junto dos diversos Parceiros Sociais.
A análise séria destas linhas de acção terá que aguardar, para que, com algum distanciamento, se possam conhecer os reais resultados conquistados e as sementes que foram lançadas.

Encontro Nacional de ADL sobre o QCA III

Em Fevereiro de 2002, na Universidade Lusófona, realizou-se, por convocação da animar, um Encontro Nacional de ADLs, aberto a sócios e não sócios da animar, que debateu na base do tema A propósito do QCA III e das novas Iniciativas Comunitárias e com o lema Participação ou Asfixia da Sociedade Civil.
Este encontro revelou um alargado mal-estar das ADL, tendo em conta as inúmeras burocracias e os constantes largos atrasos nos pagamentos dos financiamentos contratualizados. Para melhor elucidação deixamo-vos com as Conclusões Gerais do Encontro.

V MANIFesta.2003 – Serpa

Tal como se começou a verificar a partir de 2000 com o lançamento da MANIFesta.2001, na sua 4ª edição, também a MANIFesta de 2003 foi desencadeada através dum Regulamento - Caderno de Encargos, que foi dirigido a todos os sócios da animar. Esta consulta, realizada em 2002, motivou a apresentação de duas candidaturas. Uma delas foi do Consórcio de três ADL (Esdime, Rota do Guadiana e Terras Dentro) a que mais tarde se veio associar a Alentejo XXI, que se propunha realizar o evento na Vila de Serpa e outra foi apresentada pela ADM-Estrela, em parceria com outras entidades, que propunha a Covilhã como cidade anfitriã.
Perante esta situação, o Conselho Manifesta, realizado em Set./2002, após apresentação e esclarecimento sobre as propostas, foi unânime em optar por Serpa e pelo Consórcio Alentejano, tendo em conta a maior sustentabilidade do processo, pelo que foi demonstrado. Estávamos, assim, à porta da V Edição da MANIFesta, pela 2ª vez no Sul, que era esperada com muita

atenção, tendo em conta o êxito, generalizadamente reconhecido, da MANIFesta de Tavira.
Mais uma vez, embora marcando claramente a cultura e a história do DL no Alentejo, o Promotor Local e Regional tentou construir um processo e evento que aprendesse com os melhores e menores momentos que as Manifestas tiveram nas suas várias edições. Ao nível das novidades que esta MANIFesta do Alentejo trouxe, destacamos as seguintes:

- logo à partida, o facto da Organização Local ser composta por um Consórcio de ADL, o que obrigou e proporcionou a criação de fórmulas organizativas e processuais que permitissem que o Consórcio formal fosse, de facto, um consórcio de estilos, vontades, forças e capacidades comuns;
- o facto de pela primeira vez a Manifesta se ter realizado numa Vila com 5.000 habitantes, de grande riqueza arquitectónica e paisagística, o que levaria a que a Vila - Toda seria invadida pela MANIFesta nos seus mais variados espaços;
- a verificação de que foi a MANIFesta com uma vertente de maior afirmação regional, quer pela presença de muitos artistas e actores da região, quer pelos milhares de visitantes que atraiu por esse Alentejo fora.

Em síntese, poder-se-á dizer que nesta V Edição culminou o modelo que foi sendo aprendido ao longo dos anos e que pelas dezenas de intervenções culturais e de reflexão e debate realizadas constituiu um ganhar de energias e perspectivas para um futuro próximo que não se augurava de grandes avanços, talvez, mesmo, de alguns contra-tempos.
Mas, antes de vos apelar à leitura de alguns documentos, é indispensável anotar a animação e festa que invadiram a Vila de Serpa e os muitos encontros e confraternizações que informalmente aconteceram. Para já deixamo-vos com a Declaração de Serpa e no final do Capítulo com as Teses de Serpa. (Doc. IV. A.)

DECLARAÇÃO DE SERPA
COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUPERAR A CRISE E CONSTRUIR O FUTURO (Serpa, 4 de Maio de 2003)

A força, a diversidade e a vitalidade dos actores do Desenvolvimento Local invadiram Serpa. Milhares de visitantes participaram num evento com inúmeras realizações culturais, produtos, iniciativas, projectos de intervenção, debates, memórias e processos inovadores que centenas de organizações e grupos de todo o país trouxeram para a "Vila Branca".

A MANIFesta 2003 constituiu, assim, um grito contra os discursos fatalistas, o ambiente de crise, as restrições de toda a ordem e as políticas desenhadas no desconhecimento das realidades concretas.
A MANIFesta 2003 deixou bem claro o engenho, a capacidade e a arte das populações e das suas organizações para resistirem aos múltiplos estrangulamentos impostos pela actual conjuntura. E marcou a sua determinação na construção de um Portugal mais justo, mais solidário e com mais futuro porque assente na riqueza da diversidade das dinâmicas sociais e culturais de cada local.

Depois de Serpa ficou ainda mais claro que só há saída para as questões que a actual crise nacional e a crispação das relações internacionais colocam à sociedade portuguesa num quadro que respeite políticas, práticas e processos baseados no reconhecimento das memórias, potencialidades e mobilização das comunidades e populações locais.
Só assim é possível evitar os custos sociais e económicos resultantes do aprofundar das assimetrias regionais, do crescimento da desigualdade, da cristalização de sentimentos de injustiça e da exclusão de grupos cada vez mais significativos.

ENCONTRO NACIONAL DE ADL's - CONCLUSÕES GERAIS - (continuação)

4. Realização de mais e melhor Avaliação, de menor unilateralidade que não se limite, como é corrente, a um mero exercício de contabilística de programas, medidas e acções; mais e melhores apoios para a auto-avaliação da produção dos Serviços e Bens contratualizados, assentes numa pluralidade de valores, interesses, metodologias e práticas.

Pelo Encontro Nacional das ADL de 23 Fev. 2002
A Direcção da Animar - Associação Portuguesa pelo Desenvolvimento Local

Este é o caminho para colocar Portugal no mapa de uma União Europeia que queremos, alargada, economicamente dinâmica, socialmente inclusiva e capaz de desempenhar um papel internacional relevante.
A grande festa do Desenvolvimento Local só foi possível devido ao processo em que estiveram envolvidas Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL) em todo o país – Continente, Açores e Madeira – em catorze Assembleias Regionais. Aí reflectimos sobre dois eixos principais: a sustentabilidade e o financiamento das OIDL; a visibilidade e a comunicação pública das suas realizações. Durante a MANIFesta 2003 aprofundámos os contributos dessa reflexão, e a íntima relação existente entre estes dois aspectos.

Apoiada no envolvimento activo dos cidadãos e das comunidades, a Assembleia de Serpa declara que:
1. É imperiosa a definição de uma Carta de Princípios de Relacionamento entre o Estado e as OIDL, que clarifique esta relação. O estabelecimento de acordos entre o Estado e o Terceiro Sector deverá assentar em princípios de co-responsabilização, consensualização e independência institucional, sem que as OIDL se transformem em extensões do próprio Estado ou alvo de manipulações marcadas por interesses alheios à sua missão.

2. É necessária a participação das estruturas representativas do DL no processo de preparação de futuros programas, nomeadamente, da negociação nacional do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

3. É preciso assegurar a defesa das áreas desfavorecidas de modo a que não sejam prejudicadas pela limitação de acesso aos fundos nacionais e comunitários, particularmente a partir de 2006, tanto através da reorganização do território nacional, como da definição de áreas de intervenção prioritária.

4. É fundamental uma atenção especial às problemáticas dos jovens, às dificuldades das suas organizações e às potencialidades da sua intervenção, proporcionando-lhes formas continuadas de apoio técnico e financeiro.

5. É indispensável que as OIDL sejam reconhecidas como parceiro social, integrando e participando activamente nas plataformas locais, regionais e nacionais de planeamento, concertação e gestão, tais como: Redes Sociais, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Regional Agrário, Órgãos Consultivos das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Comissões de Acompanhamento do QCA e Conselho Económico e Social.

6. É urgente que as OIDL's apostem na formação contínua dos seus técnicos, capacitando-os para a promoção do Desenvolvimento Local e a prestação de serviços inovadores.

7. É imprescindível que se garanta a divulgação pública das competências de cada OIDL em matéria de produção e prestação de serviços. Numa sociedade de mercado aberto, só com qualidade e pela diferença nos poderemos afirmar na produção de bens e serviços, quer de interesse geral, quer de interesse particular.

8. É decisivo tornar mais visíveis o Desenvolvimento Local e os ganhos que a nossa acção tem proporcionado às comunidades e populações, em especial as mais desfavorecidas. Neste sentido, é prioritário que as OIDL definam a sua própria estratégia de comunicação e é necessário reforçar a nossa relação com os media e os "fazedores de opinião", criando condições para que o discurso do DL possa ser partilhado com o exterior do movimento.

Aqui chegados,

- Afirmamos a nossa identidade e autonomia, e o nosso empenho na plena integração das gerações que têm vindo a abraçar a causa do DL;
- Queremos projectar para o exterior a paixão e o fascínio que sentimos pelo desafio que o nosso trabalho nos coloca.

Números e debates

No que respeita a números desta MANIFesta aqui deixamos os seguintes dados: 180 stands de 97 expositores; 15 Colóquios/Seminários; 38 grupos musicais e 28 grupos corais; 10 grupos de expressão dramática e 9 de animação de rua; 70 voluntários de ADL e 150 de 8 Escolas de Ensino Superior; 13 exposições; 70 participantes estrangeiros do Reino Unido, França, Itália, Espanha e Cabo-Verde; 30 quadros técnicos na Organização.

Tendo em conta a variedade dos Temas e das Organizações que promoveram os debates deixamo-vos com a sua listagem completa:

- "O rural já não ocupa espaço" da responsabilidade do Inst. Superior de Agronomia (ISA) e do Inst. Nac. de Investigação Agrária (INIA)
- "A participação dos cidadãos na construção da europa/o alargamento da EU" pelo Centro de Informação Europeia Jaques Delors (CIEJD)
- "Turismo de Aldeia no Alentejo" pela Assoc. das Regiões de Turismo do alentejo (ARTA)
- "Comércio Justo e Desenvolvimento Local" pela Coordenação Portuguesa do Comércio Justo
- "Olivais em Modo de produção biológica" pela Assoc. de produtores de Agr. Biológica do Sul
- "Incentivos ao desenvolvimento e criação de empresas" pelo Gabinete de Gestão da IC Equal
- "Apresentação do Programa AGATA" pelo PPART
- "Cooperativas e Desenvolvimento Local" pelo INSCOOP
- "Lançamento do Projecto Margens de Desenvolvimento" pela Rota do Guadiana
- "Alentejo singular e diverso – Busca de Raízes" pelo Centro de estudos Documentais do Alentejo (CEDA)
- "Cidadania: como fazer" – Clube Utopia
- "Sessão informativa sobre o POEFDS
- "Novos desafios da Intervenção Juvenil" – ESDIME
- "Apresentação do Programa DelNet" – Centro de Formação da Organização internacional do Trabalho
- "Cidadania que Sonhamos" pelo ICE

Os Quartos Órgãos Sociais

Voltemos um pouco atrás, embora os tempos e etapas muitas vezes se confundam. Em conformidade com os Estatutos, e tendo em conta o compromisso dos Órgãos Sociais eleitos em 2000 de liderarem um triénio de responsabilidades, em meados/finais de 2002 a Direcção da animar realizou as primeiras reflexões sobre que dirigentes deveriam assumir os próximos desafios que estariam colocados no futuro.

É de salientar que houve acordo na Direcção cessante para a necessidade duma mudança significativa no seio dos Órgãos Sociais, e particularmente no seio da Direcção, que levasse em conta as novas lideranças e afirmações que se iam destacando. Havia necessidade que os pioneiros dessem lugar aos novos. Neste quadro foi possível elaborar uma Lista, tão consensualizada quanto possível, e que se apresentou enquanto única alternativa. Citaremos de imediato a composição da Lista e no final do Capítulo o seu Programa. (Doc. IV. B.)

Perante esta situação e face à convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a 5/Abril/2003,

CORPOS SOCIAIS DA ANIMAR, 2003/3006

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Rogério Roque Amaro
Secretário – Terras Dentro (efectivo – Joaquim Amado; suplente – Nazaré de Jesus do Carmo Toureiro)
Secretário –Terramar (efectivo – Gabriela Sales; suplente – Carlos António G. Bulhão Pato)

Direcção

Presidente – Rota do Guadiana (efectivo – David Henrique Machado; suplente – Filomena Maria Ribeiro Silva Machado)
Vice-Presidente – ADER-Sousa (efectivo – Carla Isabel Neto Carreiro; suplente – Francisco Pereira Lino)
Vice-Presidente – ACERT (efectivo – Miguel Cláudio Torres Bruno; suplente – Carla Maria Torres Bruno)
Secretário – Solidários (efectivo- José Cardoso Brás; suplente – Luís Gonzaga Gerardo Nunes)
Tesoureiro – Luís Manuel Costa Moreno
Vogal – In Loco (efectivo – Maria Priscila Araújo; suplente – António Miguel L. A. Velez)
Vogal – ADIBER (efectivo – José Domingues de Ascenção Cabeças; suplente – Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira)
Vogal – ADE (efectivo – Paulo José Ferreira Costa Santos; suplente – Vítor Manuel Couto dos Santos)
Vogal – TRILHO (efectivo – António João T. Gavela; suplente – Jorge Manuel de Oliveira Pinto)
Suplente – ADCL (efectivo – Maria Alice Abreu Freitas; suplente – Alberto Pereira de Oliveira)
Suplente – António José Castela Fernandes
Suplente – José João Rodrigues

Conselho Fiscal

Presidente – MSR (efectivo – Maria Manuela Martins de Carvalho; Teresa Maria Espírito Santo)
Vogal – CEARTE (efectivo – Luís Manuel das Neves Rocha; suplente – Ana Cristina Gomes da Fonseca Mendes)
Vogal – ESDIME (efectivo – Isabel Maria Martins Benedito; suplente – David Manuel Pego M. Marques)

no Fórum da CHASA (Alverca do Ribatejo) realizou-se a Assembleia Geral Eleitoral que elegeu por maioria a Lista proposta que passaria, a partir daí, a gerir os destinos da animar (39 a favor, 1 abstenção, 1 nulo).
É bom de referir que a anterior Direcção considerou, e assim o solicitou, para que os Novos Órgãos Sociais fossem eleitos e tomassem posse antes da realização da MANIFesta de Serpa, com vista a que esta V Edição já responsabilizasse e desse o protagonismo aos dirigentes do futuro.
E, assim, tivemos uns Órgãos Sociais, particularmente uma Direcção, que teve que responder aos complexos legados e desafios que lhe estavam nas mãos, por via de todo o trabalho de uma rede, interlocutora e desafiadora, que vinha trabalhando há dez anos. Porque estamos no presente, ou quase, nada melhor que dar a palavra à Direcção que hoje gere os destinos da animar que, felizmente, são muito ricos em iniciativas, projectos, responsabilidades institucionais e ambições futuras.

Concretizando, porque as tarefas e acções foram muitas, há que salientar a mudança de sede, com equipamento minimamente adequado e albergado numa OIDL de meio urbano; mas, sem esquecer a criação e gestão duma Equipa Profissionalizada (5) e as alterações positivas, qualitativas e quantitativas no Vez e Voz, os protocolos com o Centro de Informação Jacques Delors que possibilitaram dois projectos, que mobilizaram vários associados, o Protocolo com o IDRHa, no âmbito do Vector 3 do LEADER+ e a remodelação do Site da animar e Portal de convergências, que nos fez entrar no espaço virtual.

Por outro lado, mas pela negativa, fomos afastados de membros do CES (Conselho Económico e Social), num processo em que a animar aberta a parcerias com outras entidades e com um grau de representatividade forte, não foi aceite em desfavor doutra organização - a Federação Minha Terra -, apenas devido a análises numéricas de representatividade, o que quanto à opinião da Direcção da animar veio constituir um revés na afirmação do MDL.
A palavra à Direcção, pela pena do actual Presidente, David Machado.

10 anos a animar

David Henrique Machado
Presidente da Direcção
Serpa, 22/9/04

Entendeu a Direcção da animar e a coordenação do livro dedicado à história dos seus10 anos, que o relato dos seus principais momentos se deveria realizar até à saída da publicação. Quando o presente texto é escrito, decorre cerca de um ano e meio de mandato. Assim, os elementos que para ele contribuíram, não foram apenas as propostas – as quais estão contidas em programa eleitoral – mas, também, as realidades vividas, as maiores ou menores capacidades de concretização de ideias e ideais e os juízos possíveis sobre este curto espaço de tempo.

A actual Direcção iniciou o seu mandato imediatamente antes da realização da V Edição da MANIFesta. Os seus membros estiveram intimamente ligados à sua realização, quer através de responsabilidades directas na organização, quer através da participação das suas organizações. Apesar das energias então despendidas, na exacta medida daquilo que tem sido a franca evolução do processo

MANIFesta, sinais houve de que a construção deste colectivo talvez tenha recebido desse processo o seu primeiro contributo. Com toda a sua vitalidade, enquanto momento de participação, enquanto momento de conhecimento da rede e sua evolução, de troca de ideias e experiências, de trabalho e reflexão conjuntas, de abertura a outros movimentos cívicos e de afirmação do património da animar, a Manifesta 2003, marcou a actual Direcção.

Se abordamos este facto é porque queremos dar conhecimento de uma primeira constatação, entre nós já identificada, que se prende com a coesão e espírito de missão existentes. Para tanto concorreram outras práticas como o funcionamento democrático assente na transparência, tomada de decisão participada, na co-responsabilização e na partilha efectiva de tarefas. Se tais características são essenciais ao funcionamento de qualquer órgão associativo, têm sido determinantes na nossa capacidade de realização.

Essa realização, que se encontra consentânea com as propostas realizadas e escritas, está todavia aquém do nosso desejo individual e colectivo. Esta é uma segunda constatação. Apesar do funcionamento assumido pela totalidade dos Directores, o conjunto das solicitações é superior à capacidade de resposta. Por outro lado, importa assegurar maior participação na condução permanente dos destinos da animar. Hoje, decorrido ano e meio, os níveis de organização conseguidos proporcionam a reactivação de vários órgãos e a chamada de mais intervenientes.

Uma última constatação reside numa clara opção pelo "construir em continuidade" , quer isto dizer que a opção foi, e esperamos que no futuro também assim aconteça, acrescentar algo - de forma imaginativa e consequente - a um património existente que, entre outros aspectos, partisse da sua compreensão e valorização.

A realização de que falamos, esteve, e permanecerá até ao final do presente mandato, enquadrada em seis linhas de estratégia.
1. Uma primeira linha prende-se com a comunicação e promoção da identidade no seio da rede, através da criação de melhores e mais instrumentos, da manutenção de um contacto próximo e regular com os associados, da criação de espaços de diálogo e incremento da partilha não apenas de valores e princípios que norteiam a nossa actividade mas, também, de troca de experiências, de formas de estar e de agir. Comunicação também, para fora da rede, por forma a tornar mais visível e apelativa a actuação das OIDL's e a sua contribuição para uma sociedade mais justa, inclusiva e participada.
No primeiro nível, o da comunicação no seio da rede, situam-se novos instrumentos de comunicação como é o caso da "Folha" (instrumento também destinado à divulgação de opinião) mas, também, melhorias no Vez e Voz, o Portal Convergências ou a nova página na net. Também aqui é enquadrada a auscultação directa de organizações que por regra vem ocorrendo uma a duas vezes por mês, tirando partido das novas formas de comunicação.
O segundo nível desta linha de intervenção, situa-se ao nível da comunicação para fora da rede, nomeadamente através da realização de protocolos com órgãos de comunicação social que visem o incremento da visibilidade da nossa intervenção.
Para o ano de 2004, ano que se situa entre MANIFestas, deliberou-se aproximar e afirmar a rede, através das comemorações dos 10 anos de vida da animar, momentos certamente valorizadores do passado e de reflexão sobre perspectivas de intervenção futuras. Em Trancoso, de 25 a 29 de Maio de 2005, realizar-se-à a 6ª edição da MANIFesta.

2. Um segundo aspecto traduz a preocupação com a consolidação da rede através da qualificação dos nós da rede utilizando as oportunidades criadas pelos projectos em curso (por ex. oficinas temáticas, missões interpares, etc), da realização de iniciativas de animação e do desenvolvimento de programas de formação já definidos no programa 2003-2005. Também com alguma experiência acumulada, é hoje possível encontrar aqui novos objectivos, novas formas de estruturação e novas oportunidades. Se "uma animar com projectos e iniciativas" constituiu objectivo de inicio de mandato, a sua implementação envolvendo actualmente mais de 50% dos associados colectivos está ainda aquém do desejado. Considera-se possível chegar à totalidade dos associados, não apenas tendo em vista a sua qualificação mas, também, visando a sustentabilidade política de um movimento, que possui uma organização

enquadradora, para a qual é necessário o rejuvenescimento dos seus quadros e próximo da qual temos de estar em permanência. Será assim ideal que cada sócio colectivo desenvolva pelo menos um projecto com a animar e a iniciativa do projecto possa não partir apenas da estrutura animar mas antes, do desejo do associado.
Em simultâneo e na perspectiva de continuar a assegurar recursos para a consolidação da rede, torna-se necessário manter a concepção e movimentação de novas propostas e candidaturas.

3. A representação activa do MDL, configura uma outra frente de intervenção. Para tanto, deverão ser assegurados níveis elevados de mobilização dos associados, em torno de três aspectos. Em primeiro lugar, no plano da negociação política que relance o caderno reivindicativo - Bases para uma Plataforma Estado - Movimento do Desenvolvimento Local. Em segundo lugar, no acompanhamento adequado do III QCA (através da participação nas diferentes comissões de acompanhamento de programas) e, no acompanhamento das actividades relacionadas com o próximo QCA. Em terceiro, procurando conquistar outros espaços de representação do MDL e a melhoria da participação em fora onde hoje estamos representados.

4. Prosseguir, em conjunto com os associados, os esforços no sentido da criação das Plataformas Regionais, enquanto primeiros espaços de mobilização do MDL, de diálogo, de geração de parcerias, de animação, de intervenção e de representação à escala regional da rede. Apesar de complexa, pois, não depende apenas da vontade da Direcção, esta será uma das iniciativas que melhor poderá responder à necessidade de criação de um ambiente político-institucional favorável à promoção do DL. Como facilmente se conclui, o reconhecimento à escala regional da validade da nossa intervenção, possuirá impacto significativo no plano nacional. À Direcção cabe continuar a mobilizar recursos para que tal aconteça e, sempre que possível mobilizar directamente os diferentes nós. Esta linha de actuação poderá mesmo vir a favorecer a actividade descentralizada dos Observatórios e o surgimento de novas iniciativas e projectos de animação da rede.

5. Participar, aprofundar o trabalho e ampliar espaços de diálogo e intervenção com outras Organizações Cívicas e Solidárias, com a Administração Pública e as Instituições Universitárias. A cooperação desejada deverá implicar a criação de novas parcerias em torno de novos projectos de intervenção mas, também, através da dinamização de espaços como o Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local.
Uma animar abrangente, que agregue outras vontades e sectores, além de constituir referência em matéria de defesa das organizações cívicas e solidárias, não é mais que o espelho do local, pois, nesse espaço, a promoção do desenvolvimento, sendo tarefa de natureza diversificada implica a mobilização de várias vontades e intervenientes. Na mesma perspectiva, importa recuperar a ideia da construção de grandes espaços de promoção da cidadania, enquanto espaços de participação e de construção alternativas aos modelos políticos, sociais e económicos geradores de exclusão e injustiça social.
Esta perspectiva estratégica, também enquadra a abertura ao exterior, a outros povos, culturas e organizações, que como cá, vêem o DL como um caminho para a promoção da igualdade de oportunidades e da melhoria de condições de vida.

6. A manutenção da preocupação com a qualificação da estrutura central, é a última linha, enquanto unidade de suporte transversal à intervenção preconizada e, enquanto elemento central de consolidação da animar. No âmbito da equipa dever-se-á promover a sua autonomia, o incremento das suas competências e o aprofundamento da sua missão. Desta forma, poderemos ter uma rede mais apoiada, com intervenção mais qualificada e qualificadora e uma animar mais activa, com maior eficiência e eficácia em defesa do MDL.

Em jeito de conclusão, voltamos a afirmar a nossa autonomia na defesa dos princípios e valores do DL, a sua promoção nos territórios rurais e espaços urbanos desfavorecidos e junto das suas populações e a defesa das OIDL´s.
Das linhas de intervenção apresentadas, que naturalmente se integram, têm surgido e continuarão a surgir iniciativas e projectos úteis ao Movimento, ao aprofundamento da democracia e ao desenvolvimento do País. Esta é uma última conclusão de uma Direcção que, festejando os 10 anos de vida de uma organização com passado, experimenta uma grande satisfação no enfrentar dos desafios que se colocam ao nosso movimento.

Últimos Dados do Guia/2003 das OIDL

Não poderíamos terminar este Livro sem dar o relevo principal às OIDL, que são razão da existência da animar. Por isso vamos deixar-vos com os Dados que podemos retirar do Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local - 2003. Certamente que estes dados, e muitos dos aspectos aqui referidos, não poderão transmitir a riqueza, sentimentos e diversidade do que é este Movimento por este Portugal - Todo. Por isso estão todos convidados a melhor conhecer esta realidade que, talvez, sem saber, pode estar à vossa porta ou ao lado dum passeio pelo País.

Mas, o que vos podemos transmitir são os dados estatísticos deste Guia, pelo que em primeiro lugar vos diremos que se conseguiu que 256 OIDL respondessem aos inquéritos alargadamente divulgados (representa um aumento de 56% face ao Guia de 1998).

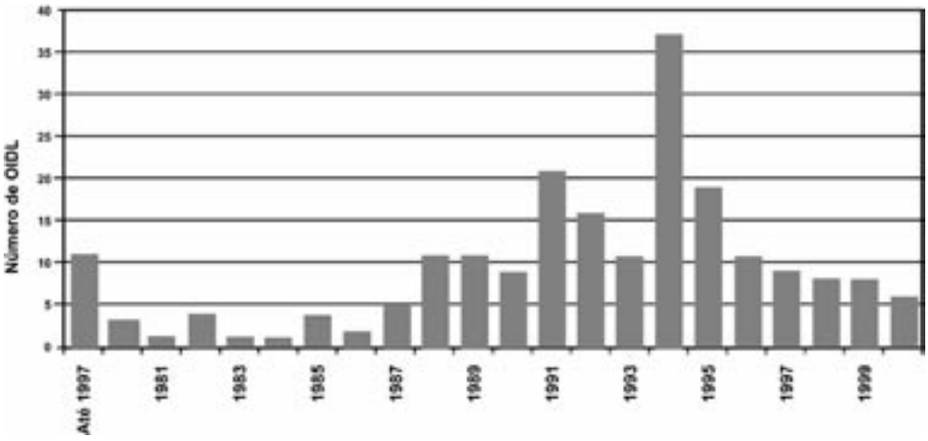
Em primeiro lugar deixamo-vos com a caracterização das OIDL, quer pelas suas zonas de actuação, quer da sua localização regional.

Âmbito territorial de actuação das OIDL e a sua distribuição por regiões

	Norte	Centro	L.V.Tejo	Alentejo	Algarve	Ilhas	Total
Lugar(es) ou freguesias	9	7	14	6	3	0	39
Um ou dois concelhos	14	19	7	11	5	9	65
Mais de dois concelhos ou uma região	33	40	12	19	9	17	130
Abrangência nacional	4	3	8	1	0	0	16
Abrangência internacional	0	0	6	0	0	0	6
TOTAL	**60**	**69**	**47**	**37**	**17**	**26**	**256**

Em segundo lugar há que referenciar a cronologia do surgimento das OIDL, com vista a conhecer os altos e baixos na sua constituição.

Datas de Constituição das OIDL



Em terceiro lugar gostaremos de vos dar a conhecer o tipo de actividades das OIDL, bem como, o peso relativo que elas têm nos processos de intervenção das OIDL.

Principais domínios de actuação das OIDL (% do respectivo total em cada tipo de actividade)

Tipo de actividade	%
Formação	37,1
Formação Profissional	58,6
Educação de Adultos	22,9
Investigação e Estudos	48,6
Protecção/Valorização Ambiental	48,6
Apoio a Artesãos	51,4
Apoio a Produtores Agroalimentares	38,6
Apoio ao Turismo Rural	45,7
Apoio a outras actividades Empresariais	50,0
Animação Recreativa/Cultural/Desportiva	57,1
Informação e Publicações	62,9

E, quase a terminar, embora com a recomendação que olhem para o Guia/2003, queremos deixar-vos com uma expressão possível do número de pessoas que trabalham nas OIDL (2001/2002): serão, pelo menos, 2.236 postos de trabalho, de acordo com o quadro que se apresenta, que traduz uma parte importante do que foi recenseável, mas não a sua totalidade (certamente, mais que 3.000 quadros técnicos).

Pessoal ao serviço das OIDL: divisão por sexo e idades*

	Número		%	
Idades	**H**	**M**	**H**	**M**
Até 19	16	30	0,9	1,7
20-29	190	488	10,9	28,1
30-39	126	376	7,3	21,7
40-49	133	179	7,7	10,3
50-59	65	78	3,7	4,5
60-69	17	24	1,0	1,4
70 e mais	4	10	0,2	0,6
TOTAL	**551**	**1185**	**31,7**	**68,3**

*Dados combinados de diferentes entidades em 2001 e 2003

Agora, terminando, para não vos maçar com dados e percentagens, apresentamos os Níveis de Instrução dos trabalhadores que prestam a sua actividade nas OIDL.

Pessoal ao serviço das OIDL: níveis de instrução segundo o sexo*

		Número		%		
	Níveis	**H**	**M**	**H**	**M**	
Ensino Básico	**1º Ciclo**	44	148	8,3	13,4	
	2º Ciclo	18	108	3,4	9,8	
	3º Ciclo	47	100	8,9	9,0	
Ensino Secundário	**Até 11º**	33	46	6,2	4,2	
	12º Ano	107	212	20,2	19,2	
	Bach.	42	65	7,9	5,9	44,6%
Ensino Superior	**Lic.**	218	412	41,2	37,3	
	Mestr. ou +	20	15	3,8	1,4	
TOTAL		**529**	**1106**	**100,0**	**100,0**	

Palavras Finais

Num livro que se pretende uma memória viva do que foram intervenções, acções, eventos e processos dum Movimento a chegar à idade adulta, não poderíamos terminar com a nudez dos números. Este livro tem que salientar, ao fechar do pano, a riqueza que se gera quando cidadãos organizados e desafiadores do futuro se juntam sem fronteiras territoriais ou mentais.

Terminamos sabendo que muitas vidas individuais e colectivas não foram explicitadas, mas com a convicção que o turbilhão de processos e eventos relatados poderão dar uma imagem que o Movimento do Desenvolvimento Local é um processo sócio-cultural que já deu importantes contributos para as mudanças que o País exige e que demonstra vitalidade para que novos futuros, mais felizes, sejam uma realidade.

Caros Leitores

Carlos Albino

A este escriba, chegado a este ponto, talvez fosse aconselhado a simplesmente pôr um Ponto Final, ou, como dizem nos filmes - escrever "THE END"!

Mas tal não é possível, quando o escriba viveu tudo isto desde os primórdios e muito da vida do Movimento de Desenvolvimento Local e, particularmente, da animar, nomeadamente através da função de Presidente da Direcção de 1987 a 2000.

Ao reler tudo o que escrevi e transcrevi, sinto que faltam as referências ao sangue, suor e lágrimas que tudo isto obrigou e gerou. E nestas últimas palavras vou deixar-vos com os sentimentos que sei ter partilhado com muitos companheiros desta já longa jornada.

Primeiro sentimento

Tudo isto foi vivido com muitos sentimentos, enquanto elemento aglutinador dum conjunto de Cidadãos Activos, enquadrados nas mais diversas organizações, que queriam descobrir os melhores métodos, estratégias e iniciativas para que o Desenvolvimento Local se transformasse num Movimento multi-facetado e activo na Sociedade Portuguesa. Direi que foram, mais ou menos, os corações, os nervos e as cabeças que fizeram a animar.

Segundo sentimento

Este percurso foi mais duro, pedregoso e voluntarista do que, talvez, se possa pensar. Nos primeiros tempos, então, tudo funcionava na base de disponibilidades temporais e financeiras que activistas e organizações conseguiam inventar. Mas tal foi continuando, mais ou menos da mesma forma, mas com mais responsabilidades e apenas com um funcionário e apoio administrativo-contabilístico da Esdime e da Solidários. Viveu-se, ainda assim, no fundamental, na gestão dos segundos Órgãos Sociais da animar (1996-1999). E as coisas, analisadas proporcionalmente aos desafios que estavam nas nossas mãos, não mudaram nos anos subsequentes tanto como se poderá concluir.

Terceiro sentimento

A caminhada que aqui se tentou descrever não foi um caminho pacífico, sem contradições e antagonismos e, menos, sem conflitos de ideias e de personalidades. O meu sentimento é que foi muitas vezes o sangue e os nervos que fundamentaram decisões importantes, tantas vezes, porventura, acertadas. Mas tal, hoje, para mim é completamente compreensível - se as dúvidas sobre o que é isso do DL são ainda muitas, vejam bem o que se terá passado de hoje até aos passados tempos de início e arranque em que muitos andávamos a esgravatar e a descobrir hipóteses de caminhos.

Quarto sentimento

Não tenho qualquer dúvida que o caminho que já foi feito tem os seus heróis - uns mais visíveis, outros mais anónimos, mas que foram empurrando o barco do DL para que ele se expandisse, melhorasse e se afirmasse! Como noutras histórias os heróis não precisam de ser nomeados. Uns são mais burocratas, outros mais escritores, ainda outros mais organizativos e do aparelho, sem esquecer aqueles que ao longo do tempo vão alternando as suas características e, ou, personalidades.

Mas que foi um colectivo, não muito alargado, que permitiu a nossa actual existência não tenho dúvidas.

Quinto e último (...) sentimento

Nada disto tinha acontecido ou tinha raízes muito diversas por este país fora, se tudo o que foi feito não tivesse privilegiado o convívio, os encontros informais e ocasionais, a festa e a gastronomia e a completa liberdade de expressão enquanto seres diferentes e iguais. As escaramuças, as provocações, as tertúlias que se formavam, a festa viva ou as conversas de pé de orelha, com diferenças de feitios e gerações, de gostos e desgostos e de encontros e desencontros, sem esquecer as paixões que voaram por todo este vasto leque de mais de uma centena de cidadãos activos e solidários, permitiu que sempre tivesse prevalecido uma aproximação da Liberdade e Responsabilidade.

Por último, VIVAM AS MANIFESTAS a animar e as OIDL, activas e renovadas, que nos virão aquecer os corações e carregar as baterias, para que o Movimento do DL tenha um futuro cada vez mais consciente e reforçado nas suas capacidades organizativas, em prol do Desenvolvimento de Portugal-Todo e dum Planeta Sustentável.

IV. 3. Documentos de Referência

Doc. IV. A. - Teses de Serpa
Doc. IV. B. - Programa de Acção da Direcção da animar para 2003-2005

Doc. IV. A.
Teses de Serpa
V Assembleia do Desenvolvimento Local

1. O Nosso Percurso

Tudo começou com um grupo reduzido de pessoas, que rapidamente se alargou, e que pretendia realizar um encontro de Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL), em Portugal. Um dos colaboradores sugeriu que a esse encontro se chamasse MANIFesta. Santarém foi o local escolhido para a primeira edição, em 1994. Seguiram-se Tondela, em 1996, Amarante, em 1998, Tavira, em 2001. Em 2003 foi a vez de Serpa.

Desde o seu despertar até hoje, o movimento do desenvolvimento do local e da cidadania activa em Portugal tem vindo a ganhar maior visibilidade e a conseguir níveis mais sólidos de organização. Estamos certos que as várias MANIFestas, cada uma da sua forma, em muito têm contribuído para este processo.

A Assembleia da MANIFesta pretendeu, desde o início, constituir-se como um espaço de reflexão e debate alargados, procurando envolver a multiplicidade de OIDL de todo o país.

Santarém e Tondela foram fundamentais para a construção colectiva do conhecimento sobre o DL em Portugal. No processo de preparação da MANIFesta de Amarante organizaram-se quatro encontros preparatórios, de norte a sul do país. Inovou-se no processo e chegou-se à Assembleia final com um "Projecto de Teses" e uma "Declaração-síntese". Iniciava-se, assim, um novo ciclo no alargamento e consolidação do debate sobre as problemáticas do DL em Portugal.

A Assembleia de Tavira deu mais alguns passos em frente, tendo-se constituído como um momento refundador do movimento. Ambicionou-se uma Assembleia que continuasse a aprofundar o espírito de Santarém, Tondela e Amarante, dirigida para cinco objectivos centrais: (1) contribuir para avaliar o trabalho das OIDL, nos últimos 15-20 anos; (2) aprofundar o debate sobre a tipificação e a natureza das práticas das OIDL e organizações que se reconhecem como entidades de DL; (3) contribuir para a elaboração de uma "Carta de Relacionamento entre as OIDL e o Estado"; (4) identificar um conjunto de temáticas prioritárias, tendo em vista a definição de novas e urgentes linhas de intervenção no DL, respondendo aos desafios de um país e de um mundo em mudança; e (5) contribuir para reforçar o movimento de DL e da cidadania activa, através da clarificação e aprofundamento dos laços de relacionamento entre redes ou organizações nacionais e regionais e as organizações locais.

Tínhamos como objectivo transformar a MANIFesta num verdadeiro processo participativo a nível nacional. Foi com este entendimento que, numa primeira fase, se levou a MANIFesta às regiões e só depois se reuniram as regiões na MANIFesta, em Tavira.

Foram, assim, criadas as Assembleias Regionais (AR). Estas tinham como missão cumprir três grandes objectivos: alargar o processo a outras organizações e pessoas que se revêem nos ideais do DL mas que nunca tinham participado nas MANIFestas; mobilizar as pessoas e as iniciativas de DL para participarem no evento final em Tavira; e promover um processo nacional de reflexão sobre as problemáticas actuais do DL, em Portugal.

O documento aprovado na Assembleia de Tavira assume a figura de agenda de trabalho do DL em Portugal para os próximos anos. São muitas as propostas lançadas, tantas quantos os desafios que se colocam às OIDL. Quer no quadro interno do movimento, quer na sua relação com outros – movimentos sociais, população, universidades, Estado, etc. – poderíamos dizer que o documento de Tavira é uma reflexão conjunta e aprofundada sobre o trabalho que as OIDL consideram importante desenvolver, tendo em vista a sua própria avaliação, reforço interno, afirmação pública e desafios futuros.

A "Agenda de Tavira" permanece actual, mas há ainda muito por fazer pelo DL em Portugal, tanto por parte dos poderes públicos, como por parte da sociedade civil organizada.

2. Serpa 2003

Para Serpa lançámos uma Assembleia com o objectivo de aprofundar algumas das questões lançadas no documento de Tavira. Quisemos que a nova Assembleia constituísse uma plataforma de aprofundamento da autonomia das organizações de DL em Portugal, em paralelo com uma maior responsabilização, neste domínio, das instituições públicas, aos níveis local, regional, nacional e europeu.

Elegemos, neste sentido, como prioridades de debate e reflexão nacionais dois temas essenciais:

- A sustentabilidade e financiamento das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local;
- A visibilidade e comunicação do trabalho das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local.

Entre Janeiro e Abril deste ano organizaram-se 14 Assembleias Regionais (AR), em todo o Continente e Ilhas, contando com a presença de mais de três centenas de participantes. Nos Açores e na Madeira demos mais alguns passos em frente. Estas AR permitiram ultrapassar, por momentos, algum peso da insularidade, reunindo organizações locais em torno das mesmas problemáticas e puxando o país numa mesma direcção. Ficou na vontade de todos a necessidade de dar continuidade a este tipo de encontros, promovendo a reflexão conjunta e a articulação local das entidades e destas com as do Continente. A MANIFesta cumpriu assim um dos seus grandes objectivos: foi um processo que envolveu todo o país – Continente, Açores e Madeira!

O que agora se apresenta é fruto das reflexões e debates tidos nas várias Assembleias Regionais e na Assembleia Final. Quisemos com este processo reforçar as redes regionais e nacional do DL em Portugal, assim como chamar ao movimento novos actores.

Aqui registamos alguns avanços:

- Estimulámos um processo nacional que ajudou a debater e reflectir, por um lado, sobre a sustentabilidade e financiamento das OIDL e, por outro, sobre a visibilidade e comunicação do seu trabalho.

- Contribuímos para elevar a consciência sobre o valor e as potencialidades das OIDL, sobretudo enquanto manifestações de uma cidadania activa e como veículos de construção de uma democracia mais participativa e de uma sociedade social e economicamente mais inclusiva.
- Ajudámos a aprofundar a autonomia do Movimento do Desenvolvimento Local, não para nos isolarmos mas, muito pelo contrário, para participarmos com mais empenho e mais poder numa maior integração e unidade do Terceiro Sector em Portugal, intensificando o relacionamento com todos os movimentos sociais, particularmente os que assentam na cidadania activa e a fortalecem.

3. A Nossa Reflexão

Neste ponto apresentamos os principais resultados do conjunto de debates que culminaram na Assembleia de Serpa. Como preâmbulo ficam duas ideias chave sobre sustentabilidade e visibilidade, que marcam a inter-relação entre estes dois pontos e que constituem duas linhas mestras da nossa vocação:
- A afirmação do Movimento do DL passa, em primeiro lugar, pela crescente valorização e promoção de espaços de participação organizada dos cidadãos e das comunidades locais. Esta participação está na essência do DL, fundado em princípios de construção da cidadania e da solidariedade, e constitui a base segura para criar alternativas sustentadas que respondam a situações de fragilidade e exclusão social e territorial. Sem o reconhecimento e envolvimento activo dos cidadãos e das comunidades, o DL perderá a dimensão central da sua missão e não terá sustentabilidade social e política.
- A visibilidade do nosso trabalho é também garantia da sua sustentabilidade. É factor de encorajamento, reforço da acção no terreno e mobilização dos cidadãos e comunidades. É base de reconhecimento pela sociedade. É instrumento de divulgação e transferibilidade dos nossos princípios e boas práticas. É, finalmente, condição de afirmação social e política dum participado movimento do DL.

3.1. A Sustentabilidade e Financiamento das OIDL

Há muito tempo que vamos ouvindo na sociedade portuguesa, de uma forma generalizada, que 2006 será um ano de mudança. Com o alargamento a Leste e com a previsível redução dos Fundos Estruturais da União Europeia para Portugal, o futuro torna-se incerto para muitas organizações e pessoas com intervenção cívica e solidária, espalhadas um pouco por todo o país.
No caso das OIDL a situação é bastante preocupante, uma vez que grande parte dos meios de financiamento das suas actividades e equipas provêm dos Fundos Estruturais. Neste momento, em relação a esta matéria, temos muitas dúvidas e poucas ou nenhumas certezas. Contudo:
- Estamos convictos que a nossa acção é fundamental para o desenvolvimento das comunidades locais e tem tido impactes importantes, nomeadamente, ao nível do emprego, da formação, da potenciação e valorização de actividades económicas, da promoção cultural, da qualificação ambiental, da oferta turística de qualidade;
- Actuamos para e com as populações, construímos em conjunto respostas integradas, o que marca a especificidade da nossa abordagem;
- Temos uma experiência de intervenção e um conhecimento do território únicos, adquiridos ao longo de vários anos;
- Congregamos pessoas muito capazes para um trabalho de desenvolvimento local;
- Consideramos imprescindível assegurar a continuidade da nossa intervenção e da dinâmica por ela impulsionada;
- Constatamos que o nosso país continua marcado por fortes assimetrias territoriais;
- Sabemos que o fluxo dos fundos estruturais será reduzido e que assim se corre o risco de privar as populações locais dos frutos deste trabalho;
- Damo-nos conta de que até ao momento não existiu um sinal claro do poder político para reconhecer o nosso trabalho como produção de um bem colectivo de interesse público;
- Defendemos, portanto que urge estabelecer novas formas de cooperação entre o Estado e as Organizações Cívicas e Solidárias, nomeadamente as de Desenvolvimento Local, que se consubstanciem em formas de contratualização que nos reconheçam como verdadeiros interlocutores na promoção das pessoas e territórios;
- Reconhecemos que as próprias OIDL terão também que encontrar formas alternativas de auto-viabilizarem parte dos seus serviços.

Nas Assembleias procurou-se reflectir sobre esta questão central para o nosso debate: Como garantir a continuidade do trabalho das OIDL e a sua própria sustentabilidade?
Uma primeira ideia a reter: a grande maioria das OIDL, apesar de estar consciente do futuro que se aproxima, tem tido dificuldades em se preparar para as mudanças necessárias! O contexto actual, nomeadamente as regras, os constrangimentos financeiros, o desconhecimento e a falta de debate sobre os possíveis cenários, geram incerteza e condicionam essa preparação.
Das Assembleias saíram reflexões e propostas. Foram defendidas duas grandes frentes de trabalho para os próximos anos:
I) reforço externo do movimento do DL; e
II) reforço interno das OIDL.

3.1.1 Reforço Externo do Movimento do DL

Todos sabemos que muitos dos problemas do nosso país, e das comunidades locais mais deprimidas em termos sócio-económicos, continuarão por resolver depois de 2006. As OIDL têm mostrado um profundo empenhamento cívico e uma boa capacidade técnica para gerir projectos e programas de apoio ao desenvolvimento destes territórios.
Acreditamos que em alguns domínios, sobretudo os que se referem aos públicos desfavorecidos, o Estado terá que continuar a financiar muitas das iniciativas e projectos que permitam inverter situações de pobreza e exclusão social e territorial. O Estado não deve demitir-se das suas obrigações a este nível e tem de encarar as OIDL como um parceiro fundamental. Até porque beneficiará do conhecimento do terreno pelas OIDL e de toda a experiência de trabalho adquirida ao longo de vários anos, o que oferece garantias relativamente à aplicação ponderada e certeira de recursos cada vez mais escassos.
O Estado tem vindo, progressivamente, a demitir-se das suas funções. Neste processo, as Organizações Cívicas e Solidárias têm sido chamadas a ocupar-se de públicos e territórios desfavorecidos, incapazes de assumir o pagamento de serviços de que muito carecem. No entanto, quase nunca o Estado reconhece a essas entidades a competência de definir o quadro e as modalidades de tal prestação, assim como não lhes atribui os recursos necessários ao seu desempenho.
Em muitos outros países da União Europeia[1], têm-se desenvolvido esforços no sentido de clarificar, sob a forma de cartas de princípios e responsabilidades, o relacionamento entre o Estado e as organizações cívicas e solidárias. O Conselho Económico e Social, assim como a própria Comissão Europeia, já produziram documentação suficiente, na qual é dado a entender, aos Estados-Membros, a importância de um

Terceiro Sector forte, organizado e articulado com o Estado para a resolução de problemas das sociedades nacionais e europeia. Em Portugal esta articulação Estado – Terceiro Sector continua por clarificar.
Os organismos públicos, locais e regionais, manifestam, não raras vezes, fraca capacidade técnica, logística e organizativa para dar resposta aos problemas colocados pelas populações, acabando por encaminhá-las para as associações locais. Frequentemente, as OIDL são levadas a prestar serviços de natureza pública, sem que sejam reconhecidas e recompensadas por isso.
Face à reflexão tida sobre o reforço externo do movimento do DL, a Assembleia de Serpa defende as seguintes propostas:

I. É necessário um trabalho de defesa política e técnica do Movimento do DL e das suas organizações e iniciativas, junto dos órgãos governativos nacionais e das instâncias europeias e internacionais. Inclusivamente, neste âmbito, propomos que a futura Constituição Europeia contemple um texto como "A União Europeia" e os Estados-Membros facilitam as actividades autónomas das Organizações Cívicas e Solidárias, quando dirigidas para o interesse comum, de acordo com o "princípio da subsidariedade".

II. É imperiosa a definição de uma Carta de Princípios de Relacionamento entre o Estado e as OIDL, que clarifique esta relação. O estabelecimento de acordos entre o Estado e o Terceiro Sector deverá assentar em princípios de co-responsabilização, consensualização e independência institucional, não permitindo que as OIDL se transformem em extensões do próprio Estado ou alvo de manipulações marcadas por interesses alheios à sua missão.

III. É necessária a criação de contratos-programa entre o Estado e as OIDL, com a definição clara de objectivos e responsabilidades. Estes contratos-programa devem permitir que as OIDL possam continuar a prestar serviços de interesse público às populações e que o Estado, reconhecendo esse interesse, pague atempadamente essa prestação.

IV. Deve ser projectada a criação de instituições mistas de concertação e de instrumentos fiscais e financeiros (já existentes em tantos outros Estados-Membros da União Europeia) que regulem e estimulem a expansão e o funcionamento das Organizações Cívicas e Solidárias em Portugal.

V. Deve ser manifestada, desde já, a vontade das OIDL em participar no processo de preparação de futuros programas, nomeadamente, da negociação nacional do próximo Quadro Comunitário de Apoio, podendo ser equacionada a criação de um grupo de trabalho específico para este efeito.

VI. A especificidade das problemáticas dos jovens, as dificuldades das suas organizações e as potencialidades da sua intervenção, exige uma atenção especial e formas continuadas de apoio técnico e financeiro por parte dos organismos competentes.

VII. É necessária uma reorganização do território nacional e a definição de zonas de intervenção prioritária, na defesa de áreas deprimidas que exigem continuidade na atribuição de fundos estruturais nacionais e comunitários, depois de 2006. O facto destes territórios se encontrarem inseridos em áreas mais vastas, que no global podem vir a apresentar valores de rendimento per capita acima da média europeia, pode vir a prejudicá-los pela limitação de acesso aos fundos comunitários.
VIII. Para ajudar a concretizar as anteriores propostas, fortalecendo a capacidade de reivindicar e pressionar, deve ser equacionada uma política pró-activa de estabelecimento de alianças com actores exteriores ao movimento do DL, nomeadamente com as autarquias locais e suas associações representativas.
Para o reforço externo do movimento do DL, apela-se a uma intervenção activa da ANIMAR, enquanto organização nacional bem posicionada para a defesa e afirmação das OIDL. Propõe-se a criação de um Grupo de Missão que prepare uma proposta de Carta de Princípios de Relacionamento com o Estado. Este Grupo deverá também trabalhar no sentido de encontrar junto dos organismos públicos centrais os interlocutores directos neste processo de criação de uma Carta de Princípios.
Para as restantes propostas propõe-se a criação de grupos de trabalho que tomem em mãos, a curto prazo, o cumprimento de objectivos específicos, podendo a ANIMAR assumir a coordenação global e as necessárias articulações de todo o processo. À medida que este for avançando, devem ser marcados Encontros Nacionais de OIDL para fazer pontos de situação, reflectir sobre o percurso e definir ajustes de estratégias.

3.1.2 Reforço Interno das OIDL

Para além desta clarificação da relação com o Estado, as próprias OIDL terão que manifestar a capacidade de se fazer valer enquanto entidades prestadoras de serviços. A experiência e as competências adquiridas deverão ser valorizadas e potenciadas enquanto forma de auto-financiamento das OIDL. A diversidade de serviços prestados por estas poderá permitir viabilizar parte do seu funcionamento.
Face à reflexão tida sobre o reforço interno das OIDL, a Assembleia de Serpa defende as seguintes propostas:

I. Que cada OIDL reflicta e faça o balanço das suas competências em matéria de produção e prestação de serviços. Numa sociedade de mercado aberto, só com qualidade e pela diferença nos poderemos afirmar na produção de bens e serviços, quer de interesse geral, quer de interesse particular. Esta reflexão poderá ser feita individualmente e em conjunto pelas OIDL numa perspectiva de trabalho em cooperação mais estreita.

II. Que as OIDL fortaleçam esta valência de prestação de serviços através do estabelecimento de parcerias estratégicas territoriais, que permitam uma sustentação mais sólida do seu trabalho, num quadro que é de concorrência e competitividade.

III. Que as OIDL apostem na formação dos seus técnicos em áreas potenciais de prestação de serviços: formação permanente, gestão, planeamento e avaliação, turismo, organização de eventos, produção de páginas Web e outros conteúdos informativos e prestação de consultadorias especializadas, entre outros.
IV. Que se organizem encontros regionais, no período que medeia as MANIFestas, que contribuam para o fortalecimento e cooperação

entre as OIDL, e destas com outras organizações locais e regionais, assim como para a divulgação do seu trabalho. Estes encontros deverão conter também uma vertente de Feira de Serviços, no sentido de informar a região e as suas entidades sobre os serviços disponíveis, a que podem recorrer sempre que necessitem. Este seria um meio de criação, afirmação e divulgação de uma nova imagem das OIDL, e de possível estabelecimento de plataformas regionais constituídas por estas organizações e iniciativas.

V. Neste quadro de estratégia de sustentabilidade, é ainda fundamental que as OIDL integrem e participem activamente nas plataformas locais e regionais de planeamento, concertação e gestão, tais como: Redes Sociais, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Regional Agrário, Órgãos Consultivos das Comissões de Coordenação Regional.

3.2 A Visibilidade e Comunicação do Trabalho das OIDL

O desenvolvimento local e o trabalho das OIDL têm permanecido, muitas vezes, num certo anonimato. Apesar de considerarmos que a situação tem vindo a melhorar, é visível uma certa dificuldade em comunicar com os órgãos de informação. Esquecemo-nos, com frequência, dos órgãos de comunicação social e dos "fazedores de opinião".
O discurso do DL tem que ser compreensível para o exterior do movimento. O dicionário do desenvolvimento local, do qual constam noções como as de participação da população, cidadania activa, economia social e solidária, desenvolvimento sustentável, entre outras, circulou e permaneceu compreendido, durante muito tempo, apenas num ciclo restrito de organizações e pessoas. Temos de projectar para o exterior a paixão e o fascínio que sentimos pelo nosso trabalho.
As MANIFestas têm constituído os momentos de maior visibilidade mediática do movimento do DL e da cidadania activa em Portugal. A nossa actividade e projectos não fazem manchetes, não são notícia, não mobilizam a comunicação social. Queremos mudar esta tendência, porque o nosso trabalho tem sido prejudicado em termos de reconhecimento público por esta falta de ligação aos órgãos informativos!
Também queremos reforçar a nossa ligação com outros movimento cívicos e solidários, partilhando preocupações, unindo esforços, conquistando apoios, ganhando, assim, maior visibilidade. A capacidade de afirmação do Movimento da DL passa pelo aprofundamento de relações com outros movimentos sociais.
A visibilidade do movimento pode também beneficiar do incremento das interacções entre as OIDL e os centros de investigação, ambos produtores de saberes que importa articular e potenciar.
Face à reflexão tida sobre a visibilidade e comunicação do movimento do DL, a Assembleia de Serpa defende as seguintes propostas:

I. Que cada OIDL defina a sua própria estratégia de comunicação, valorizando as suas iniciativas e projectos, apresentando resultados e serviços disponíveis, tornado o DL mais próximo e compreensível do público e das instituições.

II. Que invistam numa cooperação mais regular e sistematizada com os órgãos de informação, considerando-os como parceiros e aliados estratégicos.

III. Que promovam a formação dos seus técnicos na área da comunicação e informação.

IV. Que equacionem mecanismos diversos de relacionamento com os órgãos informativos, tais como: estabelecimento de relações pessoais com os jornalistas, criação de áreas/ departamentos de comunicação dentro das OIDL, encontros regulares com órgãos informativos, envio de informação sistematizada, emissão regular de boletins informativos para as várias instituições da região.

V. Que promovam debates, seminários, oficinas de trabalho com órgãos de comunicação social, delegações regionais dos vários ministérios, autarquias, universidades, empresas, tendo em vista aproximar o DL das instituições e da população portuguesa.

VI. Que reforcem a troca de informação entre si e com os seus territórios, nomeadamente, através de encontros regulares, à imagem do que foi proposto no ponto relativo à sustentabilidade.
VII. Que privilegiem a relação do DL com os movimentos sociais, nomeadamente, os ligados aos Fora Mundial, Europeu e Português.
VIII. Que desenvolvam iniciativas dirigidas para o intercâmbio entre teoria e prática, estabelecendo parcerias com centros de investigação.

4. Depois de Serpa...

A MANIFESTA É SEMPRE UM NOVO PONTO DE PARTIDA! Assim sendo, a Assembleia de Serpa foi um momento intermédio de um processo, no qual se definiu uma estratégia para os próximos anos. Daqui até à próxima MANIFesta vamos dedicar grande parte das nossas atenções à defesa e implementação das conclusões saídas de Serpa.
A Assembleia de Serpa apela à ANIMAR, às entidades promotoras locais e a todas as OIDL, para que se mobilizem no sentido de concretizar as seguintes medidas de actuação:

I. Divulgar os resultados do trabalho da Assembleia de Serpa junto das populações, das OIDL, de outras organizações cívicas e solidárias e dos poderes políticos.

II. Promover em cada OIDL uma reflexão sobre os resultados da MANIFesta, visando a sua implementação.

III. Implementar as propostas saídas de Serpa em matéria de sustentabilidade, financiamento e visibilidade do trabalho das OIDL.

IV. Continuar a trabalhar no sentido de reforçar e alargar a rede do DL, através de encontros regionais e de outras iniciativas conjuntas.

V. Iniciar o processo de preparação da próxima MANIFesta, contemplando desde logo algumas das propostas deste documento, nomeadamente o envolvimento activo da comunicação social na Comissão de Promotores e na parceria organizativa.

VI. Avaliar a implementação global da estratégia e proceder ao levantamento de novas temas de debate e frentes de actuação do movimento.

São muitos, e demasiadamente sérios, os desafios que se colocam às organizações de desenvolvimento local. Queremos fazer parte da construção de um Portugal mais justo e solidário. Temos procurado respostas viáveis e adequadas para os problemas concretos do quotidiano vivido por comunidades e grupos mais vulneráveis. O nosso desempenho tem-se consubstanciado em projectos de inserção territorial destes grupos, através de acções de animação local, de pré-formação ou de formação profissional, de criação de emprego, de educação de adultos, de intervenção sócio-educativa, de valorização dos patrimónios natural e cultural, de qualificação dos territórios, entre outras.
Através de processos de inovação, temos sabido diagnosticar reais necessidades e potenciar recursos inexplorados, tendo sido capazes, também, de forjar respostas para alguns dos problemas das comunidades mais deprimidas. Temos agora que manifestar toda a nossa criatividade na construção da autonomia do Movimento do DL.
É necessária a sensibilização e a participação de todos os sectores da sociedade portuguesa, públicos e privados, para que o nosso futuro não se torne numa fatalidade, mas se reconheça o papel fundamental dos cidadãos nas suas organizações de intervenção, e se acredite que o desenvolvimento local, em meio urbano como em meio rural, é não só possível como indispensável. Entre estas organizações, também as OIDL precisam de reinventar o futuro e lutar em conjunto pela sua autonomia, e pela autonomia, afirmação e maior poder social do Terceiro Sector.
No reforço da autonomia, no esclarecimento da nossa identidade, na assimilação plena das gerações que abraçaram a causa do DL, acreditamos que, com persistência, seremos um parceiro social activo e representativo. Temos um passado repleto de boas práticas e um futuro por construir!

A Assembleia do Desenvolvimento Local,

Reunida na MANIFesta 2003 – V Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local

em Serpa, em 4 de Maio de 2003

Doc. IV. B.
Programa de acção da Direcção da ANIMAR para 2003-2005

Numa perspectiva de continuidade e reforço dos princípios que, desde 1993, nortearam a actividade da ANIMAR, a lista "Nós pela Rede", assume como linhas programáticas:
- Reforçar a rede ANIMAR e afirmar a sua identidade;
- Consolidar a estrutura central e desenvolver projectos mobilizadores, visando dar corpo a plataformas regionais e a fora específicos;
- Intervir junto da administração pública, procurando criar parcerias interinstitucionais com efeito positivo no ambiente envolvente do Movimento para o Desenvolvimento Local;
- Participar, aprofundar o trabalho e ampliar espaços de diálogo com outras Organizações Cívicas e Solidárias; aos níveis nacional e internacional.

1. REFORÇAR A REDE E AFIRMAR A IDENTIDADE

O reforço da rede deverá traduzir-se num consequente conjunto de actividades de animação conducentes à qualificação participada dos seus "nós", adoptando como último fim a sua afirmação à escala local e nacional, enquanto entidades prestadoras de serviços necessários e qualificados às populações, por um lado, mas também como entidades que, em cada local, possibilitam e incentivam o exercício de uma cidadania activa e solidária.
Base importante desta acção de reforço e consolidação deverão ser os diversos projecto sem que a ANIMAR se encontra envolvida, resguardando-se a perspectiva dos projectos servirem a Rede e não a Rede servir os Programas/Projectos.
Ainda nesta óptica, é possível implementar um conjunto de acções de reflexão e debate, como seminários temáticos ou outros "espaços", que aprofundem conceitos associados à intervenção no DL, e propiciem um maior conhecimento dos "nós da rede' e da especificidade da sua intervenção. A problemática da intervenção no DL em meio urbano e a sua consideração estatutária desde 1998 aconselham à urgente reflexão e acção específicas.
A rica experiência da realização de um Encontro Nacional, entre cada MANIFesta, é algo que se deverá manter enquanto espaço de mobilização e identificação de aspirações concretas e de consensualização de propostas específicas, ás quais haverá que dar consequência, quer no seio da própria ANIMAR, quer no plano da sua intervenção cívica requalificadora da acção política.
Na perspectiva da qualificação do movimento, é hoje possível mobilizar competências no seio da rede, para desenvolver iniciativas de formação, para as ADL, seus dirigentes e quadros, a partir de um Plano Estratégico de Formação ANIMAR abrangendo, nomeadamente, domínios, como a gestão financeira, a animação do DL ou o Plano Estratégico da ADL, de grande pertinência actual.
A já conseguida afirmação da MANIFesta enquanto processo múltiplo de debate e reflexão, de troca de experiências, de formação e aprendizagem, de festa, mas também de comunicação e afirmação – perante a sociedade civil e o poder político, às escalas nacional e internacional – constituem matéria para reflexão participada.
Ao fim de 11 anos de construção, a autonomia das organizações cívicas e solidárias (OCS) irá estar na primeira linha de discussão já nos próximos dias 1 a 4 de Maio, na MANIFesta 2003 (Serpa). Lembramos que se trata simultaneamente da sustentabilidade, visibilidade e capacidade de comunicação das OCS. Ou seja, mais que sobrevivência, protagonismo activo para a sustentabilidade social...
A afirmação da identidade da ANIMAR e da sua rede requer comunicação e investigação. A par da afirmação do Vez e Voz, como publicação noticiosa de referência no DL, há que criar e desenvolver outros instrumentos recuperando, por exemplo, a proposta de edição da revista "A Rede...", melhorando a estrutura, imagem e conteúdos, das comunicações por mail do sítio ANIMAR na Internet e apostando na criação de um portal do DL. A reedição do Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local, também em suporte digital, será igualmente algo a materializar. Instrumentos importantes serão ainda as iniciativas no quadro dos diversos projectos, particularmente, do Projecto "Convergências", no sentido da possibilidade de formação de um futuro Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local.

Ainda neste quadro, contributo importante terá que ser dado pelo Conselho Consultivo, espaço privilegiado de reflexão e proposição de orientações a imprimir ás grandes linhas estratégicas consensualizadas em Assembleias (ANIMAR e MANIFesta), pelo que se deverão encontrar instrumentos (organizativos, técnicos, logísticos e financeiros) de operacionalizar a sua actividade.

2. UMA ANIMAR CONSOLIDADA

As recentes contratualizações de projectos e iniciativas possibilitaram a consolidação da estrutura central. A partir de Março do ano corrente, a animar passou a dispor de quatro colaboradores a tempo inteiro. Esta jovem equipa implica um esforço acrescido de coordenação e motivação. Torna-se também necessário apostar na sua formação e, progressivamente, tentar que a mesma assegure duas frentes: a intervenção técnica associada ao desenvolvimento dos projectos e a rigorosa gestão administrativa e financeira. Promover o seu contacto com a rede constituirá também um importante objectivo.

Em negociação final está a nova sede. Ao melhorar significativamente as condições de trabalho, ela poderá também permitir uma melhor prestação de serviços aos associados, possibilitando a realização de reuniões, de espaços de trabalho individual e de centralização, classificação e consulta de documentação.

As exigências em matéria de gestão financeira justificam um acompanhamento adequado da transferência destas responsabilidades, bem como das que respeitam ao processo administrativo, ambas asseguradas até agora, com empenho digno de louvor, por dois dos "nós" da rede. Tal cenário poderá mesmo traduzir-se na alteração da sede social, modificando esse aspecto nos estatutos em vigor.

Ainda ao nível administrativo e financeiro, acreditamos ser possível desenvolver esforços no sentido da obtenção do estatuto de Utilidade Pública e da obtenção de um regime fiscal mais favorável.

O sustentáculo material e humano deverá permitir implementar o conjunto de projectos candidatados com sucesso e em fase de arranque, materializando a sua intenção de reforço dos "nós da rede" e de apoio à criação e consolidação de plataformas regionais.

A fase de arranque dos diferentes projectos e iniciativas (Convergências, (Des)Envolver em Rede, Dinâmicas Sócio-Económicas dos Espaços Rurais do Continente Português, Acordo IEFP/ANIMAR e iniciativas no âmbito do Vector 2 do Leader+), permitem desenvolver uma importante reflexão interna, dentro e – de forma participada – fora da Direcção, acerca dos seus principais produtos, do contributo específico para os associados e do almejado apoio às estruturas regionais. A reflexão proposta será certamente factor de identificação de novos projectos e de novas possibilidades de intervenção à escala nacional, nomeadamente, a possibilidade de formação de um futuro Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local.

Noutra perspectiva, é imperioso que a ANIMAR anime o território nacional. Se tal postura é indissociável da qualificação e visibilidade da rede, esta terá de se tecer.

Novamente, o local (desta vez administrativo) é ponto de partida. Será ai que a contribuição se regista. Em conselhos municipais de educação, de juventude, de desenvolvimento; em comissões locais do rendimento social de inserção e nas redes sociais. Depois, a nível regional, nos conselhos de região, nas comissões de acompanhamento dos programas operacionais regionais, etc. Aqui, será útil uma representação regional, a qual exige a criação de plataformas desejavelmente estruturadas. Porque tal intenção significa o enraizamento do movimento do DL (MDL), é nesse sentido que a animar deverá assumir, como tarefa imediata e de curto prazo, a criação de um grupo de trabalho que estude e proponha um plano de actuação ao nível de cada região.

Também aqui a ANIMAR, ou os pólos regionais da rede, deverão alargar o leque de parcerias e promover a realização de protocolos e colaborações com (por exemplo) Universidades, CCR's, Associações de Municípios, Regiões de Turismo, etc..

Naturalmente, tais intenções encontrarão maior expressão se a ANIMAR se envolver numa campanha de novos associados que, de forma esclarecida, promova as vantagens de ser associado e a validade do seu contributo, quer para o "projecto ANIMAR", quer para o quadro nacional de aprofundamento da democracia, através da promoção da cidadania activa.

Para a prossecução de tais desígnios propõe-se a definição de alguns pelouros que, sendo assegurados pelos elementos da Direcção, deverão apelar a disponibilidades dos associados colectivos e individuais:

- Animação da rede;
- Relações institucionais nacionais;
- Relações internacionais no DL, na economia social e na cidadania activa;
- Serviços aos associados;
- Reflexão, formação, seminários, publicações, comunicação;
- Sector urbano;
- Sector rural;
- Organização económico-financeira e administrativa;
- Promoção/Comunicação.

3. INTERVENÇÃO JUNTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A participação conseguida junto da administração pública deverá ser mantida e dignificada, desde logo nas diferentes Comissões de Acompanhamento do III QCA, como por exemplo: do AGRIS, AGRO, RURIS, POEFDS e LEADER +. Mais uma vez, há que estudar a possibilidade de envolvência de associados individuais e do Conselho Consultivo.

Em sequência, há também que reforçar a intervenção, nomeadamente em tomo do caderno reivindicativo – Bases para uma Plataforma Estado – Movimento do Desenvolvimento Local – nos diferentes conselhos onde a ANIMAR participa e em novas formas de interpelação do poder político.

Numa perspectiva mais imediata, haverá que assegurar a participação no Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, na Comissão Nacional do PPART e encetar o processo de apresentação de candidatura e negociação conducentes à participação no CES.

Tentar assegurar a sustentabilidade futura da animar e do MDL, no respeito pela sua autonomia, poderá traduzir-se no estudo de novas formas de colaboração com o Estado, à semelhança do acordo alcançado com o IEFP. Neste caso poderá proceder-se a uma reorientação do acordo, visando o funcionamento das plataformas regionais.

4. UMA SOCIEDADE CIVIL ACTUANTE, UMA ANIMAR INTERNACIONAL

No plano nacional, propomo-nos continuar a acompanhar e participar em movimentos sociais importantes, particularmente, o FSP, e em espaços

aglutinadores de outras organizações cívicas e solidárias, afirmando o contributo específico da ANIMAR. Manter e alcançar novas parcerias, alargando o espectro de sustentabilidade política da animar e do MDL, reforçando assim o espaço da Economia Social/Terceiro Sistema.
No plano internacional, é possível assegurar a visibilidade e participação da ANIMAR, pela cooperação, quer com redes diversas, de onde se destacam a Rede Virgílio, o Forum Synergies, o Ecovast, os Parlamentos Rurais, etc., quer, com os espaços de intervenção dos nossos parceiros transnacionais em Projectos.
Afirmar internacionalmente a MANIFesta poderá ser mais um instrumento de que disporemos para mostrar a vitalidade da sociedade civil nacional e das suas expressões organizadas.

(Aprovado em Assembleia Geral da ANIMAR, em 5 de Abril de 2003)